



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A REPERCUSSÃO DO CONCEITO DE EXPERIÊNCIA
DE E. P. THOMPSON
NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: UM ESTUDO SOBRE
A UNICAMP E SIDNEY CHALHOUB
(1980-1998)

EMANUEL CANDEIA CAVALCANTE

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Regina Célia Gonçalves

Área de Concentração: História e Cultura Histórica
Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

JOÃO PESSOA – PB
AGOSTO – 2010

**A REPERCUSSÃO DO CONCEITO DE EXPERIÊNCIA
DE E. P. THOMPSON
NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: UM ESTUDO SOBRE A UNICAMP
E SIDNEY CHALHOUB
(1980-1998)**

EMANUEL CANDEIA CAVALCANTE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Regina Célia Gonçalves
Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

João Pessoa – PB

2010

C376r

Candeia, Emanuel C.

A repercussão do conceito de experiência de E. P. Thompson na historiografia brasileira: um estudo sobre a UNICAMP e Sidney Chalhoub (1980-1998) / Emanuel Candeia Cavalcante.- João Pessoa, 2010. 209f.

Orientadora: Regina Célia Gonçalves

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA

1. Thompson, Edward Palmer, 1924-1993. 2. Chalhoub, Sidney, 1957- 3. Historiografia – Brasil. 4. Cultura histórica. 5. História social inglesa. 6. UNICAMP – ensino de história – 1980-1998.

UFPB/BC

CDU: 930.2(81)(043)

A REPERCUSSÃO DO CONCEITO DE EXPERIÊNCIA
DE E. P. THOMPSON
NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: UM ESTUDO SOBRE A UNICAMP
E SIDNEY CHALHOUB (1980-1998)

Emanuel Candeia Cavalcante

Dissertação de Mestrado avaliada em ____/____/____ com conceito_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Regina Célia Gonçalves
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Orientadora

Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande
Examinador Externo

Prof. Dr. Jaldes Reis de Menezes
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Examinador Interno

Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande
Examinador Externo – Suplente

Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Examinador Interno – Suplente

**Aos meus pais,
sertanejos e experientes,
Maria Daguia e Manoel**

Experiência não é o que acontece com um homem, é o que um homem
faz com o que lhe acontece.

(**Aldous Huxley** – *Texts and Pretexts*)

A luta de classes, que um historiador educado por Marx jamais perde de vista, é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não existem as refinadas e espirituais. Mas na luta de classes essas coisas espirituais não podem ser representadas como despojos atribuídos ao vencedor. Elas se manifestam nessa luta sob a forma da confiança, da coragem, do humor, da astúcia, da firmeza, e agem de longe, do fundo dos tempos. Elas questionarão sempre cada vitória dos dominadores. Assim como as flores dirigem sua corola para o sol, o passado, graças a um misterioso heliotropismo, tenta dirigir-se para o sol que se levanta no céu da história. O materialismo histórico deve ficar atento a essa transformação, a mais imperceptível de todas.

(**Walter Benjamin** – *Sobre o Conceito de História*)

AGRADECIMENTOS

Eis que chega o portentoso momento de agradecer a todos e todas que de alguma maneira contribuíram para a realização deste trabalho. E são tantas pessoas, tantas lembranças que nos chegam à mente, que chega a ser até difícil saber por onde começar. Mas sem querer expressar uma escala de valoração, por conta da ordem de aparição em meus agradecimentos, irei iniciar pelas instituições, esta tarefa (neste momento) tão agradável.

Agradeço à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB, nas figuras de seus atuais coordenadores Raimundo Barroso e Elio Chaves Flores, como também na de Cláudia Cury, que coordenou o programa quando de minha entrada nele em 2008. Agradeço pela boa relação e pelo apoio oferecido durante este período.

A CAPES pela bolsa de estudos fornecida durante o último ano do curso que possibilitou um pouco mais de tranquilidade para a execução deste trabalho.

Agradeço agora as pessoas, professores, familiares e amigos que colaboraram de alguma forma para que este trabalho acontecesse e se materializasse.

Agradeço aos docentes do PPGH/UFPB, especialmente a Regina Behar, Raimundo Barroso, Elio Chaves Flores, Jaldes Reis de Menezes, Regina Célia, Cláudia Cury e a todos os professores que ministraram aulas para mim durante este período.

Aos professores Gervácio Batista Aranha e Jaldes Reis de Menezes que aceitaram gentilmente participar da banca de defesa, contribuindo com suas observações e atenção para que o trabalho possa melhorar ainda mais, e por estarem presente nessa etapa de minha vida acadêmica.

Nem sei como agradecer a minha querida orientadora, professora Regina Célia, mas vou tentar. Primeiro, obrigado por seu profissionalismo e competência, pela capacidade de incentivar-me com boas ideias, exemplo e possibilidades. Pela paciência desprendida para comigo (e eu sei que não foi pouca), pela amizade e pelas orientações não apenas de natureza acadêmica, como também de vida. Segundo, obrigado pelo incentivo e encorajamento em momentos em que as dificuldades foram grandes e pela confiança depositada em mim.

À Virgínia Kyotoku, secretária do PPGH, pela dedicação, competência e disponibilidade sempre presente para comigo e os demais alunos do mestrado.

À Ingrid Ribeiro Leite, secretária da Secretária de Graduação da Unicamp, que me atendeu muito bem e colaborou bastante para que eu tivesse acesso às fontes presentes no arquivo deste setor no qual ela trabalha.

Novamente agradeço a professora Cláudia Cury pela força dada para que fosse acolhido em Campinas, assim, agradeço também ao Luzimar e Olívia pela acolhida calorosa.

Ao professor Sidney Chalhoub, que em meio aos seus inúmeros afazeres e trabalhos, me acolheu com grande simpatia quando de minha ida à Unicamp em fins do ano passado, e pela entrevista e sua posterior revisão, concedida a mim de forma generosa.

A todos os colegas estudantes da minha turma de 2008, especialmente a Fabrício, Bruno, Lício, Guanambi, Amilton, estes contemporâneos paraibanos com que tenho amizade desde o período de minha graduação. À Aryana e Giniomar, novos amigos de fora das terras paraibanas que conheci durante este mestrado. A todos eles agradeço pelas interessantes conversas, diálogos e discussões após nossas aulas e ainda muito depois delas, pela conversa jogada fora, pelo comentário do futebol, pela cerveja tomada no bar ou fora dele, pelos jogos disputados (xadrez, dominó), pela participação na “roda” e pela simples companhia (cada um deles sabe em qual destas ocasiões eles foram mais presentes).

A todos os funcionários e servidores do CCHLA, especialmente as pessoas de seu Severino, Chico e do incansável Galego da limpeza.

Agora passo a agradecer de forma muito especial aos meus familiares e pessoas muito queridas. Agradeço aos meus pais, a quem também dedico este trabalho, Manoel e Maria Daguiá (ou simplesmente seu Mininho e Dona Guiá), pela vida, pelo amor, apoio, carinho e educação recebidos durante toda a minha história. Gostaria além de agradecer, dizer aqui que os amo muito.

Aos meus irmãos queridos e prediletos, Helder e Gabriella, agradeço-os pela paciência e pelo apoio dispensados a mim, cada qual a sua maneira.

À minha tia querida, Luzinete, pela confiança e pelo apoio indispensável dado a mim, principalmente na fase final da escrita deste trabalho. Aos meus primos Lílían, Felipe e Luana e ao seu filho Pedro Ivo que me alegrou sempre com sua presença. Agradeço também ao primo Luciano pelo apoio bibliográfico e pelas conversas sobre este trabalho.

À Karla, pelo amor, carinho e companhia durante todo este período presente ao meu lado. A ela agradeço por ter compartilhado comigo as angústias, prazos, incertezas e alegrias que marcaram todo esse processo desde seu início até este momento. Agradeço-lhe ainda por servir-me de inspiração e fonte de estímulo em várias situações deste trabalho.

Por fim, e como forma de agradecimento a todos, parafraseando um grande historiador, gostaria de dizer que este trabalho é o resultado não só de longas e árduas horas de angústia e trabalho, mas também de muito prazer e diversão. Cada página foi escrita com muita garra e sentimento, porém estas duas, que acabo de escrever e que são as últimas, foram as que escrevi com maior emoção.

RESUMO

Este trabalho – vinculado à linha de pesquisa Ensino de História e Saberes Históricos do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, com área de concentração em História e Cultura Histórica – tem por objetivo analisar a repercussão da historiografia do historiador inglês Edward Palmer Thompson no Brasil, em especial o seu conceito de experiência. O recorte escolhido começa no ano de 1980 e vai até o ano de 1998. Para avaliarmos como se processou esse movimento de repercussão, abordamos, em nossa análise, parte da produção historiográfica do historiador brasileiro Sidney Chalhoub, assim como a sua atuação como professor universitário, e a participação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) como instituição irradiadora e difusora da historiografia de Thompson no país. Além das obras de história, utilizamos como fontes para este trabalho, entrevistas realizadas com Chalhoub e as ementas dos programas das disciplinas ministradas no curso de História da Unicamp no período 1980-1998, que se encontram arquivadas na Secretaria de Graduação da Unicamp. A dissertação tem como inspiração os estudos historiográficos e insere-se no campo da história da historiografia.

Palavras-chave: Cultura Histórica; Historiografia Brasileira; História Social Inglesa; E. P. Thompson; Sidney Chalhoub; Unicamp.

ABSTRACT

This study – situated in the research field of History Teaching and Historical Knowledge of the History Post-graduation Course of *Universidade Federal da Paraíba*, and concentrated in History and Historical Culture – has the aim of analyzing the repercussion of the historiography of the English Historian Edward Palmer Thompson in Brazil, specifically, his concept of experience. The period chosen to be analyzed goes from 1980 up to 1998. In order to evaluate how this repercussion movement happened, we dealt with the historiographical production of the Brazilian Historian, Sidney Chalhoub, as well as his contribution as a Professor and the participation of *Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)* as the disseminator and propagator institution of Thompson's historiography in the country. In addition to the history works, we used as resources for this study, the interviews with Chalhoub, the *ementas* of the programs of the disciplines taught in the History Course of *Unicamp* in the period of 1980-1998 that were filed in the *Secretaria de Graduação da Unicamp*. This dissertation has been inspired by the historiographical studies and it is present in the history of historiography.

Keywords: Historical Culture; Brazilian Historiography, English Social History, E. P. Thompson; Sidney Chalhoub; Unicamp.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	i
RESUMO.....	iii
ABSTRACT.....	iv
SUMÁRIO.....	v
Capítulo 1: INTRODUÇÃO.....	11
Capítulo 2: E. P. THOMPSON: VIDA E HISTORIOGRAFIA.....	18
2.1 – As Experiências de Thompson.....	20
2.2 – Thompson: Renovador da historiografia inglesa.....	35
2.2.3 – A historiografia e o conceito de experiência de Thompson.....	43
Capítulo 3: A RECEPÇÃO DA OBRA DE THOMPSON NO BRASIL: A HISTORIOGRAFIA DE SIDNEY CHALHOUB.....	58
3.1 – A apreciação de Thompson pela historiografia brasileira.....	60
3.2 – Trajetória da historiografia sobre a classe trabalhadora no Brasil.....	64
3.3 – Trajetória da historiografia e do pensamento de E. P. Thompson no Brasil.....	76
3.4 – A produção historiográfica de Sidney Chalhoub.....	82
Capítulo 4: A DIFUSÃO DO PENSAMENTO E OBRA DE THOMPSON NO BRASIL..	105
4.1 – A criação do sistema universitário no Brasil.....	106
4.2 – A Universidade Estadual de Campinas.....	115
4.2.1 - A Unicamp durante o reitorado de Zeferino Vaz.....	124
4.2.2. O Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.....	130
4.3 A repercussão da historiografia de E. P. Thompson na Unicamp.....	141
Capítulo 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	175
REFERÊNCIAS.....	168
APÊNDICES.....	181

ANEXOS.....	208
Anexo 1 - Certidão de autorização de pesquisa junto ao Comitê de Ética da UFPB.....	208
Anexo 2— Autorização para utilização da entrevista por Sidney Chalhoub.....	209

Capítulo 1: Introdução

Em estudo anterior analisamos a produção do historiador inglês E. P. Thompson, com ênfase em uma de suas mais interessantes e originais formulações no campo teórico-metodológico da história: o seu conceito de experiência (CANDEIA, 2007). Para isso, delimitamos este conceito de experiência, como pensado por Thompson em parte de sua obra, além de incorporar críticas de alguns autores, no intuito de contextualizar a discussão em que se desenvolveram.

A escolha deste tema para nosso trabalho de conclusão de curso, ainda durante a graduação em história na Universidade Federal da Paraíba, aconteceu por conta de algumas experiências, encontros e situações durante aquele período, que acreditamos ser importante revelar neste momento. cremos que, dentre as inúmeras possibilidades de temas que interessavam um aluno ainda sem nenhum contato mais efetivo com a produção acadêmico-científica, e que buscava se decidir por algum deles, foi fundamental a experiência da participação e do contato com o *Projeto de Resgate do Processo Histórico e Cultural dos Municípios Paraibanos*, ligado ao *Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional* (NDIHR) da Universidade Federal da Paraíba. Participando do projeto na condição de aluno bolsista do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX/UFPB), realizamos atividades e pesquisas para a publicação de livros de caráter didático sobre as histórias das cidades de Boqueirão e Serra Branca, localizadas no cariri paraibano. Nos encontros deste grupo tomamos contato com a teoria e a perspectiva que orientava as ações dos envolvidos no projeto e que pode ser resumida na afirmação de que são os trabalhadores, através do seu trabalho, que constroem e fazem a história de determinado local ou comunidade e não os sujeitos de uma historiografia tradicional ligada aos elementos políticos, da igreja e do estado. Parece ficar claro, principalmente agora, quando damos um sentido retrospectivo a esta nossa escolha, que tal experiência apontou um campo de investigação da história no qual, a partir de então, passamos a trabalhar e com o qual nos envolvemos profundamente.

Outra experiência que contou para a escolha deste tema foi a de ter cursado uma disciplina de caráter opcional, intitulada “História Social Inglesa”, com a professora Regina Célia Gonçalves. Nesta disciplina tivemos contato mais privilegiado com a leitura e discussão de importante parte da obra de E. P. Thompson.

Naquela ocasião, a da escrita da monografia, tomamos contato com o caminho a partir do qual Thompson processou a formulação deste conceito e, quando decidimos elaborar um projeto a ser submetido à seleção do Programa de Pós-graduação em História da UFPB,

decidimos continuar com o mesmo tema, só que agora com novas preocupações. Assim, em nosso projeto, buscamos empreender uma análise que pudesse apontar como se deu a recepção, repercussão do pensamento e obra de Thompson na historiografia brasileira. Nos preocupamos notadamente em entender como o seu conceito de experiência foi apropriado na produção de alguns historiadores profissionais brasileiros na área/campo que trata da história do trabalho e da classe trabalhadora brasileira; e também de como se verificou a difusão de sua obra e pensamento através de instituições e de professores universitários brasileiros.

Para chegarmos até essa seleção percorremos um caminho de possibilidades que consideramos ser importante revelar ao leitor deste trabalho. Inicialmente, para cumprirmos com este intento, foram cogitados os nomes de quatro historiadores, a saber: Cláudio Batalha, Margareth Rago, Maria Auxiliadora Guzzo De Decca e Sidney Chalhoub. No entanto, com o desenvolvimento da pesquisa, a partir do contato com as obras de todos esses historiadores, ficou claro que o número de autores inicialmente selecionado era muito elevado, diante dos prazos disponíveis para a produção de uma dissertação de mestrado. E assim, já no primeiro semestre do curso, se iniciaram as reformulações. Dessa forma, tivemos a preocupação em reduzir o número de autores para dois. Conseqüentemente, nova reformulação a ser exercitada. Quais os nomes que seriam escolhidos? Diante dessa pergunta surgiu-nos uma boa hipótese de trabalho a ser sustentada em nossa dissertação. Esta hipótese consiste em investigar se existiu uma primeira geração de historiadores que difundiram o pensamento de E.P.Thompson no Brasil?

Dispostos a defendermos uma resposta afirmativa para essa hipótese, selecionamos, então, os nomes dos historiadores Cláudio Batalha e Sidney Chalhoub. Seleção que não foi feita por acaso. Ambos têm uma trajetória acadêmica e intelectual bastante parecida, que se inicia no Rio de Janeiro enquanto estudantes universitários na Universidade Federal Fluminense e que prossegue, atualmente, como professores da Universidade Estadual de Campinas no estado de São Paulo. São historiadores reconhecidos nacionalmente por seus trabalhos no campo da história social, com ênfase na história do trabalho e dos trabalhadores no Brasil, com Sidney Chalhoub praticando o que chama de “história social da cultura”¹, já Cláudio Batalha mais ligado a história do trabalho, especificamente.

E, novamente, outra compactação do trabalho veio a acontecer na medida em que desenvolvíamos nossa pesquisa. O aprofundamento da mesma nos revelou a complexidade da

¹ Sidney Chalhoub em palestra da aula inaugural do primeiro semestre letivo de 2008 do PPGH/UFPB, realizada em 25 de abril de 2008.

produção historiográfica de Sidney Chalhoub², bem como a importância da sua atuação como divulgador da obra thompsoniana na Universidade Estadual de Campinas, desde os primeiros tempos de sua docência naquela instituição. Desta forma, nosso projeto, que partiu da ideia de perceber como se efetuou a recepção, repercussão da sua obra e pensamento de Thompson, especialmente do seu conceito de experiência, entre alguns historiadores brasileiros que tratam da história do trabalho e da classe trabalhadora brasileira, hoje se apresenta analisando apenas um nome dentre estes historiadores. E, como já dissemos, este é o do historiador Sidney Chalhoub.

Também partimos da intenção de perceber em quais instituições universitárias brasileiras aconteceu a difusão da obra de Thompson no país e concentramos a análise em apenas uma dessas instituições, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). As considerações presentes, discutidas durante as disciplinas Metodologia da História e Seminário de Dissertação durante o mestrado, assim como as discussões com nossa orientadora, professora Regina Célia Gonçalves, fizeram com que o trabalho assumisse essas características mais bem definidas e delimitadas.

Por que, afinal, a escolha dos nomes desse historiador e dessa instituição? Quais justificativas sustentam o nosso trabalho? Esta escolha nos faz reconhecer que o recorte em torno de Sidney Chalhoub e da Unicamp implica em ganhos e perdas. Ganho por se tratar de uma dissertação cujo tempo de gestação de apenas dois anos não permitiria atacar o tema da recepção de Thompson na historiografia brasileira senão operando o recorte em questão. Perda pelo fato de que Sidney Chalhoub e a Unicamp representarem apenas uma parcela mínima dessa recepção.

A Unicamp é apontada, em vários textos, como sendo o principal centro irradiador do pensamento thompsoniano pelo país. A contratação de professores do exterior que já tinham contato com a obra de Thompson em inglês e que vieram lecionar nesta instituição também colabora com essa apreciação. Foram professores da Unicamp os responsáveis por traduzir, organizar e publicar vários textos e materiais do historiador inglês aqui no Brasil. Foi também na Unicamp que vários dos alunos, principalmente dos cursos da pós-graduação em história, tiveram contato com a obra e pensamento de Thompson e escreveram trabalhos sobre ele, orientados por vários professores da instituição que também já trabalhavam com a produção historiográfica de Thompson, inclusive Sidney Chalhoub.

² Embora não estejamos mais realizando o trabalho com a análise voltada para os nomes dos dois historiadores, não abandonamos a ideia de que eles formaram a primeira geração dos que divulgaram o pensamento de Thompson no Brasil. A escolha do nome de Sidney Chalhoub como alvo de nossas preocupações, nesse sentido, vem para indicá-lo com maior expoente dessa geração no Brasil da segunda metade dos anos de 1980.

Quanto à escolha do nome deste historiador como alvo da nossa análise, esta se deu primeiro por conta de seu histórico de aproximação, na condição de orientando, com o historiador Robert Slenes, apontado com um dos três pesquisadores estadunidenses que vieram lecionar na Unicamp e já possuíam conhecimento da obra de Thompson, possibilitando assim a recepção e repercussão local desta produção. Segundo, por conta de seu primeiro trabalho publicado, *Trabalho, Lar e Botequim* (1986), em que se percebe uma clara aproximação com o pensamento thompsoniano e a incorporação, em sua narrativa, do conceito de experiência formulado pelo historiador inglês. Terceiro, por conta da documentação por nós utilizada que nos permitiu perceber fortemente a atuação de Sidney Chalhoub em sala de aula como difusor e disseminador do pensamento e obra de Thompson. As ementas e programas de cursos sob sua responsabilidade apontam e comprovam sua destacada participação neste sentido.

Acreditamos que nosso tema está em sintonia com a área de concentração em Cultura Histórica, deste programa de pós-graduação. Apresentamos concordância com o entendimento do historiador Elio Chaves Flores que assim define a Cultura Histórica:

Entendo por cultura histórica os enraizamentos do pensar historicamente que estão aquém e além do campo da historiografia e do cânone historiográfico. Trata-se da intersecção entre a história científica, habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de um saber profissionalmente adquirido, e a história sem historiadores, feita, apropriada e difundida por uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais (FLORES, 2007, p.85).

Enxergamos nosso tema como uma das partes da intersecção que compõe a cultura histórica, e a parte privilegiada dela, que ousamos dizer genuína, pois se trata da análise historiográfica da produção do historiador profissional Sidney Chalhoub, como também a difusão de um pensamento histórico através do ensino superior em uma instituição universitária brasileira como a Unicamp.

Nossa metodologia de trabalho consistiu basicamente de pesquisa e análise bibliográfica de livros, artigos, publicações em encontros e periódicos, da produção historiográfica de Sidney Chalhoub e de outros historiadores brasileiros que escreveram sobre a história do trabalho e história da classe trabalhadora no Brasil. Utilizamos, ainda, como fontes, as ementas e programas de cursos das disciplinas ministradas na graduação em história da Unicamp, no período que vai do primeiro semestre de 1980 até o segundo semestre de

1998. Estas perfazem um total de duzentos e quarenta e dois documentos contendo informações, programação e bibliografias das disciplinas.

Também utilizamos quatro entrevistas realizadas com o historiador Sidney Chalhoub, três delas publicadas: a primeira na *Revista de História da Biblioteca Nacional* (2008), a segunda na revista *Aedos* (2008b) e a terceira entrevista na revista *Saeculum* (2009). A última das entrevistas foi realizada por nós (2009b), quando da realização da pesquisa nos acervos da Universidade Estadual de Campinas, onde levantamos os documentos referentes às ementas e programas das disciplinas do período anteriormente citado. Este material coletado encontrava-se disponível no arquivo da Secretaria de Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCH) da Unicamp.

Enxergamos nossa dissertação como localizada no campo da história da historiografia, pois pretendemos realizar um trabalho de análise historiográfica a partir da produção do historiador Sidney Chalhoub, principalmente seu livro *Trabalho, Lar e Botequim* (1986), para avaliarmos a repercussão e a difusão do pensamento do historiador inglês Edward P. Thompson no Brasil. Nosso tema, nossos objetivos e fontes apontam que é realmente neste campo da história que nosso trabalho de dissertação se situa.

Com legitimidade se pode afirmar da existência de um progresso nesta área do conhecimento desde que a produção historiográfica deixou de ser tratada somente em obras tais como bibliografias, histórias da literatura e histórias de gêneros literários, para ocupar um lugar específico no contexto da produção historiográfica propriamente dita. Com isso, os estudos historiográficos deixaram de ser simplesmente bibliografias comentadas, com listas de autores e respectivas obras, e passaram a conter uma periodização própria, análises e interpretações importantes e, sobretudo, foram capazes de ultrapassar os estreitos limites das “histórias nacionais” para tratar de problemas de fundo, relativos à produção historiográfica contemporânea.

Atualmente, os estudos historiográficos já ocupam o seu devido espaço no contexto da produção historiográfica em geral. Além das já tradicionais revistas históricas, muitas delas fundadas na segunda metade do século XIX e início do século XX, existem periódicos mais especializados que dedicam uma parte significativa de seus artigos à teoria e à história da historiografia³.

³ Existem atualmente cerca de mais de mil periódicos catalogados na área de avaliação de História junto a CAPES, sendo estes de circulação nacional e internacional. Informação disponível no sítio eletrônico: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/ConsultaPeriodicos.faces/>>. Acesso em: 19 abr. 2010.

O historiador Rogério Forastieri da Silva apresenta-nos algumas características deste gênero de estudo. A primeira é a inevitabilidade de referência a autores e obras, afinal, elas são o centro da investigação, bem como sua documentação básica. Isto constitui o aspecto formal de um estudo historiográfico. Outra característica e também nova inevitabilidade, é a obrigatoriedade da listagem de autores e obras. Quanto às dificuldades encontradas nesta área do conhecimento, este historiador nos afirma que o principal obstáculo é a dificuldade de acesso a esta bibliografia, porque é, em geral, muito especializada.

Observando estas particularidades dos estudos historiográficos, o mesmo historiador (2001, p.23) apresenta-nos uma tipologia destes estudos, destacando a existência de uma razoável variedade e quantidade destes textos especializados. Basicamente sua tipologia elenca quatro modelos dos mesmos: primeiro, os estudos historiográficos que têm como alvo um autor e o conjunto de suas obras, ou uma comparação entre autores e algumas de suas respectivas obras, que pode ter por interesse investigar, por exemplo, a forma ou o estilo de escrita, ou a forma que os autores objeto de comparação vieram a tratar de determinados temas, ou dentro de um mesmo período da historiografia comparar autores; segundo, os estudos historiográficos nacionais, ou seja, os que têm como alvo a apresentação da historiografia de um determinado país, ou os estudos historiográficos de uma época, seja no sentido meramente cronológico, ou no sentido de um critério não rigorosamente cronológico, estudos historiográficos sobre determinada escola histórica ou tendência historiográfica envolvendo, neste caso, os autores e várias obras que caracterizam o período, ou escola, ou tendência; terceiro, os estudos historiográficos que têm por finalidade saber como um determinado tema tem sido tratado ao longo do tempo, por vários autores e várias obras, ou da perspectiva das tendências ou escolas históricas; e quarto, e último, os estudos historiográficos gerais, mais amplos, que têm por finalidade oferecer um panorama da produção historiográfica como um todo.

Na Universidade Estadual de Campinas também é possível localizar um pioneirismo no que se refere às questões ligadas ao campo da historiografia e dos estudos históricos. O historiador e professor da Unicamp José Roberto do Amaral Lapa, por exemplo, pode ser considerado um dos precursores da preocupação com o campo da historiografia e dos estudos historiográficos no Brasil. É de sua autoria um dos livros mais conhecidos e referenciados sobre o tema ainda nos dias atuais, trata-se de *Historiografia Brasileira Contemporânea*, publicado pela primeira vez em 1979, em que discute os problemas atinentes à historiografia brasileira e ao processo de produção e transmissão do conhecimento histórico no Brasil (LAPA, 1981, p.11).

Utilizamos as indicações e formulações de Forastieri porque enxergamos que sua conceituação de estudos historiográficos apresenta uma clara aproximação com o nosso entendimento sobre o que é a historiografia. Para ele (2001, p. 26), o estudo historiográfico significa, em seu sentido amplo, aquele que envolve reflexões de natureza vária, sobre os historiadores e suas respectivas obras, ou ainda, em sentido mais restrito, o estudo da história dos escritos históricos, métodos, interpretações e suas controvérsias. Estas indicações nos colocam em concordância com o nosso próprio entendimento da historiografia como o estudo da produção do conhecimento histórico, que abarca todas estas questões e preocupações.

Quanto à estrutura dos capítulos desta dissertação, eles assim se apresentam: no capítulo II apresentamos uma pequena biografia de Thompson, destacando as principais experiências no decorrer de sua vida, como a família, a formação, a militância e o ativismo político; também nos referimos ao papel de Thompson como renovador da historiografia inglesa e também marxista. Neste primeiro capítulo também relacionamos Thompson com a historiografia inglesa e realizamos, ainda, uma análise sobre o seu conceito de experiência em duas de suas principais obras: *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1963) e *A Miséria da teoria* (1978).

No capítulo III contextualizamos a apreciação de Thompson pela historiografia brasileira, e também entre os cientistas sociais; em seguida realizamos uma trajetória da historiografia da classe trabalhadora no Brasil, apontando algumas etapas, tendências e inovações nesta área de estudos; efetuamos também uma outra trajetória no sentido de identificar como a historiografia e o pensamento de Thompson chegam ao Brasil, buscando apontar quais as primeiras pessoas que tiveram contato com ele, as primeiras citações e referências à sua obra e as instituições de ensino que foram pioneiras nesse contato; e, por fim, buscamos analisar a produção historiográfica de Sidney Chalhoub, destacando também aspectos de sua própria vida.

No último capítulo buscamos perceber como se deu a difusão do pensamento e da obra de Thompson através da atuação de Sidney Chalhoub como professor universitário e da instituição de ensino em que ele trabalha, a Unicamp. Destacamos, neste capítulo, um pouco da história da instituição, apresentando como foi a sua origem e como se deu a sua consolidação enquanto uma das instituições universitárias das mais bem sucedidas e reconhecidas do Brasil, tendo sido a partir de lá que o pensamento e obra de Thompson se irradiou por centros universitários do país, influenciando inúmeras obras de historiadores e outros cientistas sociais.

Capítulo 2: E. P.Thompson: Vida e Historiografia

O inglês Edward Palmer Thompson é reconhecidamente apontado como um dos grandes historiadores do século XX, por conta de sua vasta, reconhecida e polêmica produção historiográfica e de um incansável ativismo político. Sua influência foi sentida em vários países do mundo. Thompson tem sido prestigiado por intelectuais e estudiosos de diversas nacionalidades. Seu reconhecimento se faz presente em todos os continentes do globo terrestre. Segundo Christopher Hill, na Europa, Índia, Austrália, Brasil e Estados Unidos, ele tem sido o historiador britânico mais reconhecido (*apud* FORTES; NEGRO & FONTES, 2001, p.24).

Os trabalhos sobre sua obra e seu pensamento multiplicam-se e sua influência tem crescido significativamente. Podemos percebê-la em diferentes campos da história social, desde os estudos históricos sobre as multidões, até com as possibilidades para o resgate do “sexo esquecido”⁴. Hobsbawm (*apud* PALMER, 1996, p.141) destaca que, segundo o índice de citações nas áreas de artes e humanidades, Thompson é mais citado que qualquer outro historiador do século XX, além de ser, com efeito, um dos 250 autores mais citados de todos os tempos.

Compreendemos que essa enorme influência se dá por conta da sua também enorme atualidade. Sobre esse tema, o historiador e professor da UFRJ, Alexandre Fortes (2006, p.198) comenta que o pensamento de Thompson e, principalmente, o seu clássico livro *A Formação da Classe Operária Inglesa* permanece “uma fonte inigualável de inspiração para a análise das complexas inter-relações entre diferentes âmbitos da realidade social permanentemente mutante do capitalismo e de seu impacto sobre a constituição e a redefinição das identidades de classe”.

No Brasil, especificamente, percebemos também esta influência em diversas áreas das ciências humanas, principalmente na História e nas Ciências Sociais, na Educação e até na área de Saúde⁵. Sobre a influência de Thompson em trabalhos de historiadores e cientistas sociais brasileiros, discorreremos melhor no próximo capítulo.

⁴ No caso dos estudos sobre o “sexo esquecido”, pode-se citar a produção feminista ligada ao *History Workshop*, profundamente influenciada pela história social thompsoniana. Destacamos a obra de Barbara Taylor, *Eve and the New Jerusalém*, como exemplo, embora tenha sido constituída sob uma perspectiva thompsoniana ampliada.

⁵ Como exemplo, podemos indicar, no campo da Educação, os artigos de: MÜLLER, Ricardo Gaspar & MORAES, Maria Célia Marcondes de. História e Experiência: contribuições de E. P.Thompson à pesquisa em educação. In: *Perspectiva*. Florianópolis, SC: v. 21, n.02, jul./dez. 2003, p.329-349; VENDRAMINI, Célia Regina. A contribuição de E. P.Thompson para a apreensão dos saberes produzidos do/no trabalho. *Revista Educação UNISINOS*. v. 10, n.2, mai./ago. 2006, p.123-129; CARMO, Jefferson Carrielo do. Possíveis

Thompson morreu em 1993, e dezessete anos depois, sua obra e pensamento continuam a se constituir em tema privilegiado e fecundo por parte de uma gama enorme de intelectuais e pesquisadores pelo Brasil e pelo mundo afora. Colocamos-nos, decisivamente, entre os que foram atraídos e provocados pelo que as suas formulações e interpretações despertam. E, parafraseando o título de um pequeno artigo de abertura do Dossiê: Diálogos com E. P. Thompson, da *Revista Projeto História* da PUC-SP⁶, perguntamo-nos novamente: por que dialogar com E. P. Thompson? E nos juntamos à resposta dada pelos professores do Departamento de História da USP, Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura e Marcos Antonio da Silva, autores do artigo: é necessário dialogar com Thompson porque sua obra não envelheceu, é atual ainda, talvez pelas polêmicas que suscitou, talvez porque sempre é tempo de rever conteúdos, teorias e métodos, e porque ainda são muitos os becos sem saída que a história deve explorar, as causas perdidas que precisa rever, os perdedores que tem a escutar.

É preciso dialogar com Thompson porque, de seus textos, a ação humana emerge em toda a sua plenitude: homens e mulheres, imersos no passado, recuperam sua historicidade e se projetam enquanto construtores da própria História. É possível, assim, ouvir suas vozes, imaginar seus rostos, visualizar seus projetos. Isso tudo, o apaixonado exercício de historiador de Thompson nos faz perceber e nos coloca como um exemplo bom a seguir. Ler seus trabalhos nos provoca admiração e inflamação. Otimismo e paixão são qualidades presentes em seu exercício.

Resolvemos dialogar, e muito, com este historiador inglês e, para exemplificar o porquê da busca por esse diálogo, apresentamos as palavras da historiadora Déa Ribeiro Fenelon que expressam bem um sentimento que também compartilhamos:

Com certeza Thompson sempre me pareceu o historiador em quem desejava me inspirar, com quem estabelecer diálogo, com quem aprender a difícil relação entre orientações teóricas, que ao mesmo tempo valorizassem a prática da investigação, salientassem perspectivas de uma produção de conhecimento, que mantivesse uma relação crítica com a pesquisa, a descoberta, e constante coerência com a idéia de lutar pela transformação social no agora, para forjar um futuro melhor. Um historiador para quem a

contribuições de Edward Palmer Thompson para a história da educação. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, SP n.27, set. 2007, p.9-28; TABORDA, Marcus Aurélio. O pensamento de Edward Palmer Thompson como programa para a pesquisa em história da educação: culturas escolares, currículo e a educação do corpo. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, n.16, jan./abr. 2008, p.147-170; já na área da Saúde podemos destacar o artigo de: MISSIO, Lourdes & RENOVATO, Rogério Dias. O conceito de experiência em Thompson: articulações com a prática de saúde coletiva. *Anais do I Simpósio Internacional de Políticas e Práticas em Saúde Coletiva na Perspectiva da Enfermagem*, 2007.

⁶ Esta edição da revista apresentou os debates promovidos nos Departamentos de História da USP e da PUC-SP quando das homenagens a Thompson, em 1994, um ano após sua morte. *Revista Projeto História*. São Paulo. n.12, Outubro/1995.

relação entre História e Política não tivesse que ser justificada ou explicitada a cada passo, porque ela é inerente à sua própria concepção sobre o significado de trabalho profissional e intelectual (FENELON, 1995, p.77).

A exigência da investigação séria, a busca da recuperação de propostas alternativas, que foram sufocadas no caminho da luta, as condições de vida e a constituição da cultura e dos valores dos trabalhadores, são temáticas que interessam hoje e que a leitura e o exemplo de Thompson podem nos inspirar. E, por isso, também buscamos o diálogo com ele, através do estudo da repercussão e recepção do seu conceito de experiência na historiografia brasileira.

Procederemos agora uma breve análise da vida do próprio historiador inglês Thompson.

2.1. As experiências de Thompson

Este subitem será dedicado à própria figura do historiador Thompson, destacando as suas próprias “experiências”, no âmbito da relação com a família, com os estudos, a militância política, a carreira acadêmica, entre outros aspectos⁷.

Edward Palmer Thompson era inglês, nascido em Oxford, em três de fevereiro de 1924. Foi uma pessoa de muitas idéias, muitas palavras e muitas atitudes. Isso não significava que fosse volúvel; ao contrário, suas motivações foram bastante estáveis. Idéias, palavras e atitudes se alimentaram mutuamente, refletindo-se na sua vida de modo duradouro. Portador de um pensamento hábil e original, eloquente e apaixonado, lançou-se em inúmeros “combates pela história”. Não se trataram tais combates, aliás, de campanhas circunscritas à universidade, às salas de aula e encontros acadêmicos. Muito além desses recintos, sua biografia foi marcada pela imbricação entre a história estudada e a história vivida.

Filho de missionários metodistas que viveram na Índia, o internacionalismo presente em seu pensamento deve-se, sem dúvida, à sua árvore genealógica. O pai, Edward John Thompson, nasceu em 1886, filho de missionários metodistas que haviam trabalhado no sul da Índia. Edward John passou treze anos de sua formação (1910-22) no Extremo Oriente seguindo o rastro de seus pais. Neste período serviu na Primeira Guerra Mundial atuando, entre outras coisas, como capelão. Assim, percorreu lugares como a Mesopotâmia e a Palestina, conheceu também a dura realidade enfrentada no Líbano e na Síria. Na Índia, onde

⁷ Para realização deste subitem utilizamos, como referência, a biografia de Thompson escrita por PALMER (1996), além de MUNHOZ (1997) e do artigo Peculiaridades de E. P. Thompson presente em FORTES; NEGRO & FONTES (2001).

foi desenvolver sua missão metodista, mais precisamente no distrito de Bengala Ocidental, atuou como professor na Faculdade de Bankura aonde chegou ao posto de vice-diretor.

Ainda com relação ao Thompson pai, outra faceta importante é o seu envolvimento no campo literário como poeta. Este envolvimento e a experiência na guerra deram à sua vida dimensões bastante singulares aos “serviços” nos círculos metodistas. Principalmente a guerra o distanciou ainda mais de qualquer conceito tradicional de missão metodista.

Durante os anos de ensinamentos metodistas na Índia, Edward John mesclou-se com a cultura local, onde se dedicou aos jogos de críquete e futebol, preparou antologias e apostilas sobre poesia e fez amigos entre a elite literária indiana, como Rabrindanat Tagore, Jawaharlal Nehru e outros, aprendendo rapidamente o bengalês⁸.

Em 1919, enquanto servia como capelão na guerra do Líbano, o pai de E. P.Thompson, casa-se com Theodosia Jessup, escritora e filha de missionários norte-americanos. Um ano depois, Theodosia já se encontrava em uma gravidez difícil de que nasceria prematuro, Frank, o irmão mais velho e adorado de E. P.Thompson e que recebera este nome em homenagem ao irmão de seu pai, William Frank, que morrera na Primeira Guerra em 1917.

No início de 1923, Edward John deixou a Índia com a família para instalar-se na sua casa em Boar's Hill em Oxford, Inglaterra. Neste endereço, após um ano da chegada, nasceu o nosso autor, E. P.Thompson. A vizinhança incluía personalidades literárias de sucesso e a vida social dos Thompsons era aparentemente agitada, com o cultivo do hábito da conversação e dos jogos de críquete que traziam visitantes com regularidade. Esta experiência com a sua vizinhança também foi bastante significativa na vida do jovem E. P.Thompson.Com a credibilidade de quem conviveu e foi amigo de Thompson, Hobsbawm fala em tom de brincadeira sobre os dons que ele possuía:

As fadas que o visitaram em seu berço – se a metáfora é correta para uma criança filha de missionários metodistas anglo-americanos magnânimos, liberais e de longa data antiimperialistas – trouxeram-lhes muitos dons: um poderoso intelecto aliado à intuição de poeta, eloquência, amabilidade, charme, presença de espírito, uma voz maravilhosa, uma admirável

⁸ Rabrindanat Tagore (1861-1941) era escritor, poeta, dramaturgo e filósofo. Alguns de seus poemas estão coligidos em sua obra mais conhecida, “Oferenda Lírica”, publicado em 1910. A repercussão internacional dessa obra lhe valeu a indicação para o prêmio Nobel de Literatura, recebido em 1913. Dois anos depois, recebeu o título de cavaleiro britânico. Em 1919, renunciou ao título de Sir, em protesto à política inglesa em relação à Índia. E. P.Thompson escreveu um livro sobre a relação de seu pai com este poeta indiano, trata-se da obra ‘*Alien Homage*’ Edward Thompson and Rabindranath Tagore. Delhi: Oxford University Press, 1998. Jawaharlal Nehru (1889-1964) foi uma das lideranças do movimento pela independência da Índia, chegando a ocupar o posto de primeiro-ministro após a independência indiana em 15 de agosto de 1947 até sua morte em 1964.

expressão dramática, que ficou grisalha com o passar do tempo, carisma e celebridade em profusão (HOBSEBAWM, 2001, p.16).

Em Oxford, seu pai renuncia de vez ao ministério sagrado, assumindo o cargo, supostamente prestigioso, de professor de bengalês na Universidade de Oxford. Seu trabalho consistia basicamente em ensinar os candidatos ao funcionalismo público na Índia a falar bengalês.

Edward John Thompson era um pai de horizontes cosmopolitas, erudição, identidade inglesa apaixonada, e um missionário metodista (ainda que tenha desistido dessa missão), atraído pelo espiritualismo e pelas conquistas da civilização indiana. Certamente este pai legou uma herança ao filho E. P. Thompson. Uma parte desta herança deve ter sido a sua consciência política internacionalista. Em momento algum suas teorias internacionalistas distanciaram-se de momentos de engajamento e mobilização. E. P. Thompson participou de importantes episódios políticos durante o século XX: a Segunda Guerra Mundial, a guerra da Coreia e as campanhas pela paz e pelo desarmamento nuclear organizadas a partir, e além, do momento de tensão inicial na Guerra Fria. Participando ativamente dessas campanhas e movimentos como personalidade destacada, Thompson tornou-se uma figura conhecida nos meios de comunicação europeus. Participou ainda dos acontecimentos de 1956, acompanhou, e se posicionou contra a ocupação e intervenção brutal dos exércitos inglês e francês do Canal de Suez no Egito, mobilizando toda a militância socialista inglesa na denúncia da agressão imperialista; e apoiou a independência de países como Chipre, Argélia, e as revoluções em Cuba, Vietnã, a experiência socialista do Chile com Salvador Allende, como também das implosões do “socialismo realmente existente”.

Sua árvore genealógica, as experiências dos pais vivendo e conhecendo diversos países, contribuíram, em parte, para o seu internacionalismo e, provavelmente, para seus dotes imaginativos.

Outra herança legada pelo pai ao filho foi a poesia. Thompson queria ser poeta como seus pais, tanto que iniciou seus estudos em Letras e só posteriormente definiu-se pela História. A poesia era indubitavelmente o amor da vida de seu pai. Os Thompsons, na sua residência em Boar's Hill, cultivavam aspirações poéticas e o comprometimento com os princípios e as causas da liberdade. Recebiam com regularidade e de braços abertos, poetas consagrados como Robert Bridges e um fluxo constante de visitantes indianos, transmitindo assim uma atmosfera de compaixão internacional e tolerante.

Mas aqui também cabe falar de uma herança deixada pela família e que Thompson não ostentava com orgulho. Trata-se do metodismo⁹. Como vimos, os avôs e os pais de Thompson eram adeptos do metodismo, que estava, assim, profundamente arraigado em sua própria família desde gerações de seus antepassados. A juventude de Thompson, independentemente de o pai ter se afastado do metodismo, não pôde escapar de ter sido caracterizada pelos traços do wesleyanismo. Durante parte de sua vida, pelo menos, o sentido metodista de seu pai e de sua família pode muito bem ter sido um ponto de conflito para Edward Thompson.

Essa experiência obviamente deixou cicatrizes. Algumas das páginas mais hostis de *A Formação da Classe Operária Inglesa* voltam-se para uma condenação impiedosa, uma polêmica implacável contra a “desorganização essencial da vida humana e a contaminação das fontes de espontaneidade tendentes a refletir-se em cada aspecto da personalidade” provocadas pelo metodismo (PALMER, 1996, p.30). Atacando duramente o metodismo, definindo-o como “parafernália moral”, o jovem E. P. Thompson interpretou o wesleyanismo como algo situado de forma ambígua, entre a “Dissidência e o Estabelecimento”, cunhando assim uma máxima apologética, “para unir o inútil ao desagradável”. O próprio E. P. Thompson deixou poucos indícios sobre as armas que empregou na luta contra o metodismo dos pais. Seus interesses pelo legado paterno tinham pouco a ver com um wesleyanismo que figurava, com cada vez menos vigor, na história de sua família, estando muito mais relacionados à reabilitação das possibilidades inerentes ao encontro político e cultural entre Oriente e Ocidente, incorporadas por seu pai.

Outra figura importante na vida de E. P. Thompson foi a de seu irmão William Frank, supostamente mais brilhante e certamente mais favorecido. Frank era três anos e meio mais velho que Edward, e representava a ponte entre as limitações liberais do pai e o potencial do comunismo. Frank já tinha contato com o jornal do Partido Comunista, mas foram as atrocidades da Guerra Civil Espanhola e as perseguições de Hitler que o trouxeram para a Esquerda. No dia 1º de maio de 1939, Frank Thompson era um comunista que marchava no que deve ter considerado um tipo de procissão nova e disciplinada. Um professor comentara que Frank tomou aquela decisão política devido à “frustração e convicção intelectual com respeito ao que, para ele, parecia a total falta de perspectiva da parte dos demais partidos

⁹ O metodismo foi um movimento de avivamento espiritual cristão ocorrido na Inglaterra do século XVIII que enfatizou a relação íntima do indivíduo com Deus, iniciando-se com uma conversão pessoal e seguindo uma vida de ética e moral cristã. O metodismo foi liderado por John Wesley, eclesiástico da Igreja Anglicana, e seu irmão Carlos Wesley, considerado um dos maiores expoentes da música sacra protestante. Na realidade, John Wesley não se propôs a fundar uma nova igreja ou denominação, mas grupos de renovação na Igreja da Inglaterra.

políticos de lidar com os problemas da época de forma efetiva” (PALMER, 1996, p.45). O fascismo, deve ter pensado Frank, triunfaria a menos que fosse detido.

Provavelmente, Edward nutria idéias semelhantes, pois vivia na mesma época e recorria ao irmão mais velho tanto quanto – talvez até mais – que a seu pai. Tratava-se de um momento de maturação política que obviamente dividia pais e filhos. “Filiar-se ao Partido Comunista foi, para meu irmão mais velho, motivo de conflito na família”, observou Thompson. “Ele abriu o caminho, e quando fiz o mesmo a reação não foi tão intensa”, recordou-se Thompson em tom de agradecimento (*apud* PALMER, 1996, p.45).

Frank combateu durante a Segunda Guerra Mundial, atuando na Inglaterra, no Norte da África e na Bulgária, servindo como pára-quedista e trabalhando no Executivo de Operações Especiais neste último país. Lá foi aprisionado, torturado e morto pelos fascistas búlgaros diante do pelotão de fuzilamento no ano de 1944, contando apenas 21 anos de idade. Na Bulgária recebeu o modesto reconhecimento de herói do povo búlgaro. Morria, assim, o irmão tão amado por Edward Thompson.

O próprio E. P. Thompson também combateu na Segunda Grande Guerra, e servindo no exército britânico foi deslocado para as frentes africana e italiana. Enquanto se davam esses acontecimentos com seu irmão, ele comandava, na Itália, um batalhão de infantaria motorizada.

Thompson resolveu tirar o mínimo proveito dessa experiência da guerra, pois seus brios estavam ofendidos pela autopromoção desprezível daqueles que equacionaram a lealdade e o patriotismo e a campanha na guerra com a causa da repressão fora-da-lei contra a esquerda. Porém, como qualquer veterano, Thompson carregou consigo as cicatrizes da guerra. Muitas delas estavam na mente. Primeiro recordou-se, sobretudo, da morte: a eterna batalha para ludibriá-la, sua presença constante, sem qualquer lógica ou aviso prévio. Segundo, durante o desdobramento da guerra verdadeira dentro da guerra, Thompson lembrou-se do completo fracasso da *razão*. Terceiro, Thompson colocou essas cicatrizes da memória em um espaço entre a necessidade e o desejo, onde a capacidade de intervenção humana encontrou seu lugar de honra para repousar, embora despojado por maquinações e acontecimentos posteriores. Thompson sempre se convenceu de que muitos dos que lutaram na Segunda Guerra Mundial eram antifascistas e antiimperialistas conscientes, imbuídos de ideais e objetivos socialistas. O que pôde apreender da experiência da guerra foi um comprometimento cego com os que tombaram pela liberdade e pela derrota do fascismo. Parte de sua obra em vida seria libertar as intenções “[destes] mortos”, um dos quais, naturalmente, era seu próprio irmão.

Outra experiência importante na vida de E. P. Thompson foi a construção da ferrovia da Juventude Iugoslava no verão de 1947, ocasião em que comandou um grupo de voluntários ingleses que, juntamente com camponeses socialistas, operários, estudantes e soldados, construíram uma ferrovia de 250 km ligando a cidade de Samac a Serajevo. Concluída antes do prazo estipulado, a ferrovia foi construída sem qualquer supervisão e com as ferramentas mais primitivas.

Para Thompson essa foi uma experiência de importância imensa, diretamente apoiada em valores alternativos de uma ordem social coletiva e cooperativa, a partir de novos horizontes de um socialismo nascente calçado em “uma nova ênfase nos deveres do homem para com seus vizinhos e sociedade” (*apud* PALMER, 1996, p.53). Ele traria consigo a experiência dessa possibilidade de transformação revolucionária pelo resto da vida.

Quando a Segunda Guerra Mundial chega ao fim, a própria árvore genealógica de Thompson havia sido atingida impiedosamente pela morte, mas sua consciência e capacidade de conscientização, enquanto árvore da liberdade, deitara raízes profundas. Thompson decantou a experiência dos pais em uma narrativa pessoal de antiimperialismo descompromissado, e o martírio do irmão em uma postura terminantemente antifascista.

Ainda durante a experiência da construção da ferrovia na Iugoslávia, Thompson estava já acompanhado de sua futura esposa, Dorothy Towers. Ela era filha única de pais professores e lojistas, com conhecimentos em arte, especialmente em música. Sua família tinha tendência para a esquerda e Dorothy era versada em línguas modernas; ela própria pertencia a um “círculo de camaradas”, uma rede de contatos e amigos de Thompson que estava sempre pronta para entrar em ação. Thompson partilhara com Dorothy não só a experiência de brigadista como também o interesse pelo ativismo político e pela história social (de fato, Dorothy é uma das maiores especialistas inglesas em história do cartismo)¹⁰.

Como foi dito anteriormente, Thompson iniciou seus estudos em Letras na Universidade de Cambridge, posteriormente interessou-se e transferiu-se para a História. Nesta mesma época filiou-se ao Partido Comunista Inglês, em 1942, aos dezessete anos de idade. Teve de interromper os estudos no período em que serviu na guerra junto aos exércitos ingleses, tendo concluído seu curso no ano de 1946.

Dorothy, por sua vez, filiara-se à Liga Comunista Jovem em 1939, aos catorze anos de idade. Também servira na guerra como projetista mecânica e também estudava em Cambridge. Ela, assim como Edward e seu irmão Frank, faziam parte de uma geração que não

¹⁰ Dorothy Thompson é autora de *The chartists*. Nova York: Pantheon Books, 1984.

via alternativas nas velhas práticas políticas, tradicionalmente de apaziguamento e com fins eleitoreiros. Antes mesmo de completarem vinte anos, Edward e Dorothy já sabiam que seu lugar estava na opção pela resistência, pela recusa, pela revolução.

Thompson conheceu Dorothy logo após graduar-se em História. Ela já se encontrava envolvida há muito tempo em seminários socialistas e comunistas sobre a história da classe operária e, partilhando dos mesmos interesses políticos e acadêmicos, a aproximação foi inevitável. Seus círculos de amizade se entrecruzavam na política do pós-guerra da universidade, e assim, por volta de 1946, passaram a morar juntos postergando a cerimônia de casamento até 1948, uma semana antes do nascimento de seu primeiro filho, Ben.

Por quase cinquenta anos, foram parceiros em uma série de movimentos e causas políticas, chegando a serem considerados, desde os Webbs¹¹, o casal de maior influência combinada e importância política na comunidade esquerdista falante de língua inglesa; sendo também considerado, desde os Hammonds, o casal de importância acadêmica que dominaria de forma decisiva o campo da história social. Ambos escreviam separadamente sobre a história da Grã-Bretanha dos séculos XIX e XX, apoiando-se mutuamente no incentivo, nas idéias, nas críticas e na pesquisa comum.

Quando retornaram da Iugoslávia decidiram fixar residência em Halifax, norte da Inglaterra, e ali constituir família. Não tencionavam trabalhar no mundo acadêmico que, naquela época, sob qualquer hipótese, excluía rigorosamente os comunistas. Nenhum dos dois obteve títulos acadêmicos mais elevados. Edward tinha interesse tanto por literatura como por história, e estava absolutamente convencido de que jamais “tomara a decisão” de ser historiador.

Na Universidade de Leeds, onde lecionaria por dezessete anos, Thompson conseguiu um cargo de educador e pesquisador em período integral na área de inglês do Departamento de Estudos Extracurriculares. Dorothy obteve um emprego na mesma área e também fazia pesquisas, geralmente de cunho sociológico, para diversos departamentos da universidade. Dentro e fora da universidade, parecia que não pertenciam ao meio acadêmico.

Durante este período, com um apertado orçamento doméstico, os Thompsons viviam em meio a um turbilhão de ativismo e generosidade. Lembra-se Dorothy que “o dinheiro de que dispúnhamos quase sempre era absorvido por atividades políticas em vez de ser empregado em roupas, mobília ou reforma da casa” (*apud* PALMER, 1997, p.71).

¹¹ Beatrice e Sidney Webb dirigiram a Sociedade Fabiana, fundada na Inglaterra durante a última década do século XIX. Esta sociedade lançou os alicerces ideológicos do Labour Party, o Partido Trabalhista Inglês.

As atividades políticas eram comunistas. Tanto Edward como Dorothy estavam ligados ao grupo de historiadores do Partido Comunista Inglês. O *Communist Party Historians Group* era formado por historiadores marxistas como Christopher Hill, Eric Hobsbawm, Rodney Hilton, Raphael Samuel, George Rudé, entre outros. Embora dissesse que “na verdade, nunca tomara a decisão de ser historiador”, Thompson acabara enveredando pelos caminhos da história. Chegaria a este caminho através do contexto de trabalho que o Grupo conferia, como também pelo interesse despertado pela obra de William Morris¹², quando ministrava aulas para classe de educação de adultos, operários. Nesta ocasião iniciou seus estudos sobre o que seria sua primeira obra de fôlego, *William Morris: romantic to revolutionary*, publicada em 1955. É certo que o seu interesse por Morris deu-lhe o gosto pela investigação.

Na época em que escreveu *William Morris*, Thompson se definia como uma marxista humanista e morrisiano-marxista. Um marxismo transformado pelos valores presentes no trabalho de William Morris (MUNHOZ, 1997, p.2).

Thompson, ao realizar este trabalho, estava expondo seu interesse temperamental, político e intelectual acerca do romantismo e da crítica moral desse movimento ao capitalismo. Thompson jamais foi o comunista “puro e simples”. Seu comunismo era menos voltado à necessidade econômica e à lógica das forças determinantes do que ao desejo e à paixão moral; características tomadas das críticas do socialista vitoriano William Morris ao capitalismo.

Ao realizar o trabalho de biografia de William Morris, e entrar em contato com este personagem, Thompson iniciou o seu processo de “libertação” do Partido Comunista. Nesse processo de contato com Morris, tornou-se tanto historiador como dissidente comunista, desenvolvendo um “fascínio por chegar ao fundo de todas as coisas” (PALMER, 1996, p.75), uma compulsão que o levaria para perto dos arquivos e para longe de King Street¹³.

Thompson era um militante comunista devotado que empregava metade de seus dias e noites no trabalho para o Partido. Desempenhou, entre outras tantas funções, o de presidente do Comitê de Halifax para a Paz (*Halifax Peace Committee*), o de secretário da Federação de Yorkshire de Organizações para a Paz, o de escritor de uma revista pacifista de âmbito regional e, ainda, o de membro do Comitê Distrital de Yorkshire do Partido Comunista. Além

¹² William Morris (1834-1896) foi escritor, desenhista, pintor e um dos fundadores do movimento socialista na Inglaterra. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/William_Morris/>. Acesso em 26 out. 2009.

¹³ Rua de Londres em que estava situada a sede do Partido Comunista Britânico.

de, como já foi dito, ser uma das figuras de maior destaque no movimento pacifista e pelo desarmamento nuclear na Inglaterra durante o período da Guerra Fria.

Então, ao encontrar-se nesta situação de dirigente do Partido Comunista e de figura importante no movimento pacifista, Thompson estava em uma corrente ambivalente, pois participando de um movimento de protesto e oposição afirmativo e de raízes sólidas, chegou a irritar-se, cada vez mais, com as práticas de manipulação dos funcionários do PCGB (Partido Comunista da Grã-Bretanha) que desejavam esmagar o amplo movimento pacifista.

No entanto, neste momento, o que realmente importava para Edward Thompson era a necessidade de evitar a repetição da carnificina fascista dos anos 1940, protestar, sobreviver. Se Thompson permaneceu atado, em parte, a uma noção de marxismo explicitamente reverente enquanto ortodoxia adquirida e específica, e vinculado, em parte, ao Partido Comunista de Stalin, foi porque o endurecimento das relações da Guerra Fria e a lealdade à memória e ao significado do ano de 1944, o mantiveram ali.

Thompson era contra a tendência “oficial” do partido, pois estava entendendo que a ortodoxia do mesmo, o stalinismo, representava muita pouca moralidade e excessiva desumanidade (PALMER, 1996, p.79). Mesmo assim permaneceu ainda por duas décadas filiado ao Partido Comunista, até que no ano de 1956, no mês de julho, ele e John Saville, fundaram a revista *Reasoner*, uma publicação comunista com certo caráter independente.

A criação da revista representou um esforço desses comunistas perturbados e estarecidos (pois neste momento já se tinha conhecimento das revelações de Kruchev¹⁴, em fevereiro de 1956, sobre os crimes e atrocidades de Stalin), para a renovação do Partido Comunista. Edward e Dorothy Thompson, juntamente com John Saville, há muito tempo acreditavam na possibilidade de renovação da autoridade moral do Partido Comunista, desde que se reconhecesse sua crise interna e que a liderança tomasse as providências, coisas que definitivamente não estavam acontecendo.

A revista *Reasoner* foi lançada com trinta e duas páginas mimeografadas e foi distribuída, independentemente da imprensa do partido, apenas para seus círculos de amizades. Nela deu-se ênfase especial ao restabelecimento da credibilidade moral do comunismo e à máxima deliberadamente declarada, citando Marx: “Deixar o erro sem refutação é estimular a imoralidade intelectual” (THOMPSON, 1981, p.8).

As esperanças de renovação foram esmagadas juntamente com os anseios rebeldes e anti-stalinistas da classe operária húngara, quando os tanques russos invadiram Budapeste em

¹⁴ Nikita Kruchev, primeiro-ministro soviético entre 1954 a 1964 que denunciou, durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, os abusos e crimes cometidos a mando de Stalin.

4 de novembro de 1956. Em função da publicação de críticas à invasão da Hungria pela União Soviética, a revista foi proibida pelo partido. O Comitê Central, que defendia a invasão, fechou a revista e suspendeu Thompson e Saville. Em decorrência disto, os dois abandonaram o partido, acreditando que ele estava agora totalmente desacreditado.

Mas não apenas os dois o abandonariam. Dada a postura “oficial” frente à repressão na Hungria, houve uma grande evasão dos quadros acadêmicos do Partido Comunista Britânico. Figuras como Eric Hobsbawm e Maurice Dobb, foram exceções. As comportas haviam estourado. Deve-se ressaltar que a dissidência atingiu todos os setores do partido, que perdeu cerca de 21% de seus quadros no decorrer de um ano (MUNHOZ, 1997, p.2).

Thompson e Saville saíram do partido, não para abandonar a revolução, mas para realizá-la de novas formas. Imediatamente após fundaram a revista *New Reasoner*. As revistas de dissidência comunista, *The Reasoner* e *New Reasoner*, que fundiam muitas correntes de pensamento e sensibilidades comunistas, receberam esses títulos inspiradas pela publicação de John Bone que tinha o mesmo nome, lançada na primeira metade do século XIX, na tentativa de renovar e recobrar os ânimos de um radicalismo jacobino decadente. O próprio nome da revista já indicava o interesse de seus fundadores em continuar recuperando os elos com socialistas e radicais ingleses do passado.

Essas revistas representavam tentativas de dar novo fôlego a uma oposição desgastada, sempre concentrando a crítica ao comunismo stalinista em sua decadência moral. As páginas da *New Reasoner* insistiam na necessidade de se criar uma moralidade socialista nova e humana em uma resistência obstinada ao maquiavelismo e ao bonapartismo dos Estados stalinistas. A revista era um espaço aberto tanto de debate e divulgação de reflexões da dissidência comunista quanto de crítica ao stalinismo e à política social-democrata. A linha de raciocínio começou com o seu internacionalismo. Sua amplitude não se restringia à Grã-Bretanha. Autores como o dissidente húngaro Imre Nagy e o poeta Adam Wazyc, documentos e debates sobre Antonio Gramsci encontraram guarida em suas páginas. Os dez tópicos da *New Reasoner* falavam do contato e da preocupação com eventos e possibilidades de âmbito global (luta contra o colonialismo, campanha pelo desarmamento nuclear) – práticas, artísticas, conceituais.

Ao longo dos anos subseqüentes, após sua saída do partido, Thompson sobrepôs todos os demais aspectos de sua vida ao projeto de constituir uma nova esquerda.

Em 1957 foi criada, por um grupo de estudantes socialistas de Oxford, a revista *Universities and Left Review*. Em 1959, houve a fusão desta revista com a *New Reasoner*,

dando origem à *New Left Review*. Participavam da revista: Ralph Milliband, Raymond Williams, Peter Worsley, Doris Lessing, Raphael Samuel, Stuart Hall, Edward e Dorothy Thompson, dentre outros. Nesta revista Thompson lutou pelas mentes e corpos da esquerda dividida escrevendo sobre revolução e outros tantos assuntos. A revista tornou-se o principal instrumento de divulgação do debate político e teórico da nova esquerda britânica durante vários anos e ainda existe até hoje¹⁵.

A nova revista deveria ser apenas uma parte do projeto de renovação da esquerda. Desde o início, o grupo majoritário da *New Left Review* sustentava que era imprescindível, para o desenvolvimento do socialismo na Grã-Bretanha, a mudança radical na consciência política do movimento operário inglês. Muito desses intelectuais que se engajaram na nova esquerda eram ativistas de movimentos como o anticolonialismo ou da Campanha pelo Desarmamento Nuclear (CND), ou participavam de outros movimentos democráticos, como, por exemplo, o feminismo.

Thompson dedicou-se durante anos a essa construção da nova esquerda, “formando socialistas”, bem como reformando o socialismo. Lutou para incutir na esquerda britânica a noção de que o tão aclamado terreno da luta de classes - o ponto de produção – abrangia o meio industrial, mas em outros casos, ia muito além dele:

Mas a propriedade privada dos meios de produção não é um ato físico de assalto que ocorre somente no ponto de produção. Trata-se de uma característica inerente a nossas instituições, nossas leis, nossos costumes e moralidade possessiva (*apud* PALMER, 1996, p.97).

O ponto de produção, por volta do início dos anos 1960, era a nova esquerda. Ali e somente ali havia uma política de ativismo e alternativas possíveis. Com a ampliação da tiragem da revista, foram criados por toda Inglaterra, ao redor da *New Left Review*, centros de trabalho e de agitação socialista, dando origem a grupos e clubes. Em junho de 1960, estavam em funcionamento mais de 30 destes clubes. Porém, no início de 1961, concluiu-se que os instrumentos de ação não estavam atingindo os resultados almejados, os clubes e centros de atividades socialistas refluíam. A nova esquerda entrou em declínio, não conseguindo firmar-se como uma forte alternativa política na esquerda britânica. Em abril daquele ano, em meio a

¹⁵ Traduzindo seu nome seria *Revista da Nova Esquerda*. A revista política existe até hoje dedicando seus artigos à análise da situação de vários países no mundo, e também concentrando-as nas áreas de literatura e cinema, crítica cultural e vanguarda, economia global, e no ativismo pós-Seattle (1999), quando houve a primeira grande mobilização do movimento antiglobalização. Todos os números da revista estão disponíveis na internet, através do sítio eletrônico: <<http://www.newleftreview.org/>>

uma crise financeira da revista, Thompson abriu um debate, colocando na ordem do dia a dissolução da revista (MUNHOZ, 1997, p.3).

Foi nesse momento que uma nova geração de intelectuais marxistas assumiu a direção da *New Left Review*. Perry Anderson, um dos expoentes dessa nova geração, tornou-se, em março de 1963, o novo editor da revista. A ascensão desse grupo, que ficou conhecido como a “segunda” nova esquerda, significou uma grande inflexão no debate político e alterações na linha editorial da revista. Os chamados debates teóricos no campo do marxismo passaram a predominar em suas páginas, e artigos de autores estrangeiros como Althusser, Mandel, Balibar, Colleti, entre outros, tornaram-se constantes. Iniciava-se uma nova fase na esquerda britânica. A influência do filósofo francês Louis Althusser e seu estruturalismo marxista fazia-se crescente (como, de resto, em grande parte da esquerda ocidental). Essa nova linha editorial da *New Left Review* contrastava abertamente com o rumo adotado pelos principais participantes do grupo de historiadores do Partido Comunista, como o próprio Thompson.

Pela primeira vez na vida, um abismo separava Edward Thompson da possibilidade de engajamento. Ao retirar-se de King Street com a intenção de prosseguir na luta pelo socialismo em uma nova esquerda, Thompson viu-se exilado e inexpressivo. Na verdade havia outros na mesma situação que ele e, juntos, fundariam *The Socialist Register* [O Arquivo Socialista]. Thompson teria como divulgar seus trabalhos escritos. No entanto, isso, por mais importante que fosse, jamais fora suficiente.

Em meio a essas experiências, disputas políticas e empregado como professor, Thompson vinha trabalhando na tentativa de situar historicamente a experiência da classe operária inglesa do século XIX.

Morando em Halifax no final da década de 1950, Thompson era agora um experimentado docente de cursos extracurriculares. E foi nesta condição que escreveu o seu clássico *The Making of The English Working Class*, em 1963. Como professor dando aulas noturnas, aproveitava a oportunidade para discutir as idéias mestras de seu livro com seus alunos. Como sabemos, por quase duas décadas Thompson ocupou-se da educação de adultos atuando como professor do Departamento de Cursos Extracurriculares de Leeds. Seus alunos eram operários, donas de casa e uma grande mistura de cidadãos “médios”. O Departamento de Leeds foi, durante o pós-guerra, uma importante ponte entre a universidade e os antigos compromissos com a Associação Educacional dos Trabalhadores (*Worker's Educational Association* – WEA) que, desde 1903, estava dedicada a oferecer cursos de treinamento prático aos trabalhadores, sanando o divórcio entre as instituições de ensino superior e os centros de “experiência social”. Como professor de adultos, o nosso autor tinha a

oportunidade conjunta de aprender e de trazer suas experiências para o ambiente da sala de aula. Trabalhando com engajamento Thompson compreendia o valor da experiência e esperava dos alunos que utilizassem essa experiência para ir além dela. E foi no lastro dessas experiências que Thompson realizou a pesquisa e a redação de *A Formação da Classe Operária Inglesa*.

Acreditamos que o surgimento do pensamento de Thompson esteja vinculado às suas diversas “experiências” e às configurações políticas de seu próprio presente. Assim, torna-se necessário relacioná-lo aos principais acontecimentos do cenário político mundial. Seu pensamento foi profundamente marcado pela emergência das contradições que abalaram profundamente o sistema totalitário do mundo socialista a partir dos anos 1930, e, sobretudo, dos anos 1950. Nessa conjuntura nos principais acontecimentos internacionais, discutia-se, entre outras coisas, a Guerra Fria, os processos de Moscou, a divulgação da existência de campos de concentração na URSS. O socialismo real e a política dos Partidos Comunistas passam a ser questionados porque nada diziam que pudesse esconder a reputação socialista do regime soviético ou dos regimes dos países do Leste. Não deram ao protesto dos dissidentes a ampla ressonância que estavam em condições de dar. Longe de informar ou instruir seu público, dissimulavam e soterravam a questão do stalinismo e a natureza do Estado totalitário (BARREIRO, 1995, p.58).

Fatores como a democratização da educação na Inglaterra nos anos 1960, as reações acadêmicas controversas à *A Formação da Classe Operária Inglesa*, a influência do seu livro no exterior e a conjuntura de ascensão da história social no período pós-1965, ironicamente, colocaram Thompson em uma relação de proximidade cada vez maior com a pesquisa e a produção acadêmica. Ele se tornara, sem que tivesse a intenção de fazê-lo, um historiador cativado pelas possibilidades de pesquisa.

Thompson se deslocou, passo a passo, ainda que não de maneira prevista, rumo a novos caminhos. Em 1965, Edward e Dorothy mudaram-se para West Midlands, onde Edward iria se tornar Diretor do Centro de Estudos de História Social na recém inaugurada Universidade de Warwick; passariam mais três anos e Dorothy integraria o quadro do Departamento de História da Universidade de Birmingham.

A Universidade de Warwick atraiu a atenção de muitos talentosos alunos vindos, principalmente, da América do Norte. Thompson foi professor e orientador de vários deles. Assim, cada vez mais, Thompson era atraído para o *mileau* da História enquanto disciplina acadêmica, isso porque sua própria obra entrara para o meio profissional da área e às vezes era submetida a severas críticas, e também por conta do trabalho com o treinamento de jovens

aprendizes de historiadores. Era responsável pela garantia de que a educação deles tomasse direções um pouco diferentes das que mantivera no período em que lecionava nos cursos extracurriculares de educação para adultos, em Leeds (PALMER, 1996, p.134).

Na Universidade de Warwick, a obra histórica de Thompson voltou atrás no tempo: para o século XVIII. As investigações do século XVIII foram conduzidas em sentido contrário à linha estabelecida do ensino acadêmico. Nesse período Thompson estava escrevendo duas histórias diferentes.

A primeira envolvia a sua busca por alguns temas elaborados pela primeira vez na discussão sobre “comunidade” em *A Formação da Classe Operária Inglesa*, e fez com que se voltasse à cultura costumeira das massas plebéias. No trabalho sobre o século XVIII, Thompson buscava elucidar suas dúvidas, com maior grau de detalhamento, sobre os registros muito pouco explorados da vida “plebéia” e de seus laços de reciprocidade com o domínio “patrício”. Em seu engajamento crítico cada vez maior com a Antropologia, Thompson escreveu sobre suas visões de folclore, Antropologia e História social e também fez uma leitura mais aprofundada de rituais como a venda da esposa e do *charivari*, como também uma atenção crescente às convicções dos mais desfavorecidos quanto ao direito comunal às terras. Esses estudos foram iniciados, nessa época, como projetos de pesquisa, sendo mais tarde publicados. Sobre este envolvimento de Thompson com a Antropologia, se faz necessário apresentar algumas idéias. Suzanne Desan (1992) mostra que, nas primeiras obras de Thompson, não havia influência da antropologia, tendo ele relutado em confiar nela como instrumento de análise. Porém, ao tematizar a sociedade cheia de costumes tradicionais do século XVIII, Thompson passou a valorizar os métodos, as teorias e os resultados analíticos da antropologia. Com essa aproximação foi dado impulso a novos problemas com ênfase nas normas ou sistemas de valores e rituais, na atenção às formas de tumultos e distúrbios e nas expressões simbólicas de autoridade¹⁶. Sobre essa aproximação crítica de Thompson com a antropologia Gervácio B. Aranha nos esclarece:

Thompson busca inspiração na antropologia para fins de incorporação de aspectos simbólicos inscritos nas ações dos atores sociais que analisa (...) para decifrar o significado simbólico inscrito na ação dos homens, mas o faz em relação a essa ação situada em determinado tempo e lugar. Com isto, ele evita empobrecer seu trabalho com as generalizações próprias da Antropologia estrutural simbólica ou de uma Antropologia que passa ao largo da transformação histórica (ARANHA, 2008, p.36).

¹⁶ É interessante percebermos que desse diálogo com a antropologia realizado por Thompson permitirá uma abertura para um campo denominado de “história social da cultura”, que será praticado por boa parte dos historiadores pertencentes ao Departamento de História da Unicamp, incluindo dentre estes Sidney Chalhoub.

Como já dissemos, durante este período em Warwick, Thompson escreveu dois artigos extensos e de influência fundamental sobre a produção dos historiadores do mundo inteiro a partir de então. Ambos foram publicados na revista *Past e Present* [Passado e Presente] e causaram mais do que um impacto imediato. Trata-se dos artigos: *Time, Work-discipline and Industrial Capitalism* (Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial), em 1967, e *The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth* (A Economia Moral das Multidões Inglesas no século XVIII), em 1971, que consistiram em trabalhos cuidadosamente elaborados que colocaram Thompson na linha de frente da História Social acadêmica.

O primeiro desses artigos tornou-se um clássico. Nele o autor analisou as tensões existentes nas comunidades camponesas, proto-industriais e pré-proletárias que reagiam à disciplina e ao novo ritmo de trabalho da formação social do capitalismo, observando que as transformações dar-se-iam não apenas no plano tecnológico, mas também a nível cultural. No segundo, Thompson buscava desvendar a complexidade e riqueza dos motins alimentares na Inglaterra do século XVIII, apontando uma economia moral da multidão. Sua argumentação é mais controversa, o que resultou em inúmeros trabalhos de análise e estudo. Juntos, esses textos e pesquisas, desencadearam a reinterpretação de toda a sociedade do século XVIII, onde se trancafiavam patrícios e plebeus na aceitação recíproca do capitalismo (PALMER, 1996, p.136).

No início dos anos 1970, Thompson envolveu-se em conflitos na Universidade de Warwick, onde lecionava. A questão teve início em função da luta por direitos civis e liberdades democráticas ameaçadas pela administração da Universidade. No calor do episódio, ele escreveu dois artigos sobre os conflitos: *The Business University* e *Warwick University Ltd: industry management and Universitie*. Pouco depois, Thompson, descontente, saiu da universidade e passou a se dedicar a novos escritos (MUNHOZ, 1997, p.7).

Em 1975 é publicada, na Inglaterra, outra de suas obras capitais, o livro *Whigs and Hunters* que, no Brasil, recebeu o título *Senhores e Caçadores* (1987). Nele Thompson analisa a estratégia de resistência dos “negros”, caçadores, predadores e de outros homens e mulheres que viviam da coleta e da caça nas florestas e parques da nobreza. Essa resistência era contra os Black Acts (Lei Negra) de 1723, que definiam e criminalizavam dezenas de atos, para os quais se previa a pena capital. Em 1978 Thompson publica *The Poverty of Theory and Other Essays*, editado no Brasil em 1981 com o título: *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros*. Neste livro Thompson discute questões de natureza teórico-metodológicas da história, polemizando com o estruturalista francês Louis Althusser. Durante os anos 1980

Thompson esteve muito envolvido na luta contra as armas nucleares e na campanha pelo desarmamento nuclear, tendo escrito vários textos discutindo estas questões. Dentre estes textos destacamos a publicação *Exterminism and Cold War*, que continha textos de Thompson e de outros ativistas internacionais da campanha. No Brasil o livro foi publicado em 1985 com o título *Exterminismo e Guerra Fria*. Em 1991 ocorreu a publicação de vários artigos de Thompson sobre a cultura plebeia do século XVIII inglês no livro *Customs in Commom*. Este foi publicado no Brasil, no ano de 1998, com o título *Costumes em Comum*.

E. P. Thompson foi acometido por longa enfermidade e faleceu, aos sessenta e nove anos, em vinte e oito de agosto de 1993.

Prosseguiremos com a apresentação de alguns elementos sobre a historiografia inglesa no século XX, marcada principalmente pelo empiricismo e pelo reducionismo econômico, e apontaremos o papel de Thompson como um reconhecido renovador da mesma, na medida em que rompeu com esta tradição historiográfica adotando o materialismo histórico como abordagem que contempla o ponto de vista social a partir da chamada “história vista de baixo”.

2.2. Thompson: renovador da historiografia inglesa

Thompson imprimiu um anseio de renovação nos caminhos da produção historiográfica, principalmente nos quadros da tradicional historiografia inglesa e, também, da historiografia marxista. Apontamos o empiricismo e o reducionismo econômico como marcas fortes desta historiografia nacional que Thompson ironicamente classificou de História Inglesa Oficialmente Correta¹⁷.

Thompson, como já sabemos, pertencia ao grupo de historiadores do Partido Comunista Britânico. Os membros deste grupo comungavam de um grande ardor político, imensa paixão pela história, intensa atividade intelectual que se desdobrava em reuniões, debates, nos quais discutiam a interpretação marxista da história, dando o máximo de si mesmos nesta verdadeira batalha de idéias, cuja finalidade era romper o discurso “empírico” da tradicional historiografia inglesa.

Harvey Kaye, em sua obra sobre os historiadores marxistas britânicos, *The British Marxist Historians. An Introductory Analysis*, de 1984, (*apud* BEZERRA, 1995, p.121) defende que este grupo de historiadores construiu uma tradição historiográfica e uma tradição

¹⁷ Esta denominação para referir-se à historiografia liberal inglesa é da lavra do próprio Thompson. Ver: THOMPSON, E. P. A história vista de baixo. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Tradução de Antonio Luigi Negro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p.185.

teórica. Enquanto tradição teórica comum coloca-se a problemática de um afastamento do determinismo econômico e de uma prática construtiva do materialismo histórico.

Enquanto tradição historiográfica acentuaram-se algumas características básicas: estudo das origens, desenvolvimento e expansão do capitalismo do ponto de vista social; preocupação em desenvolver o marxismo como teoria para determinação de classes, recolocando-se a luta de classes como sendo de importância capital no processo histórico; a história focalizada de baixo para cima; elaboração da teoria a partir da prática histórica; contribuição à cultura política britânica para uma consciência histórica socialista e democrática. Em síntese, no conjunto destes historiadores há uma clara percepção das experiências de resistência e rebeliões das classes despossuídas. A análise da cultura e da política britânica combina-se com a busca das raízes populares na história longínqua (BEZERRA, 1995, p.121).

A decisão dos historiadores do Partido Comunista Britânico de se organizarem em um grupo se deu no ano de 1946 e seu trabalho subsequente, por quase uma década, marcou a historiografia inglesa. Não há dúvidas de que a formação intelectual de seus membros foi estimulada pelas discussões, debates, exposições, críticas e reuniões realizadas pelo grupo, sobretudo se considerarmos o grau de instância organizada, mesmo que não acadêmica.

Desde as discussões sobre as práticas do Partido Comunista Britânico, às questões enfrentadas no pós-guerra, parece certo dizer que as questões deste grupo de intelectuais eram, sem dúvida, seu comprometimento com as definições e teorizações de uma política cultural nacional-popular que valorizasse o povo, a nação e sua luta histórica pela democracia.

Já na década de 1940, todos os membros do grupo deixavam implícitos em seus escritos, uma forte tendência e desejo de romper com o reducionismo economicista, considerado como a vulgarização do marxismo, e estavam dispostos a uma batalha de idéias para levar avante suas questões. É neste sentido que Thompson escreve, em 1965, o artigo intitulado *As Peculiaridades dos Ingleses*, discordando e criticando a interpretação de Perry Anderson segundo a qual “na Inglaterra, uma burguesia apática, produziu um proletariado subordinado” (THOMPSON, 2001, p.78). Thompson refuta tal interpretação demonstrando o caráter único e legítimo da experiência da luta de classes travada na Inglaterra.

Thompson, tal como seus colegas historiadores, vinculados à esquerda britânica, devotava grande interesse aos estudos sobre o mundo do trabalho e a história cultural dos trabalhadores. Junto com outros historiadores formulou a perspectiva da *história vista de baixo*, em que os sujeitos históricos que tradicionalmente eram apenas citados no decurso da

história (trabalhadores, camponeses, marginais, etc.), tiveram, pela primeira vez, o papel de protagonistas.

Podemos apontar Thompson como genitor dessa noção consciente, definida, de se estar estudando uma história feita por pessoas comuns que nasceu a partir da tradição britânica da história do trabalho. Em 1966, Thompson batizou este tipo de história de *history from below*, ou “história vista de baixo”, em artigo publicado no *The Times Literary Supplement*. Ali ele sugeria àqueles que viam as ações e representações do povo que viveu no passado como algo inacessível ou sem importância, que as pessoas comuns eram um pouco mais que “um dos problemas com que o governo tinha que lidar” (THOMPSON, 2001, p.185).

Esta perspectiva, um tipo e uma abordagem da história ao mesmo tempo, como sublinhou Jim Sharpe (1992, p.53-54), ganhou contornos definidos a partir de então, embora toda uma tradição intelectual inglesa que existe desde início do século XX, tenha alimentado esse momento historiográfico particular iniciado na década de 1960. É fato que esta tradição historiográfica abriu vastos horizontes para historiadores de todo o mundo – ou pelo menos para aqueles cada vez mais voltados para a história feita pelo povo. Os estudos sobre pessoas comuns passaram a sugerir os mais variados e detalhados problemas de interpretação e descrição analítica do modo de vida e cultura dessas pessoas e, por outro lado, baseados nessa produção passaram, igualmente, a criticar, redefinir e consolidar a corrente principal da história, esta mais preocupada, na maior parte das vezes, exclusivamente com as ações e representações das elites.

Jim Sharpe (1992, p.47) também reconhece que foram os historiadores marxistas ingleses que, dentro dos limites tradicionais da história britânica do trabalho, desenvolveram o conceito da história vista de baixo. Esses historiadores ingleses que, a partir dos anos cinquenta do século XX, promovem uma renovação na produção do conhecimento histórico, no campo do marxismo, formaram uma tendência que ficou conhecida como a História Social Inglesa¹⁸, marcada por um claro posicionamento político que vem oferecendo uma contribuição muitíssimo importante através da dedicação que tem dado aos estudos sobre o mundo do trabalho e a história cultural dos trabalhadores.

¹⁸ Sobre tal tendência historiográfica ver: GONÇALVES, Regina Célia. *A História Social Inglesa* (Não publicado).

Em seu ensaio intitulado *A História de Baixo para Cima*¹⁹, o também historiador inglês, Eric Hobsbawm escreve que esta perspectiva não precisa de mais comerciais, pois é uma moda recente e que atualmente ela decolou. Ele começa seu ensaio associando a história vista de baixo à história dos movimentos populares ou à história da gente comum. Thompson, em seu artigo *A história vista de baixo* de 1966, também entende esta como a história da gente comum.

Este artigo de Thompson é, de fato, o ponto de partida sobre as discussões e entendimentos sobre o que hoje conhecemos na historiografia acerca da história vista de baixo. É a partir deste texto que o conceito entrou na linguagem comum dos historiadores.

Essa perspectiva atraiu de imediato aqueles historiadores ansiosos por ampliar os limites de sua disciplina, abrir novas áreas de pesquisa e, acima de tudo, explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história (SHARPE, 1992, p.41).

Hobsbawm (1998, p.218) faz uma pequena periodização da história das pessoas comuns como campo específico de estudo, dizendo-nos que ela começa com a história dos movimentos de massa do século XVIII. Considera Michelet o primeiro grande praticante da história dos movimentos populares, estando a grande Revolução Francesa no cerne de seus escritos²⁰. A história da Revolução Francesa, principalmente depois que o jacobinismo foi revitalizado pelo socialismo e o Iluminismo pelo marxismo, foi o campo de provas desse tipo de história. Afirmo ele que foi a tradição francesa da historiografia como um todo, embebida não na história da classe dominante, mas na do povo francês, que estabeleceu a maioria dos temas e até dos métodos da história dos movimentos populares, apontando como exemplo disto as obras de Marc Bloch e Georges Lefebvre. O campo começou realmente a florescer em outros países apenas após a Segunda Guerra Mundial. De fato, seu avanço real apenas começou na metade dos anos de 1950, quando foi possível ao marxismo fazer sua contribuição plena ao mesmo. A contribuição dos historiadores marxistas, no Brasil e em qualquer outra parte, tem sido enorme.

¹⁹ Este ensaio foi primeiramente publicado em KRANTZ, Frederick (ed.). *History from Below: Studies in Popular Protest and Popular Ideology*. (A história a partir de baixo: estudos sobre protesto popular e ideologia popular) Oxford, 1988, e foi escrito em homenagem ao amigo e colaborador George Rudé, que Hobsbawm considera como um destacado pioneiro nos estudos da história vista de baixo. No Brasil o artigo encontra-se em HOBBSAWM, Eric. *A História de Baixo para Cima*. In: *Sobre História*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²⁰ É preciso relativizar um pouco essa posição de Hobsbawm sobre Michelet. Pois embora ele, de fato, tenha dado visibilidade aos movimentos populares, a Revolução francesa não foi um movimento das pessoas comuns e sim representou muito mais os interesses da burguesia. Assim, Michelet cria um novo herói, o “povo”.

Hobsbawm diz ainda que, para os marxistas, ou para os socialistas em geral, o interesse pela história dos movimentos populares se desenvolveu com o crescimento do movimento operário. E embora isso propiciasse um incentivo muito poderoso ao estudo da história do homem comum - principalmente da classe trabalhadora – também impunha certos antolhos muito eficazes aos historiadores socialistas.

Já em 1957, com a publicação do livro *The Uses of Literacy* de Richard Hoggart, estes antolhos foram percebidos. Discutindo diferentes abordagens no estudo da classe trabalhadora, Hoggart pediu cuidado aos leitores das histórias dos movimentos da classe trabalhadora. Ele se afasta de muitas dessas histórias, com a impressão “de que seus autores supervalorizam o lugar da atividade política na vida da classe trabalhadora, que nem sempre tem uma noção adequada da rotina diária dessa vida” (*apud* SHARPE, 1992, 45).

Hobsbawm (1998, p.219) associava esses antolhos com o problema de que os historiadores do movimento trabalhista, marxistas ou não, estudaram “não exatamente as pessoas comuns, mas as pessoas comuns que poderiam ser consideradas os ancestrais do movimento; não os trabalhadores como tais, porém mais como cartistas, sindicalistas, militantes trabalhistas”. A história do movimento trabalhista e de outros desenvolvimentos institucionalizados, declarou ele, não deveria “substituir a história das pessoas comuns em si”.

A partir dos anos de 1960, a esquerda começou a se emancipar dessa abordagem estreita. O livro de Thompson *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1963) é um exemplo desta nova maneira de se abordar as pessoas comuns. O seu estudo sobre a classe trabalhadora inglesa em meio ao processo de industrialização, é um marco na perspectiva da história vista de baixo. Nele, o autor busca a história dos homens de carne e osso e não a história do sindicato e nem a do partido. O que Thompson pretende é confirmar o homem como sujeito da história, e não apenas como ser totalmente submisso à força das estruturas que eram, então, entendidas como a grande energia que movimenta a roda da história.

Mas voltando à reflexão sobre a história vista de baixo, temos de ter em mente que, ao rememorar a história da gente comum, não estamos meramente tentando conferir-lhe um significado político retrospectivo que nem sempre teve. Hobsbawm (1998, p.219) entende que, ao fazer esta operação, estamos tentando, mais genericamente, explorar uma dimensão desconhecida do passado, resgatando as experiências passadas da massa da população da total negligência dos historiadores. Mas essa exploração leva-nos a refletir sobre os seus problemas técnicos.

Como sabemos, todo tipo de história tem seus problemas técnicos, mas a maioria deles supõe que haja um conjunto de fontes prontas cuja interpretação levanta tais problemas. E é

justamente aí onde se encontra uma das principais dificuldades em se escrever a história dos movimentos populares, na medida em que simplesmente não existe um corpo de material pronto a seu respeito. Assim, a primeira dificuldade encontrada gira em torno da evidência.

Ainda sobre a questão das fontes, Sharpe (1992, p.43) fala que se tem que ler o estudo de Thompson sobre os anos formadores da classe trabalhadora inglesa para compreender que, sejam quais forem as críticas que possam ser feitas à sua interpretação da questão, pouca dúvida existe de que ela seja baseada em uma quantidade de material de fontes maciçamente amplas e ricas. Em geral, entretanto, quanto mais para trás vão os historiadores, buscando reconstruir a experiência das classes sociais dominadas, mais restrita se torna a variedade de fontes à sua disposição. O problema é real: os diários, as memórias e os manifestos políticos, a partir dos quais podem ser reconstruídas as vidas e aspirações dessas classes são escassos, antes do final do século dezoito.

Hobsbawm (1998, p.220) lembra-nos que muitas fontes para a história dos movimentos populares apenas foram reconhecidas como tais porque alguém fez uma pergunta e depois sondou desesperadamente em busca de alguma maneira de respondê-la. Diz ele ainda que, não podemos ser positivistas, acreditando que as perguntas e as respostas surgem naturalmente do estudo do material. Em geral, não existe material algum até que nossas perguntas o tenham revelado. E ainda é verdade que, uma vez tendo, nossas perguntas, revelado novas fontes, estas por sua vez suscitam consideráveis problemas técnicos: às vezes, demasiados, às vezes não o bastante.

E, continuando nossa apreciação das dificuldades que permeiam a perspectiva da história vista de baixo, voltamos a Hobsbawm (1998, p.221), que aponta que certos tipos de material dos movimentos populares não suscitaram ainda suficiente reflexão metodológica. Ele indica que a história oral é um bom exemplo deste material. Sharpe (1992, p.48) fala que “a história oral tem sido muito usada pelos historiadores que tentam estudar a experiência das pessoas comuns”. Embora Hobsbawm afirme que, em geral, “na maior parte das vezes as categorias dominadas não deixam sobre si qualquer testemunho escrito, muito embora se fale bastante sobre elas naqueles provenientes de outras categorias sociais. Através do que se diz delas, no entanto, é possível compreendê-las mesmo que parcialmente” (*apud* GONÇALVES, n/p, p.7), e, por este motivo, é que o desenvolvimento da chamada História Oral tem encontrado terreno fértil na história dos excluídos; Hobsbawm também diz, ironicamente, que “graças ao gravador”, atualmente ela é bastante praticada. A preocupação de Hobsbawm (1998, p.221) se exprime na opinião de que “jamais faremos uso adequado da história oral até que formulemos o que pode funcionar mal na memória, com o mesmo cuidado com que hoje

sabemos o que pode não dar certo na transmissão de manuscritos por meio de cópias manuais”. Continua dizendo que, hoje, a maior parte da história oral é memória pessoal, um meio notadamente escorregadio de se preservar fatos. Chega, enfim, à questão da memória, quando considera que esta “é menos uma gravação que um mecanismo seletivo, e a seleção, dentro de certos limites é constantemente mutável”. E ilustra seu pensamento, usando o próprio exemplo:

Aquilo que me lembro de minha vida como estudante de Cambridge é hoje diferente daquilo que era quando eu tinha trinta ou quarenta e cinco anos. E a menos que a tenha elaborado em forma convencional com o intuito de importunar as pessoas (estamos todos familiarizados com aqueles que fazem isso com suas experiências de guerra), é provável que amanhã ou no ano que vem ela seja diferente (HOBBSAWM, 1998, p.221).

O autor afirma que, no momento, nossos critérios para julgar fontes orais ou são quase totalmente intuitivas ou não existem. A fonte ora parece correta, ora não. É claro que também podemos compará-la com alguma fonte independente verificável e aprová-la porque pode ser confirmada por esta última. Mas isso não nos deixa mais perto do problema crucial, o de saber em que podemos acreditar quando não se há nada com o que comparar.

Avaliamos serem corretas as preocupações de Hobsbawm em torno da devida apreciação do material produzido pela história oral. Mas esta questão vem amadurecendo, e hoje já se pratica a história oral com os necessários cuidados para uma boa coleta de material e evidências.

Mas por trás de toda essa discussão feita até aqui, ainda permanece uma questão fundamental, que Sharpe (1992, p.53) busca resolver: a história vista de baixo constitui uma abordagem ou um tipo distinto de história?

Ele considera que, como abordagem, a história vista de baixo preenche comprovadamente duas funções importantes. A primeira é servir como corretivo à história da elite, para mostrar que as grandes batalhas envolveram tanto o grande general quanto o soldado raso, ou que o desenvolvimento econômico da Grã-Bretanha, que estava em plena atividade em 1815, envolveu o que Thompson (2001, p.197) descreveu como “a pobre e maldita infantaria da Revolução Industrial, sem cujo trabalho e habilidades esta seria uma hipótese sem comprovação”. A segunda é que oferecendo essa abordagem alternativa, a história vista de baixo abre a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de história.

Também observa Sharpe (1992, p.54) que, inversamente, poderia ser argumentado que a temática da história vista de baixo, os problemas de sua documentação e, possivelmente, a orientação política de muitos de seus profissionais, criam um tipo distinto de história. Em certo sentido, é claro, é difícil estabelecer-se uma divisão precisa entre um tipo de história e uma abordagem à disciplina em geral: a história econômica, a história intelectual, a história política, a história militar, etc., têm uma eficácia mínima quando confinadas em caixas hermeticamente fechadas. Qualquer tipo de história se beneficia de uma abertura no pensamento do historiador que a está escrevendo. Assim, a história vista de baixo tem sua maior eficácia quando está situada dentro de um contexto. E prossegue Sharpe afirmando que, como nossos sentimentos nos recordam, a expressão “história vista de baixo” implica que há algo acima para ser relacionado. Com isso a história das “pessoas comuns”, mesmo quando estão envolvidos aspectos explicitamente políticos de sua experiência passada, não pode ser dissociada das considerações mais amplas da história. Ignorar este ponto, ao se tratar da história vista de baixo ou de qualquer outro tipo de história social é, segundo o autor, arriscar a emergência de uma intensa fragmentação da escrita da história, talvez mesmo de algum tipo de “antiquarismo” moderno.

Sharpe (1992, p.55) afirma que o tipo de história vista de baixo possibilitou a ampliação da audiência do historiador profissional, permitindo um acesso mais amplo à história de um padrão profissional do que aquele normalmente permitido pelos nobres acadêmicos profissionais e seus alunos. Isto já havia sido observado por Thompson em seu artigo de 1966, quando diz que “professores como R. H. Tawney, G. D. H. Cole, Dona Torr e o senhor H. L. Beales, tiveram uma – raramente vista – relação mais ampla e participativa com um público muito além dos bosques das universidades” (2001, p.186).

É atrativa a idéia do acesso ampliado a um conhecimento de nosso passado, através da história vista de baixo. Entretanto, devemos evitar o perigo de se cair em algo como a fragmentação do conhecimento histórico e a despolitização da história. Sharpe (1992, p.56) observa que o interesse popular na história vista de baixo, está frequentemente restrito ao que poderia ser chamado de uma visão “porão-sótão” da sociedade do passado. Tal visão é a tomada de consciência de que as pessoas fizeram coisas diferentes (e, então, implicitamente estranhas) no passado, e que muitas delas sofreram privações materiais e suportaram sofrimentos, o que nos permite comparar os dissabores do passado com nossas atuais condições mais amenas.

A escrita da história vista de baixo é um projeto que se comprovou extraordinariamente frutífero. Atraiu a atenção de historiadores que estão trabalhando em

várias sociedades passadas, tanto geograficamente variadas quanto cronologicamente estendendo-se dos séculos treze ao vinte. Oriundos de vários países e de várias tradições intelectuais e posições ideológicas, esses historiadores, ao escreverem a história vista de baixo, buscaram socorro de formas tão variadas, como a quantificação e a teoria antropológica, e seus achados apareceram em formatos tão diferentes quanto o artigo erudito técnico e o livro best-seller (SHARPE, 1992, p.58).

Está claro que vários historiadores foram bem sucedidos na superação dos obstáculos não insignificantes que impedem a prática da história vista de baixo. Mas como indica Sharpe (1992, p.59), a importância da história vista de baixo é mais profunda do que apenas propiciar aos historiadores uma oportunidade para mostrar que eles podem ser imaginativos e inovadores. Ela proporciona também um meio para reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento da sua existência. Ela oferece-nos a possibilidade de realizarmos, como aponta Hobsbawm (1998, p.230), uma de nossas tarefas no passado, que é descobrir as vidas e pensamentos das pessoas comuns e resgatá-las daquilo que Edward Thompson chama de “enorme condescendência da posteridade”.

2.2.3. A historiografia e o conceito de Experiência de Thompson

The Making of The English Working Class, foi impresso em 1963, e instantaneamente acolhido como profundamente renovador – não só no campo da história operária, diga-se. Este livro, que foi concluído quando nosso autor contava apenas trinta anos e ainda era um professor da área de educação popular praticamente desconhecido fora dos estreitos círculos da velha e das novas esquerdas, o tornaria amplamente conhecido no meio acadêmico e em trabalhos de historiografia, projetando-o no cenário internacional da erudição histórica. Seu livro é hoje um clássico da historiografia inglesa, um marco na história social e representou também um novo marco na historiografia contemporânea. Segundo Hobsbawm (2001, p.15), este se tornou certamente o mais influente livro de história oriundo do radicalismo anglo-saxão dos anos 1960 e 1970.

É curiosa a história do que veio a ser o seu, hoje, livro clássico. Thompson recebeu um pedido de um editor para que escrevesse a história do movimento trabalhista britânico de 1832 a 1945. Ele, conhecedor e consciente da necessidade de uma linguagem que pudesse atingir seus alunos operários, professores e trade-unionistas, bem como o *mileau* da esquerda que vinha tentando transformar, aceitou realizar o trabalho. Mas, para isso, convenceu a editora a trazer o ponto de partida cronológico de volta a 1790, e o que veio a ser *A Formação*

da *Classe Operária Inglesa* foi, na verdade, o primeiro capítulo de seu texto de pesquisa jamais escrito (PALMER, 1997, p.123).

Para introduzir o tema, Thompson retoma a agitação ocorrida na Europa no final do século XVIII, em decorrência da Revolução Francesa. Na Inglaterra, ele atenta para as *Corresponding Societies*. Estas foram reprimidas e suas possíveis ligações com a *middle-class* foram bloqueadas pelo conservadorismo que se sucedeu à Revolução Francesa. Porém, sua tradição adentrou as comunidades operárias. Thompson acredita ainda que ver este processo como o fim desta experiência tem sido um grande equívoco, pois é, exatamente, aí que teria ocorrido um novo início. Nos anos que se seguiram ao fim das Guerras Napoleônicas, lenta e gradualmente moldou-se uma consciência da classe operária.

Neste livro, ao “refazer” a história do primeiro proletariado inglês, Thompson desenvolveu um percurso próprio objetivando penetrar nos meandros do que ele denominou o “fazer-se” da classe operária inglesa. Tanto seu objeto quanto suas fontes foram abordadas de forma pouco convencional. Thompson propõe uma outra maneira de buscar e investigar as “experiências” dos trabalhadores. O estudo não era restrito a sindicatos e organizações socialistas ou às suas relações econômicas, mas abrangia um vasto campo que compreendia a política popular, tradições religiosas, rituais, conspirações, baladas, pregações milenaristas, ameaças anônimas, cartas, hinos metodistas, festivais, incluía também seus modos de vida, em suas lutas diárias, seus hábitos, valores, dietas, formas de vestir e de morar, de comemorar, de cantar, de transmitir suas tradições orais, de viver com elas ou de resistir às transformações também como vivência cotidiana, e esta é uma nova maneira de ver a luta de classes em seu processo histórico. Ora, essa nova maneira é uma tentativa de Thompson de conhecer a prática da vida, a experiência dos trabalhadores. E é aí que podemos avaliar como essas experiências são elaboradas em termos culturais, incorporadas às tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais que podem se constituir em consciência de classe.

Segundo o historiador Sidnei Munhoz (1997, p.4) no *The Making*, Thompson utiliza uma narrativa através da qual estabelece o caráter coletivo da experiência de exploração e opressão dos trabalhadores ingleses, mas constantemente abre espaço para que aflorem as experiências individuais de artesãos e trabalhadores não-qualificados. Desta forma, seu texto possui um movimento de contração e expansão, onde a fala individual exemplifica a experiência coletiva e, por outro lado, a experiência coletiva funda-se na percepção de identidades. A noção de experiência é fator fundante do trabalho de Thompson. O processo de constituição de classe está diretamente ligado, de um lado, à experiência de exploração, repressão, carestia, desigualdade e, de outro, à solidariedade, partilha e comunidade.

A Formação da Classe Operária Inglesa estava voltado ao contexto político, em que seu repúdio conclusivo às negações destrutivas do stalinismo em relação à capacidade de intervenção humana e seus esforços para a formação de uma nova esquerda, culminariam em “uma polêmica contra as breves observações de cunho econômico sobre o marxismo” em que “a criação da classe operária era resultado de um processo determinado: máquina a vapor mais sistema fabril igual a classe operária” (PALMER, 1997, p.123). Thompson utilizou fontes de origem local, de tradições orais e do distinto passado socialista de West Riding²¹.

Para Harvey Kaye, *A Formação da Classe Operária Inglesa* foi “o mais importante e influente livro de história social jamais escrito”. Segundo ele com sua obra, Thompson proporcionou um “manifesto poético para historiadores radicais se dedicarem a reconstrução das vidas e ações das classes trabalhadoras e dos oprimidos” (*apud* FENELON, 1995, p.80).

Palmer (1997, p.121) afirma que essa produção historiográfica deu origem a uma verdadeira indústria de comentários sobre Thompson. Alguns sobre o aspecto descritivo e, muitos, cada vez mais críticos. Seu estudo da identidade da classe trabalhadora inglesa atraiu muitos seguidores, discípulos e imitadores, bem como críticos. De quase todas as partes vinha o impulso de assimilar Thompson, fosse no sentido da Sociologia ou da Antropologia enquanto disciplinas acadêmicas, fosse em direção a uma “nova” história cultural²².

A primeira versão em português do livro foi publicada em 1987 pela editora Paz e Terra. Partindo das novecentas e cinquenta e oito páginas da edição de 1968 (edição esta reeditada cinco anos depois da primeira publicação, acrescida de um capítulo adicional com respostas a seus críticos mais acerbos), transformou-se, no Brasil, em um conjunto de três livros: *A árvore da liberdade*, *A maldição de Adão* e *A força dos trabalhadores*.

Esses livros apresentam o seguinte conteúdo: *A árvore da liberdade*: onde o autor analisa as tradições populares e a influência jacobina nas agitações de 1790, apontando a dívida da sociedade contemporânea para com o primeiro proletariado inglês. *A maldição de Adão*, onde são analisadas as tradições de lutas e as experiências de grupos de trabalhadores desenvolvidas durante a primeira revolução industrial inglesa e as possíveis mudanças introduzidas pelos metodistas. Nesta parte, o autor defende a tese de que havia uma tradição que antecedia a luta e uma cultura radical que antecedia o metodismo, ou seja, não havia um espaço vazio que teria sido preenchido pelo metodismo. *A força dos trabalhadores*, onde

²¹ West Riding é uma das três partes que subdividem o histórico condado inglês de Yorkshire, que cobre aproximadamente 15.000 km², com uma população de cinco milhões de habitantes. Riding é palavra originária do norueguês antigo, que significa terça parte.

²² Sobre a relação de Thompson e a Nova História Cultural ver: DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn (org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.63-93.

analisa o surgimento e enraizamento das organizações políticas e as experiências dos jacobinos ingleses: aí, ele retoma a questão do radicalismo plebeu, do desenvolvimento do ludismo e do fim das guerras napoleônicas. Destaca a experiência das sociedades de correspondência, a construção das primeiras organizações operárias e a influência radical jacobina nessas organizações.

Para Thompson, a repressão ao jacobinismo e ao trade-unionismo teria levado as lutas à clandestinidade. Ele vê na quebra de máquinas uma ação organizada, com objetivos bem definidos e eficácia, e não apenas uma resposta irracional. Entende o ludismo como um movimento semi-insurrecional, mantendo a clandestinidade e laços com a tradição jacobina de 1790. Em suma, a classe operária inglesa teria se formado por volta do início dos anos 1830, sofrendo influências da revolução francesa (1830) e sendo reforçada pelos efeitos do *Reform Bill* sobre a classe média. Ele defende que um contínuo crescimento da consciência de classe deu-se neste momento. Desta forma, no movimento cartista, a classe operária inglesa já estaria formada.

Palmer (1997, p.120) afirma que, no prefácio deste livro, *A Formação da Classe Operária Inglesa*, está presente o agrupamento de palavras mais citado na formação da história social: “Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual, o artesão ‘utópico’ e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade” (THOMPSON, 1987, p.13), e que essa passagem captura a essência dos esforços do autor em reconstituir a sensibilidade histórica.

Neste sentido percebemos a necessidade apontada por Fenelon, ainda em 1995, em se verificar aqui no Brasil, “através do levantamento de quantas teses e dissertações, livros ou artigos publicados e defendidos nos últimos 20 anos, dentro ou fora dos cursos de pós-graduação, buscaram alguma inspiração na obra de Thompson e registraram, de alguma forma, citações já famosas do prefácio” (1995, p.81), tal como a descrita um pouco antes e também como estas:

A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se...;

... por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como da consciência...;

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de suas experiências comuns (herdadas ou compartilhadas), sentem e articulam a

identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus...;

A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é a sua única definição... (THOMPSON, 1987, p.12-13).

Nestas citações se encontram definidas as características básicas do que se convencionou chamar de uma *history from below* (história vista de baixo), como uma perspectiva de trabalho para o historiador.

Existe um debate historiográfico quanto à filiação teórica desse historiador inglês, pois considerando que E. P. Thompson não é percebido, por uma grande fatia da academia, como um autor marxista, sendo por vezes rotulado de “empiricista” ou “culturalista”, defendemos sim sua inserção na tradição marxista posto que aplicou o materialismo histórico como teoria e como método nos seus estudos historiográficos, travando com Marx uma relação tensa, própria dos rigores científicos e para longe das exegeses e dogmatismos. Para apontar nossa opinião quanto ao debate acerca da filiação de Thompson a alguma corrente de pensamento histórico, recorreremos às palavras de Cláudio Batalha que resolve com mais veemência este debate ao inferir que:

a contribuição de Thompson, como dos demais, à obra de Marx provém precisamente das novas leituras que deu a ela, enriquecendo-a, ampliando o alcance de algumas de suas análises e conceitos, e enfrentando seus silêncios. (...) Mas a não ser que acreditemos que o marxismo, como os vinhos, deva receber certificados de denominação controlada, conferidos por algum escritório burocrático (e nesse caso nós efetivamente estaríamos em duas tradições irreconciliáveis): Thompson permanece um autor marxista. A problemática thompsoniana encontra-se firmemente ancorada na tradição marxista centrando sua produção historiográfica na luta de classes e buscando a coerência entre a teoria e a prática política (BATALHA, 2000, p.201).

Thompson é apontado como intelectual que tratou de assuntos e temas tidos com os “silêncios” de Marx, principalmente a cultura. Por isso é considerado um renovador do marxismo, e também por conta deste seu enfoque privilegiado em relação à cultura no processo histórico é que Thompson recebe erradamente a pecha de culturalista por uma grande parte de autores ligados as correntes pós-modernistas.

Não há dúvida de que, ao lidar com a categoria “cultura”, em todo o conjunto de sua obra, mas especialmente na *A Formação da Classe Operária Inglesa*, Thompson propõe uma outra maneira de buscar e investigar as “experiências” dos trabalhadores, abordando e

analisando as mais diversas facetas nas quais elas se expressariam. Cremos ser importante, neste momento da nossa análise, apresentar a visão e posição de Thompson acerca da cultura:

(...) o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes. Essa é uma razão pela qual precisamos ter cuidado quanto à generalizações como “cultura popular”. Esta pode sugerir, numa inflexão antropológica influente nos trabalhos de historiadores sociais, uma perspectiva ultraconcensual dessa cultura, entendida como “sistema de atitudes, valores, e significados compartilhados, e as formas simbólicas (desempenhos e artefatos) em que se acham incorporados”. Mas cultura é também um conjunto de diferentes recursos, onde há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um sistema (THOMPSON, 1999, p.15-19).

A cultura – como, aliás, quaisquer instrumentos teóricos -, na ótica do historiador britânico, não pode ser tomada como uma categoria fechada, e, muito menos, como expressão de uma estrutura, de um consenso social. Ao contrário, a cultura se inscreve em contextos históricos específicos, no seio das lutas de classe e das relações materiais de poder, em sociedades determinadas. Por essa razão, a luta de classes é também uma disputa em torno de tradições e valores, regras morais, estéticas, religiosas, padrões familiares e sociabilidades – é uma luta entre culturas.

Thompson, ao mudar a ênfase da perspectiva marxista clássica nas relações de produção, teria possibilitado o enfoque de novas formas de exploração e dos significados dados para a experiência na construção da consciência de classe. *A Formação da Classe Operária Inglesa* constitui-se na maior intervenção intelectual e política de sua época e remeteu classe e cultura para o centro dos debates na história, como nunca haviam sido.

A peculiaridade de Thompson está, portanto, na valorização da cultura e da experiência como elementos centrais na análise da história. Enquanto com *cultura* Thompson rompeu os silêncios marxistas em relação à moral, às normas, crenças, costumes, modos de vida e de luta – na acepção de que “toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores” – com *experiência social* enfrentou as racionalizações em torno da teoria, recuperando o imprevisível e indeterminado *fazer-se* histórico das classes sociais numa concepção de teoria como “uma exploração aberta do mundo e de nós mesmos”. Concomitantemente, a recusa veemente de *apriorismos* de qualquer espécie. Não por acaso, alguns autores, ao detectarem certa “heterodoxia”, caracterizaram como “culturalista” o

marxismo deste historiador ligado à corrente de historiadores pertencentes à tendência da História Social Inglesa, à qual poderia ser acrescentada a personalidade do crítico literário Raymond Williams.

As leituras dos marxismos, realizadas até então, podem ser divididas em duas grandes linhas: uma, majoritária, dentro dos Partidos Comunistas e das academias, que privilegiava uma perspectiva funcional e estruturalista para a explicação da sociedade capitalista, na qual a base (modo de produção, meios de produção, relações produtivas) determinava a superestrutura (cultura, ideologia, valores ideológicos, direito, moral, ética, etc.), de modo que a intervenção humana no processo histórico era insignificante; e, outra, minoritária e marginal, que, trazendo uma leitura humanista e culturalista dos primeiros escritos de Karl Marx e F. Engels, bem como dos estudos realizados por Antonio Gramsci e G. Lukacs, visava ampliar o campo de análise do marxismo, voltando as atenções para as relações entre os sujeitos históricos e a sociedade, ressaltando a sua ação no tocante aos elementos então identificados como superestruturais, notadamente os valores, os sentimentos, a moral, a religião, a cultura de uma sociedade em um espaço-tempo determinado.

Enxergamos o historiador Thompson como pertencente e importante membro desta última linha do marxismo. De uma forma ou de outra, os marxistas ingleses, e principalmente Thompson, criticaram como ninguém a redução economicista promovida por um certo tipo de marxismo. Em alguma medida, não pouparam nem mesmo os fundadores do materialismo histórico, em especial o Marx maduro, aquele que se dedicou por décadas a estudar *O capital*, e negaram veementemente a utilização da metáfora “base e superestrutura”. Thompson indicava que a dicotomia base-superestrutura levava a um modelo estático e determinista, modelo este que operaria de forma autônoma, independente da ação humana consciente, levando o marxismo ortodoxo a afastar-se dos homens e mulheres reais. Rejeitando o aprisionamento ao determinismo econômico, buscava a construção de um modelo analítico que resgatasse a ação humana e a complexidade das relações sócio-culturais no estudo da história.

Segundo Wood (2003, p.82), duas correntes estabeleceram a metáfora base/superestrutura como princípio dogmático do marxismo. Primeiro, a ortodoxia do *Diamat* de Stalin, afirmando a supremacia de um terreno econômico independente sobre outras esferas da vida e da reprodução social. A economia tornou-se sinônimo de forças técnicas de produção impelindo a história a um processo mecânico de desenvolvimento tecnológico. Segundo, o *marxismo althusseriano*, que retirou da “ciência da História” a ação dos homens, hiper-valorizando as determinações estruturais, ainda que admitindo a imprevisibilidade da

história. Adotava-se, então, o dualismo estrutura e história, determinismo e contingência. A história como processo torna-se, por conseguinte, “refém” de uma teoria apriorística que explica sua dinâmica sem assentar-se no centro dos embates e conflitos.

Thompson combatia estas duas correntes, pois tinha um claro posicionamento político. Participou ativamente do campo revisionista que centrava suas análises, acerca da classe, na experiência e não nas estruturas. Segundo Viotti da Costa (*apud* GONÇALVES, p.50), a partir dos anos 1950, nos marcos da história do trabalho, constitui-se um campo revisionista em que as análises estruturalistas tradicionais foram substituídas por análises centradas na experiência. Um campo onde a história é construída de baixo para cima, onde os trabalhadores aparecem como sujeitos em vez de simples objetos, onde falam por si mesmos e são vistos como atores conscientes que não apenas respondem às mudanças, mas ajudam a defini-las. Um campo em que os trabalhadores são sujeitos tão importantes quanto as elites.

Thompson é conhecido como um renovador do marxismo, contribuindo de forma bastante interessante e original para este corrente de pensamento. Uma de suas contribuições mais conhecidas está no seu entendimento sobre o conceito de classe. Por classe, Thompson afirma entender um fenômeno histórico que integra uma série de acontecimentos díspares e aparentemente sem conexão. Tanto na matéria-prima da experiência quanto da consciência. Para ele, a classe não é uma “estrutura”, muito menos uma “categoria”, mas algo que resulta efetivamente das relações humanas, extremamente fluidas e que nos escapa ao tentarmos dissecar a sua “estrutura”. Esta relação é vital e precisa estar sempre referida a contextos reais. Assim, “a classe acontece quando alguns homens, como resultado das experiências comuns (partilhadas ou herdadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (THOMPSON, 1987, p.13).

A definição de classe de Thompson como um fenômeno histórico se dá em oposição ao formalismo dedutivo stalinista e às deduções estruturais/funcionais estáticas dos sociólogos. Assim, para Thompson, classe existiria apenas no tempo e, em consequência disto, somente poderia ser conhecida historicamente.

Thompson compreende a classe, antes de mais nada, como uma categoria histórica derivada da observação social ao longo do tempo, inseparável da noção de luta de classes, porque é no processo dessa luta que ela se define e se concretiza. E que, portanto, para ele, a classe não é apenas uma categoria analítica, é também um dado real, dinâmico, constituído historicamente. Trata-se de um conceito que pode ser empregado em dois sentidos diferentes: como algo empiricamente observável na realidade e como categoria heurística ou analítica

empregada para organizar a evidência histórica. Para Thompson o pressuposto fundamental é que a classe se descobre a si mesma, que ela está presente ao seu próprio “fazer-se” e a sua constituição se deve tanto à ação humana quanto aos condicionamentos históricos e sociais. E que, portanto, a classe não é uma estrutura, nem uma categoria, é algo que efetivamente ocorre nas relações humanas.

Nesse ponto, foi Thompson quem erigiu uma substancial revisão de alguns postulados essencialistas do materialismo histórico, por considerá-los inadequados. Neste sentido, buscou resignificar a categoria de “classe”, retirando-a do campo “essencialista” da estrutura e inserindo-a no campo das identidades e relações constituídas historicamente, alcançadas através da experiência. Ou, nas palavras do próprio autor:

Nenhuma categoria histórica foi mais incompreendida, atormentada, transfixada e des-historicizada do que a categoria de classe social; uma formação histórica autodefinidora, que homens e mulheres elaboram a partir de sua própria experiência de luta, foi reduzida a uma categoria estática, ou a um efeito de uma estrutura ulterior, das quais os homens não são os autores, mas os vetores (THOMPSON, 1981, 57).

Entre as categorias de Thompson, essa foi a mais utilizada pelos estudos que buscaram superar os limites teórico-metodológicos do marxismo então praticado. No percurso de consecução dos seus trabalhos, Thompson e os demais marxistas ingleses legaram para a historiografia uma metodologia bastante apreciada pelos que trabalham com materiais históricos, em que se recortavam, no fundamental, as classes sociais em um permanente processo de “fazer-se”. Daí se abstrairiam a experiência, a cultura, a política e tudo aquilo que no marxismo dogmático, determinista, mecanicista ou estruturalista - tenha ele o adjetivo que tiver - foi deixado de lado em nome de um método que, conforme discutimos, não remonta necessariamente a Marx e Engels, nem foi unanimidade entre os marxistas em seu conjunto.

Burke (2002, p.12), afirma que Edward Thompson é um historiador que discute questões teóricas com entusiasmo, mesmo quando reclama. E é em tom de reclamação e polêmica que Thompson, em 1978, publicou *The Poverty of Theory: or on Orrery of Error's*, editado no Brasil como *A Miséria da Teoria: ou um Planetário de Erros*, em 1981, pela Editora Zahar. Segundo Fenelon (1995, p.79), esta obra tornou Thompson conhecido no Brasil, como autor a merecer debate, muito mais por sua polêmica com Althusser e os estruturalistas marxistas, então muito influentes.

Este ensaio de Thompson teve por objetivo combater a penetração do estruturalismo althusseriano na historiografia inglesa, que se dava principalmente através da *New Left Review* e *New Left Books*.

A Miséria da Teoria constitui-se no livro mais teórico de nosso autor. O ensaio de Thompson constitui uma de suas mais importantes contribuições para a teoria marxiana. No ensaio, Thompson retoma sua habitual defesa da razão, da centralidade da história e do agir humano e denuncia as análises estruturalistas como uma agressão política e teórica ao marxismo – ironicamente advinda do próprio campo da esquerda –, sobretudo por sua concepção de um real epistemologicamente inerte e sua negação da inteligibilidade da história e dos conceitos de classe e de ideologia como categorias históricas. Neste seu ensaio vemos um historiador que enfrenta as questões teóricas da sua produção intelectual, coisa rara entre historiadores que usualmente não têm grande disposição para os debates teóricos sobre os pressupostos da produção historiográfica e suas implicações políticas.

Thompson, enquanto historiador marxista, procedeu a inúmeros avanços em relação ao tratamento dado à questão da teoria e dos conceitos do materialismo histórico. Tais questões, que sustenta no livro *A Miséria da Teoria*, vão no sentido de que a teoria, na sua relação com as evidências empíricas, envolve uma exploração aberta do mundo que supõe a recusa da decretação de certezas prévias em relação ao fazer social-histórico. Assim, o método de trabalho apresentado por Thompson não implica em uma subordinação da teoria à experiência, mas que o historiador deve verificar empiricamente se o seu modelo analítico é sustentável.

Neste sentido Thompson rompe, sob muitos aspectos, com o determinismo das análises fundadas no materialismo histórico, substancialmente presente em autores marxistas à época em que produziu seus trabalhos mais vigorosos. Thompson, portanto, tornou o marxismo mais criativo, enquanto teoria, a partir de conceitos operacionalizáveis tais como o de experiência e de lógica histórica (BARREIRO, 1995, p.59).

Neste livro, Thompson não se cansa de repetir que a importância da história real, da investigação empírica, é que ela não somente testa a teoria, mas a reconstrói. Sem esta predisposição para trabalhar com a teoria, mas também com a investigação e a pesquisa como campo de exploração de possibilidades, não haverá contribuição possível. O historiador tem de estar alerta todo o tempo, com a responsabilidade constante de discutir passo a passo com a teoria com a qual trabalha, sem confundi-la com a metodologia e as técnicas de investigação. E é esta a polêmica principal que sustenta todo o tempo na *A Miséria da Teoria*.

Althusser era um desses autores e, para Thompson, o marxismo de Althusser, apresentado nos seus dois textos mais importantes, *A favor de Marx* e *Ler o Capital*, nada mais era do que uma forma de idealismo “com atributos de uma teologia”. (THOMPSON, 1981, p.12). O abandono, pelo marxismo estruturalista, da noção de “experiência”, que era matéria-prima da demonstração de discursos históricos, implicaria inúmeros problemas de ordem teórica e prática, pois, ao prescindir do diálogo necessário entre “ser social” e “consciência social”, o materialismo histórico perderia suas referências principais.

Contudo, apesar de reivindicar o lugar da *experiência* na história e, portanto, no materialismo histórico, Thompson não está invalidando o papel da teoria ou mesmo proclamando o “empiricismo” como a forma mais correta de se lidar com a história. Pelo contrário, o procedimento adequado para o trabalho com materiais históricos, dizia Thompson, pressuporia um método que articulasse o diálogo permanente entre teoria e prática, entre hipóteses e evidências. A *experiência* surgiria, assim, desse diálogo necessário entre “ser social” e “consciência social”, compondo uma espécie de “dialética do conhecimento histórico”.

Esse dialogismo do pensamento de Thompson pode ser melhor entendido com a referência completa a esse seu entendimento:

A investigação da história como processo, como sucessão de acontecimentos ou 'desordem racional', acarreta noções de causação, de contradição, de mediação e da organização (por vezes estruturação) sistemática da vida social, política, econômica e intelectual. Essas elaboradas noções 'pertencem' à teoria histórica, são refinadas dentro dos procedimentos dessa teoria, são pensadas dentro do pensamento. Mas não é verdade que a teoria pertença *apenas* à esfera da teoria. Toda noção, ou conceito, surge de engajamentos empíricos e por mais abstratos que sejam os procedimentos de sua auto-interrogação, esta deve ser remetida a um compromisso com as propriedades determinadas da evidência, e defender seus argumentos ante juízes vigilantes no 'tribunal de recursos' da história. Trata-se, num sentido bastante crítico, novamente de uma questão de diálogo. Na medida em que uma tese (o conceito, ou hipótese) é posta em relação com suas antíteses (determinação objetiva não teórica) e disso resulta uma síntese (conhecimento histórico), temos o que poderíamos chamar de dialética do conhecimento histórico (THOMPSON, 1981, p.53-54).

É também neste seu livro, *A Miséria da Teoria*, que Thompson busca conceituar a sua categoria de “experiência”, dedicando todo o capítulo XV, à sua elaboração e formulação. Esta categoria compreende também uma importantíssima contribuição teórico-metodológica

do historiador inglês ao conjunto da historiografia. Como já dissemos, a noção de experiência é fundante no trabalho de Thompson. É a sua matéria-prima, seu substrato.

William Sewell Jr. (*apud* MUNHOZ, 1997, p.12) um dos muitos críticos de Thompson, considera que a “experiência” é o conceito teórico central do seu trabalho, ressaltando ainda que ela é a chave da sua estratégia narrativa. A experiência de classe é a matéria-prima para a existência e formação de uma consciência de classe.

Para Sewell, a experiência thompsoniana propiciaria a mediação entre forças produtivas e consciência de classe, contudo, para o marxismo clássico, isto é luta de classe. A sua noção de experiência de classe é muito mais ampla: não apenas movimentos de luta, mas entre estas ações, as relações de produção e consciência de classe há um vasto, múltiplo e contraditório reino da experiência. Não é um processo puro ou unidirecional de aprendizado (da verdade) colocado pelos marxistas clássicos. O processo não é dado por leis da história. O trajeto dessa experiência é dado em termos culturais. A ação humana é determinante. Há um fraco determinismo, mas as relações de produção determinam a experiência (mas não no todo) e a experiência de classe determina a consciência (*apud* MUNHOZ, 1997, p.23).

A dimensão da “experiência” como definidora da classe é considerada bastante forte. Esta experiência é vivida na esfera da produção, mas não apenas nela, também na vida cotidiana, nas relações políticas e ideológicas. Esta experiência que também é formada pelas lutas (explícitas e implícitas) que constroem a classe a partir da possibilidade de escolha que os indivíduos têm em suas várias inserções sociais. O fato é que, como bem chama a atenção Viotti da Costa, é necessário precisar melhor o conceito de experiência. Quais seriam os seus componentes relevantes?

Em outras palavras, como se estrutura (constitui) a própria experiência? Se os trabalhadores têm muitas identidades, religião, etnia, partido político, classe, de que maneira a identidade de classe vem a prevalecer sobre outros tipos de identidade? (*apud* GONÇALVES, 1996, p.50).

É impossível negar que, apesar de toda a imprecisão metodológica inerente ao conceito de experiência, essa abordagem indicou novas fontes e fez amplo uso do testemunho oral, demonstrou a extraordinária variedade e heterogeneidade da experiência da classe operária, ao mesmo tempo em que contestou as imagens vigentes na historiografia tradicional. Aprofundou a nossa compreensão dos mecanismos pelos quais os trabalhadores constroem, de forma seletiva, um passado significativo a partir do presente, inventando uma tradição em que aparecem como sujeitos da história em vez de simples objetos (GONÇALVES, 1996, p.50).

No entanto, como o próprio Thompson revela em sua obra mais famosa, *A Formação da Classe Operária Inglesa*, os estudos melhor sucedidos são exatamente aqueles em que se consegue estabelecer uma ponte entre as duas abordagens: a análise estrutural que possibilita as generalizações, uma visão mais ampla do mundo do trabalho, e o enfoque que resgata a experiência de classe e que a compreende como algo dinâmico, que se constrói, enquanto evidência empírica e categoria analítica, no curso destas experiências, no curso das suas lutas (GONÇALVES, 1996, p.51).

Thompson tinha um claro posicionamento político. Participou ativamente do campo revisionista que centrava suas análises, acerca da classe, na experiência e não nas estruturas. Participou também do grupo de historiadores britânicos que construíram uma tradição historiográfica e uma tradição teórica, grupo que possui uma clara preocupação com as “experiências” de resistências e rebeliões das classes despossuídas. E que entendem que a compreensão da “experiência” da classe trabalhadora se dá no contexto das relações e confrontos de classes historicamente específicas. Assim, a tônica recai sobre a experiência de classe e sobre a dimensão política desta experiência – dominação e subordinação, embate entre as classes baixas e as elites. Há ênfase na oposição e rebelião – sua realidade, força limitações. Thompson e esses historiadores consideram que as classes baixas são participantes ativas na construção da História e na totalidade da História (BEZERRA, 1995, p.121).

Na introdução do livro *A Miséria da Teoria*, encontramos a definição mais utilizada e divulgada sobre o que Thompson entende por ser a experiência social:

Uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento.

E continua:

A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. (THOMPSON, 1981, p.15-16)

Mas o ser social não é inerte. Os acontecimentos são ágeis, não são inertes. A experiência é o resultado necessário do diálogo entre o ser social e a consciência social. Ela está em toda parte, nas ações cotidianas dos indivíduos e dos grupos sociais, construindo coisas de maneira ativa, sem esperar passivamente o ato do conhecedor científico. (BEZERRA, 1995, p.123)

Bezerra (1995, p.125) afirma que a experiência humana, portanto, expressa o que há de mais vivo na história. É a presença dos homens e mulheres retornando como sujeitos, como construtores do devir e do presente. Não são as estruturas que constroem a história. São as pessoas carregadas de experiência. Claro que não são sujeitos autônomos nem “indivíduos livres”. Suas situações e suas relações produtivas lhes são determinadas como necessidades (ninguém trabalha simplesmente como quer, nem a remuneração é sempre condizente com suas necessidades). As contingências históricas exercem pesada presença na vida de cada pessoa. São os antagonismos aos quais todos estamos submetidos.

Essa experiência é trabalhada na consciência e na cultura das pessoas e dos agrupamentos das pessoas, de acordo com as suas afinidades. A cultura é engendrada no âmago da experiência social, toma corpo, constrói uma coerência interna e passa a atuar, por sua vez, no embate de outras experiências. O conjunto destas experiências, de classe dominada ou de classe dominante, orienta, dá os vetores e os caminhos das novas lutas. O grau de consciência social conquistado na experiência e na cultura determina os caminhos da história que, no processo, é indeterminada (BEZERRA, 1995, p.126).

Bezerra (1995, p.126) ainda apresenta-nos um dado importante quando considera que, na obra de Thompson, a experiência e a cultura não são vivenciadas apenas como idéias e no campo do pensamento. A experiência passa a ser experimentada como sentimento, como parte da vida cotidiana, que é incorporada na cultura em seu sentido mais concreto: normas criadas, obrigações familiares e de parentesco, organização da vida urbana ou rural, etc. Passa a constituir um conjunto de valores que atuam imperceptivelmente nos meandros da vida inteira dos indivíduos e das classes assim constituídas e construídas. Experiência que deixa suas marcas profundas também nas formas mais elaboradas da sociedade, como a arte, o direito e a religião.

A categoria experiência permite sair da armadilha do estruturalismo althusseriano que desconsidera o papel dos sujeitos na história e tende a reduzir todos os acontecimentos sociais ao econômico. A noção de experiência torna-se, portanto, chave para superar a contradição entre determinação e agir humano. Permite compreender homens e mulheres como sujeitos:

...não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (...) e em seguida (...) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p.182).

Para Thompson, entender a experiência na vida de homens e mulheres reais é compreender o diálogo existente entre ser social e consciência social. É pela experiência que homens e mulheres definem e redefinem suas práticas e pensamentos. A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença (THOMPSON, 1981, p.17).

Sem abandonar os princípios ontológicos de Marx, Thompson procurou romper e superar um marxismo dogmático e determinista. Propôs, como historiador e pesquisador, colocar-se em permanente diálogo com Marx, de modo a permanecer fiel ao próprio legado desse autor, ou seja, a perspectiva de análise da condição histórica da realidade e, portanto, sujeita a mudanças. Para Thompson, assim como os fenômenos sociais são caracterizados pela historicidade, da mesma forma devem ser tratadas as categorias teóricas.

É nesse sentido que Thompson propõe a utilização da categoria experiência para a análise da realidade histórico-social. Para ele, por meio dessa categoria, pode-se perceber o diálogo entre ser social e consciência social. Através da experiência existe a possibilidade de perceber um determinado objeto a ser estudado em seu movimento e não como algo inerte, passivo, esperando para ser desbravado por alguma teoria. Da mesma forma, as categorias são revistas, reformuladas quando se colocam em diálogo com as evidências.

A categoria experiência permite ainda, perceber o entrelaçamento de fatores econômicos, sociais e culturais, desviando-se, portanto, de uma análise determinista e mecânica. Ela possibilita criar e sustentar uma história mais viva em que os homens e mulheres reais têm suas experiências buscadas e valorizadas. Apresenta-se como categoria importante na construção de uma narrativa historiográfica que busque o movimento da história enquanto disciplina do movimento, do contexto e do processo.

Edward Thompson construiu uma leitura da prática historiográfica, na qual a história se movimenta a partir das lutas históricas e da busca humana por alternativas concretas, sejam elas alternativas econômicas e sociais (impulsionadas pela necessidade) ou políticas e culturais (identificadas ao reino da liberdade, ou ao campo de possibilidades históricas). Com isso rejeitou não apenas as idéias de fragmentação do real, mas também o economicismo do *homem-mercadoria*, ideal do capitalismo, o individualismo possessivo, o reducionismo das estruturas, a “miséria das teorias” e a morte da história.

Capítulo 3: A recepção da obra de Thompson no Brasil: a produção historiográfica de Sidney Chalhoub

Como pudemos perceber no capítulo anterior, a influência do pensamento do historiador inglês E. P. Thompson percorreu todo o mundo. E o Brasil foi um dos países em que ela alcançou grande representatividade e reconhecimento, manifestando-se em diversas áreas das disciplinas acadêmicas, com destaque principalmente, como vimos, na Educação, Saúde e, sobretudo, nas Ciências Humanas, especialmente nas Ciências Sociais e na História.

Um dos nossos estímulos para a realização deste estudo se deu quando do contato e apreciação de leituras de materiais bibliográficos, livros e artigos pioneiros em língua portuguesa sobre o pensamento e a obra do historiador Thompson. Em meio a essas leituras, em dado momento, percebíamos a necessidade, e até mesmo o tom de queixa revelado por seus autores, pela realização de um trabalho que pudesse apreender e abordar a penetração thompsoniana na historiografia brasileira²³.

Antonio Luigi Negro, em um artigo já mais recente, em comparação aos outros autores que pedem um trabalho desta natureza, assim se coloca:

Apesar de toda a recepção oferecida, os estudos que os historiadores marxistas influenciaram e motivaram por aqui ainda não foram objeto de uma avaliação historiográfica sistemática. Isso exigiria tratá-los, por um lado, não só em conjunto, mas também em suas peculiaridades e, por outro lado, em suas diversas repercussões, igualmente sobre o conjunto e sobre áreas específicas de assuntos históricos brasileiros (NEGRO, 2007, p.72).

No entanto, realizar uma tarefa como essa – abordar a penetração thompsoniana na historiografia brasileira – exige a elaboração de uma estratégia de seleção e recorte no conjunto desta historiografia. E assim o fizemos.

Nossa opção foi abordar a questão delimitando, no campo da história social, a historiografia que trata do trabalho e dos trabalhadores no Brasil, através da produção historiográfica e da figura do historiador e professor carioca Sidney Chalhoub, que atualmente exerce suas funções na Universidade Estadual de Campinas, a Unicamp.

A escolha deste personagem se deu por conta de ser ele um dos primeiros historiadores brasileiros a utilizar as formulações thompsonianas, principalmente o conceito de experiência,

²³ No capítulo anterior, já nos referimos a essa necessidade apontada por Déa Fenelon (1995, p.81); a quem juntamos agora o próprio Antonio Negro e Sidney Munhoz (1997, p.18).

na elaboração do seu livro *Trabalho, Lar e Botequim*, hoje um conhecido clássico da história social brasileira, mas que foi escrito, no início dos anos 1980, como dissertação para a obtenção do título de mestre em história.

Deveu-se também por conta do seu orientador àquela época, Robert Slenes, ter sido um dos primeiros “brasilianistas” a ter contato com a obra de Thompson fora do Brasil. Foi através de Slenes, e de outros brasilianistas que esta obra chegou às nossas terras (NEGRO, 2007, p.73). Para finalizar, a escolha de Sidney Chalhoub deve-se também por conta de sua atuação como professor e difusor do pensamento e da obra de Thompson no Brasil, e este critério de seleção compreende um dos objetivos que iremos tratar no terceiro capítulo desta dissertação. Almejamos, neste momento de nosso trabalho, apresentar a história dos estudos sobre o trabalho, trabalhadores e história da classe operária no Brasil, desde suas primeiras manifestações até o momento em que Chalhoub elabora sua produção historiográfica.

Buscamos também realizar uma apreciação sobre sua história de vida, sua formação, sua produção historiográfica, ou seja, suas “experiências”, como fizemos no capítulo anterior a respeito de Thompson.

Mas, antes disso, apresentamos uma visão geral de como ocorreu a apreciação inicial não só de Thompson, mas da obra da História Social Inglesa, pela historiografia brasileira. A História Social Inglesa é uma corrente historiográfica que vem possibilitando a ampliação do campo de investigação da pesquisa histórica com a emergência de novos agentes de pesquisa como, por exemplo, crianças, prisioneiros, mulheres e camponeses. As origens dessa corrente podem ser encontradas no pós-Segunda Guerra Mundial através da intensa atuação dos historiadores comunistas britânicos pela defesa da bandeira do pensamento livre, contra o reacionarismo da historiografia tradicional. Esses historiadores fundam, em 1946, dentro do Partido Comunista Britânico, o Communist Party Historians Group, que se configura como a ala intelectual do partido formada por historiadores marxistas. Este grupo cumpriu um papel fundamental no rompimento com a tradicional historiografia empirista na Inglaterra. Participavam do grupo nomes como Christopher Hill, Rodney Hilton, Eric Hobsbawm, Raphael Samuel, Dorothy e Edward Thompson, George Rudé, entre outros. Todos esses historiadores trilham um campo comum no que diz respeito à concepção de história e buscam a abordagem, nos marcos do materialismo histórico, que contemple o ponto de vista social. A História Social Inglesa, marcada por um claro posicionamento político, a partir dos anos 1950, tem oferecido uma contribuição muitíssimo importante ao desenvolvimento dos estudos

históricos, em especial, no que diz respeito à história vista de baixo, à história do trabalho e à história cultural.

Objetivamos também, neste capítulo, traçar um caminho de como se processou a chegada do pensamento e obras de Thompson ao Brasil e quais os principais e mais importantes materiais produzidos no país que fazem dele o alvo de tantas pesquisas e influência junto aos historiadores brasileiros.

3.1. A apreciação de Thompson pela historiografia brasileira

O Brasil é, sem dúvidas, um dos países em que o pensamento de Thompson foi muito bem recepcionado e apreciado. O historiador e professor da Universidade Federal Fluminense Marcelo Badaró Mattos (2006) num artigo intitulado *E. P. Thompson no Brasil*, analisa a recepção e a fortuna crítica, no Brasil, da obra de Thompson. Ele nos apresenta uma trajetória das referências a Thompson entre cientistas sociais e historiadores brasileiros. Apresentaremos, em primeiro lugar, as referências a Thompson encontradas entre os cientistas sociais do país.

Segundo Badaró, talvez seja por conta do recorte interdisciplinar presente na origem dos estudos de Thompson, que se possa explicar o fato sintomático de que este historiador inglês tenha sido inicialmente tomado como referência no Brasil, por estudos da área das Ciências Sociais.

Na Sociologia, por exemplo, temos os estudos de Thompson sobre os motins de alimentos no século XVIII inglês servindo como inspiração para a análise dos quebra-quebras de trens no Brasil dos anos 1970. Neste sentido, José Álvaro Moisés e Verena Martinez-Alier (1978) tentam explicar uma sequência significativa de episódios semelhantes de quebra-quebras, buscando fugir da idéia de que representariam episódios completamente espontâneos de violência incontida de uma massa economicamente submetida a grande arrocho. Na literatura da história social que procura explicar os movimentos de revoltas da multidão no período pré-industrial – George Rudé, Hobsbawm e Thompson²⁴ – Moisés e Alier buscam

²⁴ Embora Thompson e Hobsbawm pertençam a uma mesma geração de historiadores e sejam considerados também pertencentes à mesma corrente historiográfica, no caso a história social inglesa, eles apresentam algumas divergências em torno de algumas questões, principalmente com relação à classificação de “pré-políticos” para os movimentos anteriores à industrialização formulada por Hobsbawm. Thompson discorda deste entendimento. Para uma apreciação de algumas diferenças entre Thompson e Hobsbawm, ver NEGRO, Antonio Luigi. Imperfeita ou Refeita? O Debate sobre o Fazer-se da Classe Trabalhadora Inglesa. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Contexto, vol. 16, n. 31 e 32, p.40-61, 1996; AGUIAR, Monique Florêncio de. Racionalidade e Consciência: concepções acerca dos movimentos sociais. In: *Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais – IFCS/UFRJ*. Rio de Janeiro: vol. 3, n. 1, p.76-90, 2005. Disponível em: <<http://www.habitus.ifcs.ufrj.br>> e FRAGA, Alexandre Barbosa. De substantivo plural a

uma explicação que destaque as motivações e o sentido político de mobilizações que possuem uma racionalidade própria.

Outro exemplo é a inspiração da definição de classe social como processo e relação, característica da obra de Thompson a partir de *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Essa formulação seria citada por estudos sociológicos a respeito do novo sindicalismo (fenômeno que irrompe na cena política brasileira a partir das greves dos metalúrgicos do ABC paulista em 1978). Um dos mais significativos destes estudos é o de Eder Sader (1988) que toma o conceito de experiência de Thompson como central para a sua reflexão sobre a emergência dos novos movimentos sociais em fins dos anos 1970.

Na Antropologia temos o exemplo da obra de José Sérgio Leite Lopes, *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés* (1988), em que o autor analisa a trajetória das formas de dominação e as manifestações do conflito de classes numa das maiores (a maior durante alguns anos) indústrias do ramo têxtil no Brasil, localizada em Paulista, cidade vizinha a Recife, recorrendo a Thompson em diversos momentos. As formas e modos de dominação política e de classe são compreendidos, a partir das discussões de Thompson, “ênfatizando tanto esta interiorização da dominação, e também da resistência à dominação, quanto os aspectos simbólicos por ela assumida” (LOPES, 1988, p.21).

O autor também se referencia a Thompson para definir classe e consciência de classe, ênfatizando o caráter de (auto) construção histórica e cultural da classe (p.22). Na análise das formas de dominação encetadas pela empresa (o “modo paulista de dominação”) e das resistências a essas formas pelos trabalhadores, Lopes recorre às formulações de Thompson sobre a “teatralização da dominação” e o “contra-teatro do terror popular” (p.215 e 586).

Marcelo Badaró afirma que essa presença de Thompson como referência nas obras dos cientistas sociais manteve-se entre os anos 1980 e 1990. Para corroborar com essa opinião ele busca uma amostragem nas referências ao historiador inglês presentes em artigos da principal revista brasileira da área, a *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (RBCS), publicada pela ANPOCS. Para conseguir essa amostra acompanhou os números de 1 a 50 da RBCS, e assim, pode constatar a presença de referências a E. P. Thompson em doze artigos, de onze edições do periódico acadêmico, entre os anos de 1986 e 1998. Sobre esses números, afirma ele: “numa apreciação geral pode-se dizer que se esse autor não é o um dos ‘campeões em citações’ entre os artigos da RBCS, a constância com que aparece não é desprezível” (2006, p.91).

Os textos de Thompson citados pelos cientistas sociais foram: *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987); *A economia moral da multidão* (1998a); *Exterminismo e Guerra Fria* (1985); *A Miséria da Teoria* (1981); *Modos de dominação e revoluções na Inglaterra* (2001a); *Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial* (1998b); *Costumes em comum* (1998) e *Senhores e caçadores* (1987)²⁵. Segundo Marcelo Badaró Mattos, os dois primeiros textos foram citados mais de uma vez (cinco vezes no caso de *A Formação da Classe Operária Inglesa*). Ou seja, praticamente toda a obra do historiador inglês circulou nos debates dos cientistas sociais.

Tais textos foram citados para tratar de temas como os aspectos simbólicos e religiosos da luta de classes, o conceito de classe social, o marxismo, as revoltas da multidão e a ecologia. Conforme Badaró Mattos: “como o primeiro tema é mais freqüente, pode-se dizer que foram aqueles pontos em que Thompson afirmou ter tido mais ‘inspirações’ antropológicas os que mais repercutiram no debate dos cientistas sociais brasileiros” (2006, p.91).

Estas indicações da influência de Thompson nas Ciências Sociais serviram para dar uma idéia de que realmente este autor é muito bem visto e apreciado pelos pesquisadores brasileiros. Mas vamos ao que nos interessa como objetivo aqui, que é tratar de como seu deu a apreciação de Thompson por nossa historiografia.

A historiografia britânica possui um abrangente prestígio entre nós. Os principais expoentes da chamada História Social Inglesa, E. P. Thompson, Christopher Hill e Eric Hobsbawm, tem sido uma vívida fonte de inspiração e referência, no Brasil e em outros países da América Latina. Mas já que é apenas o historiador Thompson, o alvo de nossa preocupação historiográfica no momento, vamos abordar como se deu a sua referência entre os historiadores brasileiros.

Para isso, recorreremos novamente a uma interlocução com o artigo de Marcelo Badaró Mattos que trata da recepção do pensamento de Thompson no Brasil. Segundo ele, entre os historiadores um bom indicador da importância de Thompson no Brasil pode ser encontrado na coletânea de entrevistas *Conversas com historiadores brasileiros* (MORAES & REGO, 2002) que reúne depoimentos de quinze entre os mais destacados representantes da área. Destes, sete mencionam explicitamente a importância do referencial thompsoniano em seus trabalhos. Há, entre os demais, pelo menos uma outra depoente que, embora não mencione essa referência, faz dela uso direto em seus trabalhos (MATTOS, 2006, p.92).

²⁵ As datas de publicações destas obras correspondem aos anos das edições utilizadas pelos estudiosos que as citaram.

Os nomes dos historiadores entrevistados que mencionam E. P. Thompson são: Emília Viotti da Costa, Fernando Novais, Maria Odila da Silva Dias, Ciro Flamarion Cardoso, Edgard De Decca, João José Reis e Laura de Mello e Souza. Também é entrevistada Ângela de Castro Gomes que, embora não mencione Thompson na entrevista, recorre à obra do historiador britânico em sua obra *A invenção do trabalhismo* (1988).

Portanto, com essas indicações percebe-se a importância da obra do historiador inglês no Brasil entre todas as gerações de historiadores ainda ativos, dos formados nos anos 1950, aos que foram seus alunos nos anos 1970, e que começaram a publicar seus trabalhos na década de 1980.

Vamos proceder agora a uma pequena observação do conteúdo de algumas destas entrevistas no que diz respeito à figura e pensamento de E. P. Thompson. No depoimento de Emília Viotti da Costa, por exemplo, o historiador inglês aparece listado entre os historiadores que mais a influenciaram e é retomado, juntamente com Eric Hobsbawm e Raymond Williams, para caracterizar o marxismo como um “pensamento vivo” e tais pensadores como os “que produziram maior impacto em minha geração” (MORAES & REGO, 2002, p.70 e 81). Tal referência a Thompson como representante do marxismo enquanto “pensamento vivo” não é, entretanto, a única nos depoimentos. Importante acrescentar que esta historiadora é uma das primeiras a fazer referência a Thompson na *Revista Brasileira de História*, publicação ligada à ANPUH, em seu segundo número que data de setembro de 1982. O artigo de Viotti da Costa intitula-se “A Nova Face do Movimento Operário na Primeira República”.

Nestes depoimentos encontrados no livro existem várias menções ao impacto da leitura de Thompson para o estudo de temas e questões específicas. João José Reis ao tratar, por exemplo, da sua obra *A morte é uma festa* (1991) sobre o episódio de um levante urbano em Salvador na primeira metade do século XIX, conhecido como “cemiterada” afirma que “com o risco de abusar de um conceito usado por Thompson para um fenômeno específico, talvez eu possa dizer que tratei a cemiterada como expressão de uma economia moral do sentimento religioso” (MORAES & REGO, 2002, p.330).

Na entrevista de Laura de Mello e Souza, Thompson aparece como, “de certa forma”, um representante de uma historiografia “mais voltada para temas da marginalidade” (MORAES & REGO, 2002, p.374), explicando assim sua influência na construção do seu livro *Os desclassificados do ouro* (1982).

Na historiografia brasileira a referência à obra de E. P. Thompson está presente em diversas áreas. Os seus trabalhos sobre movimentos de protesto coletivo e motins de multidão tiveram forte influência sobre os estudos a respeito de motins urbanos, a exemplo da revolta

da vacina no Rio de Janeiro da primeira década do século XX. As análises de Thompson sobre a lei e o crime influenciaram muitas pesquisas sobre a legislação brasileira e as formas de criminalização dos modos de viver das populações pobres e trabalhadoras, tanto do período mais recente, quanto sob a vigência da escravidão. Estudos sobre a escravidão, aliás, foram, em grande parte, renovados nos anos 1980 buscando em Thompson fonte de inspiração e, neste caso, a obra de Sidney Chalhoub, *Trabalho, Lar e Botequim*, é emblemática. Também no campo das análises sobre a “cultura popular” e nos debates teóricos sobre a “história cultural”, E. P. Thompson é presença marcante entre os historiadores brasileiros.

Diante de todas estas indicações de áreas de estudo em história no Brasil que se referem à obra de Thompson, seria uma tarefa gigantesca tentar perceber a influência e repercussão do pensamento deste historiador inglês em todas elas. E, mesmo tendo conhecimento da advertência feita por Marcelo Badaró de que: “um apanhado menos que superficial das referências à obra de E. P. Thompson na historiografia brasileira deve estar atento a diversas áreas” (MATTOS, 2006, p.95), e procurando escapar deste risco de ser superficial, recorreremos à estratégia de apenas privilegiar, em nossa análise, aquela especialidade na área do conhecimento histórico que no Brasil foi mais diretamente afetada por sua obra, a saber: os estudos sobre o trabalho, os trabalhadores e a classe trabalhadora brasileira em geral. Ao realizar esta escolha pretendemos avaliar como seu deu a repercussão da obra de Thompson nessa área, focalizando em especial a produção de um historiador brasileiro, Sidney Chalhoub.

Desta forma, cremos ser importante efetuar uma análise acerca desta área específica da historiografia brasileira, que tem sua atenção voltada para o trabalho e os seus sujeitos históricos, os trabalhadores.

3.2. Trajetória da historiografia da classe trabalhadora no Brasil

Num artigo intitulado “História operária e ideologia”, Eric Hobsbawm (1987, p.18-19) empreende uma análise dos estudos sobre a história dos trabalhadores feita “de dentro do movimento”, criticando-os por serem formal ou informalmente ortodoxos. Esta historiografia, dentre outras características, revelou tanto uma “tendência de identificar ‘classes operárias’ com ‘movimento operário’, ou mesmo com organizações, ideologias ou partidos específicos”, como tornou-se “tanto um pouco arqueológica quanto preocupada em atribuir aos movimentos operários a importância que ninguém mais parecia conceder a eles”. Creemos que esta seja uma tendência muito forte no surgimento de uma história do trabalho para qualquer país, na medida em que este segmento da sociedade é comumente tratado pelos intelectuais

em um plano inferior. Daí que os trabalhadores de modo geral só surgiam, enquanto objeto privilegiado de estudo, no interior de uma opção política clara ligada ao movimento operário. Este fato explicava, em boa medida, a tendência a salientar determinados aspectos positivos do movimento relacionado à corrente política da pessoa ou grupo que escrevia tal história. O caso brasileiro, não fugindo à regra, é exemplar deste posicionamento.

O historiador Cláudio Batalha em um artigo que objetiva tratar da produção historiográfica sobre a classe operária no Brasil²⁶, da produção anterior à existência de um espaço acadêmico para essa história à situação atual dos estudos nessa área, afirma que é a produção militante, de não-acadêmicos, que realizará “os primeiros estudos sobre a classe operária no Brasil”, assumindo, entre outras, a forma das efemérides e das “memórias” (BATALHA, 1998, p.146-147). Para Batalha, a produção compreende os escritos historiográficos destes não-acadêmicos que, segundo ele, são militantes, e dentre eles encontram-se tanto sindicalistas e ativistas políticos de esquerda, como também jornalistas e advogados, vinculados de alguma forma ao movimento operário. Para ele é quase impossível determinar, com certeza, qual o primeiro trabalho que, se preocupando com a história operária, tivesse algum cunho historiográfico. No início do século XX, não faltam exemplos de artigos e obras que contenham elementos de uma história da classe operária no Brasil ou, pelo menos, de suas parcelas organizadas. Para citar apenas um deles destacamos a coletânea de artigos *Apontamentos de direito operário*, de 1905, escritos por Evaristo de Moraes (1971), publicados originalmente no jornal *Correio da Manhã*, e que se referem às condições de existência e trabalho da classe operária.

Esses primeiros exemplos, encontrados no início do século XX, ainda não comportam uma preocupação historiográfica central, somente presente de forma mais sistemática em obras já dos anos 1950 e 1960.

Batalha aponta que esta produção militante possui certos traços característicos, tanto no Brasil como em outros países, tais como: o estilo hagiográfico, a função legitimadora do papel e das políticas das organizações ou dos indivíduos de que se trata; a criação de uma cronologia própria e a concepção teleológica da história (BATALHA, 1998, p.147). E, ainda segundo ele, apesar das óbvias limitações, a produção militante sobre a história operária tem seus méritos, que são, antes de tudo, o seu ineditismo e o seu pioneirismo. Esses autores

²⁶ Neste artigo Cláudio Batalha nos oferece um esclarecimento sobre a nomenclatura quanto a esta área de estudos. Segundo ele, o título do próprio artigo reflete o processo nesse campo de estudos. Ele fala de história operária, ou seja, da história da classe operária sob todos os aspectos, em vez de empregar o termo história do movimento operário, limitado ao estudo dos segmentos organizados dessa classe. Em meio a esta consideração do autor, preferimos utilizar o termo história da classe trabalhadora brasileira, para designar esse campo de estudos em nossa historiografia.

militantes são os primeiros a escrever uma história, ainda que idealizada e hagiográfica, da classe operária em uma época na qual só havia espaço para o estudo das classes dominantes. Além disso, esses trabalhos (particularmente as memórias) contêm informações preciosas para o estudo da história operária (BATALHA, 1998, p.148).

Já as primeiras iniciativas acadêmicas de estudo desta temática no Brasil advêm da Sociologia – marcadamente a da Universidade de São Paulo. Ao longo dos anos de 1960, inicia-se no país uma tradição de estudos acadêmicos relacionados com a classe operária. Conforme Cláudio Batalha (1998, p.148) a tradição deste período, compreende o que ele denominou de sínteses sociológicas. Essa tradição abarcava sociólogos preocupados em elaborar grandes sínteses, que estabeleciam teorias explicativas do movimento operário e de suas opções ideológicas. Foi através dela que foram introduzidas e cristalizadas noções como: a origem estrangeira da classe operária; o vínculo entre a introdução do anarquismo e essa origem; a hegemonia do anarquismo no movimento sindical da Primeira República.

O estudioso que costuma ser apontado como o pioneiro das análises sociológicas do movimento operário é Juarez Brandão Lopes. Esse reconhecimento deve-se a seus artigos publicados em 1960, *Os ajustamentos do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação*, e em 1961, *Relações industriais em duas comunidades brasileiras*, que foram reunidos e republicados no livro *Sociedade industrial no Brasil* (1964). Neste livro, a partir da análise empírica da fábrica, o autor pinta em grandes traços as características que seriam consideradas como sendo as da classe operária pós-1930: origem rural e ausência de estabilidade profissional, de padrões de ação coletiva, de tradições e crenças de classe.

Segundo Ismênia de Lima Martins (1995, p.92-93) pesquisadores como Fernando Henrique Cardoso, Leôncio Martins Rodrigues, José Albertino Rodrigues e Azis Simão, dentre outros, ou enfatizavam a “relação dos trabalhadores com os sindicatos pelas origens regionais e culturais da classe operária”, ou então, “investigavam a vinculação estrutural existente entre o sindicalismo populista e o Estado”. Ainda segundo esta autora, pelo fato de ser “tardamente” explorado pelos historiadores, este tema ressentia-se da “falta de uma História Social que dialogasse com a Sociologia em seus esforços interdisciplinares”.

Vamos proceder a uma breve análise sobre as principais obras destes autores relacionadas à classe trabalhadora brasileira. Para isso prosseguiremos nossa interlocução com o artigo de Cláudio Batalha (1998).

Segundo Batalha, a contar de Juarez Brandão Lopes, surge uma linhagem de trabalhos que dão dimensão histórica aos traços estabelecidos por esse autor na análise de casos concretos e historicamente situados. Começando pelo artigo de Fernando Henrique Cardoso,

Situação e composição social do proletariado brasileiro (1961). Segundo a análise do sociólogo, desde a Primeira República faltam condições para que a classe se constitua enquanto tal. Esse período seria marcado pela ausência de industrialização forte e homogeneizadora das relações sociais. A marca dos anos 1930-1940 seria a falta de liberdade sindical. E, nos anos 1950, o principal traço seria a ausência de valores industriais entre esses trabalhadores sem tradição de classe. Essa situação só poderia ser remediada com a transformação da sociedade brasileira numa verdadeira sociedade capitalista urbano-industrial, “adestrando” a ação proletária para situação de classe.

Leônicio Martins Rodrigues em seu livro *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil* (1966), que constitui o exemplo mais acabado da síntese sociológica, divide a história do movimento operário brasileiro em pré e pós-1930. A passagem de um momento para o outro seria caracterizada pela mudança nas aspirações e no comportamento político dessa classe. O pós-1930 corresponderia à situação descrita por Lopes e Cardoso; já antes de 1930 o operariado seria de origem estrangeira, minoritário, sem participação política, com lideranças mais voltadas para a luta contra o capitalismo e a propriedade privada do que para problemas colocados pela realidade brasileira.

José Albertino Rodrigues em sua obra *Sindicato e desenvolvimento no Brasil* (1968), que primeiramente critica 1930 como marco, apontando descompasso entre movimento sindical e legislação trabalhista, propõe uma divisão cronológica do movimento operário sindical brasileiro em cinco fases ou períodos: sendo o primeiro período mutualista (antes de 1888); o segundo período de resistência (1888-1919); o terceiro período de ajustamento (1919-1934); o quarto período de controle (1934-1945) e o quinto período competitivo (1945-1964).

Já Azis Simão no livro *Sindicato e Estado* (1966), é talvez o único dos trabalhos acadêmicos desse período em que a análise histórica está fundada numa pesquisa empírica de fôlego, ainda que restrita a São Paulo. Nos demais casos predomina a tendência de generalizar para o Brasil, o que supostamente seria o caso paulista, mas mesmo a caracterização deste último está baseada em pesquisa empírica limitada.

Nos anos de 1970 houve o início da historiografia acadêmica do movimento operário. Neste período a história acadêmica entrou no campo dos estudos operários que até então estava limitado à sociologia e, em menor grau, à ciência política. Assim tem-se a criação de

um espaço acadêmico de produção sobre a classe trabalhadora do país. Para isso tiveram contribuição decisiva os trabalhos desenvolvidos pelos “brasilianistas”²⁷.

Ainda que situada no campo dos estudos da imigração, a tese de doutorado de Michael Hall (1969), cujas posições são parcialmente sintetizadas em um artigo do autor com Paulo Sérgio Pinheiro (1990), teve um peso fundamental para a revisão da composição da classe operária proposta pela produção sociológica, ao apontar a origem rural da maioria dos imigrantes, sem experiência industrial anterior, e sem participação política nos seus países de origem.

Outro brasilianista, Sheldon Leslie Maram, prossegue o debate sobre imigração com a defesa de sua tese em 1974, publicada em 1979. Neste estudo desenvolve também uma das primeiras análises historiográficas das correntes do movimento operário na Primeira República.

Segundo Batalha (1998, p.150) a contribuição dos brasilianistas também provém de historiadores conservadores no posicionamento político e na produção historiográfica, e cita o nome de J. W. F. Dulles como representante desta postura. Um grande volume de informação e pouca análise própria marcam esse autor. Seu trabalho (1977), originalmente publicado em 1973, *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1930)*, mostra a possibilidade de usar as fontes disponíveis, e como ele próprio utilizara a documentação reunida por Edgard Leuenroth, em poder da família deste, numa época em que tal acesso era restrito. Ainda conforme Batalha “menos preocupados com grandes explicações teóricas do que uma parte significativa da produção brasileira de até então, os brasilianistas introduziram um uso muito mais vasto e rigoroso das fontes, particularmente da imprensa operária” (BATALHA, 1998, p.150).

Ainda na primeira metade dos anos 1970, o diagnóstico feito por alguns brasilianistas sobre a situação dos estudos relacionados à classe operária no Brasil é pouco satisfatório, porém exato.

O início da classe operária brasileira e do movimento operário foi raramente estudado por acadêmicos e, com a exceção em parte do trabalho de Azis Simão, a literatura existente não foi baseada na pesquisa de jornais do movimento e de publicações do período (GORDON, HALL & SPALDING, 1973, p.29).

²⁷ Podemos definir este termo “brasilianista” para designar os acadêmicos americanos especializados no Brasil. Sobre o tema consultar: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Introdução ao Nacionalismo Acadêmico. Os Brasilianistas*. São Paulo, Brasiliense, 1984 (Coleção Primeiros Vãos) e, do mesmo autor, *A Colônia Brasilianista. História Oral de Vida Acadêmica*. São Paulo, Nova Stella, 1990.

Uma das obras brasileiras produzidas durante este período, e que não poderia deixar de ser mencionada, foi o artigo pioneiro de Maria Cecília Baeta Neves, *Greve dos sapateiros de 1906* (1973), que constitui talvez o primeiro exemplo da historiografia do movimento operário que nascia nos anos 1970.

Contudo, o mais conhecido trabalho de historiador brasileiro, nesse campo de estudos, durante esses anos é, provavelmente, *Trabalho urbano e conflito social* de Boris Fausto (1976). Originalmente tese de livre-docência, este estudo marcou época por apresentar uma metodologia apurada no trato histórico, inaugurando entre os estudiosos brasileiros da classe operária, procedimentos de pesquisa que são de praxe no ofício do historiador, mas que até então eram pouco seguidos. Também marcou época por respaldar academicamente uma leitura do movimento operário que condizia com o imaginário das organizações de esquerda do período (hegemonicamente comunistas). No entanto, cabe ressaltar que o autor defende, no estudo, alguns pontos polêmicos, como as noções de um “trabalhismo” e reformismo para o movimento organizado do Rio de Janeiro, e de um sentido mais doutrinário e classista para os operários paulistas. Há nele também uma tentativa bastante problemática de distinguir a classe operária, a massa desorganizada, do núcleo minoritário de quadros e da liderança de modo taxativo, salientando, em consequência disto, a pouca inserção dos ideais anarquistas no seio desta massa de trabalhadores. Segundo Cláudio Batalha, este aspecto, dentre outros, levaria o autor a “uma tendência a julgar negativamente o movimento operário” (BATALHA, 1998, p.151). Mesmo contendo alguns elementos da produção sociológica anterior, em cuja trilha situa seu próprio trabalho (FAUSTO, 1976, p.9), o autor recorre às fontes de imprensa e à pesquisa no Arquivo do Estado de São Paulo, na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, na Biblioteca Nacional e no Arquivo Edgard Leuenroth, adquirido em 1974 pela Universidade Estadual de Campinas, Unicamp.

As interpretações contidas neste estudo de Boris Fausto despertaram polêmicas e claro, mesmo neste período, alguns estudos refletem uma orientação contrária a esta, e tendencialmente favorável aos anarquistas, como foram os casos dos escritos de Edgar Rodrigues (1972) e, um pouco depois, de Francisco Foot Hardman (2002). A trajetória da pesquisa de Edgar Rodrigues, inclusive, é sintomática do caráter político destes estudos. Sua obra trata sobre a história da imprensa social no Brasil, por exemplo, e apesar de deixar claro que “sua investigação está distante de ser um trabalho completo”, afirma esperar contribuir com outros estudos “para o conhecimento de um dos períodos mais relevantes da construção do movimento operário brasileiro” (1997). Mais adiante, de qualquer modo, reafirma sua posição anarquista, e faz uma severa crítica a estudiosos do operariado que só percebem o seu

movimento quando ele “de alguma forma começou a ser domesticado pela burocracia do estado [sic] ou dirigido por essa vanguarda detentora da verdade histórica: o partido comunista” (RODRIGUES, 1997, p.34). E conclui que tais pesquisadores:

Quando usam esse material fazem-no com espírito de médico legista. Para eles, os jornais operários são cadáveres a dissecar para valorizar seus títulos acadêmicos [...] estes ‘historiadores’, invariavelmente, concluem o pré-concebido: “as idéias anarquistas não estavam adequadas à realidade brasileira” (RODRIGUES, 1997, p.34).

Polêmicas historiográficas à parte, voltemos ao exercício de continuar percebendo a trajetória historiográfica sobre a classe trabalhadora brasileira nos anos de 1970. Um outro exemplo contemporâneo desta época é o de Luiz Werneck Vianna em seu livro *Liberalismo e sindicato no Brasil* (1978), originalmente sua tese de doutoramento em Ciência Política defendida em 1976, no qual, preocupado em relacionar movimento operário com ação do Estado, constrói uma explicação da história em grande parte apoiada sobre a legislação trabalhista e sindical de 1889 a 1946 e recorrendo fundamentalmente a documentos oficiais e literatura secundária. Se não nas interpretações, pelo menos nos procedimentos Vianna está mais próximo da literatura sociológica dos anos 1960.

O já citado Boris Fausto, juntamente com o também já mencionado Paulo Sérgio Pinheiro, são dois pesquisadores que irão influenciar decisivamente os rumos da pesquisa sobre a história do trabalho neste período que compreende os anos 1970. O primeiro por possuir uma importância que, em boa medida, está relacionada à influência que seu *Trabalho urbano e conflito social*, de 1976, exercerá na historiografia sobre questões sociais no Brasil. O segundo deve ser destacado não só pelas coletâneas organizadas em colaboração com Michael Hall (1981), que tiveram ampla repercussão no cenário brasileiro e latino-americano, mas também pela sua tese de doutoramento, defendida em 1971²⁸. Apesar de ser um estudo de Ciência Política, ao fazer uma interrogação sobre a presença da classe operária na cena política durante os anos 1920, aborda de forma pioneira as relações de poder estabelecidas entre os operários organizados e o sistema político brasileiro da Primeira República. No nosso entendimento, é este estudo que anuncia as linhas gerais de interpretação sobre o movimento operário no Brasil para o período de sua institucionalização (enquanto temática de estudos) nos anos 1970. Nas suas pesquisas, o autor encara o estudo da classe operária como sendo “a

²⁸ Anos depois o trabalho é publicado, sob o título de *Política e trabalho no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

chave para o entendimento da transição da história do Brasil no século XX”²⁹. Esta perspectiva despertou a importância da temática junto à comunidade dos historiadores àquele momento.

Luiz Werneck Vianna e Boris Fausto, em conjunto com outros pesquisadores já citados, consolidam a área de estudos sobre a classe operária em nossas universidades, criando programas e linhas de pesquisas. Assim, um sintoma evidente de que a história operária encontrara uma inserção acadêmica na década de 1970 foi a defesa das primeiras dissertações de mestrado nesse campo de estudos. Como exemplos, podemos citar os trabalhos de Lígia Osório Silva, *Movimento sindical operário na Primeira República* (1977); Sílvia Magnani (1982), *O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917)*; Maria Nazareth Ferreira (1978), *A imprensa operária no Brasil (1880-1920)*. Estes trabalhos foram iniciados nos primeiros anos da década de 1970. Dos três exemplos citados, os dois últimos seriam mais tarde publicados.

Outro fator importante para alavancar de vez os estudos sobre a história dos trabalhadores no Brasil foi o surgimento de centros de documentação dedicados à história operária, a exemplo do já mencionado Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp; em 1977 foi criado em Milão, na Itália, junto à Fundação Giangiacomo Feltrinelli, o *Archivio Storico del Movimento Operario Brasiliano* – ASMOB (Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro); e, em 1980, em São Paulo, o Centro de Memória Sindical. Ao mesmo tempo, o rico acervo relativo ao Brasil contido na coleção Max Nettlau do *Internationaal Instituut voor Sociale Geschiedenis* (Instituto Internacional de História Social) de Amsterdã na Holanda, já vinha sendo explorado desde o início da década pelos brasilianistas.

Evidentemente não podemos deixar de ressaltar que o interesse tardio dos historiadores brasileiros pelos estudos relacionados com os trabalhadores brasileiros não pode ser explicado sem se levar em consideração a situação vivida no Brasil sob o regime militar (1964-1984). Segundo Batalha:

A exigência de “atestados ideológicos” e de serviços internos de informação em várias universidades eram alguns dos entraves menos sutis à plena liberdade acadêmica. Tratar de temas considerados sensíveis pelas autoridades podia significar para muitos assumir riscos exagerados. A dimensão mais sutil da ação repressiva residia precisamente na capacidade

²⁹ PINHEIRO, Paulo Sérgio. 1977, p.10. Como afirmava, à época, “essa formulação se inspira em pesquisas em curso da professora Emilia Viotti da Costa”, então realizadas na Universidade de Yale. Em outro artigo ele faz a mesma afirmação. Cf.: O operariado industrial na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira* – O Brasil Republicano. TOMO III, vol. 2 – Sociedade e Instituições (1889-1930). 2. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: DIFEL, 1978, p.137.

de levar a que as pessoas se autopoliciassem, exercessem aquilo que no vocabulário do período era conhecido como autocensura (BATALHA, 1998, p.152).

Num outro momento histórico, o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, marcado pela mudança na conjuntura, houve um alento à história operária, marcada pela fase de reivindicações sociais pela qual passava o Brasil que fez surgir novos grupos de pressão popular (as chamadas minorias) e o chamado “novo sindicalismo”, particularmente, com a volta à cena do operariado, em 1978, com a greve dos metalúrgicos do ABC paulista.

A discussão acerca dos movimentos sociais será, então, reconfigurada, pondo em questão o papel da classe operária. Em parte, estes questionamentos derivam, como reflexos tardios, das manifestações estudantis de 1968. Eder Sader expressa com força a novidade daquele momento:

Eu não estava simplesmente diante de um momento de ruptura nos padrões de legitimação da ordem [...] o fim dos anos 70 assistia à emergência de uma nova configuração de classe. Pelos lugares onde se constituíam como sujeitos coletivos; pela sua linguagem, seus temas e valores; pelas características das ações sociais em que se moviam, anunciava-se o aparecimento de um novo tipo de expressão dos trabalhadores, que poderia ser constratado com o libertário, das primeiras décadas do século, ou com o populista, após 1945 (SADER, 1988, p.36-37).

Neste período a diminuição da repressão política com o crescimento do movimento de contestação aberta à ditadura militar, se refletiria, inclusive, em maior liberdade acadêmica. Isso acarretou o aumento do número de programas de pós-graduação que abriam espaço para o estudo da classe operária, com o conseqüente aumento das dissertações sobre o tema. Ao mesmo tempo, o interesse dos editores em publicar estudos dentro desse campo e, especificamente, a aparição em livro de vários desses trabalhos acadêmicos, expressava a crescente receptividade do público leitor.

Esta nova situação política verificada no país, certamente, não é por si só capaz de explicar esse quadro. No que tange aos estudos sobre a classe trabalhadora no Brasil, Cláudio Batalha já apontou “a contribuição e influência da produção historiográfica vinda do exterior”, para a renovação dos estudos produzidos nos anos 1980. Segundo ele, “um papel primordial coube à historiografia marxista inglesa, particularmente *A Formação da Classe Operária Inglesa*, de Edward Thompson” (BATALHA, 1998, p.152).

Do ponto de vista da produção historiográfica, neste período tiveram forte impacto no Brasil as obras de três historiadores europeus. Primeiramente, dois inovadores marxistas ingleses: o já mencionado Edward Thompson (1987) e Eric Hobsbawm (1987, 1998, 2000) e, logo depois, as pesquisas de Michelle Perrot (1992). Particularmente, um artigo de Thompson³⁰ terá grande impacto, na medida em que questiona o caráter “coisificado” que se imprime à noção de “classe social”, possibilitando a recuperação da historicidade constitutiva dos grupos sociais³¹.

Entre os efeitos advindos desta História Social podem ser enumerados: “a ampliação dos temas e enfoque”; a história operária deixou de ser unicamente a história do movimento operário organizado, sendo assim, sindicatos, partidos, correntes ideológicas deixaram de ocupar o primeiro plano dando lugar para a classe, quando “momentos de luta excepcionais cederam espaço para as condições de existência diárias, o cotidiano operário”; ocorre também uma “ampliação da cronologia”, a história operária que não ultrapassava os anos 1930, invadiu o terreno anteriormente deixado para a sociologia e a ciência política; além da “diversificação das fontes tradicionais”, que eram fundamentalmente a imprensa e outras fontes impressas, fazendo recurso às fontes judiciais, à documentação policial, aos arquivos de imprensa, à história oral; houve também mudanças nos recortes espaciais, antes – ao menos nos títulos – o recorte geográfico era o Brasil, ainda que a base empírica raramente fosse nacional, agora o recorte foi substituído por uma cidade, um bairro e até uma empresa; houve também “mudanças aos recortes cronológicos”, um período na história política ou algumas décadas cedem lugar a conjunturas mais limitadas (BATALHA, 1998, p.153-154).

É preciso ressaltar que estas duas últimas mudanças respondiam, em parte, às exigências metodológicas da própria área de conhecimento para dissertações e teses, que afinal de contas compunham a imensa maioria destes trabalhos. Esse processo implicou uma crescente fragmentação do campo de estudo. A teoria cedeu espaço para estudos de caráter mais empírico, em parte, uma reação natural à produção de sociólogos e cientistas políticos nesse campo. Sínteses e histórias mais gerais – com raríssimas exceções como o bem sucedido esforço de Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi (1982), que traça um panorama geral da industrialização e do trabalho no Brasil, e livros paradigmáticos que fazem afirmações de ordem mais geral, num esforço de síntese tais como os de Resende (1987) e

³⁰ Referimo-nos ao famoso artigo “A sociedade inglesa no século XVII: luta de classes sem classes?”, que circulou primeiramente no Brasil através de uma tradução em espanhol e que teve suas principais idéias reelaboradas em uma versão mais recente nos artigos Introdução: costume e cultura e Patrícios e plebeus. In: *Costumes em comum*, 1998, p.13-85.

³¹ Esta mudança de perspectiva esteve fortemente atrelada ao Programa de Pós-graduação em História Social do Trabalho, da Unicamp, ao longo da década de 1980.

Segatto (1994) – que abordem a temática das classes trabalhadoras em âmbito efetivamente nacional, foram substituídas por temas bem mais delimitados e circunscritos.

Voltando a atenção para as mudanças provocadas pela historiografia do exterior, principalmente a historiografia marxista inglesa, em nossa historiografia sobre a classe trabalhadora, deste contexto são ilustrativas as obras de Maria Auxiliadora Guzzo de Decca (1987), de Sidney Chalhoub, já citada, e de Margareth Rago (1985).

Como decorrência direta deste novo tratamento, percebemos um enriquecimento considerável nas formas de abordagem da História do Trabalho no Brasil desde então. A título de ilustração, as novas pesquisas recuam o período de estudo sobre a construção do mundo do trabalho para todo o século XIX (BARREIRO, 1987) e promovem intersecções entre a temática do trabalho e outras, como a educação (GITHAY, 1986).

Como estamos percebendo os estudos concernentes à classe trabalhadora brasileira na década de 1980, tiveram sua produção marcada pela sua ampliação do campo no início desta década, depois passaram por um processo de fragmentação e, por último, ao final desta mesma década, enfrentaram uma situação marcada pela crise. O que tinha sido um campo de estudos relativamente bem definido passa a fundir-se (e confundir-se) com outros campos (estudos urbanos, cidadania, política e etc.).

Para Cláudio Batalha, existem várias explicações para essa crise: “a fragmentação do campo de estudo e a aproximação com outras áreas conduzindo a uma crise de identidade, é apenas uma dela” (BATALHA, 1998, p.154). Entretanto, alguns dos seus efeitos são facilmente perceptíveis. Houve uma perda de interesse acadêmico na história operária que se traduziu na diminuição do peso das pesquisas nesse campo, mensurável através do decréscimo proporcional das dissertações e das teses sobre o tema e até nas alterações na nomenclatura de alguns programas de pós-graduação (caso da Unicamp que passou de História Social do Trabalho para a mais abrangente História Social) (BATALHA, 1998, p.154).

O descenso do movimento operário sindical na conjuntura de fins dos anos 1980, também por ser uma explicação. Como também a idéia de que o interesse que o movimento operário despertou na sociedade e na academia no início dos anos 1980, foi extraordinário e talvez jamais se repita novamente. Isso acabaria resultando em uma crescente perda de interesse editorial por textos que tratem do tema.

Outra explicação fornecida por Batalha se segue:

É evidente que a crise da esquerda, agravada pelo desmantelamento do socialismo real, também exerceu um efeito significativo, afinal, boa parte da pesquisa no campo da história de que estamos falando foi realizada por

pessoas que em algum grau se identificavam com a esquerda (BATALHA, 1998, p.154).

A interpretação dessa crise sugere que a história deixou de ter um valor explicativo para o presente, papel que parecia desempenhar no início dos anos 1980, quando o movimento operário-sindical ocupava o primeiro plano. É evidente que essa crise não foi e não é uma particularidade brasileira, ela tem dimensões internacionais. Uma parcela da crise nesse campo de estudos advém da crença no desaparecimento do próprio objeto, isto é, a classe operária.

Do ponto de vista acadêmico também ocorreu uma perda de espaço para a história operária. E nosso interlocutor, Cláudio Batalha, fornece alguns exemplos sintomáticos desta situação:

A revista especializada italiana *Movimento Operario e Socialista* transformou-se em *Ventèsimo Sècolo*; o Museu do Movimento Operário de Budapeste tornou-se Museu de História Contemporânea, sem mostra de acervo permanente e com exposições temporárias voltadas para mostrar os males do antigo regime e as virtudes da sociedade de consumo; em diversos países tornou-se comum que especialistas de outros campos da história encarem a história operária com um misto de condescendência e desprezo... (BATALHA, 1998, p.155).

No Brasil, essa crise interveio em um momento em que a consolidação da área mal tinha dado seus primeiros passos. Seria exagero falar de um desmantelamento da área, mas os recuos são evidentes.

Em meio a esta crise, por maiores que tenham sido as inovações ocasionadas ao longo da década de 1980 e, posteriormente, da década de 1990, é necessário ressaltar um traço em comum nestes estudos de historiadores sobre o tema mais amplo do Trabalho. Sua perspectiva é a da História Social, do trato que não se desgarre por demais das evidências. A partir deste entendimento, são poucos os estudos que encaram os trabalhadores e seu mundo através de uma ótica culturalista extremada, como aponta o estudo de Jacques Rancière (1988).

A trajetória que realizamos sobre a historiografia da classe trabalhadora no Brasil, para nosso intento no momento já está realizada. Optamos por parar este caminho no início dos anos de 1990 por entendermos que assim podemos, desde já, empreender uma outra trajetória mais específica, de saber como se processou a chegada e recepção do pensamento e obra de E. P. Thompson no Brasil, e também por conta de entendermos que já analisamos bem o período (anos 1980) em que se verificam as primeiras produções históricas do historiador Sidney Chalhoub, alvo de nossa preocupação a partir de agora.

3.3. Trajetória da historiografia e do pensamento de E. P. Thompson no Brasil

Nossa intenção ao buscar realizar este percurso de como ocorreu a chegada do pensamento e obra de Thompson em nosso país, é perceber quais as pessoas e instituições precursoras de sua inserção em nossa historiografia.

Em um artigo que trata da recepção dos historiadores marxistas ingleses no Brasil, Antonio Negro apresenta-nos o resultado de seu inventário a respeito de Thompson afirmando que “as primeiras citações que se fazem deste historiador marxista britânico acontecem no Rio de Janeiro e em São Paulo, em meados dos anos 1970” (NEGRO, 2007, p.73). Segundo ele, no Rio de Janeiro seus primeiros interlocutores hão de ser encontrados entre os pós-graduandos em Antropologia Social do Museu Nacional, vinculado a UFRJ.

Acompanhando o encontro entre Antropologia e História, acontecido na obra de Thompson nessa mesma década de 1970 (quando ele se pôs a esmiuçar o século XVIII inglês), esses pesquisadores lidavam com grupos de trabalhadores do Nordeste, rurais ou urbanos, camponeses ou proletários que, na época, eram invariavelmente responsabilizados pelo “atraso” da classe operária brasileira empregada no setor “moderno” da economia. Pois haviam, mediante sua migração, brecado o ímpeto rebelde do operariado urbano de origem européia.

Não só por causa de Thompson, mas certamente devido à sua obra, os estudos antropológicos contribuíram para renovar as pesquisas sobre grupos sociais com expectativas culturais marcadas pelo costume, para questionar e superar a tese da passividade do proletariado de origem rural, para inserir em definitivo a necessidade de considerar as classes sociais em suas mútuas relações de influência e poder e, por fim, para atestar que a classe trabalhadora é um fenômeno histórico e cultural³².

Para Antonio Negro, em São Paulo, “*A formação da classe operária inglesa* é citada por Boris Fausto, mas não suscita maiores desdobramentos” (NEGRO, 2007, p.53). A citação a Thompson encontra-se na página de número nove do já referenciado livro de Boris Fausto *Trabalho urbano e conflito social*³³.

Em seu artigo anteriormente citado, Déa Ribeiro Fenelon faz referências às suas lembranças sobre as dificuldades para fazer chegar até aos alunos de Mestrado em História, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), nas primeiras turmas de 1976/1977, alguns dos artigos de Thompson sobre a questão da “*Lucha de clases sin clases...*”, “*Tiempo y*

³² A respeito disso ver LOPES, José Sérgio Leite. A formação de uma cultura operária. *Tempo & Presença*. n. 220, 1987.

³³ A referência feita por Boris Fausto a Thompson é a *The Making of the English Working Class*. Pelican Books, 1970, p.13.

disciplina em la sociedad industrial...”, “*La economia moral del siglo XVIII...*”, “*Patrician society, plebian culture...*” e muitos outros que acabaram por chegar até eles em espanhol, reunidos e organizados por Joseph Fontana, em *Tradición, revuelta y conciencia de clase*, em 1979. Segundo ela, “ficava a maior parte da obra de Thompson, mas de outros e do debate ou das polêmicas geradas em torno de suas posições, só acessíveis a quem dominava a língua inglesa” (FENELON, 1995, p.78).

O primeiro livro de Thompson traduzido e publicado no Brasil, como já vimos, é *Miséria da teoria*, e data do ano de 1981. Este livro, segundo Fenelon (1995, p.79), coloca Thompson em destaque na academia, no Brasil, por conta de sua polêmica com Althusser e os influentes marxistas estruturalistas da época. O livro imediatamente se torna ponto para debate na Universidade, principalmente nos cursos de pós-graduação de história e ciências sociais. O segundo livro de Thompson publicado no Brasil é *Exterminismo e Guerra Fria*, e data do ano de 1985.

Continuando por São Paulo, precisamente no interior do estado, Antonio Negro afirma que “a Unicamp se beneficiaria com a chegada de três professores estadunidenses herdeiros da efervescência dos anos 1960 e 1970: Peter Eisenberg, Michael Hall e, antes passando pela UFF, Robert Slenes” (NEGRO, 2007, p.73). Por terem o inglês como idioma materno, todos os três conheciam bem de perto a obra da historiografia marxista britânica. Os estudos destes pesquisadores, segundo Negro (2007, p.74), iriam proporcionar à história social do trabalho no país uma evolução bifronte, servindo para o reexame do papel dos africanos e descendentes na história da escravidão e para o estudo da formação da classe trabalhadora brasileira com a chegada dos imigrantes italianos nas fazendas de café³⁴. Ainda conforme Negro (2007, p.74), nessa época a obra dos historiadores marxistas britânicos soaria, aos alunos e pesquisadores brasileiros, ruidosa e inexplicavelmente empiricista. De maneira frustrante, Hill, Hobsbawm e Thompson não forneciam esquemas categóricos que “arrumassem” os projetos em curso. Afora isso, o conceito de classe social fornecido, principalmente, por Thompson não era aquele conhecido, uniformizado e industrial, congelado, que se podia – a qualquer momento – retirar da geladeira (pronto e acabado, só faltando requeijar com a luta de classes). Ao contrário, tinha um incômodo colorido de

³⁴ HALL, Michael. Immigration and the Early São Paulo Working Class. *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, band 12, 1975, p.407; EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança*. A indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; SLENES, Robert & MELLO, Pedro Carvalho de. *Paternalism and Social Control in a Slave Society: The Coffee Regions of Brazil, 1850-1888*. Comunicação apresentada no IX Congresso Mundial de Sociologia. Usala, 1978. Esta última referência é apontada por Lara como pioneira análise da relação senhor-escravo a partir da abordagem de Thompson do conceito de paternalismo. Ver: LARA, Sílvia. “Blowin” in the Wind. E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. *Projeto História*. n. 12, 1995, p.47.

diversidade, de caráter local, transnacional e processual, com demandas de tempos e lugares próprios. Desarmando pré-noções, não só escapava a números e tabelas, mas também não se enquadrava em universos restritos ou de curta duração. Em segundo lugar, a história social, ao buscar no entrelaçamento das fontes o “vivido” (a experiência), quer reconstituir redes de relações, encarnando-as em pessoas concretas, o que exige um decidido movimento rumo aos arquivos, nem sempre a melhor decisão quando os esquemas estão pré-prontos.

A certa altura, o que era bifronte na história social brasileira, se delineou em bifurcação que se prolongou e distanciou caminhos. Sem ter sido premeditada, pouco a pouco se instaurou uma divisão. De um lado, os estudos sobre escravidão priorizavam os conceitos de luta de classes e experiência. De outro lado, os estudos dos grupos operários em que as clássicas instituições operárias (sindicatos e partidos) já são um dado empírico, silenciaram quanto ao embranquecimento que encontraram e não se perguntaram pela presença de trabalhadores não-europeus.

Mas apesar da inexistência de um diálogo longamente estabelecido entre estes dois lados dos estudos sobre a classe trabalhadora brasileira, geralmente divididos entre seu passado autóctone, africano e nativo, correspondendo aos estudos de escravidão e pós-emancipação e que compreendem as experiências urbanas e rurais de milhares de africanos e crioulos; e as investigações que analisaram o influxo da imigração européia, ou as experiências do trabalho livre, vale ressaltar que Thompson é citado nesses dois lados, é referenciado a esses dois mundos: dos trabalhadores no fim do século XIX e início do século XX.

Creemos, assim como Negro (2006, p.218), que esse paralelismo possa estar prestes a se transformar de modo qualitativo. É sentida, amplamente, a necessidade de integrar a investigação a propósito da luta de classes, classes sociais e consciência de classe num esforço combinado dentro da história social brasileira. É hora de reaver a trama entre migrantes “longe da modernidade” e aqueles que viveram o “atraso” da escravidão. (Foram, inclusive, sujeitos no mesmo cenário da história do trabalho, mesmo que em diferentes gerações.) Também é hora de não mais continuar seguindo a mesma trilha batida pelas dicotomias urbano/rural, centro/ periferia, instruído/rude, erudito/popular, liberdade/escravidão, industrial/pré-industrial, moderno/arcaico. Elas não só engessam a pesquisa, a análise, e seus resultados, em tradicionais esquemas de pensamento, como também minimizam o segundo pólo diante do primeiro, como inferior ou pior. No segundo pólo reina a necessidade; não há opções nem sujeitos históricos e iniciativa. No primeiro, o protagonismo é a marca.

E os aportes oferecidos pela produção historiográfica de Thompson estão servindo para escrever uma história do Brasil não só a partir da luta de classes, mas também inclusiva de uma classe trabalhadora que não seja apenas branca, industrial, masculina e urbana. Questionado e apontado desde a década de 1990, esse quase-hiato de reflexão historiográfica e o escasso investimento em pesquisa empírica vêm sendo superados por avanços que seguem seu curso. E neste sentido, os exemplos desta necessidade de integração destes estudos já podem ser vistos e listados³⁵.

Marcelo Badaró Mattos (2006, p.96) aponta que os estudos publicados na virada dos anos 1970 para os 1980, centrados principalmente na análise da formação da classe operária brasileira, introduziram progressivamente referências ao historiador inglês Thompson. É o caso do texto escrito entre 1979 e 1981 e publicado no ano seguinte por Hardman & Leonardi (1982) já referenciado anteriormente. No livro existem referências a Thompson já no prefácio de Paulo Sérgio Pinheiro, que tentava mostrar como a definição de classe a partir de Thompson permitia romper com visões sobre a anomia ou a fragilidade da classe operária no Brasil. Dizia ele:

A classe operária deve ser definida, como já lembrou E. P. Thompson, pelos trabalhadores como eles vivem a sua própria história; a classe é a consciência que emerge da luta de classes. Conseqüentemente, nenhuma experiência de uma classe operária pode ser considerada mais “verdadeira” do que outra. Não há nenhum sentido em submeter o proletariado brasileiro a uma competição com o proletariado de outros países, atribuindo ao nosso uma classificação patológica: fraco, apático, sofrendo de uma falsa consciência aguda, e às vezes até como incapaz de sua missão histórica e assim por diante (PINHEIRO, 1982, p.14).

No estudo de Hardman e Leonardi, Thompson aparece também a partir da discussão sobre “um determinado conceito de classe, que fugindo às classificações acadêmicas e sociologizantes, as quais esvaziavam historicamente seu sentido, ao defini-lo enquanto

³⁵São os casos dos seguintes trabalhos: EISENBERG, Peter. Escravo e proletário na história do Brasil. In: _____. *Homens esquecidos. Escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1989; ALENCASTRO, Luiz Felipe. Escravos e proletários. Imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. *Novos Estudos Cebrap*. n. 21, 1988; RODRIGUES, Jaime. Índios e africanos: do “pouco ou nenhum fruto” do trabalho à criação de “uma classe trabalhadora”. *História Social*. Campinas, SP: n. 2, 1995; RODRIGUES, Jaime. Ferro, trabalho e conflito: os africanos livres na fábrica de Ipanema. *História Social*. Campinas, SP: n. 4/5, 1998; BATALHA, Cláudio. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da classe operária. *Cadernos AEL*. n. 10/11, 1999; LONER, Beatriz. Negros: organização e luta em Pelotas. *História em Revista*. Pelotas: n. 5, 1999; VITORINO, Artur. Escravidão, proletários e a greve dos compositores tipográficos de 1858 no Rio de Janeiro. *Cadernos AEL*. n. 10/11, 1999; VELASCO, Maria Cecília. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência de trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*. n. 24, 2000; REIS, João. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. *Afro-Ásia*. n. 24, 2000; LONER, Beatriz. *Construção de classe. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2001.

‘estrutura’ ou ‘categoria’, tenta apreendê-lo concretamente” (HARDMAN & LEONARDI, 1982, p.317-318). E assim passam a citar Thompson, em algumas das famosas passagens do “Prefácio” de *A Formação da Classe Operária Inglesa*.

O mesmo tipo de preocupação contida no prefácio escrito por Paulo Sérgio Pinheiro citado antes, parecia estar embalando as revisões sobre os estudos a respeito da classe trabalhadora produzidos sob a égide da sociologia industrial ou do trabalho. Diante da retomada das lutas operárias a partir de 1978, indagavam-se as interpretações do passado operário brasileiro, revendo imagens de determinação estrutural de uma subordinação de classe, desprovida de iniciativa histórica. Segundo Marcelo Badaró (2006, p.97), este é o tipo de análise que compõe a resenha de Paoli, Sader & Telles (1983), publicada pela *Revista Brasileira de História*, em 1983. Embora Thompson não seja ali explicitamente citado, percebe-se a presença de uma dada leitura de seu conceito de experiência e de agência dos sujeitos que, como vimos, estava presente de forma mais explícita em outros trabalhos dos autores da resenha:

Impressionados pelas demonstrações desses sinais de vida própria dos dominados, muitos de nós voltamos para a interrogação do seu significado e gestação. Vivemos todo um momento intelectual de revisão histórica, buscando as raízes do presente, invisíveis nas formas passadas de representação do social. Foi então questionada uma imagem construída intelectualmente, no interior da qual os trabalhadores eram vistos como subordinados ao estado graças a determinações estruturais da industrialização brasileira. Apoiados nos novos movimentos sociais, toda uma produção teórica recente procura captar nas experiências dos dominados a inteligibilidade de suas práticas. O que para nós definiu uma ruptura com a produção anterior sobre a classe a classe operária foi a noção de *sujeito* que emerge dessa nova produção, isto é, o estatuto conferido às práticas dos trabalhadores, como dotadas de sentido, peso político e significado histórico na dinâmica da sociedade. E foi precisamente isso que estruturou nossa questão e nos levou a pensar as obras do período anterior como compondo um paradigma no qual a classe aparece como sujeito subordinado, sem uma dinâmica própria que emerge de suas práticas, determinado por condições exteriores à sua existência concreta (PAOLI; SADER & TELLES, 1983, p.131-132).

Vamos agora chamar a este debate sobre os primeiros contatos com a obra de Thompson no Brasil, a visão do historiador Sidney Chalhoub, alvo de nossa análise sobre a recepção e influência do pensamento de Thompson em nosso país. Em entrevista concedida aos editores da revista *Saeculum*³⁶, ao ser perguntado sobre qual instituição introduziu os

³⁶ CHALHOUB, Sidney. Entrevista: história, literatura e legados historiográficos. In: *Saeculum*. n. 20. João Pessoa: DH/PPGH, jan./jun, 2009.

trabalhos de Thompson no Brasil, se foi a Universidade Federal Fluminense (UFF) ou a Unicamp? Sidney Chalhoub assim responde:

A Unicamp foi mais decisiva quanto a isso. Reza a tradição que houve nisso muito da influência de Michael Hall. O próprio Bob Slenes era ligado ao pessoal da Unicamp, para onde se transferiu em 1983. E. P. Thompson era totalmente periférico na UFF. Quando cheguei à Unicamp encontrei uma “thompsomania” total que nunca existira na UFF, pelo menos não naquela época (CHALHOUB, 2009, p.189).

Fenelon (1995, p.78), aponta que houve várias promessas frustradas e adiadas, desde os anos das primeiras turmas do mestrado em história da Unicamp (1976-77), de que *The making of the English working class* seria traduzido para o próximo ano, mas estas só se concretizaram em 1987, quando a editora Paz e Terra, através da coleção Oficinas da História, lançou o primeiro volume em português. Dificuldades quanto à cessão de direitos autorais e tradução, retardaram o aparecimento da obra em português por vinte e quatro anos, pois a primeira edição, em língua inglesa, como sabemos, surgira em 1963. As edições em espanhol eram disputadíssimas, mas o debate se fragilizava pela incapacidade da maioria de acompanhar os seus desdobramentos, ler as revistas especializadas, etc.

Com a publicação em português de *A Formação da Classe Operária Inglesa*, em 1987, veio o maior impulso da difusão da referência a E. P. Thompson, e os anos 1980-1990, são profundamente marcados por essa presença³⁷. Neste mesmo ano de 1987, temos a publicação de outro livro de Thompson no Brasil, o *Senhores e caçadores*.

Outro exemplo de obra situada no campo dos estudos sobre a classe trabalhadora e que se refere a Thompson, é o livro de Ângela de Castro Gomes *A invenção do trabalhismo*, publicada em 1988. Esta obra logo se transformou em referência fundamental dos estudos posteriores sobre as relações entre trabalhadores e Estado na Era Vargas (embora também apresente uma contribuição muito significativa para o debate sobre o movimento operário na Primeira República). Nela a autora recorre a Thompson em diversas passagens e, particularmente na “Introdução”, destaca a referência à concepção de formação da classe do historiador inglês, pensada como sendo “tanto um fato de história econômica quanto um fato de história política e cultural” (GOMES, 1988, p.16). Tal aporte foi decisivo para uma análise que destacou a “palavra operária” no processo de formação da classe nos anos anteriores à

³⁷ A maior parte das referências ao autor, encontrada entre pesquisadores brasileiros até o fim dos anos 1980, era feita a partir de edições estrangeiras em inglês e espanhol de *A formação da classe trabalhadora inglesa*, e da coletânea de textos em espanhol reunidos no livro: *Tradición, revuelta y consciencia de clase* (1979).

chegada de Vargas ao poder, bem como para uma percepção dos trabalhadores como sujeitos conscientes no processo de implantação da proposta trabalhista.

Enfim, poderíamos nos estender longamente a respeito das referências efetuadas a Thompson na historiografia brasileira, precisamente no campo que trata da classe trabalhadora do país, e assim tornar também extensa a trajetória percorrida pelo seu pensamento e obra em terras brasileiras. Mas consideramos que estas que foram apresentadas já conferem um bom itinerário para este assunto.

Apontamos a necessidade de seguir, neste momento, no percurso traçado para a análise de nossa dissertação e, desta forma, prosseguiremos com a apreciação da produção historiográfica de Sidney Chalhoub, apresentando também aspectos de sua vida e privilegiando a relação que esta sua produção estabelece com o historiador inglês E. P. Thompson.

3.4. A produção historiográfica de Sidney Chalhoub

O historiador brasileiro Sidney Chalhoub costuma dizer que é um historiador dos “restos”³⁸. Em boa parte da obra deste carioca – há muito radicado na Unicamp –, os protagonistas são operários, escravos, agregados, mulheres, dependentes de todo tipo. Ele é considerado atualmente “um dos mais lidos e inovadores estudiosos sobre o trabalho, no Brasil” (NEGRO, 2007, p.69). Seus livros figuram entre bibliografias de leituras obrigatórias em linhas de pesquisas de programas de pós-graduação em história espalhados pelo país inteiro³⁹.

Mas antes de empreendermos uma análise de sua produção historiográfica, buscando perceber o contato desta com o pensamento e a obra de Thompson, consideramos ser importante apresentar um pouco dos aspectos relacionados à própria vida e formação deste notável historiador brasileiro.

Antes de mais nada, devemos informar ao leitor desavisado que este exercício que estamos iniciando aqui, não tem o caráter de homenagem póstuma ou em honra deste historiador. Sidney Chalhoub está vivo e, bem vivo por sinal, desfrutando de boa saúde e inteligência e continua seguindo normalmente suas atividades enquanto pesquisador e professor na Unicamp.

³⁸ CHALHOUB, Sidney. Entrevista: Um ‘bruxo’ na repartição. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. n. 36, set. 2008. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/>>. Acesso em: 19 de abril de 2010.

³⁹ Para citar como exemplos disso: uma das linhas de pesquisa do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) intitulada “Relações Sociais de Dominação e Resistência”, tem o livro de Chalhoub, *Cidade febril* (1996); e o próprio programa de pós-graduação da Unicamp, no qual Chalhoub é professor, tem o livro *Visões da liberdade* (1990).

Sidney Chalhoub nasceu no Rio de Janeiro, em 1957. As dedicatórias de seus livros apresentam algumas informações sobre sua família. Seu primeiro livro, *Trabalho, Lar e Botequim* (1986), é dedicado para sua esposa: “para Sandra, como uma declaração de amor”. Em *Visões da Liberdade* (1990), Chalhoub dedica o livro “para meus pais Nabih e Ermelinda: por tudo. Para meus avós Norival e Ilka: porque suas histórias sempre embalsamaram meu interesse pela história”. Já no livro *Cidade Febril* (1996) a dedicatória segue para o seu filho Lucas.

Chalhoub (1986, p.251) conta-nos que, no Rio de Janeiro, “fui criado no então bucólico bairro do Grajaú e da Tijuca”. Na entrevista à revista *Saeculum* ele relata algumas informações sobre sua origem:

Eu vinha de uma família de classe média tijucana, zona norte do Rio, a zona norte mais abastada do Rio. Então meu problema era estudar, eu gostava de estudar. Eu morava a cem metros do quartel onde boa parte das pessoas foi torturada no Rio, mas cresci sem saber o que se passava ali (CHALHOUB, 2009, p.184).

E, na entrevista que realizamos com ele na Unicamp, em novembro de 2009⁴⁰, continua revelando mais sobre sua origem afirmando que:

Meu pai se chama Nabih Chalhoub, minha mãe se chama Ermelinda Julieta Chalhoub. A origem do nome Chalhoub é libanesa. Meus avós eram libaneses por parte de pai. Quando eu era criança meu avô era um comerciante, tinha indústria de pijamas, camisas na região do Saara no Rio de Janeiro, região de comércio popular da colônia árabe. Meu pai formou-se advogado, era advogado, eu lembro eventualmente de ele exercer a profissão, mas o que ele acabou fazendo na vida foi trabalhar com meu avô na indústria também, na indústria familiar. Eram cinco irmãos na família de meu pai: dois homens e três mulheres. O meu tio, que era o irmão mais velho do meu pai, trabalhava como funcionário público na Previdência. Então foi meu pai que ficou com o meu avô tomando conta do negócio familiar, por isso ele exerceu pouco a advocacia. De vez em quando sim, para ajudar outras pessoas, mas não propriamente vivendo da advocacia. Minha mãe é dona de casa. A família da minha mãe é toda de brasileiros de mais tempo, não sei de onde vem a origem mais remota, nunca pesquisei, por incrível que pareça. Mas as gerações todas já eram de brasileiros que estavam aqui faz tempo. Meu bisavô era jornalista, trabalhou no Correio da Manhã. Minha avó e minha mãe foram donas de casa. Então eu cresci com os meus avós morando em casa. Meu avô era funcionário público, trabalhava na aeronáutica como mestre de obras, se chamava Norival Ribeiro da Silva e

⁴⁰ A entrevista foi realizada com Sidney Chalhoub no dia 27 de novembro de 2009, nas dependências de sua sala de diretor associado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Ele foi entrevistado por Emanuel Candeia. Utilizaremos a referência CHALHOUB, 2009b para as passagens dessa entrevista que forem utilizadas neste trabalho.

minha avó se chamava Ilka e eles moravam conosco numa casa grande no bairro do Grajaú até a gente ir morar na Tijuca. Então foi uma infância tranquila, sem grandes sobressaltos. Tenho um irmão, engenheiro, que se chama Márcio (CHALHOUB, 2009b, p.2-3).

Sobre a sua formação escolar inicial, nesta mesma entrevista realizada por nós, Chalhoub revela algumas informações importantes:

Eu sempre morei no Rio de Janeiro durante toda minha infância, e estudei em escola pública durante todo o primeiro grau. Primeiro numa escola pública chamada Panamá, que ficava no bairro do Grajaú, depois na escola Afonso Pena na Tijuca, sempre na zona Norte do Rio de Janeiro. Depois estudei no ginásio estadual Irã, já no início dos anos 1970. Em 1973, o colégio estadual Irã muda de nome, quando ocorre a revolução do Irã. Naquela época já havia aquele processo de deterioração da escola pública que dá para datar perfeitamente, tempo da ditadura militar. Eles implantaram os três turnos e parecia que a coisa começava a degrading, logo meus pais me tiraram da escola pública. E até aí eu só tinha estudado em escola pública, até o segundo ano ginasial. No terceiro ano ginasial eu fui para uma escola particular, que tinha o nome de Colégio Anderson, que também ficava na Tijuca. Nesse colégio eu fiquei até o vestibular. Esse colégio ficava a dois quarteirões de onde eu morava e ele se situava entre a casa onde eu morava o quartel na rua Barão de Mesquita onde muita gente foi torturada no Rio de Janeiro (CHALHOUB, 2009b, p.1).

Sobre o contexto deste seu tempo como estudante ainda não-universitário em plena ditadura militar, Chalhoub relata que: “eu era um típico garoto tijucano crescendo na época da ditadura. Na minha casa não se falava em política, a não ser a do passado remoto. E eu passava naquele quartel sem ter a mínima idéia do que acontecia. Passava ali todo dia”. E acrescenta em outra parte desta entrevista: “cresci lendo a imprensa censurada e também não se falava de política em casa” (CHALHOUB, 2009b, p.1).

Em uma das páginas de seu primeiro livro Chalhoub revela que “não sei bem como fui me tornar um estudante de história” (CHALHOUB, 1986, p.251), mas em uma de suas entrevistas ele nos declara que era um bom aluno em todas as matérias e que talvez a opção por história tenha se dado por conta dos ótimos professores desta matéria que tivera durante seus estudos:

Na verdade eu resolvi fazer história, mas não soube nunca exatamente por quê. A gente fica inventando os motivos, retrospectivamente. A única coisa que eu acho que é verdade dizer, que não é reconstrução agora, é que eu queria ser professor. Agora, que disciplina eu ia lecionar, era difícil saber: eu pensei em matemática, eu gostava muito de matemática, eu era estudioso e gostava de todas essas coisas. Quando você entende a coisa, você acaba gostando nessa idade, e eu estudava muito. Mas aí eu escolhi história, e é

claro que você pode atribuir sentidos olhando para o passado. Talvez os professores de história tenham sido importantes. Eu tive vários professores de história excelentes, desde o ginásio estadual Irã. Lá tive um professor de história chamado Vitor, que tinha um defeito físico, e dava aulas fascinantes. Depois a professora Arlete lá no colégio Anderson, também o professor Otoni. Lembro dos professores que eram mais marcantes em termos de sala de aula e os professores de história sempre se sobressaíam. Acho que isso acaba sendo importante, a figura dos professores, quando você não sabe que caminho tomar. Mas eu sabia que queria ser professor, o resto veio sem eu saber bem o motivo (CHALHOUB, 2009b, p.1).

Sobre esta certeza de que queria ser professor, Chalhoub a confirma em outra entrevista, assim como também confirma a influência de professores de história para esta sua escolha pelo curso, quando é perguntado sobre quais pessoas ou situações tiveram influência sobre a decisão dele de seguir a carreira de historiador. E a resposta é a seguinte: “Nossa, são tantas pessoas! E quase todos professores de história. Mas eu entrei na universidade decidido a ser professor de história. Nunca me ocorreu a carreira de historiador” (CHALHOUB, 2009, p.184).

Chalhoub inicia seu curso de história na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1976, mas não o concluiu nesta universidade. Ele iria concluir o curso de história, em 1979, na Lawrence University, do estado de Wisconsin, nos Estados Unidos. Insatisfeito com os professores e com o ambiente existente na UFRJ àquela época, Chalhoub queria sair de lá. Segundo ele, o momento e o ambiente na UFRJ eram estes:

... aquele momento de entrar na UFRJ, em 1976, e ter aula com a porta de trás da faculdade trancada. Era a época do governo Geisel, mas a UFRJ vivia ainda sob intervenção, com a chefia do Eremildo no departamento de história⁴¹. ... O ambiente na UFRJ era opressor, uma coisa muito chocante, por mais que já não fosse o período mais duro da ditadura. E também não havia curso, quer dizer, era um horror! (CHALHOUB, 2009, p.184).

E em uma de suas entrevistas assim relata como se deu sua ida para os Estados Unidos:

Eu estudava inglês desde criança, já estava no meu oitavo, nono ano de inglês, e um dia passei no corredor do curso onde estudava e tinha lá: *Bolsas de estudo para graduação nos Estados Unidos*. No dia seguinte estava juntando a documentação, me inscrevi, passei no concurso e, em

⁴¹ Eremildo Luiz Vianna, catedrático em História Antiga e Medieval do IFCS (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais) da Universidade do Brasil (atual UFRJ). No período do golpe militar de 1964 perseguiu colegas e denunciou uma suposta célula comunista envolvendo professores, ação pela qual ficou tristemente conhecido. Nas suas crônicas políticas, o jornalista Elio Gaspari alcunhou o referido professor de *Eremildo, o Idiota*.

setembro de 1977, fui embora. Fiquei dois anos fora, levei os créditos que havia obtido na UFRJ e, em dois anos, concluí o curso (CHALHOUB, 2009, p.184).

Sobre esta universidade americana em que foi estudar, Chalhoub conta que:

Em Lawrence University tive, de fato, os primeiros professores universitários significativos pra mim. Aprendi como os professores são importantes. Em Lawrence cada aluno de graduação tinha um orientador de estudos. Era uma universidade caríssima, excelente, eu tinha bolsa integral. Por isso, das várias dívidas que eu tenho em minha formação, devo incluir o contribuinte norte-americano (CHALHOUB, 2009, p.184).

Voltando para o Brasil no segundo semestre de 1979, Chalhoub começa a frequentar novamente a UFRJ, a fim de fazer alguns cursos para complementar o seu currículo americano do curso de história. Nesta época Chalhoub estava trabalhando como professor de inglês, juntando dinheiro para poder voltar aos Estados Unidos com a intenção de prosseguir seus estudos por lá.

Por voltar a UFRJ, neste semestre de 1979, Chalhoub considera-se “um cara de muita sorte. Eu estava sempre no lugar certo na hora certa” (CHALHOUB, 2009, p.185). Pois este fora o semestre da Anistia. Professores como Maria Yedda Linhares⁴², Eulália Lobo⁴³, Manoel Maurício⁴⁴, dentre outros, haviam voltado anistiados para a UFRJ. E ver essa volta, para ele, foi uma coisa incrível. Pois ele começou a ter aula com estes professores. Sobre estas aulas ele revela:

A professora Maria Yedda chegava às sete horas da manhã na UFRJ. A UFRJ tem essa maluquice, acho que até hoje, de as aulas começarem às sete horas da manhã. Meu pai trabalhava ali perto e ele me dava carona; saía às seis horas da manhã e me deixava na porta da universidade bem cedo. Às sete horas, em ponto, chegava a professora Maria Yedda. Durante quase uma hora não chegava mais ninguém (ou assim ficou na minha memória daquele tempo), e enquanto isso, a Maria Yedda não só conversava comigo, me dando aula particular, mas também foi contando a história dela e, depois de um tempo, aconteceu a amizade protetora de uma mestra para com um discípulo. Ela começou a falar da Universidade Federal Fluminense, da pós-

⁴² Maria Yedda Linhares é historiadora e professora titular do Departamento de História da UFRJ, foi também ex-professora da UFF. Autora de diversos trabalhos sobre a história agrária brasileira tais como: *História do Abastecimento: uma problemática em questão, 1530-1918* (1979) e organizadora do livro *História Geral do Brasil* (1989); foi fundadora, na UFF, da linha de pesquisa sobre o assunto no curso de pós-graduação.

⁴³ Maria Eulália Lahmeyer Lobo é historiadora e professora emérita e titular da UFRJ, possui relevante contribuição às pesquisas nas áreas de História da América e do Brasil/Rio de Janeiro. Autora de *Imigração portuguesa no Brasil* (2001). Lecionou na pós-graduação da UFF, sendo uma das fundadoras da linha de pesquisa sobre a história urbana e industrial.

⁴⁴ Manoel Maurício de Albuquerque, professor do IFCS, expulso da Universidade do Brasil, em 1969, por força do AI-5. Autor de *Pequena História da Formação Social Brasileira* (1981).

graduação que estava começando no país. Ela tinha uma visão política da pós-graduação. E, na verdade, me convenceu a fazer a prova da UFF, em 1980. Eulália Lobo também foi uma professora fantástica que tive à época. Assim, em comparação com o que tinha visto antes no IFCS, eu finalmente tinha professores no Brasil que eram semelhantes aos que tivera nos Estados Unidos. Aulas preparadas, pessoas comprometidas com o ensino (CHALHOUB, 2009, p.185).

Chalhoub faz questão de se identificar com alguém que sempre estudou muito e que não aceitava aulas “meia-boca”. E isto era o motivo de insatisfação encontrado na UFRJ, que o levava a sair do país. Ele definitivamente não gostou dos dois primeiros anos de seu curso na UFRJ, apontando como causa: “o problema dos professores da velha turma da UFRJ não era somente político, mas também a mediocridade intelectual deles” (CHALHOUB, 2009, p.185). Indica também sobre esse período que foi: “academicamente nulo porque era uma mediocridade intelectual impressionante, pouca coisa se salvava dos cursos e dos professores” (CHALHOUB, 2009b, p.1).

Da experiência do contato com as professoras Maria Yedda Linhares e Eulália Lobo, Chalhoub toma a decisão de fazer a prova para o mestrado em história na UFF. Ele faz a prova em 1980 e, aprovado, inicia os cursos em 1981. Segundo ele, o mestrado na UFF naquela época foi uma experiência fantástica. Sobre sua turma⁴⁵ e aquela época, se refere assim:

Fiz o concurso de pós-graduação da UFF e, em 1981, comecei a fazer os cursos. A UFF foi uma experiência fantástica. Os seminários eram excelentes e havia aquele momento do país, com as eleições diretas de governadores em 1982, a campanha por eleições diretas para presidente. Havia a sensação de viver esses momentos da história em que o futuro está aberto, pode de fato acontecer (CHALHOUB, 2009, p.185-186).

No mestrado Chalhoub toma contato com as pesquisas da professora Maria Yedda sobre história da agricultura que utilizavam fontes cartoriais dos municípios. Também tem contato com o professor Robert Slenes, que viria a se tornar seu mestre/orientador, aquela época, era professor da UFF e possuía também grande conhecimento sobre essas fontes cartoriais e incentivava seus alunos para as pesquisas em arquivos. Sobre o clima em sua turma e as discussões travadas entre eles, nos esclarece:

⁴⁵ Faziam parte da turma de Chalhoub no mestrado da UFF: Hebe Matos, Celeste Guimarães, Martha Abreu, Gladys Ribeiro, Eurípides Funes, Sheila de Castro, dentre outros.

As aulas e os seminários eram muito quentes e logo surgiram debates internos importantes. Por exemplo, a gente começou a discutir o uso de processos criminais na história social, e havia ainda uma percepção crítica em relação à história do trabalho, muito voltada para a história do movimento operário organizado. Então, como vários pós-graduandos se voltavam para a história da agricultura e para a história da escravidão, queriam exatamente valorizar a experiência de trabalhadores fora dos movimentos organizados, de modo que as fontes cartoriais e judiciais ficaram logo no centro das preocupações de muitos alunos (CHALHOUB, 2009, p.186).

Para ele a discussão a respeito dos processos criminais provocou uma divisão naquela sua turma de mestrado:

Havia uma divisão, um debate sobre o que se podia fazer com processos criminais. De um lado, havia uma foucaultiana empedernida, que lia e usava os processos na sua pesquisa, sempre dizendo que eram importantes para estudar representações jurídicas sobre papéis sexuais. Havia um livro de Mariza Correa⁴⁶ que a gente leu e debateu bastante – na época, os historiadores interessavam-se muito por antropologia. Ela analisava processos criminais de crimes passionais em Campinas no século XX. Mariza trabalhava muito com essa idéia da fábula que se conta no processo e a epígrafe do livro é um ditado jurídico: *o que não está nos autos não está no mundo*. Eu imagino que no Direito esse ditado queira dizer que você não pode tomar nenhuma decisão, chegar a nenhuma sentença, levando em consideração coisas que não estão nos autos. Assim não seria possível usar os processos a não ser para estudar as representações jurídicas sobre os comportamentos, e não os próprios comportamentos. Mas havia a outra turma, que dizia: *não, o que não está nos autos ainda assim está no mundo, e nós podemos chegar aos atos por meio dos autos*. Então se entrava na discussão de como fazer isso, a discussão metodológica, de como ler os processos. Muito da introdução de *Trabalho, Lar e Botequim* é a solução a que eu cheguei, na época, para aqueles debates que eram internos aos seminários: é possível, por meio de processos criminais, contar uma história da experiência dos trabalhadores, do cotidiano, como dizia o título, em resposta muito direta a esses seminários (CHALHOUB, 2009, p.186).

Da experiência de estudo durante um curso de relações sociais comparadas, realizado ainda na universidade americana, foi que partiu, segundo Chalhoub, a primeira ideia para um projeto de mestrado a ser realizado no Brasil. Do trabalho apresentado pra a conclusão desse curso surgiu essa idéia, segundo nos conta:

De início a idéia era fazer uma coisa mais comparativa, mas quando eu entrei na bibliografia sobre o Brasil, que eu nem sabia que existia – Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Arthur Ramos, Nina Rodrigues –, não consegui mais deixá-la. Eu li todo esse pessoal naquela época. Fiz o trabalho, e quando voltei para o Brasil, o

⁴⁶ A antropóloga Mariza Corrêa exerceu a presidência da Associação Brasileira de Antropologia. A obra referida é *Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais* (1983). Também é de sua autoria o livro *Vida em Família: uma perspectiva comparativa sobre “crimes de honra”* (2006).

meu projeto de mestrado era saber o que tinha acontecido com o negro no período pós-abolição, achando que daria para fazer alguma coisa similar ao que Florestan Fernandes e Roger Bastide⁴⁷ tinham feito para São Paulo (CHALHOUB, 2009, p.187).

Destas leituras, a que mais o fascinou foi Florestan Fernandes com sua denúncia do racismo. Mas ao começar a realizar os cursos de Rober Slenes e de Ciro Flamarion Cardoso no mestrado da UFF, Chalhoub tem contato com uma bibliografia de crítica a Florestan Fernandes, e aquela teoria da patologia social que formava o trabalho do sociólogo, apontada por esses professores. Robert Slenes, principalmente, por conhecer muito bem a bibliografia repassava para Chalhoub muito material sobre discussões semelhantes nos Estados Unidos, que eram muito ricas de críticas a essa teoria da patologia social. Discussões que lá eram muito vinculadas a políticas públicas a respeito da raça e de ações afirmativas. Era uma discussão mais politizada.

E, ao começar a ler todo esse material apontado por Slenes, Chalhoub percebeu em pouco tempo que, por mais que pretendesse ficar com o tema do negro no período pós-abolição, seria difícil ficar com o quadro teórico baseado em Florestan Fernandes. Paralelamente a essa revisão do quadro teórico, Chalhoub começa, graças a um curso do Robert Slenes⁴⁸ e da orientação dele, a procurar fontes possíveis para fazer o trabalho. E uma das primeiras idéias foi logo ir atrás dos processos criminais:

Comecei a ler os processos criminais do Arquivo Nacional e fiquei fascinado pela experiência. Lia histórias de crimes passionais, crimes entre amigos, parentes, crimes em local de trabalho. Eram acontecimentos que chocavam uma comunidade e exigiam uma fala detalhada, na própria delegacia e depois no interrogatório do juiz (CHALHOUB, 2009, p.187).

Robert Slenes repassava, durante esse período para Chalhoub, toda uma bibliografia de como fontes que discutem crimes de morte em qualquer sociedade tendem a ser muito ricas, por causa dessa situação limite da morte do membro da comunidade. É um momento em que as pessoas tendem a falar mais, porque elas precisam explicar melhor porque a coisa teve essa solução extrema. E, lendo todos aqueles processos, Chalhoub percebeu que tudo isso fazia sentido, pois eram depoimentos riquíssimos.

⁴⁷ Florestan Fernandes e Roger Bastide. *Branços e Negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana* (2008). A primeira edição foi publicada pela Unesco/Anhembi em 1955.

⁴⁸ Sidney Chalhoub durante toda a entrevista refere-se a Robert Slenes pelo apelido carinhoso de Bob.

Chalhoub, quando iniciou seu mestrado possuía um tema cujo quadro teórico precisava de uma reformulação, mas não tinha fontes. Ao final do primeiro ano de mestrado, encontrava-se na seguinte situação: havia decidido com quais fontes trabalhar, os processos criminais, mas não tinha mais um tema. Porque os processos não serviriam para trabalhar com o negro no pós-abolição, já que era difícil saber quais processos envolviam negros e escravos.

Naquele momento a única certeza que possuía era a de que trabalharia, como fonte para seu projeto, com os processos de homicídios. E, assim, esclarece como chegou ao projeto que originou o livro *Trabalho, Lar e Botequim*:

Também, logo eu entendi que, no caso do Rio de Janeiro, que eu estava estudando, há uma quantidade tão grande de libertação, na segunda metade do século XIX, que a questão da transição para a condição de liberdade acontece ao mesmo tempo em que ainda há escravidão durante décadas. Então resolvi fazer um projeto sobre homicídios no Rio de Janeiro. Li algumas coisas e fiz um projeto. Bem, o livro *Trabalho, Lar e Botequim* não é a realização do primeiro projeto, nem do segundo, mas tem alguma coisa dos dois (CHALHOUB, 2009, p.187-188).

É importante ressaltar que naquela época, início dos anos 1980, a duração de um curso de mestrado correspondia ao período de quatro anos, ou seja, o dobro do tempo de hoje nos cursos existentes no país. Naquele tempo a dificuldade para se fazer uma pós-graduação era bem maior, era só para quem realmente era bom e demonstrava talento. Assim, a preocupação com a formação era bem maior, evidentemente por causa do próprio período de tempo dedicado a ela.

Dentre as possibilidades de orientação para Sidney Chalhoub durante o mestrado na UFF, estavam os professores Ciro Cardoso e Robert Slenes. Mas, a princípio, a intenção era ser orientado pelo Ciro Cardoso, que era uma pessoa mais ligada a Maria Yedda Linhares, e por ter com ele um contato mais próximo. Chalhoub fez cursos com eles durante o período de aulas no mestrado. E, ao terminar um curso com o Slenes, sentiu-se seduzido por todas aquelas possibilidades de pesquisa arquivística que ele abria e apontava e por conta disso o seu orientador tornou-se o Robert Slenes. O Ciro Cardoso tornou-se uma espécie de co-orientador, fazendo um acompanhamento mais distante porque ele não orientava, mas participava das coisas e lia e criticava o que Chalhoub escrevia.

Chalhoub defendeu sua dissertação de mestrado em outubro de 1986. Participaram de sua banca os professores Robert Slenes, seu orientador, Maria Yedda Linhares, com quem Chalhoub afirma ter uma dívida impagável, e Margarida Neves, com quem havia feito vários

cursos, todos os três professores da UFF (já que naquele período ainda não havia a determinação de que um dos membros da banca fosse de outra instituição de ensino).

Nos agradecimentos presentes na primeira edição do livro *Trabalho, Lar e Botequim*, Chalhoub faz referências a essas professoras:

As professoras Margarida Neves e Maria Yedda Linhares acompanharam a pesquisa desde o início e, como membros da banca, leram e debateram comigo todo o texto. As críticas e os incentivos que esses professores dedicam continuamente ao meu trabalho são para mim motivo de orgulho (CHALHOUB, 1986, p.8).

Robert Slenes tornara-se para Chalhoub muito mais que um orientador, tornou-se seu mestre. E isso pode ser verificado em todos os agradecimentos presentes em suas principais publicações. Em *Trabalho, Lar e Botequim*, Chalhoub assim agradece:

Não sei como agradecer ao meu orientador, professor Robert Slenes, mas vou tentar. Primeiro, e mesmo que isso seja um pouco esquisito, obrigado pelo seu profissionalismo e competência, pela sua capacidade de indicar que tipo de documento eu precisava explorar, pela sua possibilidade de adivinhar sempre que texto eu precisava ler, e pela habilidade em ministrar em doses certas, por alguma alquimia que nunca consegui entender, crítica e encorajamento. Segundo, obrigado pela paciência e pela amizade com as quais me brindou (CHALHOUB, 1986, p.8).

Em seu trabalho posterior, *Visões da Liberdade* (1990), que corresponde a sua tese de doutorado em história na Unicamp defendida no primeiro semestre de 1989, Chalhoub agradece desta forma ao seu orientador e mestre:

Desta vez talvez seja mais fácil agradecer a Robert Slenes, meu orientador em duas teses e ao longo de mais de oito anos. Seria desnecessário dizer que o discípulo aproveitou ao máximo todo o conhecimento e a erudição do mestre a respeito do tema do trabalho. Seria desnecessário, porque é óbvio, e ainda seria pouco. O que agradeço ao Bob é aquilo que um discípulo deve ao verdadeiro mestre: obrigado por me ter ensinado o seu ofício, e a maior ambição que tenho em relação a este livro é que ele esteja à altura de seus ensinamentos (CHALHOUB, 1990, p.10).

Já no trabalho *Cidade febril* (1996) que corresponde à tese apresentada por Chalhoub ao concurso público de livre-docência em abril de 1995, Robert Slenes não figura como orientador da pesquisa, mas aparece como presidente da banca deste referido concurso. E, nesta obra, Chalhoub lhe agradece porque “ele continua a ser minha bússola intelectual. Seus estudos recentes sobre a África ‘encoberta e descoberta no Brasil’, de uma originalidade que

tira o fôlego, fecundaram o argumento que procuro desenvolver no terceiro capítulo” (CHALHOUB, 1996, p.12). Cabe destacar que este livro de Chalhoub ganhou, em 1997, o prêmio Jabuti como o melhor ensaio publicado no país.

Sidney Chalhoub continua fazendo questão de expressar seu apreço e admiração em relação ao seu mestre Robert Slenes. Em sua entrevista mais recente, perguntado sobre quais autores ele destacaria como sendo importantes para a sua formação como historiador e professor, Chalhoub responde desta maneira:

Continuo sendo um grande admirador do meu orientador, Robert Slenes. Inclusive as coisas que ele tem escrito nesses últimos anos, sobre as relações entre África e Brasil, são as mais originais que se produzem em historiografia no Brasil hoje em dia. Em termos de ousadia, de qualidade de pesquisa, de imaginação teórica, eu acho que é o que há de melhor. Então continuo tendo a sorte de trabalhar ao lado do meu mestre (CHALHOUB, 2009b, p.8).

Em sua entrevista à revista *Saeculum*, Chalhoub nos revela como se deu os seus primeiros contatos com a obra e o pensamento de Thompson. E eis que, novamente, isto aconteceu por conta de Robert Slenes quando ainda atuava como professor na UFF. A ligação com Thompson veio através das leituras realizadas nos cursos ministrados por Slenes no mestrado da UFF. De acordo com ele, naquela época, início dos anos 1980: “nessa época eu tinha lido a *Formação da Classe Operária Inglesa*, graças ao Bob também, mas eu passei a ler muito mais Thompson na Unicamp, mesmo porque eu tinha essa vantagem de ler bem em inglês, então lia os textos que ainda não tinham sido traduzidos” (CHALHOUB, 2009, p.188-189). Na sua entrevista mais recente, Chalhoub também fala a respeito de como se deu o contato com a obra de Thompson, informando que:

Provavelmente eu comecei a ler os primeiros textos do Thompson bem no início dos anos 1980. Eu me lembro de ter lido *A Miséria da Teoria* no verão de 1980 para 1981, levei o livro do Thompson para a praia e não era uma leitura muito conveniente para a praia. Então era uma leitura que não rendia muito no ambiente ensolarado de uma praia fluminense. Mas eu me lembro de ter levado e ter sofrido com a tentativa de ler o livro. Mas fora isso, acho que provavelmente foram nos cursos do Robert Slenes, na UFF, que comecei a ler os artigos em espanhol, que naquela época circulavam muito, tudo em xerox, daquele volume *Tradição, revolta e consciência de classe*, que era o que a gente tinha na época. Aí depois, é claro, quando eu vim para a Unicamp, já em 1984, para fazer o doutorado, já havia aqui uma biblioteca respeitável e os livros do Thompson estavam todos aí em inglês. Tive mais acesso à obra do Thompson e comecei a ler mais intensamente fora dos cursos (CHALHOUB, 2009b, p.4).

A primeira publicação com maior visibilidade realizada por Chalhoub aconteceu em parceria com Gladys Ribeiro e Martha Esteves no artigo “Trabalho Escravo e Trabalho Livre na Cidade do Rio: vivência de libertos, ‘galegos’ e mulheres pobres”, presente na *Revista Brasileira de História* em seu número 8/9 de 1985. Chalhoub volta a ser articulista da *Revista Brasileira de História*, em seu número especial dezesseis dedicado à temática da escravidão, organizado por Silvia Hunold Lara, no ano do centenário da Abolição da escravidão, 1988. Trata-se do artigo “Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio”.

Ao apresentarmos um pouco sobre essas experiências relacionadas à vida e à formação de Chalhoub, nossa intenção é caracterizar o ambiente em que ele realizou a sua primeira produção historiográfica, que se deu em processo de recepção, contato e influência com a obra de Thompson e, assim, situá-lo como membro de uma primeira geração de historiadores brasileiros que utilizam a obra do historiador inglês para a realização de seu trabalho no campo da história do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil. Iremos, agora, apresentar aspectos de uma análise feita sobre a produção historiográfica do historiador Sidney Chalhoub.

Assim como o clássico livro de Thompson, *A Formação da Classe Operária Inglesa*, é também curiosa a história da publicação do primeiro livro de Chalhoub *Trabalho, Lar e Botequim* em 1986. Quando ele começou a escrever sobre os crimes, usando esses processos com um enfoque voltado para a questão do cotidiano, da cultura dos trabalhadores, o Ciro Cardoso, que como vimos era uma espécie de co-orientador, havia se tornado crítico em relação a esse viés que o trabalho tinha assumido no final.

E eis que chega o dia da defesa da dissertação perante a banca. O Ciro Cardoso não fez parte dela, mas compareceu neste dia e viu a defesa realizada por Chalhoub. Ao final, o professor Ciro Cardoso marca uma reunião com Chalhoub para conversar sobre o trabalho que ele acabara de defender. Chalhoub revela que foi até esta reunião e sobre ela relata o seguinte:

O Ciro sentou, tinha lido o trabalho inteiro, estava com a cópia toda anotada, e falou, falou, por um tempo que para mim parecia uma eternidade! Pode ser que ele tenha falado quinze minutos, mas a impressão que guardo até hoje é de que falou uma hora inteira. Descascou o trabalho, entendeu? Desde a qualidade do português, até os argumentos. Mas uma crítica muito séria: *aqui eu discordo disso, discordo daquilo e pá, pá, pá!* Eu estava naquele sufoco, querendo fugir, aí ele pegou e disse assim: *agora, apesar de tudo isso de que eu discordo, é um trabalho excelente e tem que ser publicado*. Então ele puxou uma carta dirigida à Editora Brasiliense e

me entregou. Naquela época ele tinha prestígio na Brasiliense, publicava livros pela Brasiliense, e foi assim que eu consegui publicar o livro (CHALHOUB, 2009, p.188).

Antes deste fato, Chalhoub afirma que o livro havia sido recusado por duas editoras. O seu livro é um estudo instigante sobre o cotidiano e o trabalho. Na obra o autor destaca o papel do bar que, embora tido como lugar de perdição, tem sido o espaço de liberdade para o trabalhador e o homem pobre urbano.

Nesta obra de Chalhoub percebemos, sem dúvida, uma forte influência da historiografia social marxista inglesa, sobretudo, de Thompson. Mas enxergamos também influências vindas da antropologia, que era lida na época, assim como também do referencial proporcionado pela historiografia foucaultiana. Isso faz, de certo modo, esta obra um tanto eclética.

Em uma outra entrevista concedida a revista *Aedos*⁴⁹, em maio de 2008, Chalhoub também se refere a esse ecletismo presente em sua obra:

Em *Trabalho, Lar e Botequim* havia uma cristalização menor dessas divisões entre perspectivas teóricas, não havia muito problema em incorporar num mesmo trabalho elementos foucaultianos, thompsonianos, que depois foram se cristalizando nessas igrejinhas que existem hoje na academia. Naquela época era importante ler Foucault e Thompson, bem como incorporar uma leitura da tradição antropológica, para lidar com a ideia de cultura, interpretada como cultura dos trabalhadores, dos escravos. Hoje em dia tudo cabe na palavra cultura. Naquele período ela estava muito ligada às pesquisas sobre valores, práticas, modos de comportamento dos subordinados, subalternos, trabalhadores, escravos, diante daquelas políticas de dominação (CHALHOUB, 2008b, p.315).

Chalhoub considera que no momento em que escreveu *Trabalho, Lar e Botequim*, essas três coisas, a antropologia que era lida na época, E. P. Thompson e Michel Foucault, estão combinadas na articulação, num claro projeto de crítica à Sociologia Paulista. Esses referenciais teóricos se combinavam para oferecer uma alternativa a um tipo de leitura que a Sociologia Paulista fizera do problema do negro no período pós-emancipação, e a interpretação que faziam também da sociedade. Crítica também endereçada a uma certa interpretação feita pela sociologia e pela historiografia da época sobre os movimentos sociais e, particularmente, o movimento operário:

⁴⁹ CHALHOUB, Sidney. Entrevista com Sidney Chalhoub. In: *Aedos*. vol. 01 n. 01, 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/aedos/issue/view/799/>>. Acesso em: 22 de abril de 2010. A revista *Aedos* é a revista dos discentes do programa de pós-graduação em história da UFRGS. Quando fizermos referência a esta entrevista usaremos o ano 2008b.

Penso que o autor de *Trabalho, lar e botequim* formulava, ao lado de outros estudiosos do período, uma crítica à maneira como a sociologia e a historiografia sobre movimentos sociais em geral, e sobre o movimento operário em particular, “representavam” os trabalhadores e sua experiência na história, isto é, havia a tendência de reduzir a história dos trabalhadores àquela dos movimentos políticos organizados, julgados todos a partir de um modelo determinado de desenvolvimento da “consciência de classe”. Era uma visão evolucionista e teleológica, que, além disso, excluía da história a maior parte dos trabalhadores – todos aqueles que nunca haviam participado de uma revolta, de uma greve, ou aderido a sociedades operárias (CHALHOUB, 2001, p.vi).

Os processos criminais de homicídios ou de tentativa de homicídio foram o principal tipo de fonte utilizados neste seu trabalho. Conforme Chalhoub a escolha deste tipo de fonte se realizou porque:

O interesse em ler e analisar processos criminais estava exatamente na expectativa de que tais documentos flagrassem trabalhadores – homens e mulheres – agindo e descrevendo os sentidos de suas relações cotidianas fora do espaço do movimento operário, do lugar da fala política articulada. A hipótese era a de que os conflitos fora dos momentos coletivos de resistência ajudariam a explicar as características e limites desses movimentos (CHALHOUB, 2001, p.vi).

Para a composição do livro foram analisados cento e quarenta processos criminais referentes à primeira década do século XX. Cada um desses processos é formado por uma coleção de documentos sobre um determinado caso de homicídio ou de tentativa de homicídio, e contém em geral entre duzentas a duzentas e cinquenta páginas inteiramente manuscritas. Chalhoub (1968, p.32) considera que a opção por limitar a exploração dos processos apenas à primeira década do século XX deve-se a considerações ao mesmo tempo teóricas e práticas: por um lado, a primeira década do século XX é o período determinante e decisivo do longo processo estrutural de implantação de uma ordem burguesa na cidade do Rio de Janeiro; por outro lado, esta opção lhe permitiu a análise da totalidade dos processos de homicídio ou tentativa de homicídio referentes ao 2o. Cartório do Tribunal do Júri que se encontram no Arquivo Nacional.

Chalhoub afirma que a observação atenta da própria produção social dos processos criminais analisados, naquele contexto, fornece um primeiro parâmetro de reflexão para a questão do controle social na sociedade capitalista (1986. p.32).

Neste sentido, os processos analisados por Chalhoub revelam, de forma notória, a preocupação dos agentes policiais e jurídicos em esquadriñar, conhecer, dissecar mesmo os aspectos mais recônditos da vida cotidiana. Desta forma:

Percebe-se então a intenção de controlar, de vigiar, de impor padrões e regras preestabelecidas a todas as esferas da vida. Mas a intenção de enquadrar, de silenciar, acaba revelando também a resistência, a não-conformidade, a luta: neste sentido, a leitura de cada processo é uma baforada de ar fresco, de vida, de surpresa, baforada esta que pode vir em forma de carta de amor, de xingamento, de ironia, ou menos poeticamente, de violência policial (CHALHOUB, 1986, p.33).

O livro encontra-se dividido em três longos capítulos. Chalhoub informa que “a organização do texto está informada pelo objetivo de reconstituir movimentos importantes de Zé Galego, Paschoal, Júlia, e tantos outros anônimos que são protagonistas desta história” (1986, p.33).

O primeiro capítulo, intitulado *Sobrevivendo...*, trata das questões mais diretamente ligadas à sobrevivência material, o trabalho e a habitação. O segundo capítulo, nomeado ... *Amando...*, aborda as relações pessoais e familiares dos membros da classe trabalhadora. O último capítulo, ... “*Matando o bicho*” e *resistindo aos “meganhas”*”, trata do mundo do lazer popular, das ruas, e dos botequins, e sua contrapartida aparentemente obrigatória, a repressão policial.

Chalhoub inova, neste livro, ao não empreender a escrita de um capítulo dedicado apenas à discussão do quadro teórico-metodológico que fundamenta a sua análise. O que, de fato, pode ser considerada uma inovação diante da tão tradicional praxe acadêmica. Na introdução do livro denominada *Zé Galego, Paschoal e Júlia*, é que ele apresenta a indicação sucinta dos problemas de ordem teórico-metodológica. Para Chalhoub, a opção por não escrever tal capítulo deveu-se a dois motivos principais: primeiro, a tentativa de forçar uma narrativa que trouxesse, em seu bojo, a unidade orgânica entre pesquisa empírica e problemas teóricos (este motivo pode ser facilmente identificado como influência do pensamento de Thompson neste seu trabalho), a fim de evitar a divisão artificial entre teoria e prática que parece ser um vício indomável da produção acadêmica; segundo, porque a organização do texto feita por ele espelha mais fielmente como o seu problema fora efetivamente pensado durante os quatro anos de trabalho, procurando dar ao leitor a possibilidade de “descobrir” o objeto e a forma como ele foi pensado ao longo da leitura de seu livro. Conforme Chalhoub “ao leitor caberá julgar a utilidade ou não de tal procedimento” (1986, p.33).

Aliás, o uso da narrativa presente na constituição deste seu livro é também apontado com uma das inovações realizadas por Chalhoub. Sobre o uso da narrativa na produção do conhecimento histórico, ele assim se posiciona:

Eu acho que não há contradição entre a produção de conhecimento histórico e a construção de uma narrativa mais prazerosa. Escrever é um prazer enorme. E é tão importante quanto pesquisar. História é discurso de demonstração e prova, ao mesmo tempo ciência e arte narrativa. Boa parte do conhecimento está no próprio jeito de narrar. E isso não significa de modo algum tornar o discurso menos complexo. A questão é: não se pode complicar um tema já complexo com um texto rebuscado. Quando você pega aquela obra, lê, decora um parágrafo inteiro e ainda assim não sabe do que se trata, é melhor desistir. Está mal escrito. Não tem desculpa (CHALHOUB, 2008).

Acreditamos que o conceito de experiência de Thompson está presente em toda a narrativa de Chalhoub neste livro. É através deste conceito que ele busca perceber e apreender como se manifestou a experiência da classe trabalhadora deste período, diante de suas condições de trabalho, habitação, família, lazer, diversão e repressão policial. Muito embora uma referência explícita ao conceito de experiência thompsoniano não figure em sua obra. Questionado durante uma entrevista ao que ele atribuía o enorme sucesso deste seu livro, Chalhoub responde:

De fato, ele teve uma repercussão imediata. Os anos 1980 foram um período de grande efervescência política. Os movimentos sociais ressurgiam com força. Você tinha movimentos de bairro, as feministas, os homossexuais, os partidos políticos de esquerda e o novo sindicalismo. Ao mesmo tempo, crescia também a idéia de que os sujeitos sociais eram mais variados do que aqueles movimentos. Os historiadores começaram a descobrir novas fontes que permitiam examinar o cotidiano dos trabalhadores de maneira diferente. Acho que o livro despertou interesse porque fazia uma utilização sistemática dos processos criminais e de fontes judiciais para contar a história dos trabalhadores da perspectiva deles. Minha ideia era não só contar uma história a respeito de como foi organizar a vida sem trabalho escravo, mas também analisar o ponto de vista dos trabalhadores sobre o que se fazia com eles (CHALHOUB, 2008).

E, como exemplo deste procedimento, o historiador Chalhoub apresenta um caso:

Houve um processo em que um trabalhador era acusado de roubar pedaços de carne do açougue onde trabalhava. Ele não entendia exatamente do que estava sendo acusado. Era hábito dos empregados pegar pedaços de carne, que muitas vezes nem estava mais sendo aproveitada. Os trabalhadores achavam que tinham direito àquele tipo de remuneração. E aí, de repente, ele é acusado de furto. Pensar o mundo sem escravidão era um desafio no final do século XIX. É um período em que se criminaliza uma série de condutas que até então eram ligadas aos costumes. A idéia era trazer a própria experiência do trabalhador para o centro da narrativa (CHALHOUB, 2008).

No prefácio à segunda edição deste livro, escrito quinze anos depois da sua primeira edição, ele nos fala mais sobre a época e o contexto em que se realizou a materialização deste seu livro:

O tempo e o lugar de um livro explicam muito de seu feitio. A pesquisa e redação deste aqui ocorreram em meio a um turbilhão político contínuo: ressurgimento dos movimentos sociais de massa no país, luta pela derrubada da ditadura militar, anistia, redemocratização, eleições para governador, campanha para as Diretas-Já. Tempo que deixou saudade, não apenas pelo motivo próprio da juventude vivida e ida. Era um momento histórico raro, desses em que a crença no futuro vira experiência coletiva. À história vivida pertencia também a empreitada de produzir conhecimento histórico. Surgiam novos programas de pós-graduação, os debates teóricos alargavam-se, as possibilidades de pesquisa e exploração de fontes inéditas apareciam a cada dia. O que lembro deste livro e daquela época é de um estado de excitação política e intelectual constante, que parecia mais do q idiosincrasia individual (CHALHOUB, 2001, p.v-vi).

Sidney Chalhoub nos aponta qual o lugar desta sua produção dentro da historiografia brasileira e indica a importância deste seu livro num país de uma cultura política e acadêmica depreciativa dos trabalhadores, como é o caso do Brasil:

Trabalho, lar e botequim continua a ter o seu lugar na sólida tradição da história social marxista, preocupada em descrever e interpretar a cultura política dos trabalhadores, escravos ou “livres”, homens ou mulheres, integrantes de movimentos sociais organizados ou não, e assim por diante. Num país em que o costume acadêmico e político de “coisificar” os trabalhadores – isto é, de imaginar que as suas formas de lidar com as políticas de dominação são historicamente irrelevantes – continua duro de matar, *Trabalho, lar e botequim* deve estar disponível a quem desejar lê-lo (CHALHOUB, 2001, viii).

Quanto às referências a Thompson presente em *Trabalho, Lar e Botequim*, pudemos encontrar um total de cinco. São notas que se reportam às suas obras e pensamentos, durante todos os capítulos do livro. Na introdução, a nota de número seis é referenciada quando Chalhoub busca indicar ao leitor de seu livro uma apresentação polêmica e elaborada do pressuposto filosófico decididamente materialista na análise histórica (pressuposto com o qual comunga) e, para isso, aponta especialmente o capítulo três, sugestivamente intitulado “Mesa, Você Existe?”, presente no livro de Thompson *A Miséria da teoria* (1981). Chalhoub também informa, nesta nota, que as observações que se seguem, durante a introdução do livro, também são de certa forma inspiradas neste livro de Thompson, já que procuram expressar a sua

estranheza diante de posturas teóricas que cavam um abismo profundo entre o chamado “mundo real” e as chamadas “representações” ou “ideologias” (CHALHOUB, 1986, p.235).

Ainda na introdução do livro Chalhoub, ao se referir sobre controle social, redige a nota de número dezoito e indica como “E. P. Thompson e M. Foucault têm demonstrado em seus trabalhos uma preocupação constante em destacar este aspecto fundamental do controle social em sociedades capitalistas” (1986, p.236), e destaca, com referência a Thompson, o livro com seus artigos reunidos em espanhol *Tradición, Revuelta e Consciencia de Clase* (1979).

O terceiro capítulo do livro começa com duas citações: uma de Marx e Engels presente no *Manifesto do Partido Comunista* e outra de Thompson, presente no artigo *Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial*, reunido na já referida na coletânea de textos em espanhol. A citação é a seguinte:

... nunca houve um só tipo de “transição”. A tensão desta recai sobre a totalidade da cultura: a resistência à mudança e o ascenso à mesma surge da cultura inteira... O que necessita dizer-se não é que uma forma de vida é melhor que outra, mas sim que é um ponto de um problema muito mais profundo; que o testemunho histórico não é simplesmente um de mudança tecnológica neutra e inevitável, mas também de exploração e resistência à exploração; e que os valores são suscetíveis de serem perdidos e encontrados (apud CHALHOUB, 1986, p.165).

Ainda neste capítulo, ao aludir à cultura popular na cidade do Rio de Janeiro nos anos da formação da classe trabalhadora carioca, Chalhoub busca uma hipótese geral segundo a qual esta cultura é resultado da dialética. Resultado de antagonismos e reconciliações entre as normas e os valores burgueses que se desejam impor às classes populares “de fora para dentro e de cima para baixo” e as normas e os valores criados pela própria classe trabalhadora na sua prática real de vida. Ao fazer isso ele busca mostrar também que estas classes dominantes não puderam escapar às contingências impostas por uma classe trabalhadora que resistiu tenazmente à tentativa de destruição de seus valores tradicionais (1986, p.171-172). Chalhoub insere a nota de número vinte e quatro para informar que “esta hipótese geral foi elaborada a partir da leitura de uma série de estudos que partem de preocupações teóricas semelhantes em contextos históricos distintos” (1986; p.245) e passa a indicar alguns autores, mas principalmente os trabalhos de Thompson em inglês e espanhol ainda não traduzidos no Brasil. Ele cita a coletânea em espanhol *Tradición, Revuelta e Consciencia de Clase* (1979), e os trabalhos em inglês: *The Making of the English Working Class* (1968), *Albion's Fatal Tree*

(1975) e *Whigs and Hunters* (1975). Com estas indicações Chalhoub revela ter contato e conhecimento de praticamente toda a obra de Thompson conhecida no Brasil, já àquela época.

A última referência a Thompson presente na obra de Chalhoub corresponde à interlocução que ele estabelece com o livro *A Formação da Classe Operária Inglesa*, sobre como se dá o processo de formação da classe, para enumerar os fatores gerais apontados por Thompson, que podem servir de parâmetro para compreender a formação da classe trabalhadora em outros países do mundo ocidental em processo de transição para o capitalismo. E, primeiramente, menciona o crescimento da consciência de classe, ou seja, da consciência de que há uma identidade de interesses entre os diversos grupos de trabalhadores – identidade essa que se define fundamentalmente contra os interesses de outras classes. Em segundo lugar, o crescimento de formas correspondentes de organização política e industrial – como sindicatos, sociedades de ajuda mútua, movimentos educacionais e religiosos, organizações políticas, periódicos, etc. Terceiro, Thompson menciona ainda a existência de tradições intelectuais, padrões e modelos e comunidade, e uma estrutura de sentimentos típicos de uma determinada classe trabalhadora. E, finaliza com a observação essencial de que a formação de uma classe trabalhadora é tanto um fato de história econômica quanto de história política e cultural (CHALHOUB, 1986, 205).

Tendo em consideração que o conceito de experiência de Thompson é o substrato para a sua definição de classe social, Chalhoub, ao tomar estas considerações sobre a formação da classe operária para o seu trabalho, também apreende o conceito thompsoniano de experiência, ao captar as experiências dos trabalhadores cariocas do começo do século XX em importantes facetas de sua existência, como o trabalho, o lazer e o amor.

O contato de Sidney Chalhoub com o pensamento e a historiografia de Thompson irá prosseguir através de outros trabalhos, como é o caso do seu livro *Visões da Liberdade* (1990). Buscando perceber quais as experiências comuns vivenciadas e sentidas pelos escravos brasileiros no fim do período imperial, Chalhoub novamente utiliza-se da historiografia de Thompson e de seu conceito de experiência. Em entrevista à *Revista Saeculum*, questionado se este seu livro seria ainda mais thompsoniano, Chalhoub nos conta que:

Eu acho que já é outro momento. Aí já se tem uma leitura muito mais refletida de E. P. Thompson. Vários anos de cursos, seminários na Unicamp, na segunda metade dos anos 1980, com o grupo todo de professores que lá estava. *Visões da Liberdade* se beneficiou, também, de uma feliz coincidência institucional, digamos. Eu fiz concurso para o Departamento de História em 1984 e comecei a dar aulas em 1985. Paralelamente, fazia os

seminários e realizava a pesquisa do doutorado. Eu vinha daquela pesquisa sobre o cotidiano dos trabalhadores, não tinha muita experiência com o tema da escravidão, que era, contudo, o assunto de meu projeto de doutorado. Então o Departamento de História da Unicamp resolveu investir na formação de um grupo de historiadores da escravidão. Peter Eisenberg e Robert Slenes⁵⁰ já estavam lá, logo em seguida vieram Leila Algranti⁵¹, Silvia Lara⁵² e Célia Azevedo⁵³. Bem, discutir uma pesquisa sobre escravidão em andamento com esse pessoal era uma maravilha. Eu não sabia nada sobre escravidão, estava aprendendo, era aluno, era a primeira pesquisa que eu fazia sobre o tema e quando chegava aos seminários, quem eram meus colegas? A Leila, a Silvia e a Celia, todos sob a batuta de Peter e Bob. De novo, dei muita sorte (CHALHOUB, 2009, p.189-190).

A aproximação entre esses pesquisadores se tornou evidente, por conta da idéia compartilhada por eles, de que era preciso contar uma história da escravidão na qual os escravos fossem sujeitos políticos de sua história. Esses historiadores se tornaram renovadores na historiografia brasileira de então, porque buscavam discutir o tema da escravidão em outras perspectivas que fossem além da teoria sobre o modo de produção da escravidão (que era o que vinha sendo feito antes). Sobre esse momento, Chalhoub esclarece que:

Achávamos um falso problema ter de decidir se a escravidão era paternalista ou violenta. Por definição a escravidão era uma instituição extremamente violenta, que funcionava pelo recurso ao castigo físico e à venda de pessoas. No entanto, o problema era entender –na fórmula sartreana – o que as pessoas faziam com o que faziam delas. Isso nos fornecia um norte. Eu me lembro que na segunda metade dos anos 1980 houve uma ANPUH na Unicamp, para a qual Silvia Lara e eu organizamos uma mesa cujo título era: *Os maus modos de produção dos escravos*. O título era para polemizar com Ciro Flamarion Cardoso, com Jacob Gorender⁵⁴. Para dizer assim: *Olha, essa discussão de vocês sobre modo de produção escravista não nos interessa mais. Queremos pesquisar os modos dos caras, e não debater teoria de modo de produção*. Quer dizer, o suposto é que eles são sujeitos políticos. O tipo de política que eles fazem, evidentemente, não tem a ver com o futuro do pretérito deles (CHALHOUB, 2009, p.190).

Chalhoub e estes seus colegas historiadores estavam interessados em perceber quais eram as experiências coletivas horizontais que davam sentido à ideia de que um escravo era

⁵⁰ Estes dois historiadores serão alvo de uma melhor apreciação no próximo capítulo.

⁵¹ Leila Mezan Algranti, historiadora, autora de *O Feitor Ausente*: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1821. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

⁵² Silvia Hunold Lara, historiadora, autora de *Campos da Violência*: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁵³ Célia Maria Marinho de Azevedo, PhD em história (1993) pela Columbia University, autora da obra clássica, *Onda Negra, Medo Branco*: o negro no imaginário das elites – Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, correspondente ao Vol. VI, da Coleção Oficinas da História.

⁵⁴ Jacob Gorender, autor de *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1988; e *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

escravo, que faziam parte da experiência de todos eles e que, independentemente de isso se traduzir ou não em instituições e ações coletivas – às vezes até se traduziam –, informavam a experiência da escravidão para quem era um escravo.

Assim, o livro *Visões da Liberdade* é organizado em torno destas questões que buscam compreender as experiências dos escravos brasileiros daquela época abordada no livro. Para isso, Chalhoub escolheu três significados sociais gerais que eram muito importantes para entender a política de domínio na escravidão em qualquer lugar, mas que, naquele momento, estavam extremamente politizados pela conjuntura da emancipação: a questão da compra e venda, o problema da ideologia da alforria e o conceito de liberdade dentro da escravidão, que tinha a ver com a noção de “viver sobre si”, dos espaços de autonomia na experiência da escravidão urbana, mas não só nela.

E, ao elaborar essa escolha, Chalhoub reforça a importância de Thompson para este seu livro quando nos fala que: “E. P. Thompson nos ajudava muito a pensar. Aquele texto dele, *Luta de classes sem classes*, que circulava muito em espanhol à época, tinha uma correspondência muito importante com o que achávamos sobre escravidão” (CHALHOUB, 2009, p.191).

Neste livro de Chalhoub, acompanhamos através da sua escrita ágil e envolvente, as ações do escravo Bonifácio, do comerciante Veludo, da livre Maria do Bonfim e da sua filha escrava Felicidade. São dezenas de pessoas que viviam situações de embate com o violento e opressor sistema escravista. A partir do que o autor chama de “questões minúsculas”, que aparentemente envolvem ações articuladas apenas em função de objetos imediatos, caminhamos para um entendimento maior do sistema e cotidiano escravista.

Mas a aproximação de Sidney Chalhoub com a historiografia de Thompson e da História Social Inglesa não para com a publicação deste livro. Podemos perceber, na figura deste historiador, um personagem que difundiu, irradiou e espalhou as historiografias deste autor inglês e de sua tendência historiográfica, muito além dos muros da Universidade Estadual de Campinas. Percebemos isto através dos eventos, encontros, seminários, mesas-redondas e outras reuniões acadêmicas das quais Chalhoub participou e, neles abordou, como tema de suas exposições, a historiografia de Thompson e, conseqüentemente, da História Social Inglesa. Através de pesquisa em seu currículo na *Plataforma Lattes*⁵⁵, podemos acompanhar quais as datas, os locais e os temas destes episódios acadêmicos. Dentre mais de uma centena de participações em eventos desta natureza, destacamos: um curso ministrado

⁵⁵ O currículo de Sidney Chalhoub encontra-se disponível no sítio eletrônico da *Plataforma Lattes* < <http://lattes.cnpq.br/> > Acesso em 25 de maio de 2010.

por Chalhoub na Universidade Federal de Santa Catarina, em 1997, com o nome de “Historiografia Social Inglesa e História social da Literatura”; em 1998, a participação de Chalhoub na mesa redonda promovida pelo periódico *História Social*, intitulada “História Social Inglesa: historiografia e política”, realizada na Unicamp; também em 1998, durante um congresso na Universidade Federal da Bahia, Chalhoub promove um curso sobre a “Historiografia Social Inglesa”; no ano de 2001, na Universidade de Tocantins, Chalhoub fez a conferência “A História Social no Brasil”; também em 2001, durante o XXI Simpósio Nacional de História da ANPUH realizado na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, Chalhoub estava na mesa redonda “E. P. Thompson no Brasil: sua influência na historiografia dos movimentos sociais e da escravidão”.

Atualmente Sidney Chalhoub exerce normalmente suas funções enquanto professor de graduação e das pós-graduações (mestrado e doutorado) em História da Universidade Estadual de Campinas. Atua na linha de pesquisa “História Social da Cultura”, participando de quatro projetos de pesquisa. O primeiro é o projeto “Costumes, Direitos e Cidadania: Dimensões da Experiência dos Trabalhadores no Brasil (Séculos XVII a XX)”⁵⁶. O segundo é o “Trabalhadores no Brasil: Identidades, Direito e Política (Séculos XVII a XX)”⁵⁷. O terceiro projeto de pesquisa é de cooperação internacional sediado em Stanford University, com participação de pesquisadores de Brown University e do CECULT/UNICAMP, denominado “The Terrain of History. The Social and Cultural Geography of Nineteenth-Century Rio de Janeiro”.⁵⁸ Já o último projeto de pesquisa que Chalhoub integra na condição de coordenador é “Escravidão Ilegal e Precarização da Liberdade na Corte Imperial (décadas de 1830 a 1880)”.

Sidney Chalhoub também compõe o quadro de pesquisadores do CECULT⁵⁹ (Centro de Pesquisa em História Social) do IFCH/Unicamp e é vinculado ao Arquivo Edgard

⁵⁶ Além de Chalhoub este projeto é composto pelos professores: Claudio Henrique de Moraes Batalha (coordenador) Robert Wayne Andrew Slenes, Silvia Hunold Lara, Fernando Teixeira da Silva.

⁵⁷ Integram o projeto os professores: Silvia Hunold Lara (coordenadora), Maria Clementina Pereira Cunha, Jefferson Cano, Robert Wayne Andrew Slenes, Cláudio Henrique de Moraes Batalha, Fernando Teixeira da Silva e Joseli Maria Nunes Mendonça.

⁵⁸ Chalhoub é o coordenador deste projeto que ainda conta com a participação de Maria Clementina Pereira Cunha, Claudio Henrique de Moraes Batalha, Zephyr Frank, James N. Green, Nicole Coleman, John Logan, Meredith Williams e Kari Zimmerman.

⁵⁹ O CECULT foi criado e começou suas atividades em agosto de 1995. Fruto de trabalhos desenvolvidos na graduação e na pós-graduação por um grupo de docentes do Departamento de História da UNICAMP, tem como objetivo estimular e sustentar uma reflexão sobre as práticas e tradições das classes populares, a partir dos embates envolvidos nas relações culturais entre grupos diversos ao longo da história do Brasil. O grupo busca a partir de suas atividades, subsidiar uma análise sobre alguns conceitos que aparecem de forma recorrente nas interpretações construídas dentro e fora da academia sobre a história do país - como o de cultura popular, cultura operária, cultura negra e cultura nacional. O esforço de reflexão desdobra-se, por isso, sobre quatro eixos de

Leuenroth (Centro de Pesquisa e Documentação Social)⁶⁰, onde já exerceu cargos de natureza administrativa.

Acreditamos que a historiografia e o pensamento de Thompson devem muito de sua influência e visibilidade aqui no Brasil, à atuação do historiador Chalhoub. Este que, no início de sua carreira, incorporou este pensamento, que foi renovador na historiografia inglesa, e que renovou a nossa historiografia nacional, principalmente aquela ligada à temática da escravidão. Atuando, seja escrevendo obras de história, seja promovendo o contato com a historiografia thompsoniana através da participação em eventos, ou em suas linhas e projetos de pesquisa, enxergamos em sua figura um expoente da difusão da obra e reflexão de Thompson em terras brasileiras.

investigação principais: Culturas de Classe: trabalhadores urbanos; Culturas do povo, “cultura nacional”: tradições e festas; Culturas e identidades entre africanos e seus descendentes.

⁶⁰ O Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) iniciou suas atividades em 1974 com a chegada da coleção de documentos impressos reunidos por Edgard Leuenroth, pensador anarquista, militante das causas operárias, linotipista e jornalista por ofício e paixão. Tais fontes foram adquiridas, na época, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) para constituir um centro de documentação que possibilitasse acesso às fontes primárias necessárias aos trabalhos do então recém-criado Programa de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp. Há trinta e cinco anos o AEL vem cumprindo seus objetivos de atender a demanda acadêmica e preservar registros históricos da sociedade. Além do acervo que o originou, recebeu outros tantos ligados à história social, política e cultural do Brasil e da América Latina, tais como: história do trabalho e da industrialização, do movimento operário, da esquerda, dos partidos políticos, da cultura e dos intelectuais, da questão agrária, dos direitos humanos e justiça, da imprensa, da opinião pública, dos movimentos sociais, da saúde e da antropologia. Nos últimos anos, o Arquivo incorporou documentos referentes a novas temáticas, como a história da colonização na América, Ásia e África, expressando o desenvolvimento e a diversidade das pesquisas no IFCH/Unicamp. Além dos suportes documentais tradicionais, disponibiliza coleções em filme (microformas) reproduzidas de arquivos e bibliotecas de instituições brasileiras, americanas e européias. O AEL publica, desde 1992, sua revista acadêmica - Cadernos AEL.

Capítulo 4: A difusão do pensamento e obra de Thompson no Brasil

No capítulo anterior fizemos um movimento no sentido de perceber como se deu a apreciação da obra e pensamento de Thompson na historiografia brasileira através da análise de livros e artigos sobre a classe trabalhadora. Percorrendo a trajetória da historiografia e do pensamento de E. P. Thompson no Brasil, chegamos a algumas indicações que foram anteriormente apresentadas. Assim, neste nosso último capítulo, abordamos a difusão do pensamento thompsoniano no país através da análise de duas frentes: a primeira trata da instituição que primeiro difundiu e irradiou o pensamento e obra de Thompson, que é a Unicamp; e a segunda trata dessa difusão no âmbito da atuação, como professor universitário, de Sidney Chalhoub.

Pelas leituras, depoimentos e informações acerca desta primeira frente de difusão identificamos a existência deste local irradiador do pensamento thompsoniano no Brasil, no estado de São Paulo, precisamente em uma de suas principais instituições de ensino superior: a Universidade Estadual de Campinas, a Unicamp. Para isso apresentaremos alguns elementos sobre sua origem e sua representatividade no cenário das instituições de ensino superior no país. Nos interessam principalmente os anos de 1980, quando esta instituição começa a criar uma série de programas de pós-graduação, característica que se verifica até hoje, haja vista que, nela, o número de alunos vinculados às pós-graduações é proporcionalmente maior do que o de matriculados nos cursos de graduação de qualquer outra universidade brasileira⁶¹.

Já vimos anteriormente que o próprio Sidney Chalhoub confere à Unicamp o papel de instituição universitária brasileira que introduziu o pensamento de Thompson no Brasil. Segundo ele: “a Unicamp foi mais decisiva quanto a isso. Reza a tradição que houve nisso muito da influência de Michael Hall” (CHALHOUB, 2009, p.189). Vimos também que esta atribuição à Unicamp está intimamente ligada à chegada e permanência, em seu quadro docente, de três pesquisadores estadunidenses: Peter Eisenberg, Michael Hall e Robert Slenes, este último com uma passagem anterior pela Universidade Federal Fluminense. O fato de terem o inglês como idioma materno apresenta-se como um fator óbvio para o contato e o conhecimento da obra de Thompson e sua posterior difusão no Brasil.

⁶¹Informação disponível no sítio eletrônico: <<http://www.unicamp.br/unicamp/a-unicamp/>> Acesso em 12 de maio de 2010.

O historiador Sidnei Munhoz também corrobora com a primazia da Unicamp na difusão do pensamento de Thompson. Segundo ele, “a influência de Thompson, no Brasil, fez-se sentir inicialmente através da Unicamp e, posteriormente, pela PUC-SP, e destas espalhou-se por outras universidades brasileiras” (MUNHOZ, 1995, p.139).

Em nossa segunda frente de trabalho para a elaboração deste capítulo tratamos da atuação de Sidney Chalhoub enquanto professor universitário da Unicamp, com a intenção de identificar como se processou a difusão do pensamento thompsoniano na sala de aula. Nossa intenção é identificar os livros e textos de Thompson que eram utilizados nos programas de suas disciplinas para os alunos da graduação e pós-graduação da Unicamp. Para isso utilizamos, como fontes, as ementas dos programas das disciplinas ministradas pelo próprio Sidney Chalhoub e por outros professores do departamento de História da Unicamp no período que vai do primeiro semestre de 1980 até o segundo semestre de 1998. O início desse recorte temporal acontece em razão de que só a partir daquele ano as ementas das disciplinas ministradas no curso de História da Unicamp, estão disponibilizadas para consulta no Arquivo da Secretária de Graduação do IFCH. Quanto ao fim do recorte em 1998, a explicação está no fato de que é nesse ano que temos a publicação do dossiê sobre a História Social Inglesa no periódico *História Social* que, no nosso entender, representa o ápice da influência de Thompson e da historiografia inglesa no curso de História da Unicamp.

Realizadas estas considerações acreditamos que seja importante empreender uma análise sobre a história da própria Unicamp, para que possamos conhecer um pouco melhor as suas origens.

4.1. A criação do sistema universitário no Brasil

Antes de entrar na história da Universidade Estadual de Campinas, vamos discorrer um pouco sobre o histórico da educação superior no Brasil. E o faremos a partir do momento da criação das primeiras universidades, propriamente ditas, no território brasileiro.

Com relação às suas origens e características, o desenvolvimento do sistema de educação superior, no Brasil, pode ser considerado um caso atípico no contexto latino-americano, pois embora os colonizadores espanhóis tenham criado universidades desde o início de sua ocupação no continente americano, os colonizadores portugueses nunca criaram uma universidade no Brasil, que só viria a surgir durante o início do século XX.

Dentro da definição moderna, as primeiras universidades surgiram na Europa medieval, durante o renascimento do século XII. Significativamente, as primeiras

universidades fora da Europa se fizeram na América espanhola. Desde o século XVI, os espanhóis fundaram universidades em suas possessões no continente americano, sendo a Universidade de São Domingos, criada em 1538, a primeira. Depois vieram as de São Marcos, no Peru (1551), México (1553), Bogotá, (1662), Cuzco (1692), Havana (1728) e Santiago (1738). Da mesma forma, na América Inglesa, especificamente no atual território dos Estados Unidos, as primeiras universidades foram Harvard, Yale e Filadélfia, fundadas respectivamente em 1636, 1701 e 1755.

No Brasil apenas na segunda década do século XX, no período chamado Primeira República⁶², surgiram os primeiros estabelecimentos de ensino superior no Brasil com o nome de universidade, sendo a do Rio de Janeiro (1920) e a de Minas Gerais (1927) as que vingaram⁶³. A primeira universidade brasileira foi criada no significativo dia sete de setembro de 1920, data próxima das comemorações do Centenário da Independência que ocorreria em 1922. Resultado do Decreto de número 13.343, elaborado pelo ministro do interior, Alfredo Pinto, e promulgado pelo presidente da República Epitácio Pessoa, a Universidade do Rio de Janeiro – mais tarde Universidade do Brasil – reunia, administrativamente, faculdades profissionais pré-existentes sem, contudo, oferecer uma alternativa diversa do sistema: ela era mais voltada ao ensino do que à pesquisa, elitista, conservando a orientação profissional dos seus cursos e a autonomia das faculdades.

Existe até, na historiografia sobre o assunto, uma interpretação de que a criação da primeira universidade brasileira teria sido fruto de uma ocasião política. Segundo Favero (*apud* OLIVE, 2002, p.33), comentava-se, à época, que uma das razões da criação dessa universidade, localizada na capital do país, devia-se à visita que o rei Alberto da Bélgica empreenderia ao país, por ocasião dos festejos do Centenário da Independência, havendo interesse político em outorgar-lhe o título de Doutor *Honoris Causa*. O Brasil, no entanto, carecia de uma instituição apropriada, ou seja, uma universidade. Assim, por conta desta ocasião, teria sido criada a nossa primeira universidade.

Durante a Primeira República, o leque de cursos se ampliou e o número de escolas superiores se multiplicou, chegando a muitas cidades delas desprovidas. O número de estudantes, conseqüentemente, deve ter crescido bastante. Cunha (1986, p.148) diz crer que

⁶² Para um histórico do ensino superior no país, em período anteriores (Colônia e Império), ver: CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã*. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

⁶³ Aproveitando a descentralização política que caracterizou esse período, alguns estados, Amazonas, São Paulo e Paraná criaram universidades, no início do século XX, que foram logo descontinuadas. A Universidade de Manaus foi criada em 1909, a Universidade de São Paulo em 1911 e a Universidade do Paraná em 1912.

não seria exagero dizer que o número de estudantes do ensino superior, em 1915, ultrapassava dez mil, chegando a vinte mil, em ordem de grandeza, ao fim da Primeira República.

A solução encontrada para a criação da universidade no Brasil – uma solução chamada “de fachada” – não teve fácil aceitação. Não demorou muito e surgiram as críticas incidindo sobre a falsidade do título pomposo atribuído a um mero conglomerado de escolas que continuavam a ser tão isoladas quanto antes, mantendo o mesmo currículo de quando eram apenas faculdades e sem nenhum vínculo. Grande parte dessas críticas vinha dos *profissionais da educação* que surgiram no bojo das transformações da escola primária e de sua utilização política. Seu aparecimento também se liga ao crescimento dos sistemas de ensino e as mudanças políticas vigentes. Esses profissionais preocupavam-se com a remodelação dos sistemas estaduais de ensino, com a psicologização do processo educacional, com uma adequada administração do ensino. Mais do que a amplitude do sistema escolar interessava que ele funcionasse bem; para tanto, introduziram-se as técnicas e os princípios recomendados pela Escola Nova⁶⁴.

Durante os anos 1920, conforme apresenta Cunha (1986, p.220) os *profissionais da educação* foram responsáveis por reformas de ensino em diversos estados: Lourenço Filho no Ceará, em 1923; Anísio Teixeira na Bahia, 1925; Francisco Campos e Mário Casassanta em Minas Gerais, em 1927 e Fernando de Azevedo no Distrito Federal, em 1928. A atuação desses educadores foi bastante amplificada pela sua presença na Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada em 1924.

A ABE era uma sociedade civil que funcionava como um instrumento de mobilização e difusão de idéias que os *profissionais da educação* vieram a utilizar justamente para aumentar sua capacidade de atuação no aparelho de Estado. Foram três as conferências que ela promoveu na primeira república: a de 1927, em Curitiba; a de 1928, em Belo Horizonte; e

⁶⁴ O grande nome do movimento da Escola Nova na América foi o filósofo e pedagogo norte-americano John Dewey (1859-1952) que influenciou enormemente a elite brasileira. Para ele a Educação, é uma necessidade social. Por causa dessa necessidade as pessoas devem ser aperfeiçoadas para que se afirme o prosseguimento social e, assim sendo, possam dar prosseguimento às suas idéias e conhecimentos. A Escola Nova foi um movimento de renovação do ensino que foi especialmente forte na Europa, na América e no Brasil, na primeira metade do século XX. O escolanovismo desenvolveu-se no Brasil sob importantes impactos de transformações econômicas, políticas e sociais. O rápido processo de urbanização e a ampliação da cultura cafeeira trouxeram o progresso industrial e econômico para o país, porém, com eles surgiram graves desordens nos aspectos políticos e sociais, ocasionando uma mudança significativa no ponto de vista intelectual brasileiro. Para John Dewey a escola não pode ser uma preparação para a vida, mas sim, a própria vida. Assim, a educação tem como eixo norteador a vida-experiência e aprendizagem, fazendo com que a função da escola seja a de propiciar uma reconstrução permanente da experiência e da aprendizagem dentro de sua vida. Então, para ele, a educação teria uma função democratizadora de igualar as oportunidades. De acordo com o ideário da escola nova, quando falamos de direitos iguais perante a lei, devemos estar aludindo a direitos de oportunidades iguais perante a lei. Estas informações encontram-se em: HAMZE, Amélia. Escola Nova e o movimento de renovação do ensino. Disponível no sítio eletrônico: <<http://www.educador.brasilecola.com/gestao-educacional/escola-nova.htm>> Acesso em 09 de maio de 2010.

a de 1929, em São Paulo. A segunda Conferência Nacional de Educação, de 1928, foi extremamente importante como catalisadora das críticas às universidades, até então, existentes no país. Deste encontro resultou um livro intitulado, *O problema universitário brasileiro*, em que estão presentes as resoluções desta conferência e entrevistas com professores de ensino superior de diversos estados. A Associação Brasileira de Educação tinha, como uma de suas bandeiras, a criação do Ministério da Educação.

Durante a Era Vargas⁶⁵ (1930 a 1945) foi criado o Ministério da Educação e Saúde e, em 1931, com Francisco Campos, seu primeiro titular, foi aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras, que vigorou até 1961: a universidade poderia ser oficial, ou seja, pública (federal, estadual ou municipal) ou livre, isto é, particular; deveria também incluir três dos seguintes cursos: direito, medicina, engenharia, educação, ciências e letras. Essas faculdades seriam ligadas por meio de uma reitoria, por vínculos administrativos, mantendo, no entanto, a sua autonomia jurídica.

Os educadores da ABE desapontaram-se com as políticas do novo ministério. A ênfase dada à criação de uma Faculdade de Educação, nas universidades, para formar professores do ensino secundário, respondia muito mais aos planos de Francisco Campos (que priorizava o ensino médio), do que aos anseios dos educadores preocupados com a criação de uma universidade voltada às atividades de pesquisa.

No início da era Vargas, em 1930, havia no Brasil três universidades: a do Rio de Janeiro, criada em 1920; a de Minas Gerais, criada em 1927; e a Escola de Engenharia de Porto Alegre, criada em 1896, esta sem o nome de universidade. Ao fim desta era, em 1945, eram cinco: a Universidade do Rio de Janeiro tinha passado a se chamar, desde 1937, Universidade do Brasil; a Escola de Engenharia de Porto Alegre foi denominada Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, em 1932, e, a partir de 1934, Universidade de Porto Alegre; em 1934, foi criada a Universidade de São Paulo; em 1940 foram criadas as Faculdades Católicas, embrião da Universidade Católica, mais tarde Pontifícia. Teve vida curta a Universidade do Distrito Federal, criada em 1935 e absorvida pela Universidade do Brasil, em 1939 (CUNHA, 1986, p.231).

⁶⁵ Sobre o período Vargas ver, entre outros: FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense, 1970; CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1976; DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Saga, 1969; VESENTINI, Carlos Alberto & DECCA, Edgar Salvadori de. *A Revolução do Vencedor*. In: *Ciência e Cultura*. v.29, n.1, jan. 1977; FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil – o imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

Em 1935, Anísio Teixeira, então diretor de instrução do Distrito Federal, criou, através de um decreto municipal, a Universidade do Distrito Federal voltada, especialmente, à renovação e ampliação da cultura e dos estudos desinteressados. Mesmo enfrentando escassez de recursos econômicos, as atividades de pesquisa foram estimuladas com o aproveitamento de laboratórios já existentes e o apoio de professores simpáticos à iniciativa. A universidade compunha-se de um já existente, Instituto de Educação, e das Escolas de Ciências, de Economia e Direito, de Filosofia e Letras, e do Instituto de Artes, recém-criado.

Essa foi uma vitória do grupo de educadores liberais igualitaristas, liderados por Anísio Teixeira, discípulo do filósofo norte-americano John Dewey, e grande defensor da escola pública, laica, gratuita e para todos. Em função de seu posicionamento apaixonadamente liberal, Anísio Teixeira não contou com apoios que dessem sustentabilidade a seu projeto universitário. Devido ao clima político autoritário reinante no país, a Universidade do Distrito Federal careceu de simpatia do Ministério da Educação e, por ingerência direta do governo federal, teve uma breve existência: em janeiro de 1939, menos de quatro anos depois, foi extinta, por decreto presidencial. Seus cursos foram transferidos para a Universidade do Brasil. Esta, aliás, serviria de modelo único de ensino superior em todo o território nacional, constituindo-se em exemplo significativo da centralização autoritária do ensino superior brasileiro levado a cabo pelo Estado Novo.

O estado de São Paulo construiu, à época, um projeto político, no bojo do qual se inseria a criação de uma universidade de alto padrão acadêmico e científico. Este projeto tinha seu contexto fortemente vinculado aos interesses do estado para a formação de profissionais destinados ao ensino, à indústria e à administração pública. Este estado, o maior centro cafeeiro do Brasil, perdera poder político em nível nacional, devido à crise econômica do café. O movimento para a criação de uma universidade, liderado por Fernando de Azevedo e incentivado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, recebeu apoio do governo estadual. Por ser o estado mais rico do país, criou sua própria universidade pública estadual, livre do controle direto do governo federal, constituindo-se numa tentativa de reconquistar a hegemonia política, que gozara até a revolução de 1930.

A Universidade de São Paulo (USP), criada por decreto estadual em 25 de janeiro de 1934, representou um divisor de águas na história do sistema brasileiro de educação superior. Para concretizar esse plano político, foram reunidas faculdades e escolas superiores tradicionais e independentes: Faculdade de Direito, Escola Politécnica, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Faculdade de Medicina, Escola de Veterinária; o Instituto de

Educação foi elevado à categoria de escola superior e incorporado como Faculdade de Educação. Foram criadas a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais, e a Escola de Belas Artes, só vingando a primeira. Diversos institutos técnico-científicos mantidos pelo governo estadual foram ligados à universidade como “instituições complementares”, dentre eles os seguintes: Instituto Biológico, Instituto de Higiene, Instituto Butantã, Instituto Agrônomo de Campinas, Instituto Astronômico e Geofísico, Instituto de Radium, Instituto de Pesquisas Tecnológicas e o Museu de Arqueologia, História e Etnografia.

Com a vinda de professores pesquisadores estrangeiros, principalmente da Europa, a USP tornou-se o maior centro de pesquisa do Brasil, concretizando o ideal de seus fundadores. Na esfera organizacional, a idéia inovadora da USP foi fazer, da nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, concebida como o “coração da universidade”, o seu eixo central, que viria a promover a integração de diversos cursos e das atividades de ensino e pesquisa. Esta seria o lugar onde se desenvolveriam “os estudos de cultura livre e desinteressada”. Nela funcionaria uma espécie de curso básico, preparatório a todas as escolas profissionais (e para ela própria). Lá os estudantes teriam aulas de matérias fundamentais de todos os cursos (matemática, física, química, biologia, estatística, economia e outras), após o que se encaminhariam para as faculdades propriamente profissionais.

Segundo Olive (2002, p.36), esse plano não se efetivou, em grande parte, face à resistência das faculdades tradicionais, as quais não queriam abrir mão do processo de seleção e formação de seus alunos desde o ingresso na universidade até a formatura. Ainda conforme este autor, não obstante a alta qualificação do corpo docente vindo da Europa, foi pequena a demanda pelos cursos oferecidos por essa instituição. A elite paulista continuava a dar preferência aos cursos profissionais de medicina, engenharia e direito.

Segundo Cunha (1986, p.232), em 1932, havia vinte e um mil estudantes nas escolas superiores do país, chegando a vinte e sete mil no fim da era Vargas.

A partir da década de 1940, com a expansão da rede de ensino de nível médio, a maior aceitação da participação da mulher no mercado de trabalho, principalmente no magistério, novos cursos vinculados às Faculdades de Filosofia passaram a ser frequentados pelas moças que aspiravam dedicar-se ao magistério de nível médio ou fundamental. Essas faculdades disseminaram-se pelo país, sendo que, a maioria delas, não passava de um aglomerado de escolas, nas quais cada curso preparava um tipo específico de professor: de história, de matemática, de química, etc. A escassez de recursos materiais e humanos limitou esses cursos às atividades de ensino sem qualquer comprometimento com a pesquisa.

Embora as faculdades profissionais resistissem, pois não desejavam perder a autonomia, ocorreu no período populista (1945/64), um processo de integração do ensino superior. Um de seus resultados foi o surgimento de universidades, que vincularam administrativamente faculdades preexistentes, sendo que grande parte delas foi federalizada⁶⁶. No final desse período as matrículas, no ensino superior, estavam concentradas principalmente em universidades, atingindo o percentual de 65%.

Ainda conforme Olive (2002, p.37), durante a Nova República (que em sua interpretação se estende de 1930 a 1964), foram criadas vinte e duas universidades federais, constituindo-se o sistema de universidades públicas federais. Cada unidade da federação passou a contar, em suas respectivas capitais, com uma universidade pública federal. Durante esse mesmo período foram, também, criadas nove universidades de caráter religioso, sendo oito católicas e uma presbiteriana.

Concomitantemente a esse processo de integração, ocorreu uma expressiva expansão das matrículas acentuando-se, com isso, a mobilização dos universitários, que tiveram, na criação da UNE (União Nacional dos Estudantes) em 1938, um elemento importante para sua organização; e, na luta pela defesa da reforma universitária, uma importante causa política para o conjunto da sociedade brasileira.

Gomes (2007, p.54) aponta que, em 1954, havia dezesseis universidades no país e aproximadamente setenta e dois mil estudantes matriculados. Em 1964, o número de estudantes matriculados nas trinta e sete escolas de ensino superior existentes no país, já havia quase dobrado, mas continuava sendo insatisfatório para fazer frente às necessidades das áreas de produção de bens e serviços do setor público.

Em 1961, após um período de quatorze anos de tramitação no Congresso Nacional, foi promulgada a lei de número 4.024, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Mesmo possibilitando certa flexibilidade na sua implementação, na prática, essa lei reforçou o modelo tradicional de instituições de ensino superior vigente no país. Em termos organizacionais manteve ilesa a cátedra vitalícia, as faculdades isoladas e a universidade, composta por simples justaposição de escolas profissionais; além disso, continuou a concentrar a maior preocupação com o ensino, sem focalizar o desenvolvimento da pesquisa. Ao conceder expressiva autoridade ao Conselho Federal de Educação, com poder para

⁶⁶ Apenas como exemplo deste movimento de federalização das universidades espalhadas pelo país, a antiga Universidade da Paraíba através da Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960, passa a ter a atual denominação de Universidade Federal da Paraíba. Sobre o assunto consultar: BEZERRA, Francisco Chaves. *O Ensino superior de História na Paraíba (1952-1974): aspectos acadêmicos e institucionais*. (Dissertação de Mestrado) PPGH/CCHLA/UFPB, 2007.

autorizar e fiscalizar novos cursos de graduação e deliberar sobre o currículo mínimo de cada curso superior, a nova lei fortaleceu a centralização do sistema de educação superior. Como novidade, assegurou a representação estudantil nos colegiados, não especificando, no entanto, a respectiva proporção.

A inércia do sistema universitário, sob o controle de catedráticos vitalícios, não favoreceu a concretização de novas experiências de caráter mais formal e duradouro. No início dos anos 1960, paradoxalmente a essa inércia formal, a universidade brasileira viveu um momento de grande vitalidade, quando a ação da comunidade acadêmica extravasou os muros da universidade. Nessa ocasião, foram criados os Centros Populares de Cultura e desenvolvidas Campanhas de Alfabetização de Adultos, as quais envolviam jovens professores e alunos universitários, procurando contrapor, ao projeto elitista herdado do passado, um novo ensino superior, mais nacional e democrático.

Em fóruns acadêmicos, como as reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), assim com em revistas especializadas, professores e pesquisadores universitários defendiam uma modernização institucional. Muitos deles, com experiência de pós-graduação no exterior, buscavam implantar uma universidade voltada para a pesquisa, seguindo o modelo de Von Humbolt (que criou a Universidade de Berlim, em 1810), ou o norte-americano.

Com a transferência da capital, do Rio de Janeiro para Brasília, foi criada, também em 1961, a Universidade de Brasília (UnB), cujos principais objetivos eram o desenvolvimento de uma cultura e de uma tecnologia nacionais ligadas ao projeto desenvolvimentista. Essa foi a primeira universidade brasileira que não foi criada a partir da aglutinação de faculdades pré-existentes; sua estrutura era integrada, flexível e moderna e contrapunha-se à universidade segmentada em cursos profissionalizantes. Seguindo o modelo norte-americano, organizou-se na forma de fundação e os departamentos substituíram as cátedras.

Após o golpe de estado e a tomada do poder pelos militares, em 1964, as universidades passaram a ser objeto de uma ingerência direta do governo federal: foi afastado um grande número de professores, principalmente na Universidade de Brasília; também foram criadas as Assessorias de Informação nas instituições federais de ensino superior, com a intenção de coibir as atividades de caráter “subversivo”, tanto de professores quanto de alunos.

Os estudantes universitários brasileiros já há muito tempo reivindicavam o projeto de reforma universitária. Mas não foi segundo suas concepções que ela viria a ser aprovada em 1968. Após longos anos de penumbra – nos quais a reforma universitária era debatida,

exclusivamente, nos fechados gabinetes da burocracia estatal – em 1968, o governo militar aprovou no Congresso Nacional, sem maiores discussões, uma reforma universitária plasmada nos termos do convênio firmado em 1965 e 1967 entre o Ministério da Educação e a *United States Agency for International Development*, o famigerado Acordo MEC-USAID, que tinha como meta replanejar o ensino no Brasil, sobretudo o ensino superior.

A lei de reforma universitária, de número 5.540/68, criava os departamentos, o sistema de créditos por disciplina, o vestibular classificatório, os cursos de curta duração, o ciclo básico de ensino, dentre outras inovações. A partir daí, os departamentos substituíram as antigas cátedras, passando as respectivas chefias a ter caráter rotativo. O exame vestibular, por sua vez, deixou de ser eliminatório, assumindo uma função classificatória.

Ao estabelecer a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, o regime de tempo integral e a dedicação exclusiva dos professores, valorizando sua titulação e a produção científica, essa reforma possibilitou, por outro lado, a profissionalização dos docentes e criou as condições propícias para o desenvolvimento tanto da pós-graduação como das atividades científicas no país. A lei da reforma universitária dirigia-se às IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), entretanto, como grande parte do setor privado dependia dos subsídios governamentais, seu alcance ultrapassou as fronteiras do sistema público federal, atingindo as instituições privadas que procuraram adaptar-se a algumas de suas orientações.

Como a pressão pelo aumento das vagas tornava-se cada vez mais forte, logo após 1968, ocorreu uma expansão do setor privado, que criou inúmeras faculdades isoladas, nas regiões onde havia maior demanda, ou seja, na periferia das grandes metrópoles e nas cidades de porte médio do interior dos estados mais desenvolvidos. Essa expansão do sistema ocorreu com a aquiescência do governo e, no ano de 1980, mais da metade dos alunos de terceiro grau estava matriculada em estabelecimentos isolados de ensino superior, sendo 86% em faculdades privadas. Segundo Olive (2002, p.40): no ano de 1981, o Brasil contava com sessenta e cinco universidades, sete delas com mais de vinte mil alunos. Nesse mesmo ano, o número de estabelecimentos isolados de ensino superior excedia a oitocentos. As novas faculdades isoladas não eram *locus* de atividade de pesquisa, dedicando-se, exclusivamente, ao ensino.

Realizamos essa pequena trajetória do histórico do ensino superior no Brasil, especialmente apresentando como se processou a criação de universidades no país, com o objetivo de situarmos a Universidade Estadual de Campinas, a Unicamp.

4.2. A Universidade Estadual de Campinas

Em outubro de 2010 a Universidade Estadual de Campinas completa quarenta e quatro anos e pode ser considerada uma instituição jovem que já conquistou forte tradição no ensino, na pesquisa e nas relações com a sociedade. Trata-se de uma autarquia, autônoma em política educacional, mas subordinada ao Governo Estadual no que se refere a subsídios para a sua operação. Assim, os recursos financeiros são obtidos principalmente do governo do Estado de São Paulo e de instituições nacionais e internacionais de fomento.

Em contato com a literatura que trata da história do ensino superior brasileiro, percebemos que, no Brasil, quase a totalidade das universidades criadas não tinha uma preocupação consistente em serem espaços dedicados à pesquisa, ao contrário, a prioridade era o ensino. Eram poucas as iniciativas, no interior das universidades, com foco direcionado à esfera da pesquisa, e da consequente produção de conhecimento científico de qualidade. Como exemplo destas, podemos citar apenas a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade de Brasília (UnB).

A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) nasce em 1966, com o propósito de empreender esforços para fazer da pesquisa uma de suas principais, senão a maior, de suas características. E, assim, contribuir para o desenvolvimento do ensino superior brasileiro carente, ainda, até a sua fundação, de instituições universitárias capazes de elaborar e realizar pesquisas em todas as áreas do conhecimento para promover o desenvolvimento do país. A importância conferida à pesquisa sempre foi a característica mais marcante desta instituição. Ao dar ênfase à investigação científica, a Unicamp parte do princípio de que a pesquisa, servindo prioritariamente à qualidade do ensino, pode ser também uma atividade econômica. Daí a naturalidade de suas relações com a indústria, seu fácil diálogo com as agências de fomento e sua rápida inserção no processo produtivo. Tal inserção começou já na década de 1970, com o desenvolvimento de pesquisas de alta aplicabilidade social, muitas das quais logo foram difundidas e incorporadas à rotina da população. São exemplos dessa condição: a digitalização da telefonia, o desenvolvimento da fibra óptica e suas aplicações nas comunicações e na medicina, os vários tipos de lasers hoje existentes no Brasil e os diversos programas de controle biológico de pragas agrícolas, entre outros (GOMES, 2007, p.179). Deve-se acrescentar a estas e às centenas de outras pesquisas em andamento um número notável de estudos e projetos no campo das ciências sociais e políticas, da economia, da educação, da história, das letras e das artes. A maioria dessas pesquisas não somente está voltada para o exame da realidade brasileira como, muitas vezes, tem-se convertido em

benefício social imediato. No seu conjunto, elas representam em torno do impressionante número de 15% de toda a pesquisa universitária brasileira.

Uma outra de suas características importantes foi ter escapado à tradição brasileira da criação de universidades pela simples acumulação de cursos e unidades. Ao contrário da maioria das instituições, ela foi criada a partir de uma ideia que englobava todo o seu conjunto atual.

Como foi concebido e instituído esse projeto da Unicamp? Como já vimos, no Brasil, ao longo da década de 1920, sob a influência da Escola Nova e, como vimos, de educadores como Anísio Teixeira e Fernando Azevedo, entre outros, foi se disseminando a ideia de que as universidades eram o *locus* do desenvolvimento de uma nação. O debate sobre a educação, em todos os níveis, tinha um ponto central: como o Brasil pode promover o desenvolvimento econômico e social sem universidades? Como pode tornar-se um país de primeiro mundo, ser uma nação líder, sem espaços acadêmicos de formação de sua elite intelectual? A criação da Universidade de São Paulo, em 1934, que nasceu da justaposição de algumas escolas isoladas (Escola Politécnica, Faculdade de Direito e Faculdade de Medicina) e da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (a partir da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, fundada em 1933), se deu com esse espírito de resposta a essas perguntas. A sua constituição, voltada para a formação humana geral (não apenas profissionalizante) e a produção de conhecimento (pesquisa), foi uma contribuição pioneira quanto à elaboração de um modelo de universidade no país. Por isso, tornou-se não só um marco, mas também uma referência, no país, de um ideário de universidade como agente de transformação da sociedade e fonte formadora de intelectuais.

No entanto, a percepção da universidade como estratégica para a promoção do conhecimento fundamental ao desenvolvimento científico e tecnológico – e, por extensão, econômico – só surgiu no país após a Segunda Guerra Mundial. A construção da bomba atômica pela comunidade científica (projeto Manhattan), que “ganhou a guerra” contra o fascismo, provocou um novo modo de perceber e produzir o conhecimento: o cientista deixou de ser o pesquisador solitário que trabalha sozinho. A ciência passou a ser vista como resultado da produção de um (ou vários) grupo de pesquisadores reunidos em laboratórios com infraestrutura e em torno de projetos interdisciplinares e em rede – a *Big Science*. Esta experiência influenciou, de forma determinante, a atividade científica e tecnológica das décadas seguintes, reforçando a ideia de que o desenvolvimento científico e, por conseguinte, o poderio e a riqueza das nações, dependiam de grandes projetos e do empenho de grupos de pesquisadores.

A repercussão desse fato, no Brasil, foi significativa entre os militares. Como resultado, houve a criação, em 1947, do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), concebido com uma estrutura curricular totalmente inovadora: tinha departamentos e não as tradicionais cátedras; os alunos somavam créditos sendo alguns à sua escolha, e não apenas cursavam disciplinas obrigatórias; havia oportunidade de desenvolver projetos de pesquisa; propiciava ao estudante um período de formação básica, para posterior formação profissional, dentre outros. Embora o ITA fosse uma escola isolada, não uma universidade (ou seja, ocupava-se exclusivamente de uma área da engenharia), foi um marco fundamental da assimilação, no Brasil, da estrutura tecnocrática da educação superior – de produtividade, eficácia e eficiência – característica de escolas de educação superior estadunidenses. A estrutura didática e acadêmica do ITA tornou-se referência para outras instituições de ensino superior no Brasil, também interessadas na pesquisa.

No entanto, o grande marco da universidade de pesquisa é, como dissemos anteriormente, a Universidade de Brasília (UnB), criada em 1961, resultado de um projeto pensado por Darcy Ribeiro, mas debatido e construído por vários pesquisadores brasileiros e de diferentes áreas do saber, com participação decisiva da SBPC e da UNE. Pela primeira vez no país, uma universidade foi inteiramente concebida e projetada segundo o ideal de interdisciplinaridade e integração das diversas áreas do conhecimento, o que ficou expresso na distribuição dos prédios no campus, na tentativa de integração dos diversos espaços acadêmicos (salas de aula e locais de vivências), na elaboração dos currículos dos cursos.

A UnB adotou o modelo tripartido, integrando atividades de ensino, pesquisa e extensão, e a estrutura didático-científica preconizada pelo ITA – créditos, departamentos, ciclo básico (com formação básica e profissional), dentre outros – e, também, sua orientação tecnocrática, que pode ser sintetizada como produtividade, eficácia e eficiência. Desta forma, ela sintetiza o ideal de universidade moderna, centro de produção de conhecimento científico e tecnológico, capaz de produzir os remédios, aviões e máquinas que levariam ao desenvolvimento econômico e social do país. E servirá como modelo de inspiração à Unicamp.

Compreender o projeto de universidade tecnológica e de pesquisa que inspirou a criação da Unicamp, bem como suas condições de implementação durante o governo militar, exige, conforme Meneghel (2006, p.325), um esforço para resgatar o vínculo entre este projeto, o ideário de universidade de pesquisa existente no país na década de 1960, e a pessoa do professor Zeferino Vaz – que parece ter sido “o homem certo, com o projeto certo, na hora certa”. A história da criação da Universidade Estadual de Campinas passa, indubitavelmente,

pelo nome da figura de seu criador, o médico e professor Zeferino Vaz⁶⁷. Conforme Gomes⁶⁸ (2007, p.19), ao longo de quarenta e três anos de carreira acadêmica, ele foi responsável direto pela criação de quatro Faculdades de Medicina (Ribeirão Preto, Botucatu, Santos e São Paulo), uma Escola de Engenharia (São Carlos), uma Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (São Paulo) e uma universidade, a Unicamp. Toda essa experiência explica porque era chamado “semeador de universidades” (GOMES, 2007, p.125). Segundo Meneghel (2006, p.328), Zeferino vivenciou o amplo movimento e debate sobre a construção de um projeto de universidade para a sociedade brasileira do lado de dentro da instituição acadêmica: como professor, pesquisador e, também, como gestor⁶⁹.

Além das vinculações de Zeferino Vaz, e seu reitorado, com a instalação e consolidação da Unicamp, tema sobre o qual trataremos adiante, consideramos importante, ainda, apresentar os elementos que impulsionaram a criação desta Universidade.

Podemos elencar como primeiro fato que antecedeu a história da criação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a campanha realizada na imprensa pela instalação de uma Faculdade de Medicina na cidade de Campinas/SP, que começou em 1946 com a publicação de um artigo do jornalista Luso Ventura, então editor-chefe do jornal *Correio Popular*. Conforme Gomes (2007, p.27) este jornalista escreveu cerca de duzentos artigos sobre o assunto, publicados nos jornais *Correio Popular* e *Diário do Povo*. Seus argumentos traduziam o anseio dos médicos da cidade e das famílias que tinham filhos cursando escolas de medicina em outros centros. A questão era a seguinte: se Ribeirão Preto, que era uma cidade menor e economicamente menos importante, tinha o privilégio de contar com uma faculdade de medicina, por que não Campinas?

⁶⁷ Em sua dissertação de mestrado, Stela Maria Meneghel, dedica-se à análise dessa relação. Consultar: *Zeferino Vaz e a Unicamp: uma trajetória e um modelo de universidade*. 1994 (Dissertação em Educação). Unicamp, Campinas-SP.

⁶⁸ Utilizamos como principal referência, para tratar de Zeferino Vaz, o livro *O Mandarin: História da infância da Unicamp*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2007, do jornalista e escritor Eustáquio Gomes. Esta obra cobre um período que começa em 1956, ano da organização da campanha pela criação de uma Faculdade de Medicina em Campinas – aquela que se tornaria o embrião da Universidade – e termina em abril de 1982, com a conturbada posse do reitor José Pinotti. Segundo esse recorte cronológico, a “era Zeferino”, que o autor toma como a infância da instituição, se encerraria catorze meses após a sua morte, em fevereiro de 1981, aos setenta e dois anos de idade.

⁶⁹ Zeferino Vaz nasceu em São Paulo em 27 de maio de 1908, filho de uma rica família espanhola que mudou para o Brasil; formou-se médico em 1931. Aos 27 anos tornou-se professor da USP, por onde iniciou sua carreira em cargos administrativos, sendo diretor de algumas faculdades daquela Universidade espalhadas pelo estado. Com gestões marcadas pelo personalismo e autoritarismo Zeferino Vaz foi Secretário de Estado da Saúde de São Paulo e presidente do Conselho Estadual de Educação durante o governo de Adhemar de Barros. Neste cargo viu e apoiou a tomada de poder pelos militares em 1964, sendo requisitado por estes para assumir como reitor interventor na Universidade de Brasília. Aceitando o convite permaneceu na UnB como interventor de abril de 1964 a agosto de 1965. Na UnB conheceu o projeto inovador e interdisciplinar da instituição. Alinhado com a política dos governos militares foi um dos seus entusiastas e defensores chegando até a publicar textos em defesa da ditadura militar que se instaurara no Brasil naquele período.

Ao menos na Assembléia Legislativa do Estado esses reclamos não caíram inteiramente no vazio. Segundo Gomes (2007, p.28), em trinta de junho de 1953, uma lei de autoria de Ruy de Almeida Barbosa, deputado estadual de base campineira, criava a Faculdade de Medicina de Campinas que, no entanto, não foi materializada por falta de investimentos por parte do governo estadual.

Em 1956, Zeferino Vaz era diretor da Faculdade de Medicina da USP em Ribeirão Preto e uma figura bastante influente nas esferas de decisão sobre assuntos de educação superior. Como pioneiro do ensino médico no interior paulista, achava que a rota de interiorização devia passar por outros caminhos. Assim, colocou-se publicamente contra o projeto de dotar Campinas de uma faculdade de medicina que fosse igual, ou melhor, que a sua. Em seus argumentos, defendia que as escolas de medicina não deviam ficar próximas uma das outras, e que Campinas tinha contra si o fato de estar a menos de cem quilômetros da capital. Isso foi o bastante para inflamar o ânimo dos campineiros e torná-lo uma *persona non grata*.

Segundo Gomes (2007, p.28), o ressentimento dos campineiros concentrou em Zeferino Vaz todos os dissabores que vinham sofrendo com os sucessivos governos estaduais e com os catedráticos da USP que detinham, na época, o controle do ensino superior no estado. Estava nas mãos da USP – a única universidade pública no estado, à época – o principal instrumento que autorizava ou recusava a abertura de novos cursos ou faculdades: o Conselho Estadual de Ensino Superior, precursor do atual Conselho Estadual de Educação. Assim, enquanto os governos criavam um sem-número de faculdades para agradar seus currais políticos, o Conselho se encarregava de evitar que eles se materializassem desautorizando sua instalação; sem contar que raramente se consumava a liberação de dinheiro para tal fim.

Em outubro de 1955, o recém-criado Conselho de Entidades de Campinas – uma organização que reunia as associações de classe e clubes de serviços da cidade – fixou como sua tarefa prioritária a orquestração de uma campanha para forçar Jânio Quadros a cumprir a promessa feita pelo governo precedente. Durante três anos, o governador fez ouvidos surdos ao clamor que vinha de Campinas. Em 1958, no entanto, encontrou uma forma de pacificar momentaneamente os ânimos dos campineiros recriando (e ainda somente no papel) a escola exigida por eles e, ao mesmo tempo, agraciando três outras cidades – Catanduva, São José do Rio Preto e Botucatu – com promessa idêntica. Paralelamente, o governador montou uma comissão para analisar as condições específicas de cada cidade. Jânio confiou a presidência da

comissão a Zeferino Vaz. Para os campineiros foi como entregar o galinheiro aos cuidados da raposa.

E, de fato, tinham razão ao pensar assim. Em abril de 1959, a comissão entregou ao governador um relatório que rejeitava as pretensões de Campinas e concluía com um parecer favorável a Botucatu. Os campineiros reagiram listando todos os pontos favoráveis a Campinas, já então uma metrópole com quinze hospitais, trezentos médicos, uma universidade confessional com dez cursos – a Universidade Católica de Campinas⁷⁰ –, quarenta mil estudantes de todos os níveis e dezenas de bibliotecas; mas isto de nada adiantou e o que se verificou posteriormente foram várias acusações dirigidas contra Zeferino Vaz, de que este teria opinião formada contra a cidade. O fato é que, ao terminar a década de 1950, Botucatu tinha a sua faculdade de medicina e Campinas, não.

Os campineiros não desistiram da luta pela implementação da universidade, com ou sem a figura de Zeferino Vaz pelo caminho. Para todos os efeitos, a faculdade de medicina de Campinas estava criada no papel e pô-la para funcionar continuava sendo uma questão política e de dinheiro. Em 1960, se organizaram para valer, e definiram com clareza os alvos a serem atacados de frente: o Conselho Universitário da USP, que detinha o controle sobre o Conselho Estadual de Ensino Superior; os membros do próprio Conselho Estadual; os deputados da Assembléia Legislativa; e o governador do estado. O Conselho de Entidade foi reativado e uma nova campanha colocada em marcha. De acordo com Gomes (2007, p.34), criou-se uma estrutura com um organograma e plano de ação definidos.

Ainda segundo Gomes (2007, p.35), em dezembro de 1960, o governador Carvalho Pinto deu mostras de mudar de postura e de conselheiro. Retirou Zeferino Vaz do caso e nomeou um desafeto seu, o reitor da USP, Antônio Barros de Ulhoa Cintra, para chefiar um novo grupo de trabalho com a missão de “estudar a criação de um núcleo universitário em Campinas”. O grupo tinha vento a favor e trabalhou depressa, pois assumira o compromisso de concluir seu relatório ainda no governo de Carvalho Pinto, que se encaminhava para o fim. Antes de se separar do poder o governador Carvalho Pinto já havia concluído que a postulação de Campinas era incontornável: estava madura demais para deixar de ser atendida. E resolveu dar aos campineiros um presente maior do que eles haviam pedido: em vinte e oito de dezembro de 1962, no apagar das luzes de seu governo, assinou o decreto que criava a

⁷⁰ A história da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Campinas) começou no dia 7 de junho de 1941, quando nasceu a primeira unidade da Universidade, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A Diocese de Campinas adquiriu, à época, o antigo casarão de propriedade de Joaquim Polycarpo Aranha, conhecido por Barão de Itapura. Em 1955, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras passou a ser Universidade Católica, reconhecida pelo Conselho Federal de Educação. O título de Pontifícia foi concedido pelo Papa Paulo VI em 1972.

Universidade Estadual de Campinas, nomeando, como primeiro reitor da UEC (sigla que vigorou até 1966), o professor Cantídio de Moura Campos (GOMES, 2007, p.36).

Não existe um consenso na literatura sobre qual o local onde a faculdade foi autorizada a funcionar provisoriamente. Gomes (2007, p.36), afirma que seriam as dependências de um hospital ainda em construção, a maternidade de Campinas. Já Meneghel (2006, p.329), informa que a Faculdade de Medicina começou a funcionar nos porões da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. O sítio eletrônico da Unicamp informa que a Faculdade começou a funcionar provisoriamente em instalações cedidas pela Maternidade de Campinas até 1965, depois se transferiu para a Santa Casa de Misericórdia onde permaneceu por quase 20 anos. Em 1985 a Faculdade de Ciências Médicas instalou-se em seu prédio próprio no Campus Universitário⁷¹.

O primeiro professor da Faculdade, contratado em fevereiro de 1963, Walter August Hadler, assumiu a cadeira de histologia e embriologia. Até então, a faculdade, única a compor até aí o projeto da nova universidade, precisava regimentalmente de um diretor, e, em março de 1963, foi designado para essa função o oftalmologista Antônio Augusto de Almeida. Em agosto começaram a ser instalados os primeiros departamentos: o de genética médica – primeiro da América Latina na especialidade – e o de anatomia, tarefas confiadas respectivamente ao geneticista Bernardo Beiguelman, um dos pioneiros da genética humana no Brasil, e ao patologista João Batista Parolari.

O primeiro vestibular que, segundo Gomes (2007, p.36) aconteceu em abril, atraiu 1.592 candidatos para o preenchimento de cinquenta vagas.

A universidade foi instalada com grande estrutura acadêmico-administrativa (em torno de dez pessoas, incluindo o reitor, pró-reitores e conselho curador), mas com apenas um só curso funcionando. Tal situação levou a novíssima Universidade de Campinas à sua primeira crise. O Conselho Estadual de Educação estava contrariado com a existência de uma universidade que, à revelia de todos e com “impressionante autonomia”, era constituída de uma única unidade de ensino – a Faculdade de Medicina – quando a lei exigia um mínimo de cinco para que seu funcionamento fosse autorizado. Em face da situação o CEE/SP nomeou, em 1965, uma comissão organizadora para avaliar a viabilidade de efetivamente se instalar o projeto de universidade da, então, UEC. Zeferino Vaz, o presidente da comissão, começou a trabalhar neste projeto quando ainda era reitor da UnB, pois havia ocupado este cargo sem ter deixado o Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

⁷¹ Informações disponíveis no sítio eletrônico institucional da Unicamp: <<http://www.unicamp.br/>>. Acesso em: 20 de abril de 2010.

Como membro deste órgão, teve contato com o projeto de universidade que estava “na gaveta”: o da Universidade Estadual de Campinas – UEC. Projeto que não tramitava por razões políticas, mas que, após o golpe militar, ganhou força. A questão de Campinas não podia esperar mais. A sociedade civil da cidade continuava fustigando pela instalação da universidade, que existia apenas no papel, e o governador Adhemar de Barros, sucessor de Carvalho Pinto, não queria mais aborrecimentos num momento em que já estava suficientemente pressionado pelos militares instalados no Planalto desde abril de 1964. Era preciso uma solução que representasse não um déficit, mas um saldo positivo para o seu governo. Se a universidade já estava no papel, então que se tornasse uma universidade de fato. A Unicamp nasceu do propósito do governo de São Paulo de instalar no interior do Estado uma nova universidade que fosse uma grande escola de ensino superior e, ao mesmo tempo, um pujante centro de pesquisas.

O Conselho passou a ter interesse em criar, de acordo com o ideário de “Brasil Potência”, uma universidade de perfil tecnológico, tal como se idealizava a UnB. A possibilidade de construir uma instituição com ênfase na pesquisa e pós-graduação no estado de São Paulo, o mais industrializado da nação, tomou vulto junto ao governo do estado e, para levá-la adiante, novamente surgiu a figura de Zeferino Vaz. Naquele momento ele era um pesquisador conhecido, um administrador universitário com experiência nas maiores instituições do país, com familiaridade com o poder, o Estado e as agências nacionais e internacionais de fomento à pesquisa. Após essa trajetória, ele toma a frente na elaboração e na implementação de um novo projeto de universidade – a Unicamp. É verdade que haveria rebarbas a aparar com a comunidade de Campinas – afinal Zeferino Vaz era *persona non grata* aos campineiros –, mas isso era um trabalho de carpintaria política que o próprio Zeferino, uma vez na função, poderia fazer.

Em menos de um ano Zeferino desenvolveu uma proposta de universidade que tinha, por base, a UnB. Gomes (2007, p.54) afirma que ele foi um dos primeiros a compreender, na década de 1960, que a crescente industrialização do país criava uma demanda nova por pessoal qualificado, sobretudo numa região – o estado de São Paulo – que na época detinha 40% da capacidade industrial brasileira e 24% de sua população economicamente ativa. Até então o sistema de ensino superior estava voltado para a formação de profissionais liberais solicitados pelo processo de urbanização, como advogados, médicos e engenheiros. Necessitava-se, portanto, de uma universidade que enfatizasse a pesquisa tecnológica e que mantivesse, desde o início, sólida vinculação com o setor de produção de bens e serviços. E que formasse profissionais dentro de um novo espectro de mercado. Desse modo,

diferentemente da tradição brasileira de crescimento cumulativo de suas universidades graças à justaposição de cursos e unidades, a Unicamp foi planejada como um projeto orgânico e coeso. A definição dos cursos a serem implantados demandou uma série de reuniões com representantes da indústria e da sociedade. As unidades e os laboratórios surgiram, assim, em função de necessidades concretas do mercado que, na época, exigia engenheiros, químicos, físicos, biólogos, matemáticos e economistas, entre outros profissionais.

A comissão presidida por Zeferino Vaz trabalhou duro por cerca de um ano e sua primeira tarefa foi sanear as contas da faculdade. Eustáquio Gomes (2007, p.45), afirma que como um suserano, Zeferino dizia o que devia ou não ser feito para que do nada surgisse uma universidade moderna, eficiente e que servisse de modelo para o país. E em primeiro lugar precisavam de um bom lugar para o campus. Conforme Zeferino deveria ser uma área não inferior a vinte alqueires paulistas, perto do asfalto e com algum melhoramento público, e era preciso ainda que a terra fosse boa.

Gomes (2007, p.45) conta que o mito do solo fértil para plantar edifícios era uma das obsessões de Vaz. E por isso escolheu uma vasta e aprazível gleba de terra onde, no passado, havia cafezais e canaviais, que era parte da Fazenda Rio das Pedras, no distrito de Barão Geraldo, cerca de doze quilômetros do centro de Campinas, como o lugar para a instalação do campus. A terra foi desapropriada pelo valor simbólico de um cruzeiro, pago ao seu proprietário, o fazendeiro João Ademar de Almeida Prado, pelas mãos do presidente militar Castelo Branco. Nessa altura, Adhemar de Barros já não era mais o governador. Recém-desalojado do poder nas ondas de cassações de meados de 1966, foi seu vice, Laudo Natel, guindado pelos militares, quem assinou o decreto de desapropriação da terra em que seria o campus.

A partir daí Zeferino Vaz orientou a elaboração do plano-diretor da universidade, passou a visualizar, todo o cenário de arruamentos, edifícios, laboratórios, bibliotecas, salas de aula e escritórios que faria crescer. Num relatório apresentado ao governo ele resumia seu plano:

Concentrar os institutos, faculdades e serviços como usinas de produção de trabalho num país carente de recursos, abrigando-os em edifícios sóbrios, sem fachadas imponentes e sem luxos de acabamento e de espaços construídos sem qualquer utilidade. Os edifícios não deveriam ter mais de três andares, dispensando-se assim o uso de elevadores (VAZ *apud* GOMES, 2007, p.48).

A crítica tinha como alvo a estrutura monumental da UnB. Mas, por outro lado, foi na UnB que ele iria se espelhar para construir o arcabouço didático, científico e administrativo da Unicamp. Muitos dos problemas que havia vivenciado à exaustão, como professor ou presidente do CEE, decorriam frequentemente da estrutura federativa que caracterizava as universidades brasileiras, a começar pela Universidade de São Paulo. Para Zeferino Vaz a universidade deveria “ser um organismo e não uma colônia de organismos”. Na Unicamp, ele pretendia que os institutos de Matemática, Física, Biologia, Geociências, Letras, Artes e Ciências Humanas – os primeiros que projetou – não fossem concebidos como unidades independentes, mas sim como um espelho da “interdependência e subordinação recíproca de todas as ciências”. No plano urbanístico, imaginou que poderia materializar essa idéia unitária através de uma praça central circular de grandes dimensões, em cujo perímetro seriam construídos os edifícios de todos os institutos, a biblioteca e os serviços de apoio. Este seria o coração do sistema. O relatório escrito por Zeferino descreve essa praça como:

... um imenso jardim oferecendo os elementos estéticos necessários e repousantes, rodeada pelos prédios dos institutos e da reitoria, todos de construção sóbria e discreta. Terá destaque e ocupará maior significação o edifício da Biblioteca Central: para ele, como símbolo e depositário da sabedoria, hão de estar voltados subalternamente todos os demais (VAZ *apud* GOMES, 2007, p.49).

Depois de conquistada a terra e planejada a sua ocupação, no dia cinco de outubro de 1966 foi lançada a pedra fundamental do campus, que contou com a presença do presidente da república, o general Castelo Branco, e do governador do estado Laudo Natel e parte de seu secretariado.

No dia dezenove de outubro de 1966, o CEE aprovou o relatório da comissão organizadora e autorizou o funcionamento dos institutos de Biologia, Matemática, Física, Química e das faculdades de Engenharia, Tecnologia de Alimentos, Ciências e Enfermagem. Três dias depois Zeferino Vaz foi nomeado como reitor da Unicamp.

4.2.1. A Unicamp durante o reitorado de Zeferino Vaz

Designado reitor, uma das primeiras providências de Zeferino Vaz foi reunir-se com empresários da cidade. Com 350 mil habitantes, uma classe média vigorosa e um histórico de atração de empresas internacionais desde a década de 1950, em 1966 Campinas era o principal pólo industrial e econômico do interior paulista. Houve, assim, várias reuniões com os representantes das indústrias de Campinas (3M, Bosch do Brasil, General Eletric, Gessy

Lever, Dunlop, entre outras) para discutir a instalação da universidade. Assim, a Unicamp, desde seu nascimento, teve um forte vínculo com a demanda das indústrias da região. A preocupação com a área tecnológica, com a produção para alavancar o conhecimento científico e tecnológico, esteve presente desde o início, em integração com o projeto “Brasil Potência”. Desta forma, a Unicamp assumiu, desde o início, o perfil de universidade tecnológica e de pesquisa.

Logo em seguida, passou-se a outra etapa do projeto que compreendia a instalação das unidades de ciências básicas (Química, Física, Matemática e Biologia). Assim, os primeiros cursos, criados em 1967, foram das Ciências Exatas e Tecnológicas, a base das Engenharias: Matemática, Química e Física. Nesse mesmo ano surgiu a Associação dos Servidores da Unicamp (ASSUC). E, dois anos depois, começaram a funcionar os cursos de pós-graduação.

Zeferino Vaz também usou o expediente de anexação de escolas e faculdades isoladas que estavam espalhadas por São Paulo para dar corpo à universidade. Assim, negociou junto com o CEE, em 1967, a anexação da Faculdade de Odontologia de Piracicaba e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (com esta a ligação durou menos de um ano, mas foi o suficiente para esvaziar o seu curso de Física com a transferência, para Campinas, de alguns de seus melhores professores).

Zeferino Vaz havia arrancado do governo a promessa de que teria as melhores cabeças disponíveis, no Brasil ou no exterior, dispostas a vir para a nova universidade. Por isso fez a composição de um grupo docente cujos membros fossem também pesquisadores. Foi assim que, segundo Gomes (2007, p.57), nos anos seguintes vieram parar em Campinas cerca de duzentos e trinta cientistas e pesquisadores estrangeiros trazidos das melhores instituições dos Estados Unidos e da Europa, além de duas centenas de brasileiros que se achavam espalhados por universidades e centros de pesquisa brasileiros. Esta informação nos faz acreditar que, dentre este grande número de pesquisadores vindos do exterior, se encontravam os nomes de Michael Hall e Peter Eisenberg.

A característica da administração de Zeferino Vaz, na Unicamp, pode ser observada desde outras instituições. Tinha por fundamento propiciar meios e estimular o pesquisador à produtividade acadêmica. Conforme Meneghel (2006, p.330), quando questionado sobre os cinco elementos mais importantes para construir uma universidade, Zeferino Vaz respondeu: “1. Cérebros. 2. Cérebros. 3. Cérebros. 4. Prédios. 5. Biblioteca”. E, como vimos, para conseguir os melhores cérebros, não poupava esforços: ia buscá-los onde estivessem, fosse ou no Brasil ou no exterior. Não importava o motivo pelo qual estavam fora do Brasil – doutorado, situação política, se estivessem interessados em fazer ciência, se eram produtivos,

se atuavam na fronteira do conhecimento, o reitor os escolhia e oferecia a infraestrutura necessária para o desenvolvimento de suas atividades. Desta forma, com a contratação de pesquisadores respeitadíssimos no mundo como, por exemplo, o físico César Lattes (que era, na década de 1960, inquestionavelmente, o cientista brasileiro de maior projeção internacional), Zeferino Vaz legitimava a nova universidade e estimulava a vinda de outros pesquisadores. Assim, ele trouxe alguns professores do exterior que nunca tinham ouvido falar da Unicamp, sem nenhum tipo de contrato. Segundo Meneghel (2006, p.331), as verbas, os recursos, eram propiciados pelo Brasil potência, que permitiu a construção da Transamazônica, Petrobrás, Eletrobrás, EMBRAPA.

No ano de 1972, iniciaram-se as atividades da Faculdade de Educação (FE), que passou a oferecer disciplinas de caráter pedagógico para os currículos de Licenciatura. Também foi inaugurado o Centro de Tecnologia (CT), órgão de prestação de serviços e de apoio às unidades de ensino e pesquisa. Nele se estudavam modelos estratégicos, projetos avançados e soluções para a indústria dos setores mecânico e metalúrgico, buscando a substituição da tecnologia externa pela nacional. Foram inauguradas várias outras obras de infra-estrutura e edifícios, como o Ciclo Básico, onde os alunos de diferentes cursos assistem às aulas de disciplinas básicas.

Zeferino Vaz tinha uma trajetória acadêmica de respeitabilidade, traduzia confiabilidade, e o contexto favorável do Brasil potência (marcado pela existência de recursos) permitiu que ele fosse peça fundamental na construção de um pólo de produção tecnológica e de pesquisa no estado de São Paulo. Durante o período do seu reitorado deu proteção e ajuda a muitos professores e alunos que eram objeto de perseguição militar. Por várias vezes impediu ações dos militares no campus da Unicamp. E conta-se que ficou célebre sua frase: “dos meus comunistas cuido eu!” (GOMES, 2007, p.74).

O período de doze anos em que Zeferino Vaz foi reitor da Unicamp (1966-1978) é geralmente considerado como o de sua instalação, quando não havia colegiados, representações das unidades de ensino, de docentes e dos alunos. O reitor concebia, propunha projetos e, conforme percebia a possibilidade de executá-los, implementava, sem muitas “consultas”. Claro que isso era possível naquele momento, em plena ditadura militar. Como exemplo desta falta de transparência na administração da universidade, o primeiro concurso público para funcionário da Unicamp ocorreu apenas em 1976, antes todos os funcionários eram contratados segundo a vontade e a conveniência do reitor (MENEGHEL, 2006, p.331).

Com o tempo os problemas advindos deste seu “estilo administrativo” foram se mostrando na Unicamp. Em 1974, ele foi alvo de fortes críticas e conflitos no Conselho

Universitário. As reivindicações envolviam concursos para professores e funcionários, postulavam um projeto institucional que incluísse, como em toda universidade consolidada, uma carreira docente que lhes desse um mínimo de garantia (já que os contratos dos professores, com duração de apenas dois anos, eram feitos em regime jurídico indefinido, nem celetista nem estatutário), também reivindicavam a implantação dos fóruns internos de decisão acadêmica e administrativa, assim como eleições para diretores e reitor. O acirramento destas reivindicações levou, por exemplo, à demissão de quatro diretores (do Instituto de Física, da Faculdade de Medicina, do Instituto de Matemática e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas). Com relação às obras que aconteciam no campus da universidade, em setembro 1974, o Instituto de Biologia (IB) mudou-se para o novo prédio, dando novo impulso às pesquisas. Este ano também viu o início do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação (FE).

Em 1975, foi instalado, no gabinete do reitor, o terminal de computação. Foi lançada a pedra fundamental do Hospital das Clínicas (HC), e iniciou-se o Programa de Pós-Graduação em Educação. Já em outubro de 1976, foi registrada, no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), a logomarca da universidade⁷². Sobre a criação desta logomarca, Eustáquio Gomes (2007, p.96) afirma que ela fora de autoria do projetista gráfico Max Schiefer, que fora contratado para fazer a programação visual de todo o plano arquitetônico da universidade. Schiefer teve como uma de suas primeiras tarefas a de desenhar uma logomarca para a Unicamp, e para isso contou com instruções precisas de Zeferino Vaz que queria representadas, no desenho, as atividades-fim da universidade – o ensino, a pesquisa e a extensão. Assim, Schiefer não demorou a perceber que o símbolo a ser criado já estava contido no próprio desenho do plano diretor da universidade. Gomes nos apresenta a fala do reitor explicando à imprensa, com prazer quase metafísico, a criação de Schiefer:

Vejam: tudo converge para a praça central e tudo diverge dela. As rótulas vermelhas do logotipo, em número de três, simbolizam três sóis que irradiam luz que a universidade multiplica e devolve à comunidade, formando profissionais, promovendo a pesquisa científica e prestando serviços (VAZ *apud* GOMES, 2007, p.96).

No mesmo mês de outubro o Decreto de número 78.531 do Ministério da Educação reconheceu a Unicamp como instituição. Já no ano de 1977, nasceu a Associação dos

⁷² A logomarca da Universidade Estadual de Campinas encontra-se presente nos anexos deste trabalho.

Docentes da Unicamp (Adunicamp) e a Associação dos Servidores (ASSUC), hoje Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU), instalou-se em sua sede.

Em 1978, a inauguração de vários pavilhões ampliou a estrutura física da universidade (Cirurgia Experimental, Engenharia, Física, Química, Matemática, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Computação, Codetec, Genética, Biblioteca Central e outros). E assim, deu-se por encerrada a fase de instalação e implantação da Unicamp e, com ela, terminou a administração do reitor e fundador Zeferino Vaz, que se aposentou compulsoriamente aos setenta anos de idade. Após sua saída passou a presidir a Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (Funcamp).

O próximo reitor da Unicamp seria uma pessoa muito ligada a Zeferino Vaz, tratava-se de Plínio Alves de Moraes, ex-diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Piracicaba, cujo mandato se estendeu de abril de 1978 a abril de 1982. Seu sucessor foi o médico José Aristodemo Pinotti, ex-diretor da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, que administrou a instituição de abril de 1982 a abril de 1986. O reitor seguinte foi o economista Paulo Renato Costa Souza, que esteve no cargo de abril de 1986 a abril de 1990. As posteriores administrações foram do linguista Carlos Vogt (1990-1994), do pediatra José Martins Filho (1994-1998), do engenheiro de eletrônica Hermano Tavares (1998-2002), do físico e engenheiro de eletrônica Carlos Henrique de Brito Cruz (2002-2005) e do engenheiro de alimentos José Tadeu Jorge (2005-2009). O atual reitor da Unicamp é o médico Fernando Ferreira Costa, que tomou posse em abril de 2009 e irá terminar seu mandato em 2013.

Atualmente a Unicamp tem três campi - em Campinas, Piracicaba e Limeira - e compreende vinte e duas unidades de ensino e pesquisa. Possui também um vasto complexo de saúde (com duas grandes unidades hospitalares no campus de Campinas), além de vinte núcleos e centros interdisciplinares, dois colégios técnicos e uma série de unidades de apoio num universo onde convivem cerca de cinquenta mil pessoas e se desenvolvem milhares de projetos de pesquisa.

A Unicamp tem uma graduação forte, com um grande leque de cursos nas áreas de ciências exatas, tecnológicas, biomédicas, humanidades e artes. Por outro lado, é a universidade brasileira com maior índice de alunos na pós-graduação – 48% de seu corpo discente – e responde por aproximadamente 12% da totalidade de teses de mestrado e doutorado em desenvolvimento no país.

A qualidade da formação oferecida pela Unicamp tem tudo a ver com a relação que historicamente mantém entre ensino e pesquisa. Tem a ver também com o fato de que 86% de seus professores atuam em regime de dedicação exclusiva e 97% têm titulação mínima

de doutor. Isso faz com que os docentes que ministram as aulas sejam os mesmos que, em seus laboratórios, desenvolvem as pesquisas que tornaram a instituição conhecida e respeitada. E permite que o conhecimento novo, gerado a partir das pesquisas, seja repassado aos alunos, muitos dos quais frequentemente delas participam - como é o caso dos estudantes de pós-graduação -, de um grande número de bolsas de iniciação científica para os alunos de graduação⁷³.

Sidney Chalhoub também enxerga as boas condições e características que a Unicamp possui:

Acho que o diferencial da Unicamp naquela época, e a gente luta hoje em dia para que esse diferencial não se perca, era exatamente a idéia de uma universidade voltada para a pesquisa, para a produção do conhecimento, sem fazer nenhuma distinção entre a formação do professor e a formação do pesquisador. A experiência do aluno, mesmo na graduação, deve ser a experiência de aprender a produzir conhecimento; não apenas aprender a organizar o conhecimento para transmitir para os outros. Então nós sempre tivemos muito incentivo para pesquisar e escrever. A nossa carga didática sempre foi, em comparação com outras universidades, menor. Nós temos os espaços dos seminários de pós-graduação, dos quais participamos intensamente, reunindo todos os docentes da linha de pesquisa com seus alunos. Isso deu um diferencial muito grande à Unicamp, não só do ponto de vista da qualidade da produção, mas porque um número significativo dos professores se envolve ativamente no trabalho institucional. Que é às vezes um problema grave que você vê em outras universidades. Então se hoje em dia nós temos a biblioteca que temos, os arquivos que temos, todos os centros de pesquisa, o Arquivo Edgard Leuenroth, a Biblioteca Octávio Ianni, tudo isto se deve em grande medida ao engajamento dos docentes no trabalho institucional (CHALHOUB, 2009b, p.5).

Acreditamos que a Unicamp disponha realmente de dados e uma situação privilegiada no contexto da maioria das instituições de ensino superior do país. Mas não podemos deixar de evidenciar que ela também esteja sofrendo dos males que afligem tantas outras universidades públicas espalhadas pelo país. Sobre este fato Chalhoub revela:

A UNICAMP também pegou a bossa de que você só está trabalhando muito se estiver dando muita aula. Uma universidade que cresceu e assumiu as características que tem hoje, e a projeção que tem hoje, graças ao perfil diferenciado que tinha, corre o risco de cair na vala comum. A redução enorme do quadro docente coloca em risco tudo o que foi construído aqui (CHALHOUB, 2009b, p.6).

⁷³ Os números apresentados acima se encontram no sítio eletrônico institucional da Unicamp. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/>>. Acesso em: 20 de abril de 2010.

Sidney Chalhoub também apresenta sua opinião sobre o “fordismo acadêmico” que perpassa todas as universidades, assim como também, seus membros, professores e alunos:

O problema é que manter essa situação hoje em dia está cada vez mais difícil porque existe muita pressão. A confusão entre quantidade, números e relevância é desastrosa. Foi-se o tempo em que você podia escrever um artigo fundamental na sua área e não conseguir publicar mais nada em três anos. Hoje o que conta é publicar dez artigos por ano. E nenhum deles terá qualquer relevância para o seu campo de conhecimento. A gente vive de maneira obsessiva a experiência de publicar muita coisa irrelevante. Trabalhar muito você vai trabalhar sempre. A questão é que você é obrigado a trabalhar em algumas direções que às vezes são irrelevantes. Você cumpre o seu papel e adiciona itens noattes, por necessidade, ou cortam a sua bolsa, não aprovam o seu relatório, insinuam que você não está trabalhando. Essa espécie de terrorismo quantitativista delirante assassina o conhecimento. Isto não é produzir conhecimento, mas depreciá-lo (CHALHOUB, 2009b, p.6).

Outros problemas atinentes as outras universidades públicas do país também devem existir na Unicamp, tais como, a insuficiente assistência estudantil e o pouco número de vagas nos cursos diante da demanda por educação superior da sociedade.

4.2.2. O Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

Para os propósitos deste trabalho vamos realizar uma análise de como se deu a formação da área de humanidades da Unicamp, deixando de lado as demais. A área de humanidades foi a última dentre as que compunham o projeto inicial da Unicamp (biológicas, exatas, tecnológicas), a se estruturar. Zeferino Vaz esperava colocá-la em posição de equilíbrio com as outras em curto espaço de tempo, por isso tinha pressa. Gomes (2007, p.60) afirma que ele sustentava que as ciências humanas começam pela filosofia e pela economia. Zeferino Vaz foi buscar, nos anos finais da década de 1960, no primeiro escalão de governo do prefeito paulistano José Vicente Faria Lima, o seu secretário de educação, o filósofo Fausto Castilho, um acadêmico de formação alemã, estudioso da obra de Edmund Husserl e que, em 1960, atraíra Jean-Paul Sartre, então em visita ao Brasil, para um célebre debate na Faculdade de Filosofia de Araraquara. Zeferino Vaz apostou nele todas as suas fichas para a implantação do Instituto de Ciências Humanas.

A chegada de Fausto Castilho provocou certo incômodo e arrepios a setores da universidade mais atrelados ao regime militar, como foi o caso do general da reserva e físico José Fonseca Valverde, que dirigia a área das engenharias da Unicamp. Este fato era o

primeiro indício de que o reitor não estava inclinado a dobrar-se a injunções políticas para compor seu quadro de colaboradores. Fossem de direita ou de esquerda – mas de preferência desideologizados –, tivessem ou não titulação acadêmica, Zeferino Vaz declarava que seu primeiro critério de escolha era o da competência ou do prestígio acadêmico, única moeda de troca cujo valor dizia conhecer.

Aos pioneiros que foram chegando para organizar as áreas de conhecimento que compunham a Unicamp, estava implícito que podiam buscar livremente os professores de sua preferência para compor seus grupos de pesquisa, não importando a que distância estivessem. A maioria trouxe seus grupos de origem, não raro esvaziando departamentos inteiros de outras instituições.

Fausto Castilho tinha sua tropa de estima. Eram os professores do curso de livre planejamento econômico que a prefeitura de São Paulo organizava desde 1965 com a ajuda do escritório da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) no Rio de Janeiro. A Cepal, uma organização das Nações Unidas com sede em Santiago do Chile, cujo líder era o argentino Raúl Prebisch, era tida como um “ninho de esquerdistas” e estava, há muito, na mira dos militares brasileiros. Como o escritório do Rio de Janeiro estava prestes a fechar – o medo grassava entre os estudantes e as matrículas despencavam – nada melhor do que transplantar a estrutura do curso para o interior de uma universidade constituída sob o beneplácito dos militares e com um reitor atrevido à frente. Zeferino Vaz fez-se de surdo às advertências que vinham de toda parte, mas, sobretudo, do general Valverde. Gomes (2007, p.61) relata uma ocasião em que o reitor foi interpelado se só queria levar comunistas para a área de humanidades, e a resposta se deu nestes termos: “eles são comunistas, mas são competentes”.

De fato, Fausto Castilho havia convencido o reitor a estruturar o Departamento de Planejamento Econômico e Social, o primeiro da área de humanidades, somente com professores e ex-alunos da Cepal. Este departamento oferecia os cursos de Economia e Administração. Aliás, o atual Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (IFCH), tem sua origem neste departamento pioneiro na história desta instituição.

A organização do projeto foi entregue ao economista Alceu Sanches, coordenador dos cursos da Cepal no país. Do Rio de Janeiro vieram os professores Roberto Gamboa, Wilson Cano e Ferdinando de Oliveira Figueiredo. Para completar o time inicial, Castilho recrutou alguns dos melhores alunos do curso paulista: Luiz Gonzaga Belluzzo (seu chefe de gabinete na Secretaria de Educação), João Manuel Cardoso de Mello (seu oficial de gabinete), Carlos Eduardo Nascimento Gonçalves e Osmar Marchese, que trouxe junto um colega de pós-

graduação da USP, Éolo Marques Pagnani (GOMES, 2007, p.62). Deste grupo de economistas que gravitava em torno de Fausto Castilho, talvez não houvesse um único que não se declarasse marxista. O Departamento de Planejamento Econômico e Social (DEPES) surgiu, na época, fortemente empenhado em criar um centro de apoio à pequena e média indústria, isto é, uma cruzada nacionalista e pretensamente antitruste.

Diante do fato de que o grupo era constituído somente por bacharéis, pois titulação acadêmica ainda era coisa rara no país, Zeferino Vaz não se fez de rogado: todos receberiam salários de doutores. O grupo achou que era pouco para quem iria mudar de cidade e estado. Com toda a informalidade do mundo, e ignorando solenemente os critérios de ascensão acadêmica, o reitor refez as contas e disse que eles entrariam como professores adjuntos e que por isso iria exigir produção científica deles.

Para ter a universidade do jeito que queria, o reitor estava disposto a fazer concessões. Tinha carta branca do governo do estado e, enquanto na USP grassava a perseguição política, em Campinas reinava céu de brigadeiro. Mas incidentes com o regime militar não deixaram de acontecer na Unicamp, envolvendo alunos e professores, principalmente os ligados ao IFCH.

Como vimos, o filósofo Fausto Castilho foi o pioneiro na implantação da área de Humanidades da Unicamp. Escolhido e tendo a confiança de Zeferino Vaz para realização desta tarefa, fez uma autêntica cruzada pelos principais centros universitários europeus (Cambridge, Oxford, Londres, Paris, Toulouse), americanos (Nova York, Wisconsin, Stanford) e brasileiros (São Paulo e Rio de Janeiro) em busca de pesquisadores que quisessem afivelar suas malas com direção à Campinas. Por conta disso Gomes (2007, p.98) afirma que, em meados da década de 1970, a caneta de Zeferino Vaz já havia assinado a contratação de quatrocentos cientistas estrangeiros e brasileiros que toparam vir com armas e bagagem para o “canavial de Campinas”. Esta indicação novamente nos aponta que foi, nesse período e nessa cruzada, realizada por Fausto Castilho, em busca de pesquisadores pelos melhores centros universitários do exterior e do país, que vieram para os quadros da Unicamp os três professores estadunidenses (Michael Hall, Peter Eisenberg e Robert Slenes) que introduziram a obra de E. P. Thompson no Brasil.

Ao mesmo tempo em que atuava cooptando e atraindo para a Unicamp esses pesquisadores vindos de fora e de outros centros do país, a administração da universidade promovia o envio para o exterior, com o propósito de serem titulados, um grande número de professores de todas as áreas. Zeferino Vaz acreditava ser constrangedor “o despreparo científico da grande maioria dos atuais professores titulares brasileiros”, e indicava que a

solução deste problema estaria na indicação de jovens selecionados para se aperfeiçoarem em cursos de pós-graduação já existentes aqui e no exterior (GOMES, 2007, p.98). No caso do IFCH, um dos primeiros grupos enviado ao exterior – no caso, Besançon, no leste da França – foi o de Linguística. Esta opção tinha a ver com a crença, muito cultivada na época, de que as ciências humanas deviam passar por um processo de cientificização conduzido por uma ciência piloto que seria a Linguística, a qual, tendo se aproximado da matemática e enveredado, mais que qualquer outra, pelo desenvolvimento de métodos formais, invadira a literatura, a filosofia e a antropologia (o próprio Levi-Strauss a tomara como modelo de análise antropológica); a opção tinha a ver também, e sobretudo, com uma concepção de projeto acadêmico no qual o cientista de Humanidades deveria integrar todas aquelas disciplinas, tendo como eixo a Linguística, sendo necessário para isso aproximar sociólogos, matemáticos, filósofos, cientistas políticos, teóricos da literatura, historiadores, etc. num projeto comum.

Apresentamos o depoimento do professor Carlos Franchi a Eustáquio Gomes a respeito deste entendimento da importância da Linguística como disciplina responsável por uma concepção de projeto universitário:

Primeiro, partia-se do princípio de que era a Linguística a disciplina capaz de superar a distância entre Ciências Humanas e Ciências Exatas. Segundo, o de que a Linguística era a ‘ciência piloto’ das Ciências Humanas. Junto a ela, Sociologia, Antropologia e História poderiam se beneficiar dos seus avanços. (...) Foi com esses argumentos que Castilho vendeu a ‘idéia’ da necessidade de um Instituto de Ciências Humanas para Zeferino Vaz, pilotado pela Linguística, que, ao mesmo tempo que serviria de modelo para as demais, construiria a ponte entre estas e as Ciências Exatas (FRANCHI *apud* GOMES, 2007, p.99).

Algum tempo depois Zeferino Vaz e Fausto Castilho se desentenderiam e protagonizaram uma importante crise na história da Unicamp e, particularmente, do IFCH. A discórdia começara em 1969, uma vez que os programas de cursos livres ministrados pelos professores do DEPES exigiam deslocamentos constantes do grupo de economistas, com ausências prolongadas e viagens de centenas e até milhares de quilômetros, tal a demanda que chegava dos empresários e das administrações públicas. Os cursos para empresários, por exemplo, tiveram tão boa aceitação que logo despertaram o interesse do ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso. Nas asas de um generoso financiamento do BNDE, hoje BNDES, os economistas perdiam-se por meses nas estradas esburacadas do interior do país, buscando, afinal, o que pregava o Partido Comunista e o que a ala

nacionalista do regime militar (inclusive Zeferino Vaz) estava longe de desprezar: “promover o desenvolvimento” da pequena e média indústria, ou seja, do capital nacional (GOMES, 2007, p.104).

Não demorou a surgir daí um conflito de grandes proporções que se arrastaria por três anos e chegaria a um desfecho dramático (a não renovação do contrato de Castilho). Além das questões de natureza regimental, havia diferenças de conceituação sérias sobre como deveria ser a universidade nascente e, sobretudo, o curso de economia que estava sendo estruturado. Castilho preferia planejamento econômico e social à economia em sua acepção clássica. Lembrando que a China não possuía economistas, assegurava que o Brasil, de idêntica maneira, precisava mesmo era de planejadores. Por exemplo, os cursos de planejamento econômico eram a pedra de toque das relações de Zeferino Vaz com o empresariado; Castilho não achava que fosse papel da universidade ajudar o empresariado. Assim, Castilho estava longe de cerrar fileiras com os cruzados da pequena e média empresa. E isto passou a afetar as relações de trabalho e a gerar tensão permanente nas Humanidades. E as dificuldades foram aflorando entre Castilho e o grupo de economistas cepalinos, que tiveram suas queixas tomadas como suas por Zeferino Vaz. A situação continuou difícil entre as partes, até que se deu uma polarização que foi levada ao reitor para que ele tomasse uma decisão. O grupo dos cepalinos colocou a questão nestes termos: ou nós ou ele (Castilho). E Zeferino, depois de pensar bem sobre a questão, decidiu que o Fausto Castilho deveria cair subindo a escada; criou para ele o Instituto de Ciências Humanas. Assim, se tornaria diretor e o grupo de economistas iria fazer seus doutorados.

A relação entre eles azedou mais ainda quando, no início de 1971, João Manuel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga Belluzzo, dois pilares do programa de cursos intensivos de planejamento econômico que a Unicamp oferecia a administradores públicos, foram atraídos pelas idéias desenvolvimentistas do secretário da Fazenda do governo do estado, o empresário Dilson Funaro. Zeferino Vaz gostou da idéia de ter dois de seus homens com os pés fincados no gabinete onde se definia a destinação dos recursos no estado. Fausto Castilho é que não simpatizou nem um pouco com a idéia. Segundo Gomes (2007, p.104), Castilho estava empenhado em implantar seu projeto de graduação – o *Studium generale*, que antecipava o curso básico adotado mais tarde pela maioria das universidades brasileiras – e preferia ter seus professores por perto e cumprindo o contrato de tempo integral. Fazia, inclusive, questão de que fixassem residência na cidade. Ao voltar de uma viagem à Europa e ver consumada a situação de empréstimo dos dois docentes ao governo do estado, passou a exigir do reitor o encerramento dos contratos de ambos ou sua conversão para o regime de tempo parcial. Como

isso não aconteceu, Castilho pôs Zeferino Vaz em xeque colocando-os à disposição da reitoria, isto é, forçando a sua desvinculação do Instituto que dirigia. Zeferino Vaz conseguiu solucionar a situação dando, como já vimos, a direção do IFCH para Castilho e trazendo, para a direção do DEPES, vindo do Rio de Janeiro, João Paulo de Almeida Magalhães, um homem que o grupo de economistas respeitava e que iria orientar o doutoramento do grupo.

Essa solução funcionou bem durante algum tempo, pois Magalhães passou a fazer também o papel de mediador entre esses dois personagens, mas logo se viu que era tarde demais para consertar a relação em ruínas existente entre Vaz e Castilho. Fausto Castilho, juntamente com outros professores pioneiros da Unicamp, também questionavam o fato de que, tendo vencido em fins de 1970 o prazo legal de seu mandato – que, no caso das universidades brasileiras, é de quatro anos – Zeferino Vaz permanecia aferrado ao cargo como se estivesse acima da lei.

Ainda, segundo Gomes (2007, p.117), o reitor não estava nem um pouco preocupado com esse questionamento, pois havia recebido do governador Laudo Natel garantias de que seria mantido no cargo. Enquanto a Unicamp fosse considerada em implantação, ele seria seu reitor *pro tempore*. A lei 5.540, que tratava da reforma universitária, permitia isso. Ao mesmo tempo que determinava que a rotatividade dos mandatários devia ocorrer de quatro em quatro anos, excluía dessa regra os dirigentes universitários cujas instituições estivessem em processo de implantação. Confiante nessas garantias e na letra da lei, Zeferino Vaz passou a atacar seu oponente, Fausto Castilho, utilizando armas de natureza acadêmica. Começou por cobrar-lhe a tese que, segundo ele, havia sido prometida para quatro anos antes. O filósofo se defendeu dizendo que já havia solicitado ao Conselho de Ensino da Unicamp que constituísse uma comissão para que defendesse a tese em nível de livre-docência.

Mas o reitor, ferido em seus brios, estava decidido a livrar-se de Fausto Castilho. Começaria por desalojá-lo da direção das Ciências Humanas e devolvê-lo à condição de professor de filosofia. Em seguida daria o golpe final, obstando a renovação de seu contrato. Para o lugar de Castilho, chamou Ferdinando Figueiredo, o “decano” do grupo dos economistas para que assumisse o cargo. Segundo Gomes (2007, p.120), Figueiredo aceitou, mas com uma condição: que Zeferino buscasse um nome de consenso entre o pessoal das Humanidades para, o mais rápido possível, rendê-lo na direção do Instituto.

A notícia da exoneração de Fausto Castilho da direção do IFCH caiu como uma bomba no ninho de filósofos, sociólogos, linguistas, antropólogos, cientistas sociais e historiadores. Os economistas já estavam prevenidos e deram a situação como boa: apenas trataram de não demonstrar seu contentamento. Para os demais, no entanto, aquilo soou como

um golpe, embora não houvesse nada que regimentalmente impedisse o reitor de fazer o que fez.

Segundo Gomes (2007, p.127), no início de 1972, Zeferino Vaz autorizou que se buscasse discretamente, onde quer que fosse, um acadêmico de primeira linha para ocupar a direção do Instituto. Pensou-se primeiro no sociólogo Juarez Brandão Lopes (que, como vimos no capítulo anterior, é o estudioso que costuma ser apontado como o pioneiro das análises sociológicas do movimento operário), que não aceitou porque era amigo de Castilho. Os linguistas e cientistas sociais tinham preferência pelo historiador José Roberto do Amaral Lapa, então na Faculdade de Filosofia de Marília. Mas prevaleceu o nome de Manoel Tosta Berlinck, doutor em sociologia urbana pela Universidade de Cornell e professor da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo. Este era o preferido dos economistas. Berlinck aceitou o cargo e passou a ser parte do corpo de elite de Zeferino Vaz. Assim, em meados de 1972, segundo Gomes (2007, p.152) Berlinck recebia, para espanto dos professores titulares da USP, um salário de oito mil dólares. Talvez por conta disso, e por estar no olho do furacão das Humanidades, onde se respirava à época uma densa atmosfera marxista, o novo diretor defendesse o reitor das investidas de professores tanto à esquerda, que o acusavam de abrigar gente com currículo de direita, a exemplo do diretor da Faculdade de Engenharia, Theodureto Souto, um dos assinalados do *Livro Negro da USP*; enquanto outros, à direita, murmuravam contra a profusão de marxistas contratados para os cursos de Humanidades. No entender de Berlinck, Zeferino Vaz, ao contrário de outros reitores tutelados pela ditadura, dava prova de sua boa fé ao não impor critério ideológico para a compra de livros. Comprar livros atuais e atualizados, havia sido a orientação básica que Zeferino dera a Berlinck. E esses, para os padrões do IFCH, eram Marx, Engels, e seus amplificadores ao longo do século XIX e XX. Esta “atualidade” continuaria no início da década de 1980, com o pioneirismo da Unicamp em utilizar e propagar a obra e o pensamento de E. P. Thompson, àquela época, um ainda desconhecido amplificador do pensamento marxista da segunda metade do século XX. Gomes (2007, p.159) afirma que a Unicamp consta como sendo a primeira escola de ensino superior do Brasil a introduzir Gramsci, o pensador marxista italiano, em seu currículo de Ciência Política. Dizia Zeferino Vaz que:

Um curso de ciências humanas ou de economia que não expõe o marxismo é um curso de economia pífilo. Mas as outras doutrinas hão de ser expostas com igual dignidade para que fique à escolha do aluno a direção e o sentido que há de tomar (VAZ *apud* GOMES, 2007, p.159).

Se não havia restrição a livros, tampouco havia restrição aos pedidos de contratação que subiam de todas as unidades, sobretudo das Humanidades, que eram, nessa altura, as unidades em processo de formação. Assim, segundo Gomes (2007, p.159) na gestão de Manoel Berlinck à frente do IFCH, o corpo docente saltou de vinte e três para cento e vinte e cinco professores. Em boa parte, esses professores vinham de apaixonada formação marxista, num tempo em que não ser de esquerda era sinal de má-fé ideológica. Foi grande a fornada de intelectuais de talhe marxista – sociólogos, antropólogos, filósofos, cientistas políticos, linguistas, economistas e historiadores – que aportaram na Unicamp entre 1972 e 1975, vindos, sobretudo, da Universidade de São Paulo. Gomes (2007, p.160) nos revela que alguns vieram diretamente de países comunistas, como o economista Jorge Miglioli, que chegou com um doutorado em macroeconomia obtido na Polônia. Ao cientista político Plínio Dentzien, que era doutorando na Universidade de Michigan quando Fernando Henrique Cardoso lhe recomendou a Unicamp, ninguém lhe pediu folha corrida apesar de ter sido condenado pela justiça militar, anos antes, por fazer política estudantil no Rio Grande do Sul.

Interessantes são as informações apresentadas por Eustáquio Gomes a respeito da contratação do economista José Serra para o quadro docente da Unicamp em 1978. Serra constara de listas negras da USP desde o tempo de estudante da Escola Politécnica, estivera exilado no Chile de Salvador Allende e, com a ascensão do ditador Pinochet em 1973, refugiara-se nos Estados Unidos, onde fez carreira acadêmica. Em 1978, podia ser encontrado na Universidade de Princeton como professor visitante. Conforme Gomes (2007, p.162) os economistas, liderados por João Manuel Cardoso de Mello, ansiavam pela contratação do colega, mas o processo estava parado na gaveta do coordenador de Institutos da Unicamp, o físico Sérgio Porto, que tinha birra dos intelectuais de esquerda. Gomes nos oferece um suposto diálogo entre o economista João Manuel e o físico Sérgio Porto a respeito da contratação de José Serra:

- Aposto que ele é igualzinho a você, pilheriou Porto.
 - Sim, igualzinho, retrucou João Manuel com ironia.
 - Ah, então vai ser difícil sair o contrato. Não vou recomendar.
- E fez uma advertência a João Manuel:
- Vocês precisam admitir professores de outra linha ideológica. Por que só gente de esquerda?

Mas quando João Manuel ameaçou armar um escândalo em torno do que considerou a interdição moral de um docente, o físico mais que depressa desengavetou o processo. E Serra foi contratado.

No sinistro ano político de 1975, a pluralidade de pensamento marcava uma vitória na ilha de liberdade que eram as ciências humanas da Unicamp. Neste mesmo ano houve no campus a realização de um seminário internacional que trouxe a Campinas estrelas da esquerda intelectual como o historiador inglês Eric Hobsbawm, e o cientista político argentino Guillermo O'Donnell. Estiveram presentes ainda os historiadores Arno Mayer (Princeton), Rudolph Bell (Rutgers) e Rudolf de Jong (Amsterdam), o antropólogo Kenneth Ericsson (Kansas) e o cientista político Juan José Linz (Yale) (GOMES, 2007, p.166).

Era o primeiro grande evento internacional promovido pelo grupo de cientistas sociais do IFCH e, por trás de sua organização estava Paulo Sérgio Pinheiro (que, como também vimos no capítulo anterior, é um pesquisador que, juntamente com Boris Fausto, iria influenciar decisivamente os rumos da pesquisa sobre a história do trabalho no período que compreende os anos 1970), um jovem sociólogo que começava a projetar-se na área de direitos humanos. A repercussão deste seminário foi grande a ponto de a revista *Veja*, na época já se firmando como principal semanário do país, dedicar-lhe uma capa⁷⁴. Para além dos resultados científicos e dos engenhos de tecnologia que era possível desenvolver no terceiro mundo, o reitor Zeferino Vaz compreendeu que podia tirar bom partido da circulação de idéias heterodoxas dentro de um ecumenismo matizado pelos muros da academia, até porque essa tradição estava se perdendo desde o golpe de 1964, e por conta disso deu aval favorável à realização deste importante seminário internacional na Unicamp.

A Unicamp ainda precisava justificar sua existência autônoma e, segundo Gomes (2007, p.166), Zeferino queria a todo custo evitar que se repetisse em Campinas o efeito deletério da intolerância de que fora vítima a Universidade de Brasília nos anos seguintes ao golpe militar. Para manter a ilha de liberdade que havia na Unicamp, contava com aliados como o ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso e o ministro da Indústria e Comércio Severo Gomes, além da sua relação de amizade com o ministro da Educação, Jarbas Passarinho.

Mesmo com toda uma imagem a favor da universidade, do apoio de aliados do alto escalão do regime e do clima de aparente tranquilidade e liberdade de pensamento que existiam dentro do campus da Unicamp, a repressão política empreendida pela ditadura militar existente no país não deixou de se manifestar por lá. E, para ilustrar esta situação, vamos apresentar um acontecimento emblemático que mostra que a Unicamp, e

⁷⁴ Revista *Veja*. Edição número 352. 02 de junho de 1975.

principalmente o IFCH, não estava imune à arbitrariedade do regime e que também mostra as relações de Zeferino Vaz com o estado militar.

O acontecimento foi a prisão do professor de história Ademir Gebara ocorrida na madrugada de vinte e oito para vinte e nove de outubro de 1975 (Gomes, 2007, p.171). Como tantas outras no país naquela semana, viera na onda de retaliações que se seguiu aos manifestos de jornalistas e acadêmicos inconformados com a morte do jornalista Vladimir Herzog três dias antes no DOI-CODI paulista. Ainda segundo Gomes, duas peruas Veraneio percorreram vários bairros de Campinas e recolheram, sem maior cerimônia, um magote de assustados operários, enfermeiros, funcionários públicos e estudantes universitários, entre os quais dois pós-graduandos da UNESP e um da Unicamp, o economista Gustavo Zimmermann. Na sede do DOI-CODI, Gebara soube que era acusado de tentar montar uma gráfica clandestina, quando nem máquina de escrever ele tinha na época. De nada valeu explicar que já não era militante político desde os tempos de estudante da PUC Campinas: o interrogatório varou toda a noite e pela manhã ele começou a apanhar. Nas noites seguintes enfrentou sessões de choques elétricos, tapas no rosto e pontapés. Do mundo exterior, nos primeiros doze dias, nenhuma informação entrou. E, da cela, nenhuma informação saiu.

Na Unicamp, os que acreditavam no relaxamento da prisão de Gebara, confiados que tudo se esclareceria rapidamente, sentiram-se alarmados com o passar dos dias. Organizou-se uma assembléia para debater o assunto e concluiu-se que o melhor a fazer era pedir a Zeferino Vaz que intercedesse. O reitor já devia saber do que se tratava quando viu entrar Manoel Berlinck, diretor das Ciências Humanas, seguido do economista Wilson Cano, dos lingüistas Carlos Vogt e Carlos Franchi, do historiador Ítalo Tronca, do filósofo Rubem Alves e do sociólogo André Villalobos. Foram pedir a ajuda do reitor já que o respeitavam e este tinha o respeito das autoridades.

Gomes (2007, p.172) nos diz que durante este encontro, Zeferino Vaz contava que tinha horror à idéia de intervenção policial na Unicamp, como ocorrera na USP e em várias universidades federais e até particulares. Graças à sua interlocução privilegiada em todos os segmentos, construía para a Unicamp a imagem de uma instituição intocável. Se dava satisfação ao arbítrio, era para preservar o espaço de liberdade acadêmica. Ao fim de todas estas palavras, o reitor afirmou que faria uma visita ao detento Gebara. E cumpriu a promessa no dia seguinte, o décimo-segundo da prisão do professor de história. Duas semanas após a visita Gebara foi libertado.

Até 1975, o IFCH abrigava três departamentos: o de Economia e Planejamento Econômico e Social (DEPES), o de Ciências Sociais (DCS) e o Departamento de Linguística

(DEL). O IFCH, portanto, está na origem do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), criado pelo desmembramento do DEL em 1976, e do Instituto de Economia (IE), criado pelo desmembramento do DEPEs em 1984.

Desde 1978, o IFCH passara a contar também com o Departamento de Filosofia (DF) e o Departamento de História (DH). Em 1991, com o desmembramento do DCS passou a ter cinco departamentos, com a criação do Departamento de Antropologia (DA), do Departamento de Ciência Política (DCP) e do Departamento de Sociologia (DS). Em 2005 foi criado o Departamento de Demografia, passando assim a ter, o IFCH, a sua atual estrutura com seis departamentos.

Com essa estrutura departamental, o IFCH oferece, anualmente, cento e oitenta vagas em cursos de Graduação, sendo trinta vagas no curso de Filosofia, quarenta vagas no curso de História e cento e dez vagas nos cursos de Ciências Sociais, das quais cinquenta e cinco vagas no período integral e cinquenta e cinco vagas no período noturno.

Os cursos de pós-graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp no nível de mestrado foram iniciados em março de 1971, com o de Antropologia Social. Em 1974, foram criados os cursos de Ciência Política e Sociologia; em 1976, o de História; em 1977, o de Lógica e Filosofia da Ciência; e, em 1992, o de Filosofia. Em 1977, foi aberto o curso de doutorado em Lógica e Filosofia da Ciência; em 1984 o de Ciências Sociais e de História; em 1992, o de Filosofia; e, em 1993, o de Demografia.

Acompanhando a consolidada vocação da Unicamp para a formação de pesquisadores, o IFCH oferece atualmente os seguintes programas de pós-graduação: doutorado em Ciências Sociais, doutorado e mestrado em Antropologia Social, doutorado e mestrado em Ciência Política, doutorado e mestrado em Demografia, doutorado e mestrado em Sociologia, doutorado e mestrado em Filosofia, doutorado e mestrado em História, doutorado em Ambiente e Sociedade, além do mestrado Interinstitucional em Relações Internacionais⁷⁵.

Diante desta pequena história sobre o Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Unicamp, podemos perceber que este foi, desde o seu surgimento, um espaço privilegiado e agregador de professores e pesquisadores identificados com o pensamento marxista e de seus sucessores. Identificado também com a abertura, no campo da historiografia, de espaço acadêmico para temáticas como a história da classe trabalhadora e do movimento operário no Brasil. Desta forma, entende-se com clareza porque, na Unicamp, o pensamento e a

⁷⁵ Informações disponíveis no sítio eletrônico institucional do IFCH/Unicamp. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/>>. Acesso em: 21 de abril de 2010.

historiografia de E. P. Thompson encontraram um ambiente favorável e receptivo tendo, a partir daí, se irradiado para várias outras instituições de ensino superior do Brasil.

4.3 A repercussão da historiografia de E. P. Thompson na Unicamp

Depois de realizarmos todo este caminho de análise sobre o histórico da criação de universidades pelo país e sobre a história da Unicamp, instituição responsável pelo início da difusão da historiografia de Thompson no Brasil, voltamos a análise para percebermos como se configurou este movimento de chegada desta historiografia e sua posterior repercussão, através de alguns de seus professores.

Já vimos, anteriormente, que é atribuída à vinda de três professores pesquisadores estadunidenses para compor o quadro de docentes da Unicamp, precisamente no seu Departamento de História, a principal causa para que esta universidade figure como centro irradiador da historiografia e pensamento de Thompson no Brasil. Vimos, também, que o fato de terem o inglês como língua materna, possibilitou a Michael Hall, Peter Eisenberg e Robert Slenes, um contato anterior e preliminar com a obra de Thompson quando esta ainda nem era muito conhecida, e muito menos traduzida, no Brasil.

Dentre estes três pioneiros, Michael Hall é apontado como o que desempenhara maior influência para que isto, de fato, acontecesse. Foi, dos três, o primeiro a ser contratado, ainda no ano de 1975, e como professor continua atuando até os dias de hoje nesta universidade. Michael Hall realizou toda a sua formação acadêmica em universidades dos Estados Unidos. Assim, entre 1959 e 1963 fez a sua graduação na Stanford University e, em seguida, sob a orientação de Lewis Hanke, na Columbia University, concluiu o mestrado, em 1965, com o trabalho intitulado *Attitudes toward immigration in the Brazilian Empire (1822-1889)*. Já em 1969, obtém a titulação de doutor, com o mesmo orientador, ao defender a tese *Origins of mass immigration in Brazil (1871-1914)*. Antes de chegar à Unicamp, Michael Hall teve experiências como professor na University of North Caroline (1967-1969) e na Tulane University (1969-1974)⁷⁶.

Outro pesquisador pioneiro que se estabelece na Unicamp e que proporciona uma maior visibilidade para a obra de Thompson no Brasil é o professor Peter L. Eisenberg⁷⁷.

⁷⁶ As informações a respeito de Michael Hall estão disponíveis em seu currículo como pesquisador, através do sítio eletrônico: < <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do> >. Acesso em 29 de maio de 2010.

⁷⁷ As informações sobre Peter Eisenberg presentes aqui foram colhidas no pequeno artigo escrito por Robert Slenes na seção Noticiário da *Revista Brasileira de História*, em seu número especial 16, dedicada à Escravidão (que foi o tema central do trabalho de Peter Eisenberg) e que foi organizada por Silvia Lara. A referência completa é a seguinte: SLENES, Robert. Dizendo Adeus a Peter L. Eisenberg. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero. v.8, n.16, mar./ago. 1988.

Também com origem nos Estados Unidos, Peter Eisenberg inicia sua carreira como professor da Unicamp, também no ano de 1975, seguindo com esta ocupação até o ano de sua morte, em 1988. Eisenberg nasceu em Nova York em 1940. Formou-se em algumas das melhores universidades norte-americanas; completou a graduação em filosofia na Yale University em 1961, o mestrado em estudos hispano-americanos e luso-brasileiros na Stanford University em 1962, e o doutorado em história da América Latina na Columbia University em 1969. Escolheu como tema para sua tese de doutorado um aspecto da história do negro – sua experiência na escravidão e nos anos posteriores à abolição – e examinou de forma crítica a relação entre o subdesenvolvimento e a expansão do sistema capitalista mundial. Dessa tese resultou um livro já clássico na historiografia brasileira: *Modernização sem Mudança: a Indústria Açucareira em Pernambuco, 1840-1910*, publicado em inglês em 1974 e, em português, pela editora Paz e Terra, em 1977.

Entre 1968 e 1974, Peter Eisenberg lecionou na Rutgers College, em New Brunswick, Nova Jersey, passando um ano desse período (em 1971-72) como professor visitante na Unicamp. Depois de ter saído da Rutgers, lecionou durante parte do ano acadêmico de 1974-75 na University of the West Indies em Trinidad-Tobago, aceitando logo em seguida um convite como professor permanente na Unicamp a partir de março de 1975.

Conforme nos informa Slenes (1988, p.285), Peter Eisenberg teve uma presença marcante na vida do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), praticamente desde os primeiros anos da Unicamp. Contribuiu também, de forma importante, para a historiografia brasileira, como pesquisador e como interlocutor de colegas da Unicamp e de outras universidades. Ainda segundo Slenes (1988, p.288), Peter Eisenberg teve uma influência decisiva na vida intelectual do Departamento de História da Unicamp, não apenas como pesquisador, mas também como docente e através de seu relacionamento no dia-a-dia com os colegas. Durante muito tempo foi um dos principais elos intelectuais entre as duas grandes linhas de pesquisa do departamento – a de escravidão e a de classe operária – enfatizando a necessidade de situar o escravo e o homem livre pobre também dentro do processo de trabalho e de analisá-los como agentes históricos, com sua própria cultura e racionalidade (algo que boa parte da historiografia dos anos 1950 e 1960 – ou até mais recentemente – recusava-se a fazer).

O último nome entre os professores/pesquisadores estrangeiros, que divulgaram a obra e pensamento de Thompson no Brasil através da Unicamp, é o de Robert Wayne Andrew Slenes. Como vimos este professor foi o orientador e grande mestre de Sidney Chalhoub em sua formação na pós-graduação. Robert Slenes, assim como os outros, teve toda a sua

formação acadêmica em instituições universitárias norte-americanas. Possui graduação em *Liberal Arts* pela *Oberlin College* em 1965. Tem mestrado em Literatura Espanhola e Hispanoamericana na *University of Wisconsin – Madison*, concluído em 1966. Finalmente, possui doutorado em História pela *Stanford University*, com a tese de título: *The demography and economics of Brazilian Slavery: 1850-1888*, obtido no ano de 1976, tendo como orientador: John D. Wirth. Antes de ensinar na Unicamp, a partir de 1983, Robert Slenes foi professor da Universidade Federal Fluminense entre 1979.

Com a chegada destes três historiadores a Unicamp tornou-se um ambiente profícuo para a historiografia de Thompson. O contato anterior destes professores estrangeiros com a sua obra e o fato de estarem agora trabalhando juntos em uma universidade brasileira, permitiu a Chalhoub dizer que, quando de sua chegada na Unicamp, “encontrei uma ‘thompsonomania’ total que nunca existira na UFF” e ainda revela que “foram docentes da Unicamp que passaram a patrocinar a tradução das obras históricas de Thompson. A *Formação da Classe Operária Inglesa*, *Senhores e Caçadores*, depois *Costumes em Comum*, houve gente da Unicamp envolvida em todo esse esforço de tradução” (CHALHOUB, 2009, p.189). De fato, as primeiras traduções das obras históricas de Thompson aconteceram dentro da *Coleção Oficinas da História*, que era dirigida pelo também professor da Unicamp, Edgar Salvadori De Decca⁷⁸. É a partir dessas traduções que realmente a influência de Thompson se torna mais evidente no Brasil.

Outra ação realizada pelo pessoal da Unicamp que possibilitou uma maior aparição e evidência da historiografia de Thompson no país, foi a publicação de alguns textos de autoria do historiador inglês, e de outros artigos sobre ele, na coleção *Textos Didáticos* do IFCH/Unicamp em sua edição de número dez, composta de dois volumes, sendo o primeiro datado de janeiro de 1998 e o segundo de fevereiro daquele mesmo ano. Ambos os volumes se encontram em sua terceira edição, revista e ampliada, organizados por Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva. No primeiro deles está publicado o texto “As Peculiaridades dos Ingleses”⁷⁹ de autoria de Thompson, e mais um outro intitulado “Notas Sobre o Texto”, no

⁷⁸ Esta coleção foi publicada pela Editora Paz e Terra e teve um total de oito volumes, cuja abertura foi a publicação da obra magna de E. P. Thompson: *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. I (A Árvore da Liberdade), Vol. II (A Maldição de Adão) e Vol. III (A Força dos Trabalhadores) em 1987. Neste mesmo ano a coleção também publicou em seu Vol. VII, o também livro de Thompson, *Senhores e Caçadores*.

⁷⁹ A tradução foi realizada por Alexandre Fortes e Antonio Luigi Negro e o ensaio extraído do livro *The poverty of theory & other essays*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1978. Em nota estes tradutores agradecem as colaborações das colegas Denise Gross (do doutorado em Ciências Sociais) e Maria Aurora de Meireles Rabelo (do doutorado em História). Eles agradecem também a revisão e o apoio do professor Michael Hall e o incentivo do professor Sérgio Silva para publicar o referido trabalho.

qual Thompson fala sobre o seu próprio texto e comenta a resposta de Perry Anderson⁸⁰. Já o segundo volume conta com outros artigos de Thompson - “A História vista a partir de Baixo”⁸¹, “Modos de Dominação e Revoluções na Inglaterra”⁸², “Algumas Observações sobre Classe e ‘Falsa Consciência’”⁸³ - e também artigos relacionados à sua pessoa e obra como: “E. P. Thompson” de Eric Hobsbawm⁸⁴, “Peculiaridades de E. P. Thompson” de autoria de Alexandre Fortes, Antonio Luigi Negro e Paulo Fortes (à época doutorandos em História Social na Unicamp), “Thompson, Marx, os Marxistas e os Outros” escrito pelo professor do departamento de Sociologia da Unicamp, Sérgio Silva. Para finalizar, este segundo volume apresenta uma bibliografia contendo outros escritos e entrevistas de Thompson.

É o próprio Sérgio Silva quem nos oferece uma pequena historicização da publicação deste material tão interessante. Ao escrever a “Apresentação à Terceira Edição”, nos informa que a primeira edição do caderno com textos de Thompson publicados na coleção *Textos Didáticos* do IFCH/ Unicamp é de setembro de 1993, um mês após a morte de Thompson. Esta edição foi discutida em um encontro chamado “Tributo a Edward Thompson”, que teve em sua mesa de debates a presença de Maria Célia Paoli, José Sérgio Leite Lopes e Michael Hall (FORTES; NEGRO & FONTES, 1998, p.43). Sérgio Silva também é o autor da “Apresentação à Primeira Edição” do caderno, e nos conta o porquê da tradução e publicação deste texto de Thompson presente na primeira edição:

A miséria da teoria foi traduzida e publicada no Brasil (Zahar, 1981) sem os outros importantes ensaios que compõem a edição original da Monthly Review Press (*The poverty of theory and other essays*, 1978) “Outside the whale”, “An open letter to Leszek Kolakowski” e também “The peculiarities of the english”, cuja versão brasileira constitui este novo número da série *Textos Didáticos* Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. “As peculiaridades dos ingleses” fazia uma falta muito grande nos cursos em que tentávamos estudar o pensamento e o método de Thompson, além de sua contribuição historiográfica, em parte já traduzida” (SILVA, 1998, p.11)

⁸⁰ A tradução foi feita por Ligia Osorio Silva (do Instituto de Economia da Unicamp) e extraído de “A note on the texts”. In: *The poverty of theory & other essays*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1978, p.403-404.

⁸¹ Traduzido por Antonio Luigi Negro e extraído de *The Times Literary Supplement*, de sete de abril de 1966, tendo a revisão do professor Michael Hall.

⁸² Traduzido por Fernando Teixeira da Silva e revisado pelo professor Sérgio Silva. Segundo o tradutor o texto é o resultado de uma série de respostas de E. P. Thompson às questões colocadas pelos participantes de um seminário ocorrido na *École Normale Supérieure* (1974-1975) sobre a sociologia da cultura e os modos de dominação. Este artigo foi publicado inicialmente em *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, n.2/3, 1976.

⁸³ Original extraído dos *Quaderni Storici*, n.36, 1977. Traduzido por Antonio Luigi Negro. Segundo ele, o texto traduzido traz, na íntegra, a intervenção de Thompson no seminário Formação e Mudança das Consciências Plebeia e Proletária entre os séculos XVIII-XX, realizado em junho de 1977 na Universidade de Konstanz (na então Alemanha Ocidental).

⁸⁴ Originalmente publicado no jornal *The Independent*, de trinta de agosto de 1994. Republicado em *Radical History Review*, n.58, 1994. Tradução de Antonio Luigi Negro e revisão do professor Michael Hall.

Este texto de Thompson foi traduzido por Alexandre Fortes e Antonio Luigi Negro e, conforme nos revela Sérgio Silva (1998, p.11), “Com muito esforço e inteligência, eles conseguiram realizar este trabalho, em meio às suas mil e uma obrigações como alunos do Mestrado em História da UNICAMP, e sem nenhum financiamento especial”.

A segunda edição do caderno é de 1995. Sérgio Silva (1998, p.7) aponta que “estas três edições representam uma manifestação, no interior do IFCH, do sucesso internacional desse autor”. Silva também apresenta a importância desta tradução que se fazia ainda inédita no Brasil:

A tradução de ‘As peculiaridades dos ingleses’ permite que o leitor brasileiro estude com mais facilidade o primeiro texto em que Thompson desenvolve amplamente a sua crítica a uma determinada tradição marxista, notadamente no campo da história e das Ciências Sociais. De certa forma, ele representa o ponto culminante de uma trajetória iniciada pelo rompimento com o Partido Comunista da Grã-Bretanha após a invasão da Hungria em 1956. A natureza das questões tratadas neste ensaio orientou a escolha de todos os outros artigos que compõem a coletânea. Eles se caracterizam pela preocupação de Thompson em explicitar as questões teóricas e metodológicas, assim como os conceitos ou noções essenciais desenvolvidos ao longo de sua obra de historiador: o lugar da teoria e a história como processo único, a lógica do processo como resultado da experiência de homens e mulheres reais, as classes sociais e a luta de classes, a crítica à “metáfora” base-superestrutura (SILVA, 1998, p.8).

Além dessas publicações e eventos, outras fontes nos permitem analisar como se configurou a chegada e repercussão desta historiografia, através da atuação, em sala de aula, de professores da Unicamp. Essas fontes são as ementas das disciplinas e programas dos cursos ministrados no curso de graduação em história da Unicamp.

Partindo do primeiro semestre do ano de 1980 até o segundo semestre do ano de 1998, conseguimos totalizar o número de duzentas e quarenta e duas ementas e programa de cursos das disciplinas oferecidas aos estudantes de graduação de história da Unicamp durante este período de dezoito anos. Estas disciplinas constam entre as que são de caráter obrigatório e as que são de natureza optativa/eletiva durante a realização do curso de graduação em história. Todo este material foi reproduzido do arquivo da Secretaria de Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp.

Com este material em mãos, nosso procedimento foi o de, primeiramente, classificar e organizar as ementas das disciplinas em que se encontravam referências à historiografia de E. P. Thompson. Realizamos isto com especial atenção às ementas dos cursos ministrados pelo historiador Sidney Chalhoub, que figura em nossa análise como representante deste

movimento de difusão da historiografia e pensamento thompsoniano pelo país, seja através de sua própria produção historiográfica, seja através de sua atuação em sala de aula como professor universitário da Unicamp⁸⁵.

Todo esse material mostrou-se de grande valor para percebermos tendências, continuidades, rupturas e inovações nos temas, conteúdos e abordagens presentes no contexto da produção historiográfica que foi se modificando através deste período que compreende dezoito anos. Permite perceber, também, até mudanças de ordem técnica e de suporte. Assim, vemos as várias e diferentes maneiras de realizar uma indicação de bibliografia, que sempre mudou e continuará mudando segundo as regras da ABNT. Percebemos também como eram estes documentos em sua forma, desde os primeiros, ainda materializados através das máquinas de datilografar, passando para os programas de edição de texto dos, também, primeiros computadores.

Em contato para a apreciação desta documentação, encontramos, já no primeiro semestre de 1980, a primeira referência à obra de Thompson. Esta acontece na disciplina “História Moderna II”, que foi ministrada justamente pelo professor Michael Hall. A referência, sem indicação de sua edição, apresenta-se em espanhol: *La Formación Histórica de la Clase Obrera en Inglaterra, 1780-1832*. A segunda referência à obra de Thompson é do segundo semestre de 1980, e encontra-se nas mesmas condições em que se deu a primeira, ou seja, com a mesma disciplina, o mesmo professor e a mesma obra referenciada.

Nova referência ao historiador inglês seria feita no primeiro semestre de 1984, na disciplina de “História Econômica, Política e Social Geral”, que foi ministrada pela professora Maria José Trevisan. A obra referenciada continua sendo a mesma, ainda em espanhol, mas a novidade é que desta vez tem-se apresentadas as informações completas sobre a edição: Barcelona, Editora Laia, 1977.

No semestre posterior, Maria José Trevisan oferece a disciplina “Metodologia da História” e apresenta como objetivos da mesma:

Estudar alguns aspectos fundamentais do materialismo histórico a partir da evidência de sua utilização como método de análise corrente em nossos dias e do grande debate em andamento no seu interior.
Colocar os alunos em contato com os textos de Marx e Engels e com textos de autores contemporâneos que estão repensando e questionando certos usos e interpretações de Marx ou algumas de suas próprias concepções e teorias.

⁸⁵ Encontram-se, nos anexos deste trabalho, os quadros com a relação de todas as disciplinas a que tivemos acesso, como também outros que apontam individualmente as referências para cada autor: Thompson, Marx/Engels, Hobsbawm, Hill e Chalhoub.

Certamente Thompson era um desses autores contemporâneos que estavam a rever posições da teoria marxista. E, por conta disso, é referenciado na terceira parte do programa desta disciplina que pretende, através da “leitura de textos de autores atuais que permitam perceber algumas questões hoje colocadas ao marxismo, enquanto método de análise”. A referência é feita para dois importantes artigos em espanhol de Thompson. O primeiro é o *La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases?*, o segundo é *Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial*. Ambos presentes no livro de Thompson, em espanhol, *Tradición, Revuelta y Consciência de Clase* (Barcelona, Ed. Critica, 1979).

Ainda no segundo semestre de 1984, Thompson é novamente referenciado na disciplina “História Moderna II”, ministrada pelo professor Michael Hall. E, desta vez, a informação que consta na ementa, nos permite elucidar alguns pontos importantes. Hall novamente apresenta a alusão à obra *La Formación Historica de la Classe Obrera en Inglaterra*, só que agora informa que esta tradução espanhola encontra-se disponível no Arquivo Edgard Leuenroth. Também aparece a primeira referência à obra em inglês: *The making of the English working class* (NY, 1966); e, assim como todos os demais livros referenciados neste programa, este tem indicado o seu número de chamada na biblioteca (322.20942/T372m). Essa informação é importante, pois permite afirmar que esta obra já se encontrava à disposição no acervo da biblioteca do IFCH.

O ano de 1985, como vimos anteriormente, marca o início das atividades de Sidney Chalhoub como professor da Unicamp. No primeiro semestre ele apresenta o programa de sua primeira disciplina ministrada, a de “História Moderna I”, e referencia Thompson em duas oportunidades: na sétima semana desse curso, Chalhoub indica como leitura um capítulo caro aos interesses desse trabalho, trata-se de “O termo ausente: Experiência”, presente no primeiro livro de Thompson traduzido no Brasil: *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros* (Rio de Janeiro, Zahar, 1984).

Já na nona semana deste curso novamente temos a referência ao artigo em espanhol: *Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial* e as mesmas referências de edição da obra de Thompson em espanhol, *Tradición, Revuelta y Consciência de Clase*.

Este artigo e mais outro intitulado *La economia “moral” de la multitud em la Inglaterra del siglo XVIII*, deste mesmo livro de Thompson em espanhol, também encontram-se referenciados no programa da disciplina “História Política, Econômica e Social Geral” ofertada pelo professor Marco Aurélio Garcia, no primeiro semestre de 1985, e que tem como

objeto a análise da formação e do desenvolvimento da classe operária. Ainda apresenta-se a referência ao livro *A Miséria da Teoria* (1981).

Ainda durante este primeiro semestre de 1985, durante a disciplina “História Contemporânea I”, ministrada pela professora Margareth Rago e que tinha por objetivo do curso “identificar o processo pelo qual se formou a classe operária na Inglaterra, entre o final do século XVIII e inícios do XIX”, temos duas referências à historiografia de Thompson. A primeira é, novamente, o artigo em espanhol, *Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial*; a outra referência é também a, já mencionada, versão em espanhol do seu clássico livro, *La Formación Histórica de la Clase Obrera en Inglaterra*, cuja edição é a mesma já aludida neste texto.

O primeiro semestre de 1985 foi rico em alusões à obra de Thompson. E, para encerrá-lo, apresentamos a única referência feita a ele no programa da disciplina “Teoria e Pesquisa em História do Brasil”, ministrada pela professora Maria José Trevisan. Trata-se também do artigo em língua espanhola, *Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial*.

No segundo semestre de 1985, Sidney Chalhoub foi o professor da disciplina “Metodologia da História”, e embora não tenha colocado no programa desta disciplina qualquer referência a Thompson, Chalhoub prepara para seus alunos um interessante trabalho de prática de pesquisa em história social, precisamente em história da família. Apresenta que “o objetivo deste trabalho é proporcionar a você uma primeira experiência de pesquisa com fontes primárias na área de história social”. Chalhoub apresenta, neste programa, um questionário com cerca de vinte tópicos de questões a serem realizadas com os membros das famílias dos seus alunos, e também indica que fontes como cartas, fotografia e fontes cartoriais devem ser consideradas também para a realização deste trabalho. Ao final desse processo, Chalhoub requer que os alunos escrevam um texto sobre as suas famílias e, de forma bem-humorada diz que: “lembre-se também que o ‘professor’ do curso está pouco ligando para a medição do grau de moralidade, honestidade, ou depravação familiar que apareça nos textos. Eu não me escandalizo facilmente”.

No primeiro semestre de 1986, Sidney Chalhoub foi o professor da disciplina “História Moderna I”. Dividindo o programa desta disciplina em quatro partes, dedicou toda a terceira parte à leitura de alguns textos de Thompson. Intitulou esta parte do programa como “Capitalismo e Movimentos Sociais: A Escola Inglesa de História Social”. Trabalhou em sala de aula com três textos do historiador inglês: *Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial* e *La economía moral de la multitud*, além do texto em inglês, “*The Crime of Anonymity*”, presente no livro organizado por Douglas Hay e outros, *Albion’s Fatal Tree*:

Crime and Society in 18th century England (1975). Chalhoub indica que existe versão deste texto em espanhol, mas não especifica qual a referência para ele. Além disso, na observação de número dois, presente no programa da disciplina, afirma que “Vai ser um curso muito divertido (!)”.

Ainda neste primeiro semestre de 1986, a disciplina “História Política, Econômica e Social Geral” foi presidida pela professora Silvia Lara e consta dentre as leituras obrigatórias deste curso um capítulo do livro *A Miséria da Teoria* (1981): “Intervalo: a lógica histórica”.

A professora Célia Maria Marinho de Azevedo, durante a disciplina “História Moderna II”, no segundo semestre de 1986, faz referência a Thompson ao utilizar, como leitura do seu curso, o artigo *La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases?*

Ainda durante o segundo semestre de 1986, durante a disciplina “Teoria e Pesquisa em História do Brasil”, a professora responsável por ele, Silvia Lara, informa que “este curso pretende abordar a relação entre história e política, seja do ponto de vista teórico, seja em termos da prática do ofício do historiador”. Desta forma, o primeiro texto da primeira unidade do programa do curso intitulada: O historiador e a história, é “Intervalo: a lógica histórica”, um dos capítulos do livro *A Miséria da Teoria* (1981).

“História e Cotidiano”, eis o nome dado a uma disciplina de caráter eletiva ministrada pelo professor Sidney Chalhoub durante o primeiro semestre de 1987. Dividindo o programa em duas partes, na primeira delas chamada: Debate de aspectos fundamentais da prática do historiador, Chalhoub apresenta duas referências à historiografia de Thompson. A primeira trata do livro *A Miséria da Teoria* (1981) em que os alunos são orientados a lerem os capítulos I, II, III, IV, V, VI e VII, assim como os capítulos XV, XVI, XVII e XVIII. A segunda referência compreende o livro *Tradición, Revuelta y Consciência de Clase* (1979) com a indicação de que os alunos leiam “Una entrevista con E. P. Thompson”.

No segundo semestre de 1987, a única referência a Thompson encontra-se no programa da disciplina “História Moderna I”, do professor Paulo Celso Miceli. Trata-se do artigo *Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial*, presente no livro *Tradición, Revuelta y Consciência de Clase* (1979).

Na primeira metade de 1988, coube ao professor Sidney Chalhoub ministrar a disciplina “Introdução ao Estudo da História”. A referência à obra de Thompson surge na terceira parte do programa de leituras intitulado, “Marx e o Marxismo”. São indicados para a leitura os sete primeiros capítulos do livro *A Miséria da Teoria* (1981).

O segundo semestre de 1988 não teve, nos programas de suas disciplinas, nenhuma indicação à obra de Thompson. Mas este semestre marca as primeiras aparições das

referências à historiografia de Sidney Chalhoub. É assim que na disciplina “História Política, Econômica e Social do Brasil”, a cargo da professora Leila Mezan Algranti, que tinha como tema do curso: “Momentos de Transição na História do Brasil, Diferentes Abordagens”, vemos a primeira alusão à obra *Trabalho, lar e botequim* (1986) de Chalhoub, figurando entre a bibliografia deste curso que buscava apresentar a historiografia brasileira até os anos 1980.

Ainda neste semestre temos a confirmação de que a produção historiográfica de Chalhoub, a essa época, já se tornara uma referência na historiografia brasileira recente de até então. Isso porque o seu livro *Trabalho, lar e botequim* (1986) e o seu texto *Visões da Liberdade: senhores, escravos e abolicionistas da Corte nas últimas décadas da escravidão* (que ainda se encontrava no prelo) foram referenciados pela professora Silvia Lara que ministrava a disciplina de “Tópicos Especiais em História: Visões Escravas da Escravidão e da Liberdade”. Neste curso Silvia Lara afirma que “a historiografia recente sobre a escravidão e a abolição tem enfatizado, cada vez mais, a necessidade de resgatar e integrar na análise histórica as experiências e concepções de escravos e libertos da escravidão e da liberdade”. Ela se dispõe a abordar essa questão em seu curso, buscando situar esta produção mais recente em termos dos debates historiográficos que permeiam o tratamento do tema no Brasil. Desta forma é que se compreende porque estas duas produções de Chalhoub encontram-se já referenciadas no programa de conteúdos desta disciplina.

Ainda durante este semestre, Sidney Chalhoub ministra a disciplina “História do Brasil II” e é surpreendente e intrigante perceber que nenhuma dessas suas produções encontra-se referenciada no programa desta disciplina, já que o conteúdo dos temas comportaria perfeitamente qualquer uma delas ou mesmo ambas.

Como já foi visto, iniciamos este último capítulo, pretendendo abordar a difusão do pensamento thompsoniano no país através de duas frentes: a primeira trataria da instituição que difundiu e irradiou o pensamento e obra de Thompson, que é a Unicamp (tarefa esta já realizada); e a segunda trataria dessa difusão no âmbito da atuação como professor universitário de Sidney Chalhoub (tarefa esta que estamos cumprindo neste momento). O primeiro semestre do ano de 1989, para nós vem confirmar que esta difusão realmente aconteceu nas salas de aula da Unicamp, durante o período abordado, na maioria das disciplinas ministradas pelo professor Chalhoub. Neste semestre ele ofereceu a disciplina “Tópicos Especiais em História: Historiografia Inglesa”. Este curso foi completamente dedicado à produção historiográfica de Thompson, já que todas as indicações bibliográficas presentes, fossem livros ou artigos, eram de autoria do historiador inglês. São, no total, vinte referências a Thompson, grande parte em língua inglesa e que correspondem apenas à

primeira parte do programa, constituída apenas de obras de E. P. Thompson. Sobre a segunda parte do programa, Chalhoub apenas fornece a informação de que se trataria de obras sobre Thompson e a historiografia inglesa em geral e não lista quais seriam esses materiais. Talvez fosse fornecer essa listagem em sala de aula, e por isso mesmo o que conta no programa dessa disciplina sobre esta segunda parte é apenas uma palavra: “aguardem!”.

As obras de Thompson apresentadas no programa dessa disciplina são os seguintes livros: *William Morris: Romantic to Revolutionary* (1977), *The Making of the English Working Class* (1968), apresenta também a edição desta obra traduzida para o português *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987), *Whigs e Hunters: The Origin of the Black Act* (1977), também apresenta a edição em português desta obra *Senhores e Caçadores: A Origem da Lei Negra* (1987), *The Poverty of Theory and Other Essays* (1978), apresentando também referência a edição em português *A Miséria da Teoria, ou um Planetário de Erros* (1981). Chalhoub critica essa tradução como sendo mutilada, pois ela inclui apenas um dos ensaios do volume original; *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase* (1979), *Writing by Candlelight* (1980), *Protest and Survive* (1980), *Beyond the Cold War* (1982), *Double Exposure* (1985), *The Heavy Dancers* (1985). Indica ainda os seguintes artigos: *The Peculiarities of the English* (1965), *Time, Work-discipline and Industrial Capitalism* (1967), *The Moral Economy of the English Crowd in the 18th Century* (1971), *Antropology and the Discipline of Historical Context* (1972), *Rough Music: Le Charivari Anglais* (1972), *Patrician Society, Plebeian Culture* (1974), *The Criminy of Anonymity* (1975), *Folklore, Antropology and Social History* (1978), *Eighteenth-Century English Society: Class Struggle Class?* (1978).

Ainda no primeiro semestre de 1989, o programa da disciplina intitulada: “Trabalhadores, a Política e o Sistema Fabril no século XIX (França e Inglaterra)”, sob orientação do professor Adalberto Marson apresenta referência ao clássico livro de Thompson traduzido para o português. Assim, o livro *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987) em seu volume II tem os capítulos I, IV e V indicados para a leitura; já o terceiro volume tem o seu capítulo XIV também indicado como uma leitura obrigatória da disciplina.

No segundo semestre de 1989, que não conta com referências a Thompson, temos novamente a professora Silvia Lara oferecendo a disciplina “Tópicos Especiais em História: Visões Escravas da Escravidão e da Liberdade”. E, desta vez, a referência a Chalhoub acontece apenas uma vez com a indicação do seu texto *Visões da Liberdade: senhores, escravos e abolicionistas da Corte nas últimas décadas da escravidão* que, agora, já se encontrava publicado no periódico *História, Questões e Debates* (1988).

Também neste semestre o professor Chalhoub disponibiliza aos alunos da Unicamp um curso sobre a obra do escritor carioca Lima Barreto e, desta vez, apresenta sua própria produção historiográfica como referência para o curso. Assim, são indicados na bibliografia o seu livro *Trabalho, Lar e Botequim* (1986) e a sua tese de doutorado com o título *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte* (1989).

Na primeira metade do ano de 1990, Sidney Chalhoub ministra a disciplina “Introdução ao Estudo da História” e novamente referencia a obra de Thompson em seu programa com *A Miséria da Teoria* (1981). O próprio Chalhoub tem, novamente, sua obra referenciada durante este semestre na disciplina “História do Brasil III”, sob a tutela do professor Cláudio Batalha. Esta disciplina é delimitada pelo professor Batalha, dentro dos marcos do período do Brasil republicano e apresenta-se dividida em quatro unidades. A obra de Chalhoub é aludida em duas dessas unidades. A primeira referência é ao livro *Trabalho, Lar e botequim* (1986) e se situa na segunda unidade do programa do curso intitulado: “Novos Objetos na História Social: os Excluídos, os Vencidos, as Minorias”. A segunda referência consta na terceira unidade do curso: “História Social Urbana: Controle Social, Reformas Urbanas e Projeto Burguês”, e trata do livro *A Guerra contra os Cortiços: Cidade do Rio de Janeiro, 1850-1906* (1990).

A disciplina “História do Brasil III” é, durante o primeiro semestre de 1990, oferecida por dois professores. Margareth Rago também ministra esta disciplina e, assim como o professor Cláudio Batalha, faz referência ao livro de Chalhoub *Trabalho, lar e botequim* (1986).

A disciplina “História Moderna II”, ministrada pela professora Maria Stella Bresciani no segundo semestre de 1990, apresenta seu programa dividido em três unidades. É na segunda unidade chamada de “A formação da Era Moderna”, que temos referenciado o volume I da obra de Thompson *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987).

Durante este semestre a professora Silvia Lara, ofertou aos alunos de graduação do IFCH da Unicamp a interessante disciplina: “Cultura Popular: Questões Teóricas e Historiográficas”. Ao dividir o programa do curso em três unidades, esta professora faz referência a um trabalho de Thompson em sua segunda unidade intitulada: “A Cultura Popular na Produção Acadêmica: História e Antropologia” e, mais precisamente no subitem “Cultura Popular ou Cultura? A Escola Inglesa”, trata-se do artigo *La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases?*, presente no livro *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase* (1979).

Ainda durante este período Sidney Chalhoub oferece um curso de Tópicos Especiais em História intitulado: “A História nas Histórias de Machado de Assis”, indicando-nos que começara por essa época o seu interesse pela literatura enquanto fonte histórica e que, mais tarde, viria a se concretizar na publicação do livro *Machado de Assis, historiador* (2003). Nesta disciplina ele faz indicação do seu próprio livro, agora já publicado, *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte* (1990) como bibliografia deste curso.

Embora não apresente uma bibliografia que contenha referências a Thompson, a ementa do programa da disciplina “Introdução ao Estudo da História” do primeiro semestre de 1991, proferida pela professora Maria Clementina Pereira Cunha aponta que, no dia doze de junho, haveria trabalho em grupos sobre Thompson e Foucault.

No segundo semestre de 1991, encontramos referência à obra de Thompson na disciplina “História Moderna II”, que sendo ministrada pela professora Eliane Moura da Silva tratava do tema: “O Século XVIII: Um Mundo em Transformação – Recortes Históricos”. Trata-se do volume I do livro *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987) e aparece na terceira unidade do programa, “A Industrialização e seus Novos Personagens”, precisamente no item que aborda as revoltas do período.

Neste mesmo semestre temos nova indicação da obra de Sidney Chalhoub. Desta vez presente na disciplina “História do Brasil II” que, sendo responsabilidade do professor José Roberto do Amaral Lapa, teve como tema: “Os Personagens e os Papéis (Economia e Sociedade no Império Brasileiro – Século XIX)”. A referência aparece no item em que o professor apresenta a bibliografia a ser utilizada para tratar da escravidão, e corresponde ao capítulo: *A cidade-esconderijo* do livro *Visões da Liberdade* (1990).

Durante o primeiro semestre do ano de 1994, a disciplina “Introdução ao Estudo da História” era dirigida pela professora Maria Clementina Pereira Cunha que referenciou, no programa da disciplina, a obra de Thompson *A Miséria da Teoria* (1981). Neste mesmo semestre o professor José Roberto do Amaral Lapa comanda a disciplina de Tópicos Especiais em História com o tema: “Modernidade & Escravidão (Campinas 1850-1900)”, fazendo alusão, na bibliografia da disciplina, ao livro de Chalhoub, *Visões da Liberdade* (1990).

No segundo semestre de 1992 as referências à historiografia de Thompson começam na disciplina oferecida pelo professor Paulo Miceli, “História Moderna II”. O livro indicado na bibliografia é *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase* (1979). As referências continuam, desta vez na disciplina “História Moderna II”, aplicada pela professora Célia Maria Marinho Azevedo. As indicações às obras de Thompson figuram na segunda unidade

do programa: “Formação do Império britânico e Revolução Industrial”. E eis quais são elas: do livro *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987) o capítulo IV (*O Inglês Livre de Nascimento*) e o capítulo V (*Plantando a árvore da Liberdade*) presentes no volume I; já do volume II são referenciados o capítulo I (*Exploração*) e o capítulo V (*Padrões e Experiências*); além do artigo em inglês *The Moral Economy of the English Crowd in the 18th Century* (1971).

Neste semestre a única referência à historiografia de Chalhoub encontra-se na disciplina “História Política, Econômica e Social do Brasil”, que sendo ofertada pela professora Eliane Moura da Silva, tem como tema: “Imagens do Brasil: História e Historiografia”. A indicação compete ao capítulo: *A cidade-esconderijo* do livro *Visões da Liberdade* (1990).

O professor Cláudio Batalha foi o responsável pela disciplina “Introdução ao Ensino da História” no primeiro semestre de 1993. A referência a Thompson encontra-se com a indicação da leitura do capítulo VII do livro *A Miséria da Teoria* (1981). Ainda durante este semestre, o professor Adalberto Marson no programa da disciplina “História Contemporânea I”, apresenta as referências a Thompson presentes no livro *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987). Ao tratar no programa da experiência do ludismo, a referência é o capítulo II (*Um Exército de Justiceiros*) do terceiro volume desta obra. Quando vai tratar da experiência do cartismo, a referência é o capítulo IV (*Consciência de Classe*) também presente no terceiro volume da clássica obra de Thompson.

No segundo semestre de 1993, a professora Maria Clementina Pereira Cunha foi responsável pela disciplina Tópicos Especiais em História com o título: “Cultura e Tradições Populares: Reflexões em Torno do Carnaval Carioca”. Seu programa apresenta referências a três artigos em inglês escritos por Thompson. *Antropology and the Discipline of Historical Context* (1972), *Folklore, Antropology and Social History* (1978) e, por último, *Patrician Society, Plebeian Culture* (1974).

A disciplina “História Política, Econômica e Social do Brasil”, ainda no segundo semestre de 1993, foi ministrada por Sidney Chalhoub. No programa desta disciplina constam duas referências ao próprio Chalhoub. A primeira é *A história nas histórias de Machado de Assis: uma interpretação de Helena* (1991) e, a segunda, indica a leitura do capítulo *Visões da liberdade* do livro homônimo de Chalhoub, *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte* (1990).

A documentação referente ao ano de 1994 é uma das mais exíguas com relação ao número de ementas e programas das disciplinas oferecidas. Segundo os funcionários do

Arquivo e da Secretaria de Graduação do IFCH da Unicamp boa parte delas estava sendo utilizada por um professor da própria Unicamp, e por conta disso não tivemos acesso ao conjunto da documentação deste ano. Mesmo assim conseguimos ter contato com apenas uma disciplina do primeiro semestre de 1994. Trata-se do programa de “História Contemporânea I”, ministrada pelo professor Adalberto Marson e que apresenta uma referência a Thompson. Precisamente, o terceiro volume da obra *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987).

Coube a professora Margareth Rago ministrar a disciplina “Introdução ao Estudo da História”, no primeiro semestre de 1995. No programa desta disciplina encontramos uma referência a Thompson, presente no tópico que trata da “Social History” e a tradição marxista. A indicação é a do capítulo “O termo ausente – a experiência” presente no livro *A Miséria da Teoria* (1981). Ainda durante este semestre a disciplina “História Política, Econômica e Social Geral” era ministrada conjuntamente por Sidney Chalhoub e Adriana Romeiro. A ementa da disciplina deixa claro que eles darão ênfase à escola marxista inglesa de história social. Assim, encontramos referências a Thompson nos artigos em espanhol: *Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial*, *La economía “moral” de la multitud em la Inglaterra del siglo XVIII*, além de *Una entrevista con E. P. Thompson*. Todos estes textos estão presentes no livro *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase* (1979).

Durante este semestre também temos a referência à obra de Chalhoub presente na disciplina “Tópicos Especiais em História: A Escravidão na América: Historiografia, Fontes, Métodos de Pesquisa”, ministrada por seu mestre, Robert Slenes. A obra referenciada no programa é *Visões da Liberdade* (1990).

A partir do segundo semestre de 1995, os programas de todas as disciplinas dos cursos de graduação do IFCH/ Unicamp, passaram a ser reunidos com a publicação dos Cadernos de Programa de Graduação. Segundo a direção do IFCH “o objetivo dos Cadernos é informar estudantes e professores sobre a totalidade das disciplinas oferecidas pelo IFCH a cada semestre. Todos terão no Caderno uma fonte útil de consulta bibliográfica sobre um grande número de temas” (CADERNO DE PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS DE GRADUAÇÃO, 1995, p.2). Tivemos acesso a essas publicações até o ano de 1998.

A disciplina “História Moderna II” do segundo semestre de 1995, tinha como sua professora Leila Mezan Algranti. Segundo ela, “o curso de História Moderna II será centrado nas revoluções inglesas do século XVII, Revolução Industrial e na Revolução Francesa”. Dividido em três unidades temáticas, a referência a Thompson situa-se na terceira unidade que tem por título “A Era das Máquinas”, e é a seguinte: volumes I e II da obra *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987).

Ainda durante este semestre temos novamente a oferta da disciplina “Tópicos Especiais em História: A Escravidão na América: Historiografia, Fontes, Métodos de Pesquisa”, ministrada Robert Slenes que, em sua bibliografia, apresenta referência à obra de Sidney Chalhoub. A obra referenciada no programa é *Visões da Liberdade* (1990).

No primeiro semestre de 1996, várias disciplinas oferecidas pelo Departamento de História da Unicamp fazem referência à historiografia de Thompson. A primeira delas foi “História Política, Econômica e Social Geral”, aplicada pela professora Margareth Rago. Nela a obra apresentada é *A Miséria da Teoria* (1981).

A segunda foi a disciplina “História Política, Econômica e Social Geral”, ministrada pelo professor Marco Aurélio Garcia, e que tinha por “objeto o estudo da formação das sociedades contemporâneas, especialmente a partir da Revolução Francesa. Sua abrangência cronológica se estende do final do século XVIII até o século XIX”. As referências à obra de Thompson encontram-se no tópico sobre a formação da classe e do movimento operário. E são as seguintes: *A Formação da Classe Operária Inglesa*, 3 vols. (1987), *Senhores e Caçadores: A Origem da Lei Negra* (1987) e *Customs in Common* (1991).

A terceira disciplina que, neste segundo semestre de 1996, fez referência a Thompson foi a de “História Contemporânea I”. Conforme Maria Stella Bresciani, responsável pela mesma “o curso terá como núcleo temático o processo de industrialização e as transformações sociais na Europa do século XIX”. E indica o livro *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987).

A quarta disciplina do semestre que possui referências a Thompson é a de “Teoria da História”, que apresenta como tema: “Teoria e Prática na Interpretação Histórica”. Responsável pela execução do curso, a professora Silvia Lara, diz que “este curso focalizará especialmente a relação do historiador com suas fontes, bem como a diversidade de procedimentos adotados na construção das interpretações históricas”. Os livros referenciados são os seguintes: *A Miséria da Teoria* (1981), *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase* (1989) e *Customs in Common* (1991).

As únicas referências à historiografia de Sidney Chalhoub no primeiro semestre de 1996, encontram-se na disciplina “História do Brasil III”, ministrada pelo professor Cláudio Batalha. Segundo ele, “o curso visa familiarizar os estudantes com os diversos temas e os debates suscitados pela historiografia relativa à Primeira República”. Desta forma são indicados o livro *Trabalho, Lar e Botequim* (1986) e *A Guerra contra os Cortiços: Cidade do Rio de Janeiro, 1850-1906* (1990).

No segundo semestre de 1996, o professor Paulo Miceli informa no programa que “o curso “História Moderna I” deve tratar, essencialmente, da análise da bibliografia dedicada à chamada transição do feudalismo para o capitalismo”. E apresenta-nos como referência em seu programa o artigo de Thompson: *Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial*, do livro *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase* (1979).

Ainda durante este semestre a disciplina “História Moderna II” é ministrada pela professora Eliane Moura Silva e aponta que este curso tem, por objetivo central, “pensar o Antigo Regime e as transformações que aconteceram entre a segunda metade do século XVII e o fim do século XVIII”. O livro *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987), em seus volumes I e II, é então apresentado como bibliografia do curso.

O livro *Visões da Liberdade* (1990) de Sidney Chalhoub é parte da bibliografia da disciplina “História Política, Econômica e Social do Brasil”, oferecida pelo professor Robert Slenes. Conforme sua indicação o curso pretende “enfocar debates importantes na historiografia brasileira sobre a Colônia, o Império e o início da República, especialmente no que diz respeito aos seguintes temas: o ‘sentido da colonização’ e a ‘herança colonial’, a história social do trabalho (a experiência de escravos e trabalhadores livres, nacionais e imigrantes)”.

No primeiro semestre de 1997, temos novamente a confirmação de que realmente houve, por parte do professor e historiador Sidney Chalhoub, uma atitude difusora do pensamento de Thompson em sala de aula. Ao ministrar a disciplina “Teoria da História”, ele elaborou uma ementa que privilegia o estudo e o contato dos estudantes com a obra e o pensamento de Thompson e da história social marxista inglesa. Vejamos a apresentação feita por Chalhoub do conteúdo da ementa desta disciplina:

O curso pretende discutir questões gerais de teoria e metodologia históricas a partir da apresentação e estudo detalhado de obras escolhidas da história social marxista. A primeira parte do curso abordará autores clássicos da historiografia marxista inglesa, como Maurice Dobb, Christopher Hill e Eric Hobsbawm, introduzindo assim temas e problemas recorrentes nessa tradição teórica e política. A segunda parte do curso focalizará exclusivamente a obra de Edward Thompson, procurando estudar a formação de conceitos centrais à obra deste historiador, como luta de classes, cultura, tradição, paternalismo, experiência, economia moral... talvez outros. Na medida do possível, o curso terá a ambição de resgatar dimensões mais gerais do pensamento e ativismo político e social desses escritores – no caso de Thompson, por exemplo, através da leitura de textos seus sobre eventos políticos contemporâneos, incluída aí sua participação ativa no movimento pacifista (anti-nuclear) internacional.

E, além de textos de Dobb, Hill e Hobsbawm, Chalhoub apresenta três referências a Thompson na bibliografia deste, que deve ter sido, tão interessante curso. As referências são as que se seguem: *A Formação da Classe Operária Inglesa*, 3 volumes (1987), *A Miséria da Teoria* (1981), *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase* (1979).

Ainda durante este semestre temos nova indicação referente à obra de Thompson, desta vez na disciplina “Introdução à História”, da professora Maria Clementina Pereira Cunha. Assim apresenta-se definido o objetivo deste curso: “pretende oferecer aos alunos ingressantes no curso de graduação em História um panorama das principais questões que informam o trabalho dos historiadores. O curso tomará como eixo fundamental a relação entre História e Poder”. A referência presente é ao livro *A Miséria da Teoria* (1981).

O segundo semestre do ano de 1997 não indica referências à historiografia de Thompson, porém, apresenta referências aos trabalhos de Sidney Chalhoub. Assim, a professora Eliane Moura Silva à frente da disciplina “História Política, Economia e Social do Brasil” utiliza duas das obras de Chalhoub para compor a bibliografia escolhida deste curso. A primeira é *Trabalho, Lar e Botequim* (1986) e *Visões da Liberdade* (1990).

O próprio Chalhoub ao ministrar a disciplina de “História do Brasil II”, referencia na bibliografia duas de suas obras. Trata-se de *Visões da Liberdade* (1990) e *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial* (1996).

Ainda neste semestre a obra de Chalhoub, *Visões da Liberdade* (1990) está presente na bibliografia da disciplina “Tópicos Especiais em História: O Império da Revolução: matrizes interpretativas da história da sociedade monárquica (1931-1970)”, da professora Izabel Marson que “pretende analisar e problematizar textos que, entre 1930 e 1970, interpretaram a sociedade monárquica vivenciada no Brasil”.

No segundo semestre de 1998 as referências à produção historiográfica de Sidney Chalhoub continuam, isso porque as disciplinas que ano anterior apresentavam referências, foram novamente oferecidas e os professores continuaram os mesmos (Chalhoub e Marson) assim como a bibliografia desses cursos.

Este semestre também contou com mais referências a Thompson presente nos quadros de suas disciplinas. Na disciplina de “História Moderna I”, que novamente foi ministrada por Paulo Miceli, continuou presente a referência ao artigo *Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial*, do livro *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase* (1979).

Já na disciplina “História Moderna II”, a professora Célia Marinho de Azevedo apresenta, como objetivo, “estudar os processos revolucionários europeus dos séculos XVII e XVIII: Revoluções Inglesas (1640 e 1688), revolução francesa (1789) e Revolução

Industrial”, a referência à historiografia de Thompson concentra-se no seu clássico livro *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987).

Ao nos debruçarmos sobre toda essa documentação referente às ementas e programas das disciplinas ministradas aos alunos de graduação do IFCH/Unicamp, percebemos a grande importância e o espaço sempre dedicado e ocupado por autores de verve marxista. Encontram-se presentes os clássicos do marxismo, Marx e Engels, assim como também os autores como Christopher Hill, Eric Hobsbawm e também E. P. Thompson. Essa análise demonstra que estes autores tinham no IFCH da Unicamp, desde os tempos dos governos militares no Brasil, eco e atenção por parte de seus professores e alunos. A repercussão e difusão da historiografia de um pensador polêmico e comprometido com as causas políticas de seu tempo, como Thompson, só poderia ter sido empreendida, de fato, por um lugar institucional como o da Unicamp.

Outra experiência importante que demonstra bem com a historiografia de Thompson repercutiu e se difundiu através da Unicamp é a do periódico *História Social*. Uma apreciação realizada entre os números de suas publicações nos permitiu observar que a historiografia e o pensamento de Thompson foram alvos de vários artigos publicados, principalmente, por alunos ligados ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Unicamp. Esse fato aponta para a importância que a historiografia de Thompson também teve nessa esfera da estrutura acadêmica daquela universidade.

O periódico *História Social*, revista do corpo discente do programa de pós-graduação em História da Unicamp foi criado no ano de 1994, com a publicação do seu primeiro número. Este continha cinco artigos, todos de autoria quase exclusiva de doutorandos em História Social da Unicamp.

Em seu segundo número, que data do ano de 1995, a revista já apresenta um artigo que dedica atenção a um tema presente na historiografia de Thompson. Trata-se de *O Direito na obra de E. P. Thompson*, de autoria do doutorando em História Social da Unicamp Alexandre Fortes. Este autor fora um dos primeiros orientandos de Michael Hall no mestrado em história na Unicamp com dissertação intitulada “*Buscando Nossos Direitos...*”. *Trabalhadores e Organização Sindical na Porto Alegre de 1933 a 1937*. Neste artigo o autor analisa o papel ocupado pela questão do direito na produção historiográfica e teórica de E. P. Thompson. Ele parte das formulações mais sistemáticas de Thompson a respeito do tema existentes na obra *Senhores e Caçadores* (1987), e busca identificar também a presença desta problemática em trabalhos anteriores como *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987) e em seus artigos sobre a sociedade inglesa do século XVIII. O articulista finaliza propondo a hipótese de que, a

partir dos textos do autor voltados para o debate contemporâneo no interior da sociedade britânica como um todo, é possível localizar as motivações e preocupações políticas que o levaram a se concentrar sobre o tema.

Alexandre Fortes indica que uma versão preliminar deste artigo havia sido debatida na linha de pesquisa Trabalho, Política e Movimentos Sociais do Programa de Pós-Graduação em História Social do Trabalho da Unicamp, e completa dizendo que “agradeço às críticas e sugestões dos seus membros, em particular as do professor Michael Hall” (FORTES, 1995, p.89). Não custa informar que Fortes, posteriormente, seria um dos organizadores do livro *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos* (2001).

No ano de 1996, temos a publicação de um novo artigo sobre a historiografia de Thompson por mais um dos doutorandos do Programa em História Social do Trabalho da Unicamp. Seu autor é Antonio Luigi Negro. O artigo tem por título: *Imperfeita ou Refeita? O Debate sobre o Fazer-se da Classe Trabalhadora Inglesa*. Só que este artigo não foi publicado no periódico *História Social*, e sim em outra de maior porte e visibilidade no circuito dos periódicos de discussão historiográfica do país, a *Revista Brasileira de História*, em sua publicação conjunta dos números trinta e um e trinta e dois. Neste artigo Antonio Negro aborda as críticas feitas por Eric Hobsbawm a E. P. Thompson quanto ao fazer-se da classe trabalhadora inglesa com o intuito de discutir, não a periodização, mas os conceitos e argumentos em torno dos quais gira o debate, tais como os de classe social, cultura operária, movimento operário pré-industrial e moderno e industrialização. Na conclusão deste artigo, Antonio Negro advoga a procedência dessa discussão no interior da historiografia nacional sobre o trabalho e também confere importância para a absorção da noção de “refazer-se”. Michael Hall foi o orientador do mestrado e do doutorado realizados por Antonio Negro na Unicamp. Em 1995, ele conclui seu mestrado com o trabalho intitulado: *“Ford Willys. Anos 60. Sistema Auto de Dominação e Metalúrgicos do ABC”*. Já no ano de 2001 obtém o título de doutor com a tese: *“O Industrialismo Automotivo e a Sindicalização dos Trabalhadores (1945-1978)”*.

Em 1998 a revista *História Social* teve publicados, conjuntamente, os seus quarto e quinto números. Esta publicação representa a materialização do trabalho realizado em sala de aula pelos professores da Unicamp, especialmente Sidney Chalhoub, na difusão e conhecimento da historiografia social inglesa, particularmente na figura do historiador Thompson. Nesses números é organizado um dossiê sobre a História Social Inglesa. Segundo

o Conselho Editorial⁸⁶ da revista, “a influência e a atualidade da história social inglesa na historiografia brasileira justifica a organização de um dossiê especial dedicado ao tema” (HISTÓRIA SOCIAL, 1998, p.5).

O dossiê é composto pela transcrição inédita da mesa redonda “A era de Hobsbawm”, promovida pelo Instituto Cajamar em 1992, com a participação de Nicolau Sevcenko, Marco Aurélio Garcia, Michael Hall e José Sérgio Leite Lopes que debateram, com Eric Hobsbawm, a sua obra. Compõe também este dossiê, a tradução do artigo de Miles Taylor, *As guinadas lingüísticas na história social britânica*.

Os três artigos que constituem o miolo do dossiê são o resultado de um longo debate que se realizava no Programa de Pós-Graduação em História Social da Unicamp. Os três autores discutem a obra de E. P.Thompson sob diferentes perspectivas. A doutoranda Ana Rosa Cloclet da Silva é autora do artigo: *Thompson e a primeira geração dos Annales: uma abordagem comparativa a partir das noções de estrutura e processo em História*. Neste artigo ela analisa comparativamente alguns textos de Marc Bloch, Lucien Febvre e E. P.Thompson, de modo a confrontar algumas de suas principais concepções teórico-metodológicas acerca da disciplina histórica. A autora dá uma ênfase especial às noções de *estrutura* e *processo*, apresentadas nas obras desses historiadores, a partir das quais ela acredita ser possível apreender as principais semelhanças e divergências entre suas proposições. Ana Rosa acredita que a discussão presente em seu artigo, mais do que sugerir uma provável interferência dos *Annales* no pensamento do historiador marxista inglês, visa a apontar a relevância de uma reflexão articulada dessas duas propostas historiográficas. As referências a Thompson apontadas em seu artigo são os livros, *A Miséria da Teoria* (1981), e *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987), e os artigos *Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial* presente no livro *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase* (1979) e *Antropology and the discipline of historical context* (1972). A autora apresenta, ainda, em nota de rodapé, um agradecimento: “Agradeço ao prof. Dr. Sidney Chalhoub e a profa. Isabel Marson pelas colaborações e sugestões oferecidas ao longo de seus cursos de pós-graduação” (SILVA, 1998, p.91).

O segundo artigo presente no dossiê, *Possibilidades de Diálogo: Classe e Gênero*, é de autoria da também doutoranda em História Social da Unicamp, Ana Paula Vosne Martins. Neste artigo é discutida a questão das relações entre os conceitos de classe e gênero para a

⁸⁶ Neste ano o Conselho Editorial da revista *História Social* era composto pelos seguintes alunos do programa de pós-graduação em História: Ana Cláudia Fonseca Brefe, Antonio Luigi Negro (Gino), Cândido Domingues Grangeiro, Cristina Meneguello, Fernanda Mendonça Pitta, João Paulo Coelho de Souza Rodrigues e Paulo Roberto Rineiro Fontes.

análise histórica. A partir dos debates entre marxistas e feministas e da influência do trabalho historiográfico de Thompson para a escrita da história social das mulheres, a autora busca entender algumas das críticas endereçadas a Thompson, sobre a experiência feminina no processo histórico de formação da classe operária, bem como discutir de que modo as relações de gênero estão presentes em alguns trabalhos mais recentes do autor. As referências à obra de Thompson para a escrita deste artigo são os livros *A Miséria da Teoria* (1981) e *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987) e *Customs in Common* (1991). A informação mais importante para os objetivos deste trabalho encontra-se na seguinte referência feita pela autora: “Este texto é resultado de discussões desenvolvidas no curso do Prof. Sidney Chahoub durante o primeiro semestre de 1996, a quem agradeço pelas observações, sugestões e críticas”.

O último artigo presente no dossiê sobre a História Social Inglesa é da autoria de Artur José Renda Vitorino, também doutorando em História Social da Unicamp e chama-se *Notas sobre a teoria da formação de classe de E. P. Thompson*. Neste texto o autor procura mostrar algumas ambivalências e ambiguidades dos conceitos e noções presentes na teoria da formação de classe social desenvolvida no livro *A Formação da Classe Operária Inglesa*, de E. P. Thompson. As obras referenciadas são: *A Miséria da Teoria* (1981) e *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987).

A composição deste periódico e do conteúdo expresso em suas páginas, apresenta grande presença de textos em que a historiografia de Thompson é alvo de apreciação por parte dos alunos dos cursos de mestrado e doutorado do programa de pós-graduação da Unicamp. Isso se efetua por conta da grande circulação que esta historiografia teve no âmbito das disciplinas cursadas nas salas de aula da Unicamp. Este fato possibilitou que acontecesse a difusão e uma grande repercussão da historiografia thompsoniana, que foi se espalhando pelo país através dos pupilos e orientandos dos professores da instituição que a acolheu primeiro e com grande entusiasmo.

Capítulo 5: Considerações Finais

Enfim, é chegado o momento em que buscamos reatar os fios desta trama na qual enveredamos. Neste trabalho empreendemos um estudo historiográfico debruçando o nosso olhar sobre como se deu e processou a repercussão da historiografia de E. P. Thompson, e especialmente do seu conceito de experiência, na historiografia brasileira compreendendo o período que vai de 1980 até 1998. Para isso tomamos a produção historiográfica do historiador carioca Sidney Chalhoub que, em sua fase inicial, esteve bastante identificada com as perspectivas encontradas nas formulações do historiador inglês Thompson.

Os estudos historiográficos vêm crescendo de maneira bastante significativa nos últimos anos, embora a sua participação no contexto da área de história ainda seja menor do que os outros campos tradicionais da disciplina. Consideramos que nosso trabalho se encontra precisamente neste campo da história. As fontes e a nossa abordagem apontam para isso.

O trabalho também analisou como se deu a repercussão da historiografia thompsoniana através da do papel e da atuação de uma grande instituição universitária brasileira, a Universidade Estadual de Campinas, a Unicamp. Conforme nossa exposição procurou deixar claro ao longo do texto, a repercussão da historiografia de Thompson e do seu conceito de experiência, deveu muito à atuação de Sidney Chalhoub enquanto historiador que teve uma produção histórica inspirada nos referenciais teóricos e metodológicos apontados por Thompson, e também à sua atuação em sala de aula enquanto professor da Unicamp, fazendo com que o historiador inglês fosse bem mais conhecido pelo público universitário brasileiro.

Assim, a estrutura dessa dissertação foi composta da seguinte maneira. No segundo capítulo realizamos uma pequena biografia do historiador Thompson, destacando aspectos da sua origem familiar, sua formação e carreira acadêmica, além de sua participação e engajamento político através de sua militância dentro do Partido Comunista da Grã-Bretanha. Demonstramos também o papel de Thompson como renovador da historiografia inglesa ao formular toda uma perspectiva historiográfica, hoje conhecida mundialmente como a *História Vista de Baixo*. Esta perspectiva historiográfica também foi alvo de nossa análise, em que apresentamos suas origens, suas fontes, seus problemas e suas aplicações. Também analisamos com atenção a sua inserção e participação dentro do *Grupo dos Historiadores Marxistas do Partido Comunista Britânico*.

Em seguida, realizamos uma análise da historiografia de Thompson começando com o seu livro clássico *The Making of The English Working Class*, publicado pela primeira vez em 1963. Contamos um pouco da história de como aconteceu a publicação deste livro, como também procuramos apresentar a importância e a renovação causada por este livro na história da historiografia que se praticava até aquela época. Apresentamos também como ocorreu a publicação desta obra no Brasil, em três volumes, bem como do que trata o conteúdo de cada um deles. Também centramos nossa atenção em uma querela historiográfica acerca de a qual filiação teórica estaria vinculado o pensamento de Thompson e, entre as opções culturalista, empiricista e marxista, fizemos questão de destacar sua própria posição assumida enquanto um historiador ligado à tradição marxista, ao materialismo histórico.

O passo seguinte foi apresentar a relação de Thompson com a categoria de cultura, que lhe conferiu o fato de ser reconhecido como um autor que tratou de um dos silêncios da obra de Marx. Colocamos em evidência a sua própria interpretação do que vem a ser cultura, e a importância que esta assumia em sua obra, assim como o conceito de experiência. Como afirmamos antes e reafirmamos novamente, a peculiaridade de Thompson está na valorização da cultura e da experiência como elementos centrais na análise da história. Enquanto com *cultura* Thompson rompeu os silêncios marxistas em relação à moral, às normas, crenças, costumes, modos de vida e de luta – na acepção de que “toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores” – com *experiência social* enfrentou as racionalizações em torno da teoria, recuperando o imprevisível e indeterminado *fazer-se* histórico das classes sociais numa concepção de teoria como “uma exploração aberta do mundo e de nós mesmos”, e, concomitantemente, a recusa veemente de apriorismos de qualquer espécie.

Destacamos também a interpretação de Thompson sobre o conceito de classe social e a polêmica que despertou ao formular esta sua interpretação. Logo em seguida realizamos uma análise historiográfica sobre mais uma de suas obras, a saber, *The Poverty of Theory: or on Orrery of Error's* (1978); editado no Brasil como *A Miséria da Teoria: ou um Planetário de Erros*, em 1981, pela editora Zahar. Trata-se do livro mais teórico da produção historiográfica de Thompson e foi escrito em tom de polêmica e reclamação contra Louis Althusser por conta da penetração que este pensador estruturalista francês vinha tendo dentro da historiografia inglesa do período. Neste ponto entramos com a apreciação feita sobre o conceito de experiência de Thompson, considerado por muitos uma de suas principais contribuições teórico-metodológicas à história. Este conceito/noção de experiência tem sua definição mais propagada da seguinte maneira: “uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um

indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (THOMPSON, 1981, p.15-16).

Nosso terceiro capítulo teve como meta abordar a recepção da historiografia de Thompson no Brasil. Para cumprir com este objetivo escolhemos analisar a produção de um historiador brasileiro identificado com as formulações de Thompson e que as utilizou em suas primeiras publicações. Este historiador é o carioca Sidney Chalhoub. Mas antes de chegarmos até ele apresentamos uma trajetória da história dos estudos sobre o trabalho, trabalhadores e história da classe operária no Brasil, desde suas primeiras manifestações até o momento em que Chalhoub elabora sua produção historiográfica.

Também tratamos de evidenciar a apreciação de Thompson pela historiografia brasileira que, no início, esteve mais ligada às Ciências Sociais e, depois, passou a ser referência para a maioria dos grandes historiadores do país.

Outra trajetória feita por nós neste trabalho foi a de identificar como a historiografia e o pensamento de Thompson foram aparecendo e se materializando no país. Para isto fomos percorrendo as pistas apontadas por outros estudiosos que apontavam que foi em meados da década de 1970, no Rio de Janeiro e em São Paulo, que o pensamento e a historiografia de Thompson penetraram e apareceram pela primeira vez em terras brasileiras. No Rio de Janeiro isso se deveu ao grupo de pós-graduandos em Antropologia Social do Museu Nacional, ligado à UFRJ. Em São Paulo a aparição inicial de Thompson em nossa historiografia está presente no livro de Boris Fausto, *Trabalho Urbano e Conflito Social*, publicado pela primeira vez em julho de 1976. O caminho prossegue até meados de 1980, quando passamos a apreciar especificamente a produção historiográfica de Sidney Chalhoub, buscando identificar a apropriação e a proximidade desta com o pensamento de Thompson.

Neste ponto, realizamos também uma pequena biografia de Sidney Chalhoub apontando aspectos de sua origem, vida familiar, formação acadêmica, utilizando principalmente as entrevistas concedidas pelo mesmo. Tanto a nós quanto a outros entrevistadores. Produções suas como *Trabalho, Lar e Botequim e Visões da Liberdade* foram alvo de uma análise historiográfica que aponta para a importância do pensamento de Thompson, e principalmente do seu conceito de experiência, na constituição das mesmas.

No quarto capítulo analisamos a difusão da obra e do pensamento de Thompson no Brasil, apontando como foco de difusão e irradiação deste pensamento e obra, a Universidade Estadual de Campinas, a Unicamp. Os textos e documentação a que tivemos acesso apontam para este papel desempenhado pela Unicamp, onde foram utilizados os textos e a obra de

Thompson desde o início do seu programa de pós-graduação, em nível de mestrado, entre os anos de 1976-77.

Buscando fugir do “mito das origens” realizamos um pequeno histórico sobre a educação superior no país, passando pelos períodos de nossa tradicional historiografia política. Em seguida apresentamos uma pequena história da Unicamp, apresentando os antecedentes que marcaram a criação desta universidade no interior do estado de São Paulo. Neste ponto apresentamos alguns apontamentos sobre a figura do personagem tido como criador e fundador desta instituição universitária, Zeferino Vaz. O período de seu reitorado à frente da Unicamp (1966-1978) também foi analisado por nós. Em seguida, passamos a atenção para a história do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, dando ênfase à sua condição de lugar de acolhida de um pensamento de esquerda, para não dizer marxista, de dezenas de professores em meio à realidade de ditadura militar que governava o país naquela época. Isso nos ajudou a esclarecer porque foi lá que o pensamento e a historiografia de Thompson encontraram um lugar tão profícuo que, em seguida, pode se espalhar por outras instituições do país.

Após este caminho, chegamos à apreciação de como se deu a repercussão da historiografia de Thompson na Unicamp. E aqui se tratou de perceber e indicar como a mesma foi utilizada em sala de aula pelos professores que compunham o Departamento de História da Unicamp no período que vai de 1980 a 1998. Para avaliarmos essa repercussão utilizamos, como fontes, as ementas dos programas das disciplinas ministradas durante este período. A observação e o contato com estas fontes nos permitiram dizer que a historiografia de Thompson esteve sempre presente de forma significativa durante o nosso recorte temporal.

Outra característica que nos aponta para o grau de repercussão e influência que a historiografia de Thompson teve na Unicamp, foram as ações empreendidas por parte de seus professores e alunos para tornar esta historiografia o mais conhecida e acessível possível. Ações como promover traduções de algumas de suas principais obras históricas, tais como *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987) e *Senhores e Caçadores* (1987), empreendidas pela *Coleção Oficinas da História*, que foi coordenada por professores da Unicamp; ações como a tradução de artigos e textos de Thompson, ainda inéditos em português, realizada por alunos desta instituição e que resultaram na edição e publicação de materiais como a série *Textos Didáticos* promovida pela direção do IFCH/Unicamp.

Para finalizar, efetuamos uma análise do periódico *História Social*, revista do corpo discente do programa de pós-graduação em História da Unicamp, em que identificamos uma produção de textos e artigos muito significativa em torno da obra de Thompson. E, o mais

interessante é perceber que vários dos alunos que escreveram sobre Thompson foram influenciados ou incentivados a fazê-lo por seus professores, demonstrando que essa difusão realmente acontecia/aconteceu nas salas de aula daquela universidade.

Todo o esforço argumentativo do trabalho foi no sentido de que a repercussão da historiografia de Thompson no Brasil se deu através de um *locus*, a Unicamp, e também através de historiadores importantes, dentre os quais, sem dúvida, se destaca Sidney Chalhoub tanto em sua atuação como historiador (que se apropriou, em especial, do conceito de experiência de Thompson, na sua produção historiográfica ligada a especificidade local), como em sua atuação como professor, em sala de aula e nas orientações, ao utilizar e tornar ainda mais conhecida, entre o público universitário brasileiro, a historiografia thompsonina.

Ao chegar ao fim deste percurso, cremos que seja importante apontar algumas possibilidades de pesquisa aos historiadores que, por ventura, venham a ter interesse e que pretendam aprofundar ainda mais a discussão sobre a repercussão da historiografia de Thompson na historiografia brasileira. Cremos que um bom caminho seria o de avaliar como se processou a difusão e expansão do pensamento de Thompson por outras instituições universitárias após a sua boa acolhida na Unicamp, e através de quais pessoas houve este movimento de “migração”, pois existem núcleos ligados à universidades em que a historiografia thompsoniana figura como importante referencial. Poderíamos citar como exemplo, os estados de Santa Catarina, Ceará e Paraíba.

Como sabemos, o trabalho intelectual não é quase nunca exclusivamente um ponto de partida ou um ponto de chegada. Consideramos muito confortável não fugir à regra e dizer que este trabalho deve muito aos que já trataram, mesmo que superficialmente, de aspectos abordados aqui. Como também é reconfortante pensar que este mesmo trabalho possa servir de estímulo e continuidade para outros pesquisadores que buscam compreender melhor a historiografia brasileira do período aqui estudado.

REFERÊNCIAS:

1. FONTES

Ementas dos programas das disciplinas do curso de graduação em história da Unicamp (1980-1998).

Textos Didáticos n.10, v.1 e 2. 3.ed. E. P. Thompson. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. IFCH/Unicamp.

Cadernos de programas das disciplinas de graduação do IFCH/ Unicamp. (2º semestre de 1995 a 2º semestre de 1998).

Entrevista com Sidney Chalhoub. Entrevistador: Emanuel Candeia. 27 de novembro de 2009 (tempo de gravação: 2h. 9 páginas de transcrição).

2. BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Monique Florêncio de. Racionalidade e consciência: concepções acerca dos movimentos sociais. In: *Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais – IFCS/UFRJ*. Rio de Janeiro: v.3, n.1, p. 76-90, 2005. Disponível em: <<http://www.habitus.ifcs.ufrj.br>>. Acesso em: 22 de maio de 2010.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. Escravos e proletários. Imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. *Novos Estudos Cebrap*. n.21, 1988.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

ARANHA, Gervácio B. Provas e possibilidades à luz de um experimento historiográfico: dialogando com Thompson. *Revista Ariús, Campus II - Campina Grande, PB*, v.08, p. 50-55, 1998.

_____. A nova história cultural e a antropologia: perspectivas e convergências. In: DANTAS, Eugênia; BURITI, Iranilson.(org.). *Metodologia do ensino e da pesquisa: caminhos da investigação*. João Pessoa, PB: Idéia/EDUFCG, 2008.

ARRUDA, José Jobson A. Experiência de classe e experimento historiográfico em E. P. Thompson. In: *Projeto História*, n.12. São Paulo: PUC, 1995.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – Século XIX*. Col. Oficinas da História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BATALHA, Cláudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e tendências. In: FREITAS (de), Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. Thompson diante de Marx. In: BOITO Junior, A.; TOLEDO, C. N.; RANIERI, J. & TRÓPIA, P. V.(orgs.). *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. São Paulo: Xamã, 2000.

_____. *O movimento operário na Primeira República*. São Paulo: Jorge Zahar, 2000.

_____. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: Claudio H. M. Batalha; Fernando Teixeira da Silva & Alexandre Fortes. (orgs.). *Culturas de classe: Identidade e diversidade na formação do operariado*. 1. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

_____. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da classe operária. *Cadernos AEL*. n.10/11, 1999.

_____. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. In: *História do marxismo no Brasil – v.II: Os influxos Teóricos*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1995.

BARREIRO, José Carlos. E. P. Thompson e a historiografia brasileira: Revisões críticas e projeções. In: *Projeto História*, n.12. São Paulo: PUC, 1995.

_____. Instituições, trabalho e luta de classes no Brasil do século XIX. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.7, n.14. mar./ago. 1987.

BEZERRA, Holien G. Thompson e a teoria da história. In: *Projeto História*, n.12. São Paulo: PUC, 1995.

BEZERRA, Francisco Chaves. *O Ensino superior de História na Paraíba (1952-1974): aspectos acadêmicos e institucionais*. (Dissertação de Mestrado) PPGH/CCHLA/UFPB, 2007.

BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

CANDEIA, Emanuel C. *A experiência dos de baixo: considerações sobre o conceito thompsoniano de experiência*. 2007. 60 p. Monografia (Licenciatura em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba.

CARDOSO, Fernando Henrique. Situação e composição social do proletariado brasileiro. *Sociologie du Travail* (4), 1961.

CARMO, Jefferson Carrielo do. Possíveis contribuições de Edward Palmer Thompson para a história da educação. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, SP: n.27, p. 9-28, set. 2007.

CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1976.

CHALHOUB, Sidney; ESTEVES, Martha & RIBEIRO, Gladys. Trabalho escravo e trabalho livre na cidade do Rio: vivência de libertos, “galegos” e mulheres pobres. In: *Revista Brasileira de História*. v.5, n.8/9, São Paulo: Marco Zero/ANPUH, set. 1984/ abr. 1985.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio. In: *Revista Brasileira de História*. v.8, n.16, São Paulo: Marco Zero/ANPUH, mar./ago. 1988.

_____. Visões da liberdade: senhores, escravos e abolicionistas da Corte nas últimas décadas da escravidão. In: *História, Questões e Debates*, 1988.

_____. *A guerra contra os cortiços: cidade do Rio de Janeiro, 1850-1906*. Campinas, SP: IFCH/Unicamp, col. Primeira Versão, n.19, 1990.

_____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *A história nas histórias de Machado de Assis: uma interpretação de Helena*. Campinas, SP: IFCH/Unicamp, col. Primeira Versão, n.33, 1991.

_____. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. Para que servem os narizes? Paternalismo, darwinismo social e ciência racial em Machado de Assis. In: CHALHOUB Sidney *et al.* *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. 1. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

_____. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

_____. A arte de alinhar histórias: a série A + B de Machado de Assis. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda & NEVES, Margarida de Souza (orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. 1.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

_____. Entrevista: Um ‘bruxo’ na repartição. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. n.36, set. 2008.

_____. Entrevista com Sidney Chalhoub. In: *Aedos*. v.1 n.1, Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/aedos/issue/view/799/>>. Acesso em: 22 de abril de 2010, 2008b.

_____. Entrevista: história, literatura e legados historiográficos. In: *Saeculum*. n.20. João Pessoa: DH/PPGH, jan./jun.2009.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Kant: vida e obra. In: KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Valerio Rohden e Udo Baldur Moosburger. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural (Os pensadores), 1987.

CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____. *Vida em Família: uma perspectiva comparativa sobre “crimes de honra”*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn (org.). *A Nova História Cultural*. Tradução de Jefferson Luis Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1930)*. 2. ed. rev.e ampl. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1977.

EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança*. A indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. Escravo e proletário na história do Brasil. In: EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos. Escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1989.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Porto: Editorial Presença/Martins Fontes, 1975.

_____. *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Porto: Afrontamento, 1975.

_____. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Global, 1981.

FARIA, Júlio Cezar de. *Da fundação das universidades ao ensino na colônia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. Rio de Janeiro / São Paulo: DIFEL, 1976.

FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano*. TOMO III, v.2 – Sociedade e Instituições (1889-1930). 2. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: DIFEL, 1978.

FAVERO, Maria de Lourdes. *Universidade & Poder*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FENELON, Déa R. E. P. Thompson – História e Política. In: *Projeto História*, n.12. São Paulo: PUC, 1995.

FERNANDES, Florestan & BASTIDE, Roger. *Branços e Negros em São Paulo*: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 4. ed. São Paulo: Global, 2008.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil – o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil (1880-1920)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

FLORENZANO, Modesto. E. P. Thompson visto por Perry Anderson em *Teoria, Política y História. Um debate com E. P. Thompson*. In: *Projeto História*, n.12. São Paulo: PUC, 1995.

FLORES, Elio Chaves. Dos Feitos e dos Ditos: história e cultura histórica. In: *Saeculum – Revista de História*. João Pessoa: DH/PPGH/UFPB, 2007.

FONTANA, Josep. *História: Análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

FORASTIERI, Rogério. *História da historiografia*. Capítulos para uma história das histórias da historiografia. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

FORTES, Alexandre. “Miríades por toda a eternidade”. A atualidade de E. P. Thompson. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, v.18, n.1. São Paulo: jun.2006.

_____. O direito na obra de E. P. Thompson. In: *História Social*. n.2. Campinas, SP: IFCH/Unicamp, 1995.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi & FONTES, Paulo. “Peculiaridades de E. P. Thompson”. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Tradução de Antonio Luigi Negro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

FRAGA, Alexandre Barbosa. De substantivo plural a singular: a transformação das classes trabalhadoras em classe operária. In: *Revista Espaço Acadêmico*. n.82, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/082/82fraga.htm>>. Acesso em: 22 mai. 2010.

FREITAS (de), Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

GITAHY, Maria Lúcia Caira *et al.* *Trabalhadores urbanos e ensino profissional*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1986.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

GOMES, Eustáquio. *O Mandarin: história da infância da Unicamp*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

GONÇALVES, Regina Célia. “A História Social Inglesa”. (Não Publicado).

_____. Regina Célia. Classes? Que classes? Um debate entre Estruturalistas e Culturalistas. In: *Saeculum – Revista de História*, n.02. João Pessoa: Ed. UFPB, 1996.

GORDON, Eric; HALL, Michael & SPALDING, Hobart. A survey of Brazilian and Argentine material at the Internationaal Instituut voor Sociale Geschiedenis in Amsterdam. In: *Latin American Research Review*. n.8/3, 1973.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1988.

_____. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

HALL, Michael M. *The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914*. Tese PhD, Nova Iorque: Columbia University, 1969, (Mimeo).

HALL, Michael. Immigration and the Early São Paulo Working Class. *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, band 12, 1975.

HALL, Michael M. & PINHEIRO, Paulo Sérgio. Imigração e movimento operário no Brasil: uma interpretação. In: DEL ROIO, José Luiz (org.). *Trabalhadores no Brasil: imigração e industrialização*. São Paulo: Ícone/ Edusp, 1990.

HAMZE, Amélia. Escola Nova e o movimento de renovação do ensino. Disponível no sítio eletrônico: <<http://www.educador.brasilecola.com/gestao-educacional/escola-nova.htm>> Acesso em 09 de maio de 2010.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão! Memória operária, cultura e literatura no Brasil*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982.

HAY, Douglas et al. *Albion's Fatal Tree: Crime and Society in 18th century England*. London: Allen Lane, 1975.

HILL, Christopher. *God's Englishman: Oliver Cromwell and the English Revolution*. New York: 1970.

_____. *Las origenes intelectuales de la revolución inglesa*. Barcelona: Grijalbo, 1980.

_____. *A revolução inglesa de 1640*. 2. ed. Lisboa: Presença, 1981.

_____. "Uma revolução burguesa?" In: *Revista Brasileira de História*. n.7. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, mar. 1984.

_____. *O mundo de ponta cabeça: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. Tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa*. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo Companhia das Letras, 1988.

HISTÓRIA SOCIAL. n.4/5. Campinas, SP: IFCH/Unicamp, 1998.

HOBSBAWM, Eric J. *En torno a los orígenes de la revolución industrial*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1971.

_____. *A era das revoluções – 1789-1848*. Tradução de: Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

_____. *A crise geral da economia européia no século XVII*. In: SANTIAGO, Theo (org.). *Capitalismo: transição*. Rio de Janeiro: 1974.

_____. *Os bandidos*. Tradução de Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

_____. *A era das revoluções – 1789-1848*. Tradução de: Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *A era do capital – 1848-1875*. Tradução de: Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *As origens da revolução industrial na Inglaterra*. Tradução de Percy Galimberti. São Paulo: Editora Global, 1978.

_____. *Rebeldes primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Tradução de Nice Rissone. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Tradução de Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979.

_____. et al. *História do Marxismo: o marxismo no tempo de Marx*. v.1. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. 1. ed. Tradução de Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. et al. *História do marxismo: o marxismo na época da Segunda Internacional*, v.2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. & RUDE, George. *Capitão Swing*. A expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX. Tradução de Marco Antônio Pamplona e Maria Luiza Pinto. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1982.

_____. *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. Tradução de João Carlos Vitor Garcia e Adelângela Saggioro Garcia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. A contribuição de Karl Marx para a historiografia. In: BLACKBURN, Robin. *Ideologia na ciência social*. Ensaios críticos sobre a teoria social. Tradução de Aulyde Rodrigues. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. & RANGER, T. *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. 2. ed. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. História operária e ideologia. In: *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. 2. ed. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A era dos impérios – 1875-1914*. Tradução de: Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo; revisão técnica Maria Célia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. A outra história. Algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick (org.). *A outra história: ideologias e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Tradução de Ruy Jungmam. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

_____. A história de baixo para cima. In: HOBSBAWM, Eric J. *Sobre história*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. Tradução de Irene Hirsch e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998b.

_____. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. 2. ed. Tradução de Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. E. P. Thompson. In: NEGRO, Antonio Luigi & SILVA, Sérgio (orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. Tradução de Jefferson Luis Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. “Blowin” in the Wind. E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. In: *Projeto História*. n.12, 1995.

LINHARES, Maria Yedda. *História do abastecimento: uma problemática em questão, 1530-1918*. Brasília: Biblioteca Nacional de Agricultura, 1979.

_____. (org.) *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

LOBO, Maria Eulália. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.

- LONER, Beatriz. Negros: organização e luta em Pelotas. In: *História em Revista*. Pelotas: n.5, 1999.
- LONER, Beatriz. *Construção de classe*. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Ed. da UFPel, 2001.
- LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo/Brasília: Marco Zero/Ed. UNB, 1988.
- _____. A formação de uma cultura operária. In: *Tempo & Presença*. n.220, 1987.
- LOPES, Juarez Brandão. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.
- MAGNANI, Sílvia Ingrid Lang. *O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917)*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro. (1890-1920)*. Tradução de José Eduardo Ribeiro Moretzsohn. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARTINS, Ismênia de Lima. Anotações sobre a história do trabalho no Brasil. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Contexto/ANPUH, v.15, n.30, 1995.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. Possibilidade de diálogo: classe e gênero. In: *História Social*. n.4/5. Campinas, SP: IFCH/Unicamp, 1998.
- MATTOS, Marcelo Badaró. E. P. Thompson no Brasil. *Revista Outubro*. n.14, 2. sem. 2006.
- MAURÍCIO, Manoel. *Pequena história da formação social brasileira*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- MENEGHEL, Stela Maria. *Zeferino Vaz e a Unicamp: uma trajetória e um modelo de universidade*. (Dissertação de Mestrado) FE/Unicamp: Campinas, 1994.
- _____. Unicamp: cérebros, cérebros, cérebros. In: MOROSINI, Marília (org.). *A Universidade no Brasil: concepções e modelos*. Brasília: INEP, 2006.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Introdução ao Nacionalismo Acadêmico*. Os Brazilianistas. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- _____. *A Colônia Brazilianista*. História Oral de Vida Acadêmica. São Paulo, Nova Stella, 1990.
- MISSIO, Lourdes & RENOVATO, Rogério Dias. O conceito de experiência em Thompson: articulações com a prática de saúde coletiva. *Anais do I Simpósio Internacional de Políticas e Práticas em Saúde Coletiva na perspectiva da Enfermagem*, 2007.
- MOISÉS, José Álvaro & MARTINEZ-ALIER, Verena. A revolta dos suburbanos ou “patrão o trem atrasou”. In: MOISÉS, José Álvaro (org.). *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Cedec, 1978.
- MORAES, Evaristo de. *Apontamentos de direito operário*. 2. ed. São Paulo: LTr Editora, 1971.
- MORAES, José G. V. & REGO, José M. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

MÜLLER, Ricardo Gaspar & MORAES, Maria Célia Marcondes de. História e Experiência: contribuições de E. P. Thompson à pesquisa em educação. In: *Perspectiva*. Florianópolis: v.21, n.2, p. 329-349, jul./dez. 2003.

MUNHOZ, Sidnei. Resenha do livro *Customs in Commom* de E. P. Thompson. In: *Projeto História*, n.12. São Paulo: PUC, 1995.

_____. Fragmentos de um Possível Diálogo com Edward Palmer Thompson e com Alguns de seus Críticos. *Revista de História Regional*. v.2, n.2, inverno/1997.

NEVES, Maria Cecília Baeta. Greve dos sapateiros de 1906: notas de pesquisa. In: *Revista de Administração de Empresas*: jun. 1973.

NEGRO, Antonio Luigi. Imperfeita ou Refeita? O Debate sobre o Fazer-se da Classe Trabalhadora Inglesa. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Contexto, v.16, n.31 e 32, p. 40-61, 1996.

_____. Um certo número de idéias para uma história social ampla, geral e irrestrita. In: MALERBA, J.; ROJAS, C.A. *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

NEGRO, Antonio Luigi & FONTES, Paulo. “Peculiaridades de E. P. Thompson”. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Tradução de Antonio Luigi Negro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

NEGRO, Antonio Luigi & GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. In: *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, v.18, n.01. São Paulo: jun. 2006.

OLIVE, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. In: *A Educação Superior no Brasil*. Brasília: CAPES, 2002.

PALMER, Bryan. *Edward P. Thompson: objeções e oposições*. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder & TELLES, Vera. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: n.6, set. 1983.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 2. ed. Tradução de Denise Bottmann - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINHEIRO, Paulo Sérgio & HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil (1889-1930) - documentos* (v.1 – o movimento operário). São Paulo: Alfa-ômega, 1979; e (v.2: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado). São Paulo: Brasiliense, 1981.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e trabalho no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. O operariado industrial na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano*. TOMO III, v.2 – Sociedade e Instituições (1889-1930). 2. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: DIFEL, 1978.

RACIÈRE, Jacques. *A noite dos proletários: arquivos do sonho operário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

- REIS, João. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. *Afro-Ásia*. n.24, 2000.
- REIS, João José. *A morte é uma festa*. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- REZENDE, Antonio Paulo de M. *História do movimento operário no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- RODRIGUES, Edgar. *Nacionalismo e cultura social (1913-1922)*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1972.
- _____. *Pequena história da imprensa social no Brasil*. Florianópolis: Insular, 1997.
- RODRIGUES, Jaime. Índios e africanos: do “pouco ou nenhum fruto” do trabalho à criação de “uma classe trabalhadora”. *História Social*. Campinas, SP: n.2, 1995.
- _____. Ferro, trabalho e conflito: os africanos livres na fábrica de Ipanema. *História Social*. Campinas, SP: n.4/5, 1998.
- RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1968.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SEGATTO, José Antonio. *A formação da classe operária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- SILVA, Lúcia Maria Osório. *Movimento sindical operário na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História). IFCH/UNICAMP. Universidade Estadual de Campinas, mimeografado, 1977.
- SILVA, Ana Rosa Clotet. Thompson e a primeira geração dos Annales: uma abordagem comparativa a partir das noções de estrutura e processo. In: *História Social*. n.4/5. Campinas, SP: IFCH/Unicamp, 1998.
- SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. Suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1966.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- SLENES, Robert. Dizendo Adeus a Peter L. Eisenberg. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.8, n.16, mar./ago. 1988.
- SLENES, Robert & MELLO, Pedro Carvalho de. *Paternalism and Social Control in a Slave Society: The Coffee Regions of Brazil, 1850-1888*. Comunicação apresentada no IX Congresso Mundial de Sociologia. Usala, 1978.
- SOARES, Luis Carlos. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.8, n.16, mar./ago. 1988.
- SOUZA, Laura de Mello. *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

TABORDA, Marcus Aurélio. O pensamento de Edward Palmer Thompson como programa para a pesquisa em história da educação: culturas escolares, currículo e a educação do corpo. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, SP: n.16, p. 147-170, jan./abr. 2008.

TAYLOR, Miles. As guinadas lingüísticas na história social britânica. In: *História Social*. n.4/5. Campinas, SP: IFCH/Unicamp, 1998.

TEIXEIRA, Anísio. *Ensino superior no Brasil: Análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

THOMPSON, Dorothy. *The chartists*. Nova York: Pantheon Books, 1984.

THOMPSON, E. P. The Peculiarities of the English. In: *The Socialist Register*, 1965.

_____. Time, work-discipline and industrial capitalism. In: *Past and Present*. n.38, 1967.

_____. *The making of the english working class*. Londres: Penguin Books, 1968.

_____. The moral economy of the english crowd in the 18th century. In: *Past and Present*. n.50, 1971.

_____. Antropology and the discipline of historical context. In: *Midland History*, 1972.

_____. Rough music: Le Charivari anglais. In: *Annales ESC*. mar./abr. 1972.

_____. Patrician society, plebeian culture. In: *Journal of Social History*. verão de 1974.

_____. The crime of anonymity. In: HAY, Douglas et al. *Albion's fatal tree: crime and society in 18th century England*. London: Allen Lane, 1975.

_____. *La formación histórica de la clase obrera en Inglaterra, 1780-1832*. Barcelona, Editora Laia, 1977.

_____. *Whigs and hunters: the origin of the black act*. Londres: Allen Lane/Penguin Books, 1977.

_____. *William Morris: romantic to revolutionary*. Nova York: Pantheon Books, 1977.

_____. Folklore, anthropology and social history. In: *Indian Historical Review*. v.3, n.2. jan.1978.

_____. Eighteenth-century english society: class struggle class? In: *Social History*, v.3, n.2. mai. 1978.

_____. *The poverty of theory and other essays*. Londres: Merlin Press, 1978.

_____. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Ed. Crítica, 1979.

_____. La economía "moral" de la multitud em la Inglaterra del siglo XVIII. In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Ed. Crítica, 1979.

_____. La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases? In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Ed. Crítica, 1979.

_____. Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Ed. Crítica, 1979.

_____. Una entrevista con E. P. Thompson. In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Ed. Crítica, 1979.

_____ *et al.* *Protest and Survive*. Londres: Penguin Books, 1980.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Beyond the cold war*. Londres: Merlin Press, 1982.

_____ *et al.* *Exterminism and cold war*. Londres: New Left Books, 1982.

_____. *Double exposure*. Londres: Merlin Press, 1985.

_____ *et al.* *Exterminismo e guerra fria*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *The heavy dancers*. Londres: Merlin Press, 1985.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. Tradução de Denise Bottmann (v.I e III) e de Renato Busatto Neto e Claudia Rocha de Almeida (v.II). Col. Oficinas da História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Senhores e caçadores*. A origem da lei negra. Tradução de Denise Bottmann. Col. Oficinas da História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Customs in commom*. New York: New Press, 1991.

_____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichemberg; revisão técnica de Antonio Negro, Cristina Meneguello e Paulo Fontes – São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

_____. *'Alien Homage'* Edward Thompson and Rabindranath Tagore. Delhi: Oxford University Press, 1998.

_____. A história vista de baixo. In: *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2001.

VELASCO, Maria Cecília. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência de trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*. n.24, 2000.

VENDRAMINI, Célia Regina. A contribuição de E. P. Thompson para a apreensão dos saberes produzidos do/no trabalho. *Revista Educação UNISINOS*. v.10, n.2, p. 123-129, mai./ago. 2006.

VESENTINI, Carlos Alberto & DECCA, Edgar Salvadori de. A Revolução do Vencedor. In: *Ciência e Cultura*. v.29, n.1, jan.1977.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VITORINO, Artur José Renda. Notas sobre a teoria da formação de classe em E. P. Thompson. In: *História Social*. n.4/5. Campinas, SP: IFCH/Unicamp, 1998.

_____. VITORINO, Artur. Escravismo, proletários e a greve dos compositores tipográficos de 1858 no Rio de Janeiro. *Cadernos AEL*. n.10/11, 1999.

WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

APÊNDICES

QUADRO 1 – Nome das disciplinas e professores do curso de graduação em História da Unicamp (1980-1998).

Ano	Semestre	Nome da Disciplina	Professor (a)
1980	1º	Introdução ao Estudo da História	Maria Clementina Pereira Cunha
		Historiografia Geral	Maria Stella Martins Bresciani
		História Moderna II	Michael M. Hall
		História Contemporânea I	Déa Ribeiro Fenelon
		Teoria e Pesquisa do Brasil Império	Peter Louis Eisenberg
		História Econômica Política e Social Geral	Ademir Gebara
		História do Brasil Império	Ademir Gebara
		Historiografia Geral e do Brasil	Edgar Salvadori de Decca
	2º	História Econômica, Política e Social do Brasil	Alcir Lenharo e Lourdes Sola
		História Moderna II	Michael M. Hall
		História da América II	Peter Louis Eisenberg
1981	1º	Historiografia Geral	Maria Stella Bresciani e Janice Theodoro da Silva
		História Moderna I	Edgar Salvadori de Decca
		História Econômica Política e Social Geral	Ítalo A. Tronca
		Estados Unidos Contemporâneo	Peter Louis Eisenberg
		Movimentos Sociais Contemporâneos	Maria Stella Bresciani
	2º	Metodologia da História	Maria Clementina Pereira Cunha
		História Moderna II	Lourdes Sola
1982	2º	História do Brasil Império	José Roberto do Amaral Lapa
		História do Brasil Colonial	José Roberto do Amaral Lapa
		Metodologia da História	Maria Clementina Pereira Cunha
		História do Brasil Império	José Roberto do Amaral Lapa
		História Econômica, Política e Social do Brasil	José Roberto do Amaral Lapa
1983	1º	História Contemporânea II	Alcir Lenharo
		Introdução ao Estudo da História	Alcir Lenharo
		História do Brasil Colonial	José Roberto do Amaral Lapa
		Estados Unidos Contemporâneo	Peter Louis Eisenberg
		Problemas Sociais Contemporâneos	Marco Aurélio Garcia
	2º	Teoria e Pesquisa em História do Brasil	Maria José Trevisan
		Metodologia da História	Maria José Trevisan
		Historiografia Brasileira	Maria Stella Bresciani
		História Moderna II	Izabel Andrade Marson

	2°	História do Brasil Império	José Roberto do Amaral Lapa
		História Econômica, Política e Social do Brasil	Peter Louis Eisenberg
		História Contemporânea II	Alcir Lenharo
1984	1°	História Moderna I	Michael M. Hall
		História Econômica Política e Social Geral	Maria José Trevisan
		Estados Unidos Contemporâneo	Robert Slenes
	2°	Metodologia da História	Maria José Trevisan
		História Moderna II	Michael M. Hall
		História Política, Econômica e Social do Brasil	José Roberto do Amaral Lapa
1985	1°	História Moderna I	Sidney Chalhoub
		História Política, Econômica e Social Geral	Marco Aurélio Garcia
		História Contemporânea I	Luzia Margareth Rago
		Teoria e Pesquisa em História do Brasil	Maria José Trevisan
	2°	Metodologia da História	Sidney Chalhoub
		História do Brasil Império I	José Roberto do Amaral Lapa
1986	1°	História da América II	Michael Hall
		História Moderna I	Sidney Chalhoub
	2°	História Política, Econômica e Social Geral	Silvia Lara
		História Moderna II	Célia Maria Marinho de Azevedo
		História do Brasil Império I	José Roberto do Amaral Lapa
		História Contemporânea II	Luzia Margareth Rago
		História do Brasil República II	Cláudio Henrique de Moraes Batalha
1987	1°	Teoria e Pesquisa em História do Brasil	Silvia Lara
		Introdução ao Estudo da História	Maria José Trevisan
		Tópicos especiais em História Econômica	Silvia Lara
		Tópicos Especiais em História: Cultura urbana em SP nas décadas iniciais do século	Luzia Margareth Rago
		Tópicos Especiais em História: O tema das revoluções nas três internacionais.	Célia Maria Marinho de Azevedo
	2°	Tópicos Especiais em História: História e Cotidiano	Sidney Chalhoub
		História Moderna I	Paulo Celso Miceli
		Tópicos Especiais em História: a erotização da cidade na literatura brasileira	Luzia Margareth Rago
1988	1°	História Contemporânea II	Cláudio Henrique de Moraes Batalha
		Introdução ao Estudo da História	Sidney Chalhoub
		Tópicos Especiais em História: A revolução burguesa: Inglaterra e França. Séculos XVII e XVIII	Vavy Pacheco Borges
		Tópicos Especiais em História: Imagens da mulher na era vitoriana	Luzia Margareth Rago

	2°	História Moderna II	Claudio Batalha
		História do Brasil II	Sidney Chalhoub
		História Política, Econômica e Social do Brasil: momentos de transição na história do Brasil	Leila Mezan Algranti
		História dos Estados Unidos	Michael Hall
		História Contemporânea II	Marco Aurélio Garcia
		Tópicos Especiais em História: visões escravas da escravidão e da liberdade.	Silvia Hunold Lara
1989	1°	História do Brasil Colônia	José Roberto do Amaral Lapa
		Tópicos Especiais em História: A revolução burguesa: Inglaterra e França. Séculos XVII e XVIII	Vavy Pacheco Borges
		História Política, Econômica e Social Geral: Revolução e História: o debate historiográfico sobre a revolução francesa (1950-1980)	Izabel Andrade Marson
		História do Brasil III: o Brasil republicano	Maria José Trevisan
		História Contemporânea I: Trabalhadores, a política e o sistema fabril no séc. XIX (França e Inglaterra)	Adalberto Marson
		Tópicos Especiais em História: Historiografia Inglesa	Sidney Chalhoub
		Tópicos Especiais em História: o pensamento de Michel Foucault	Luzia Margareth Rago
	2°	Tópicos Especiais em História: o pensamento de Michel Foucault II	Maria Clementina Pereira Cunha
		Tópicos Especiais em História: visões escravas da escravidão e da liberdade.	Silvia Lara
		Tópicos Especiais em História: Obras de Lima Barreto	Sidney Chalhoub
1990	1°	Introdução ao Estudo da História	Sidney Chalhoub
		Tópicos Especiais em História Econômica: Máquinas, trabalho e capital: algumas considerações econômicas e políticas sobre inovações tecnológicas nos séculos XIX e XX	Adalberto Marson
		Tópicos Especiais em História: A revolução burguesa: Inglaterra e França. Séculos XVII e XVIII	Vavy Pacheco Borges
		História do Brasil III: Primeira República	Claudio Batalha
		História do Brasil República III	Margareth Rago
		Tópicos Especiais em História: Brasil 1964-?	Claudio Batalha
		História Moderna II	Maria Stella Bresciani
		História dos Estados Unidos	Michael Hall
		Tópicos Especiais em História: Correntes ideológicas no movimento operário brasileiro: 1870-1930.	Claudio Batalha

	2°	Tópicos Especiais em História: Cultura popular: questões teóricas e historiográficas	Silvia Lara
		Tópicos Especiais em História: Cultura popular e cultura de massa em dois tempos	Alcir Lenharo
		Tópicos Especiais em História: Pensamento pré-março de 1810-1848 como paradigma de uma mudança política social e cultural	Ellen Druenert
		Tópicos Especiais em História: a História nas Histórias de Machado de Assis	Sidney Chalhoub
		Tópicos Especiais em História: Índia: Mitologia e História	Cristina Hebling Campos
1991	1°	Introdução ao Estudo da História	Maria Clementina Pereira Cunha
		História Política, Econômica e Social Geral: História e Revolução: o debate historiográfico sobre a revolução francesa	Marco Aurélio Garcia
		Tópicos Especiais em História: Economia Trabalho e Etnicidade no Atlântico Sul: Brasil e África central no período-auge do tráfico de escravos, 1791-1850	Robert Slenes
	2°	História do Brasil II: os personagens e os papéis: economia e sociedade no império brasileiro, século XIX	José Roberto do Amaral Lapa
		História Moderna II: o século XVIII: um mundo em transformação – recortes históricos	Eliane Moura da Silva
		Tópicos Especiais em História: A sociedade colonial: questões historiográficas e documentais	Silvia Lara
		Teoria da História	Izabel Andrade Marson
1992	1°	Introdução ao Estudo da História	Maria Clementina Pereira Cunha
		Tópicos em História econômica: O Capital	Silvia Lara
		História Política, Econômica e Social Geral: revoluções inglesa e francesa e a emergência do mundo burguês	Michael Hall
		Tópicos Especiais em História: Modernidade e escravidão (Campinas 1850-1900)	José Roberto do Amaral Lapa
		Tópicos Especiais em História: Formas de sociabilidade na sociedade do efêmero	Margareth Rago
	2°	História Moderna I	Paulo Celso Miceli
		História Moderna II	Célia Maria Marinho
		História Política, Econômica e Social do Brasil: Imagens do Brasil: história e historiografia	Eliane Moura da Silva
		História dos Estados Unidos	Michael Hall
		Tópicos Especiais em História: Tendências historiográficas contemporâneas: dos Anales à Nova História	Luzia Margareth Rago

		Tópicos Especiais em História: Revolução e contra-revolução: o processo de constituição da URSS (1917-1939)	Adalberto Marson
1993	1º	Introdução ao Estudo da História	Claudio Batalha
		História Contemporânea I	Adalberto Marson
	2º	História Política, Econômica e Social do Brasil: Temas da historiografia brasileira	Margareth Rago e Edgar de Decca
		História Política, Econômica e Social do Brasil: Temas da historiografia brasileira	Sidney Chalhoub
		Tópicos Especiais em História: As esquerdas brasileiras no pós-1964	Marco Aurélio Garcia
		Tópicos Especiais em História: Cultura e tradições populares: reflexões em torno do carnaval carioca	Maria Clementina Pereira Cunha
1994	1º	História Contemporânea I	Adalberto Marson
1995	1º	Introdução à História	Margareth Rago
		História do Brasil I Colônia	Silvia Lara
		História Política, Econômica e Social Geral: história da Europa ocidental nos séculos XVII e XVIII	Sidney Chalhoub e Adriana Romeiro
		História do Brasil III	Claudio Batalha
		Tópicos Especiais em História: a escravidão na América: historiografia, fontes, métodos e pesquisa	Robert Slenes
	2º	História Medieval	Carlos R. Galvão Sobrinho
		História Moderna I	Edgar de Decca
		História do Brasil II	José Roberto do Amaral Lapa
		História Moderna II	Leila Mezan Algranti
		História Política, Econômica e Social do Brasil: novos rumos da historiografia brasileira	Eliane Moura da Silva
		História Política, Econômica e Social do Brasil: Brasil republicano	Alcir Lenharo
		História dos Estados Unidos	Célia Maria Marinho
		História da América II: Política e cultura na América Latina	Héctor H. Bruit
		História Contemporânea II (fim do século XIX e o século XX)	Marco Aurélio Garcia
		Tópicos Especiais em História: Anarquismo e Anarquistas	Michael Hall
		Tópicos Especiais em História: Cultura material do mundo romano	Pedro Paulo Funari
		Tópicos Especiais em História: História como alegoria: medicina, estética e política	Ítalo Tronca
		Tópicos Especiais em História: A escravidão na América: historiografia, fontes, métodos de pesquisa	Robert Slenes
		Tópicos Especiais em História: Socialismo e movimento operário na França: de Saint-Simon à Primeira Guerra Mundial	Claudio Batalha

		Tópicos Especiais em História: a História nas histórias de Machado de Assis	Sidney Chalhoub
1996	1º	Introdução ao Estudo da História	Alcir Lenharo
		História Antiga	Pedro Paulo Funari
		Metodologia da História	Edgar de Decca
		História das Idéias Políticas e Sociais	Maria Clementina Pereira Cunha
		História do Brasil I	José Roberto do Amaral Lapa
		História do Brasil II (Brasil Império)	Robert Slenes
		História da América I (Colonial)	Héctor H. Bruit
		História Política, Econômica e Social Geral	Margareth Rago
		História Política, Econômica e Social Geral	Marco Aurélio Garcia
		Teoria da História	Silvia Lara
		História do Brasil III	Claudio Batalha
		História Contemporânea I	Maria Stella Bresciani
		Tópicos Especiais em História: Fronteiras da História: a morte entre imaginários e representações	Eliane Moura da Silva
		Tópicos Especiais em História: Questões de História da Arte no séc. XIX: a questão do realismo, e da política e da modernidade no projeto artístico do século passado	Jorge Coli
		Tópicos Especiais em História: A formação da cristandade: religião e sociedade na Idade Média	Carlos Roberto Falcão
		Tópicos Especiais em História: As diferentes tendências da historiografia brasileira	Margareth Rago
		Tópicos Especiais em História: Annales e Nouvelle Historie: reflexões sobre os paradigmas e a memória de uma “escola”	I Izabel Andrade Marson
		Tópicos Especiais em História: História e documento: a História Oral	Paulo Miceli
		Tópicos Especiais de História da Arte. Hegel e a história da Arte	Luiz Marques
	2º	História Medieval	Carlos R. Galvão
		História Moderna I	Paulo Miceli
		História Moderna II	Eliane Moura Silva
		História Política, Econômica e Social do Brasil	Robert Slenes
		Tópicos Especiais em História: Matrizes interpretativas da história política do segundo reinado	Izabel Andrade Marson
		Tópicos Especiais em História: O “campo” intelectual francês do pós-guerra aos dias atuais	Helenice Rodrigues da Silva
		Tópicos Especiais em História: “Raízes do Brasil”: História, medicina e sociedade no Brasil	Margareth Rago

		Tópicos Especiais em História: Carnaval e festas populares no Rio de Janeiro (séc. XIX e XX)	Maria Clementina Pereira Cunha
		Tópicos Especiais em História: Aspectos do Iluminismo em Portugal	Leila Mezan Algranti
		Tópicos Especiais em História da Arte: Introdução a Michelangelo	Luciano Migliaccio
		Tópicos Especiais em História: História do Racismo	Célia Maria Marinho de Azevedo
1997	1º	Introdução à História	Maria Clementina Pereira Cunha
		História Antiga	Pedro Paulo Funari
		Metodologia e Pesquisa em História	Eliane Moura Silva
		Historia da Idéias Políticas e Sociais	Maria Stella Bresciani
		História do Brasil I	Leila Mezan Algranti
		História da América I (Colonial)	Hector H. Bruit
		História Política, Econômica e Social Geral	Paulo Miceli e Edgar de Decca
		Teoria da História	Sidney Chalhoub
		História do Brasil III	Marco Aurélio Garcia
		História Contemporânea I	Cláudio Batalha
		Tópicos Especiais em História: A Modernidade e sua crítica – parâmetros do romantismo	Jorge Coli
		Tópicos Especiais em História: Entre os vivos e os mortos (urbanismo e saúde pública no Brasil do séc. XIX)	José Roberto do Amaral Lapa
		Tópicos Especiais em História: O feminismo como crítica da cultura e da modernidade	Margareth Rago
		Tópicos Especiais em História: Imagens da colônia: fabricando o passado da nação	Silvia Lara
		Tópicos Especiais em História: História e literatura: diferença e identidade	Ítalo Tronca
		Tópicos Especiais em História: A Transformação do mundo Romano: Agostinho de Hipona e seu tempo	Carlos Galvão
	2º	História Medieval	Carlos Galvão
		História Moderna I	Edgar de Decca
		História do Brasil II	Sidney Chalhoub
		História Moderna II	Michael Hall
		História Política, Econômica e Social do Brasil	Eliane Moura Silva
		História da América II (América Latina contemporânea)	Hector H. Bruit
		História dos Estados Unidos	Célia Maria Marinho de Azevedo
		Tópicos Especiais em História: Abordagens críticas da cultura romana	Pedro Paulo Funari
		Tópicos Especiais em História: História e Cultura: o Brasil nos anos 1960-1970	Ítalo Tronca
		Tópicos Especiais em História: Cultura e política do anarquismo na América Latina	Margareth Rago

		Tópicos Especiais em História: O Império da revolução: matrizes interpretativas da história da sociedade monárquica (1931-1970)	Izabel Andrade Marson
		Tópicos Especiais em História: História Social da Família	Robert Slenes
		Tópicos Especiais em História: Pobreza urbana e escravidão	José Roberto do Amaral Lapa
1998	2º	História Medieval	Carlos Galvão
		História Moderna I	Paulo Miceli
		História do Brasil II	Sidney Chalhoub
		História Moderna II	Célia Maria Marinho de Azevedo
		História Política, Econômica e Social do Brasil: O Império da revolução: matrizes interpretativas da história da sociedade monárquica (1931-1970)	Izabel Andrade Marson
		História dos Estados Unidos	Michael Hall
		História da América II	Leandro Karnal
		História Contemporânea II	Marco Aurélio Garcia
		Tópicos Especiais em História: A história das cidades: o urbano e as “urbanidades”	Maria Stella Bresciani
		Tópicos Especiais em História: Naturalistas, artistas e selvagens: relatos/retratos de viagem e a “etnografia” européia, 1750-1850	Robert Slenes
		Tópicos Especiais em História: Magia, hermetismo e profetismo: correntes místicas nos séculos XVI, XVII e XVIII	Eliane Moura Silva
		Tópicos Especiais em História: História da Cultura: questões teóricas e procedimentos de pesquisa	Silvia Lara
		Tópicos Especiais em História: A cidade: o público e o privado (Campinas 1730-2000)	José Roberto do Amaral Lapa
		Tópicos Especiais em História da Arte: Institucionalização e crise da idéia de gênero da história da pintura (séculos XVI-XVIII)	Luiz César Marques
		Tópicos Especiais em História: Cultura Material e o mundo romano: abordagens recentes	Pedro Paulo Funari e Victor Revilla

Fonte: Ementas das Disciplinas (Arquivo da Secretaria de Graduação do IFCH/Unicamp)

QUADRO 2 – Disciplinas ministradas por Sidney Chalhoub com as referências às obras de Thompson no curso de graduação em História da Unicamp (1980-1998).

Ano	Semestre	Nome da Disciplina	Professor (a)	Obra de Thompson/Edição*
1985	1º	História Moderna I	Sidney Chalhoub	<i>Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase</i> (1979); <i>A Miséria da Teoria</i> (1981)
1986	1º	História Moderna I	Sidney Chalhoub	<i>Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase</i> (1979); <i>Albion's Fatal Tree: Crime and Society in 18th century England</i> (1975)
	2º	Metodologia da História	Sidney Chalhoub	
1987	2º	Tópicos Especiais em História: história e cotidiano	Sidney Chalhoub	<i>Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase</i> (1979); <i>A Miséria da Teoria</i> (1981)
1988	1º	Introdução ao Estudo da História	Sidney Chalhoub	<i>A Miséria da Teoria</i> (1981)
	2º	História do Brasil II	Sidney Chalhoub	
1989	1º	Tópicos Especiais em História: Historiografia Inglesa	Sidney Chalhoub	<i>William Morris: Romantic to Revolutionary</i> (1977); <i>The Making of the English Working Class</i> (1968); <i>A Formação da Classe Operária Inglesa</i> (1987); <i>Whigs e Hunters: The Origin of the Black Act</i> (1977); <i>Senhores e Caçadores: A Origem da Lei Negra</i> (1987); <i>The Poverty of Theory and Other Essays</i> (1978); <i>A Miséria da Teoria</i> (1981); <i>Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase</i> (1979); <i>Writing by Candlelight</i> (1980); <i>Protest and Survive</i> (1980); <i>Beyond the Cold War</i> (1982); <i>Double Exposure</i> (1985); <i>The Heavy Dancers</i> (1985); <i>The Peculiarities of the English</i> (1965); <i>Time, Work-discipline and Industrial Capitalism</i> (1967); <i>The Moral Economy of the English Crowd in the 18th Century</i> (1971); <i>Antropology and the Discipline of Historical Context</i> (1972); <i>Rough Music: Le Charivari Anglais</i> (1972); <i>Patrician Society, Plebeian Culture</i> (1974); <i>The Crim of Anonymity</i> (1975); <i>Folklore, Antropology and Social History</i> (1978); <i>Eighteenth-Century English Society: Class</i>

				<i>Struggle Class?</i> (1978)
	2º	Tópicos Especiais em História: Obras de Lima Barreto	Sidney Chalhoub	
1990	1º	Introdução ao Estudo da História	Sidney Chalhoub	<i>A Miséria da Teoria</i> (1981)
	2º	Tópicos Especiais em História: a História nas histórias de Machado de Assis	Sidney Chalhoub	
1993	2º	História Política Econômica e Social do Brasil: Temas da historiografia brasileira	Sidney Chalhoub	
1995	1º	História Política Econômica e Social geral: história da Europa ocidental nos séc. XVII e XVIII	Sidney Chalhoub e Adriana Romeiro	<i>Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase</i> (1979)
	2º	Tópicos Especiais em História: a História nas histórias de Machado de Assis	Sidney Chalhoub	
1997	1º	Teoria da História	Sidney Chalhoub	<i>Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase</i> (1979); <i>A Miséria da Teoria</i> (1981); <i>A Formação da Classe Operária Inglesa</i> (1987)
	2º	História do Brasil II	Sidney Chalhoub	

(*) As datas da edição da obra correspondem àquelas indicadas no plano de curso da disciplina.

Fonte: Ementas das Disciplinas (Arquivo da Secretaria de Graduação do IFCH/Unicamp)

QUADRO 3 – Referências às obras de E. P. Thompson nas disciplinas do curso de graduação em História da Unicamp (1980-1998).

Ano	Semestre	Nome da Disciplina	Professor (a)	Obra de Thompson/Edição*
1980	1º	História Moderna II	Michael M. Hall	<i>La Formación Histórica de la Clase Obrera en Inglaterra</i> (1977)
	2º	História Moderna II	Michael M. Hall	<i>La Formación Histórica de la Clase Obrera en Inglaterra</i> (1977)
1984	1º	História Econômica, Política e Social geral	Maria José Trevisan	<i>La Formación Histórica de la Clase Obrera en Inglaterra</i> (1977)
	2º	Metodologia da História	Maria José Trevisan	<i>Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase</i> (1979)
		História Moderna II	Michael M. Hall	<i>The making of the English Working Class</i> (1966)
1985	1º	História Moderna I	Sidney Chalhoub	<i>Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase</i> (1979); <i>A Miséria da Teoria</i> (1981)
		História Econômica, Política e Social geral	Marco Aurélio Garcia	<i>Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase</i> (1979); <i>A Miséria da Teoria</i> (1981)
		História Contemporânea I	Luzia Margareth Rago	<i>La Formación Histórica de la Clase Obrera en Inglaterra</i> (1977); <i>Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase</i> (1979)
		Teoria e Pesquisa em História do Brasil	Maria José Trevisan	<i>Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase</i> (1979)
1986	1º	História Moderna I	Sidney Chalhoub	<i>Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase</i> (1979); <i>Albion's Fatal Tree: Crime and Society in 18th century England</i> (1975)
		História Econômica, Política e Social Geral	Silvia Lara	<i>A Miséria da Teoria</i> (1981)
	2º	História Moderna II	Célia Maria Marinho de Azevedo	<i>Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase</i> (1979)
		Teoria e Pesquisa em História do Brasil	Silvia Lara	<i>A Miséria da Teoria</i> (1981)
1987	1º	Tópicos Especiais em História: história e cotidiano	Sidney Chalhoub	<i>Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase</i> (1979); <i>A Miséria da Teoria</i> (1981)
	2º	História Moderna I	Paulo Celso Miceli	<i>Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase</i> (1979)

1988	1°	Introdução ao Estudo da História	Sidney Chalhoub	<i>A Miséria da Teoria</i> (1981)
1989	1°	História contemporânea: Trabalhadores, a política e o sistema fabril no séc. XIX (França e Inglaterra)	Adalberto Marson	<i>A Formação da Classe Operária Inglesa</i> (1987)
		Tópicos Especiais em História: Historiografia Inglesa	Sidney Chalhoub	<i>William Morris: Romantic to Revolutionary</i> (1977); <i>The Making of the English Working Class</i> (1968); <i>A Formação da Classe Operária Inglesa</i> (1987); <i>Whigs e Hunters: The Origin of the Black Act</i> (1977); <i>Senhores e Caçadores: A Origem da Lei Negra</i> (1987); <i>The Poverty of Theory and Other Essays</i> (1978); <i>A Miséria da Teoria</i> (1981); <i>Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase</i> (1979); <i>Writing by Candlelight</i> (1980); <i>Protest and Survive</i> (1980); <i>Beyond the Cold War</i> (1982); <i>Double Exposure</i> (1985); <i>The Heavy Dancers</i> (1985); <i>The Peculiarities of the English</i> (1965); <i>Time, Work-discipline and Industrial Capitalism</i> (1967); <i>The Moral Economy of the English Crowd in the 18th Century</i> (1971); <i>Antropology and the Discipline of Historical Context</i> (1972); <i>Rough Music: Le Charivari Anglais</i> (1972); <i>Patrician Society, Plebeian Culture</i> (1974); <i>The Crim of Anonymity</i> (1975); <i>Folklore, Antropology and Social History</i> (1978); <i>Eighteenth-Century English Society: Class Struggle Class?</i> (1978)
1990	1°	Introdução ao Estudo da História	Sidney Chalhoub	<i>A Miséria da Teoria</i> (1981)
	2°	História Moderna II	Maria Stella Bresciani	<i>A Formação da Classe Operária Inglesa</i> (1987)

		Tópicos Especiais em História: Cultura popular: questões teóricas e historiográficas	Silvia Lara	<i>Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase</i> (1979)
1991	2°	História Moderna II: o séc. XVIII: um mundo em transformação – recortes históricos	Eliane Moura da Silva	<i>A Formação da Classe Operária Inglesa</i> (1987)
1992	1°	Introdução ao Estudo da História	Maria Clementina Pereira Cunha	<i>A Miséria da Teoria</i> (1981)
	2°	História Moderna I	Paulo Celso Miceli	<i>Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase</i> (1979)
		História Moderna II	Célia Maria Marinho	<i>A Formação da Classe Operária Inglesa</i> (1987); <i>The Moral Economy of the English Crowd in the 18th Century</i> (1971)
1993	1°	Introdução ao Estudo da História	Cláudio Batalha	<i>A Miséria da Teoria</i> (1981)
		História Contemporânea I	Adalberto Marson	<i>A Formação da Classe Operária Inglesa</i> (1987)
	2°	Tópicos Especiais: Cultura e tradições populares: reflexões em torno do carnaval carioca	Maria Clementina Pereira Cunha	<i>Antropology and the Discipline of Historical Context</i> (1972); <i>Folklore, Antropology and Social History</i> (1978); <i>Patrician Society, Plebeian Culture</i> (1974).
1994	1°	História Contemporânea I	Adalberto Marson	<i>A Formação da Classe Operária Inglesa</i> (1987)
1995	1°	Introdução à História	Margareth Rago	<i>A Miséria da Teoria</i> (1981)
		História Política Econômica e Social geral: história da Europa ocidental nos séc. XVII e XVIII	Sidney Chalhoub e Adriana Romeiro	<i>Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase</i> (1979)
	2°	História Moderna II	Leila Mezan Algranti	<i>A Formação da Classe Operária Inglesa</i> (1987)

1996	1º	História Econômica, Política e Social geral	Margareth Rago	<i>A Miséria da Teoria</i> (1981)
		História Econômica, Política e Social geral	Marco Aurélio Garcia	<i>A Formação da Classe Operária Inglesa</i> (1987); <i>Senhores e Caçadores: A Origem da Lei Negra</i> (1987); <i>Customs in Common</i> (1991)
		Teoria da História	Silvia Lara	<i>Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase</i> (1979); <i>A Miséria da Teoria</i> (1981); <i>Customs in Common</i> (1991)
		História Contemporânea I	Maria Stella Bresciani	<i>A Formação da Classe Operária Inglesa</i> (1987)
	2º	História Moderna I	Paulo Miceli	<i>Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase</i> (1979)
		História Moderna II	Eliane Moura Silva	<i>A Formação da Classe Operária Inglesa</i> (1987)
1997	1º	Introdução à História	Maria Clementina Pereira Cunha	<i>A Miséria da Teoria</i> (1981)
		Teoria da História	Sidney Chalhoub	<i>Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase</i> (1979); <i>A Miséria da Teoria</i> (1981); <i>A Formação da Classe Operária Inglesa</i> (1987)
1998	2º	História Moderna I	Paulo Miceli	<i>Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase</i> (1979)
		História Moderna II	Célia Maria Marinho	<i>A Formação da Classe Operária Inglesa</i> (1987)
		Tópicos Especiais. História da Cultura: questões teóricas e procedimentos de pesquisa	Silvia Lara	<i>Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase</i> (1979); <i>Customs in Common</i> (1991)

(*) As datas da edição da obra correspondem àquelas indicadas no plano de curso da disciplina.

Fonte: Ementas das Disciplinas (Arquivo da Secretaria de Graduação do IFCH/Unicamp).

QUADRO 4 – Referências a obras de Sidney Chalhoub nas disciplinas do curso de graduação em História da Unicamp (1980-1998).

Ano	Semestre	Nome da Disciplina	Professor (a)	Obra de Chalhoub/Edição*
1988	2º	História Política Econômica e Social do Brasil: momentos de transição na história do Brasil	Leila Mezan Algranti	<i>Trabalho, Lar e Botequim</i> (1986)
		Tópicos Especiais em História: visões escravas da escravidão e da liberdade	Silvia Hunold Lara	<i>Trabalho, Lar e Botequim</i> (1986); <i>Visões da Liberdade</i> (1988)
1989	2º	Tópicos Especiais em História: visões escravas da escravidão e da liberdade	Silvia Hunold Lara	<i>Visões da Liberdade</i> (1988)
		Tópicos Especiais em História: Obras de Lima Barreto	Sidney Chalhoub	<i>Trabalho, Lar e Botequim</i> (1986); <i>Visões da Liberdade</i> (1989)
1990	1º	História do Brasil III: Primeira República	Cláudio Batalha	<i>Trabalho, Lar e Botequim</i> (1986); <i>A Guerra contra os Cortiços: Cidade do Rio de Janeiro, 1850-1906</i> (1990)
		História do Brasil República III	Margareth Rago	<i>Trabalho, Lar e Botequim</i> (1986)
	2º	Tópicos Especiais em História: a História nas histórias de Machado de Assis	Sidney Chalhoub	<i>Visões da Liberdade</i> (1990)
1991	2º	História do Brasil II: os personagens e os papéis: economia e sociedade no império brasileiro, séc. XIX	José Roberto do Amaral Lapa	<i>Visões da Liberdade</i> (1990)
1992	1º	Tópicos Especiais em História: Modernidade e escravidão (Campinas 1850-1900)	José Roberto do Amaral Lapa	<i>Visões da Liberdade</i> (1990)
	2º	História Política Econômica e Social do Brasil: Imagens do Brasil: história e historiografia	Eliane Moura da Silva	<i>Visões da Liberdade</i> (1990)

1993	2°	História Política Econômica e Social do Brasil: Temas da historiografia brasileira	Sidney Chalhoub	<i>Visões da Liberdade</i> (1990); <i>A história nas histórias de Machado de Assis: uma interpretação de Helena</i> (1991)
1995	1°	Tópicos Especiais em História: A escravidão na América: historiografia, fontes, métodos e pesquisa	Robert Slenes	<i>Visões da Liberdade</i> (1990)
	2°	Tópicos Especiais em História: A escravidão na América: historiografia, fontes, métodos e pesquisa	Robert Slenes	<i>Visões da Liberdade</i> (1990)
1996	1°	História do Brasil III	Cláudio Batalha	<i>Trabalho, Lar e Botequim</i> (1986); <i>A Guerra contra os Cortiços: Cidade do Rio de Janeiro, 1850-1906</i> (1990)
		Tópicos Especiais em História: As diferentes tendências da historiografia brasileira	Margareth Rago	<i>Trabalho, Lar e Botequim</i> (1986)
		História do Brasil II (Brasil Império)	Robert Slenes	<i>Visões da Liberdade</i> (1990)
	2°	História Política Econômica e Social geral do Brasil	Robert Slenes	<i>Visões da Liberdade</i> (1990)
1997	2°	História do Brasil II	Sidney Chalhoub	<i>Visões da Liberdade</i> (1990); <i>Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial</i> (1996)
		História Política Econômica e Social geral do Brasil	Eliane Moura Silva	<i>Trabalho, Lar e Botequim</i> (1986); <i>Visões da Liberdade</i> (1990)
		Tópicos Especiais em História: O Império da revolução: matrizes interpretativas da história da sociedade monárquica (1931-1970)	Izabel Marson	<i>Visões da Liberdade</i> (1990)

1998	2º	História do Brasil II	Sidney Chalhoub	<i>Visões da Liberdade</i> (1990); <i>Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial</i> (1996)
		Tópicos Especiais em História: O Império da revolução: matrizes interpretativas da história da sociedade monárquica (1931-1970)	Izabel Marson	<i>Visões da Liberdade</i> (1990)

(*) As datas da edição da obra correspondem àquelas indicadas no plano de curso da disciplina.

Fonte: Ementas das Disciplinas (Arquivo da Secretaria de Graduação do IFCH/Unicamp).

QUADRO 5 – Referências às obras de Eric Hobsbawm nas disciplinas do curso de graduação em História da Unicamp (1980-1998).

Ano	Semestre	Nome da Disciplina	Professor (a)	Obra de Hobsbawm/Edição*
1980	1º	História Contemporânea I	Déa Ribeiro Fenelon	<i>As Origens da Revolução Industrial</i> (1979); <i>Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**</i>
		História Econômica Política e Social Geral	Ademir Gebara	<i>A Era das Revoluções</i> (1977)
	2º	História Moderna II	Michael M. Hall	<i>A Era das Revoluções</i> (1977)
1981	2º	Metodologia da História	Maria Clementina Pereira Cunha	<i>História do Marxismo</i> (1980)
		História Moderna II	Lourdes Sola	<i>A Era das Revoluções</i> (1977); <i>A Era do Capital**</i>
1982	2º	Metodologia da História	Maria Clementina Pereira Cunha	<i>História do Marxismo</i> (1980)
		História do Brasil Império	José Roberto do Amaral Lapa	<i>Rebeldes Primitivos</i> (1978); <i>Os Bandidos</i> (1975)
		História Econômica, Política e Social do Brasil	José Roberto do Amaral Lapa	<i>Rebeldes Primitivos</i> (1978); <i>Os Bandidos</i> (1975)
1983	2º	História Moderna II	Izabel Andrade Marson	<i>A Era das Revoluções</i> (1977); <i>Os Trabalhadores</i> (1981); <i>En torno a los Orígenes de la Revolución Industrial</i> (1971)
		História do Brasil Império	José Roberto do Amaral Lapa	<i>Rebeldes Primitivos</i> (1978); <i>Os Bandidos</i> (1975)
1984	1º	História Econômica Política e Social Geral	Maria José Trevisan	<i>A Era das Revoluções</i> (1979); <i>A Era do Capital**</i> ; <i>Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**</i>
		História Moderna I	Michael M. Hall	<i>A Crise geral da Economia européia no século XVII</i> (1974)
	2º	História Moderna II	Michael M. Hall	<i>A Era das Revoluções</i> (1977); <i>Os Trabalhadores</i> (1981)
		História Política, Econômica e Social do Brasil	José Roberto do Amaral Lapa	<i>Rebeldes Primitivos</i> (1978); <i>Os Bandidos</i> (1975)

1985	1º	História Política, Econômica e Social Geral	Marco Aurélio Garcia	<i>A Era das Revoluções</i> (1977); <i>Os Trabalhadores</i> (1981); <i>A Era do Capital**</i> ; <i>A Contribuição de Karl Marx para a Historiografia</i> (1982)
		História Contemporânea I	Luzia Margareth Rago	<i>A Era das Revoluções</i> (1977); <i>Os Trabalhadores</i> (1981)
	2º	História do Brasil Império I	José Roberto do Amaral Lapa	<i>Rebeldes Primitivos</i> (1978); <i>Os Bandidos</i> (1975)
1986	1º	História Política, Econômica e Social Geral	Silvia Lara	<i>A Era das Revoluções</i> (1982); <i>A Crise geral da Economia européia no século XVII</i> (1974)
	2º	História Moderna II	Célia Maria Marinho de Azevedo	<i>Las Revoluciones Burguesas</i> (1976)
		História Contemporânea II	Luzia Margareth Rago	<i>História do Marxismo**</i>
		Teoria e Pesquisa em História do Brasil	Silvia Lara	<i>A Invenção das Tradições</i> (1984)
1987	1º	Introdução ao Estudo da História	Maria José Trevisan	<i>A Era das Revoluções</i> (1981)
		Tópicos Especiais em História: O tema das revoluções nas três internacionais	Célia Maria Marinho de Azevedo	<i>A Era do Capital</i> (1979); <i>História do Marxismo</i> (1984)
	2º	Tópicos Especiais em História: a erotização da cidade na literatura brasileira	Luzia Margareth Rago	<i>Mundos do Trabalho</i> (1987); <i>A Era do Capital**</i>
1988	1º	Tópicos Especiais em História: A revolução burguesa: Inglaterra e França. Séculos XVII e XVIII	Vavy Pacheco Borges	<i>As origens da Revolução Industrial</i> (1978); <i>A Era das Revoluções</i> (1972)
	2º	História Moderna II	Claudio Batalha	<i>Mundos do Trabalho</i> (1987); <i>Os Trabalhadores</i> (1981)
		História Contemporânea II	Marco Aurélio Garcia	<i>A Era das Revoluções**</i> ; <i>A Era do Capital**</i> ; <i>A Era dos Impérios**</i> ; <i>Trabalhadores**</i> ; <i>Revolucionários**</i> ; <i>Trajetória do Movimento Operário**</i> ; <i>Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**</i>

1989	1º	História Política, Econômica e Social Geral: Revolução e História: o debate historiográfico sobre a revolução francesa (1950-1980)	Izabel Andrade Marson	<i>A Era das Revoluções</i> (1977)
		História Contemporânea I: Trabalhadores, a política e o sistema fabril no séc. XIX (França e Inglaterra)	Adalberto Marson	<i>Mundos do Trabalho</i> (1987); <i>Os Trabalhadores</i> (1981)
1990	2º	História Moderna II	Maria Stella Bresciani	<i>A Era das Revoluções</i> (1971); <i>A Era do Capital**</i> ; <i>Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo</i> (1979); <i>Revolucionários</i> (1982)
		Tópicos Especiais em História: Correntes ideológicas no movimento operário brasileiro: 1870-1930	Claudio Batalha	<i>História do Marxismo</i> (1982)
		Tópicos Especiais em História: Cultura popular: questões teóricas e historiográficas	Silvia Lara	<i>A Outra História</i> (1990); <i>Capitão Swing</i> (1982)
1991	1º	Introdução ao Estudo da História	Maria Clementina Pereira Cunha	<i>A Outra História</i> (1990)
		História Política, Econômica e Social Geral: História e Revolução: o debate historiográfico sobre a revolução francesa	Marco Aurélio Garcia	<i>A Era das Revoluções</i> (1977)
	2º	História Moderna II: o século XVIII: um mundo em transformação – recortes históricos	Eliane Moura da Silva	<i>A Era das Revoluções</i> (1971)
1992	1º	Introdução ao Estudo da História	Maria Clementina Pereira Cunha	<i>A Outra História</i> (1990)
		Tópicos Especiais em História: Formas de sociabilidade na sociedade do efêmero	Margareth Rago	<i>A Era dos Impérios</i> (1988)
	2º	História Moderna II	Célia Maria Marinho	<i>A Era das Revoluções**</i> ; <i>Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo</i> (1983)
		Tópicos Especiais em História: Revolução e contra-revolução: o processo de constituição da URSS (1917-1939)	Adalberto Marson	<i>História do Marxismo</i> (1985-87)

1993	1º	História Contemporânea I	Adalberto Marson	<i>A Era do Capital**</i> ; <i>A Era dos Impérios**</i> ; <i>Os Trabalhadores**</i>
	2º	Tópicos Especiais em História: As esquerdas brasileiras no pós-1964	Marco Aurélio Garcia	<i>Revolucionários</i> (1982)
		Tópicos Especiais em História: Cultura e tradições populares: reflexões em torno do carnaval carioca	Maria Clementina Pereira Cunha	<i>A Invenção das Tradições</i> (1984)
1994	2º	História Contemporânea I	Adalberto Marson	<i>A Era dos Impérios**</i> ; <i>Os Trabalhadores**</i>
1995	1º	Introdução à História	Margareth Rago	<i>“Some comments” In: Past and Present</i> (1980)
		História Política, Econômica e Social Geral: história da Europa ocidental nos séculos XVII e XVIII	Sidney Chalhoub e Adriana Romeiro	<i>A Outra História</i> (1990)
	2º	História Moderna II	Leila Mezan Algranti	<i>A Era das Revoluções</i> (1971); <i>Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo</i> (1983)
		História Contemporânea II (fim do século XIX e o século XX)	Marco Aurélio Garcia	<i>Mundos do Trabalho</i> (1987); <i>A Era dos Impérios**</i> ; <i>A Era do Capital**</i> ; <i>A Era da Incerteza**</i>
		Tópicos Especiais em História: Socialismo e movimento operário na França: de Saint-Simon à Primeira Guerra Mundial	Claudio Batalha	<i>História do Marxismo</i> (1982)
1996	1º	História Política, Econômica e Social Geral	Margareth Rago	<i>A Outra História</i> (1990)
		História Política, Econômica e Social Geral	Marco Aurélio Garcia	<i>A Era das Revoluções**</i> ; <i>A Era dos Impérios**</i> ; <i>A Era do Capital**</i> ; <i>A Era dos Extremos**</i> ; <i>As origens da Revolução Industrial**</i> ; <i>Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**</i> ; <i>Mundos do Trabalho**</i> ; <i>Os Trabalhadores**</i>
		Teoria da História	Silvia Lara	<i>A Outra História</i> (1990); <i>A Contribuição de Karl Marx para a Historiografia</i> (1982)

		História Contemporânea I	Maria Stella Bresciani	<i>Nações e Nacionalismos**</i> ; <i>A Era das Revoluções**</i> ; <i>A Era do Capital**</i> ; <i>Indústria e Império**</i>
	2º	História Moderna II	Eliane Moura Silva	<i>A Era das Revoluções</i> (1978)
1997	1º	Introdução à História	Maria Clementina Pereira Cunha	<i>A Outra História</i> (1990)
		História Contemporânea I	Cláudio Batalha	<i>Mundos do Trabalho</i> (1987); <i>A Era dos Impérios</i> (1977); <i>A Era do Capital</i> (1988); <i>Capitão Swing</i> (1982)
		Teoria da História	Sidney Chalhoub	<i>Mundos do Trabalho</i> (1987); <i>Os Trabalhadores</i> (1981)
1998	2º	História Moderna II	Célia Maria Marinho de Azevedo	<i>A Era das Revoluções**</i> ; <i>Ecos da Marsellaise**</i> ; <i>Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**</i>
		História Contemporânea II	Marco Aurélio Garcia	<i>Mundos do Trabalho</i> (1987); <i>A Era dos Impérios</i> (1988); <i>A Era do Capital</i> (1977); <i>A Era da Incerteza**</i>

(*) As datas da edição da obra correspondem àquelas indicadas no plano de curso da disciplina.

(**) Obras que não aparecem no plano de curso da disciplina com a referência bibliográfica completa.

Fonte: Ementas das Disciplinas (Arquivo da Secretaria de Graduação do IFCH/Unicamp).

QUADRO 6 – Referências às obras de Christopher Hill nas disciplinas do curso de graduação em História da Unicamp (1980-1998).

Ano	Semestre	Nome da Disciplina	Professor (a)	Obra de Hill/Edição*
1980	2°	História Moderna II	Michael M. Hall	<i>A Revolução Inglesa de 1640</i> (1977)
1984	1°	História Econômica Política e Social Geral	Maria José Trevisan	<i>A Revolução Inglesa de 1640</i> (1981)
	2°	História Moderna II	Michael M. Hall	<i>A Revolução Inglesa de 1640</i> (1977)
1985	1°	História Moderna I	Sidney Chalhoub	<i>Uma Revolução Burguesa?</i> (1984)
1986	1°	História Moderna I	Sidney Chalhoub	<i>A Revolução Inglesa de 1640</i> (1981); <i>Uma Revolução Burguesa?</i> (1984)
		História Política, Econômica e Social Geral	Silvia Lara	<i>A Revolução Inglesa de 1640</i> (1977); <i>Uma Revolução Burguesa?</i> (1984)
1988	2°	História Moderna II	Claudio Batalha	<i>God's Engligsman: Oliver Cromwell and the English Revolution</i> (1970); <i>Las Origenes Intelectuales de la Revolución Inglesa</i> (1980); <i>"Parliament and People in Sventheen-Century England</i> (1981); <i>"A Rejoinder"</i> (1983)
		História Contemporânea II	Marco Aurélio Garcia	<i>Uma Revolução Burguesa?</i> (1984)
1989	1°	Tópicos Especiais em História: A revolução burguesa: Inglaterra e França. Séculos XVII e XVIII	Vavy Pacheco Borges	<i>A Revolução Inglesa de 1640</i> (1985)
1990	1°	Tópicos Especiais em História: A revolução burguesa: Inglaterra e França. Séculos XVII e XVIII	Vavy Pacheco Borges	<i>A Revolução Inglesa de 1640</i> (1985)
	2°	História Moderna II	Maria Stella Bresciani	<i>O Mundo de Ponta Cabeça</i> (1987); <i>O Eleito de Deus</i> (1988); <i>Uma Revolução Burguesa?</i> (1984)
1992	1°	História Política, Econômica e Social Geral: revoluções inglesa e francesa e a emergência do mundo burguês	Michael Hall	<i>A Revolução Inglesa de 1640**</i> ; <i>O Eleito de Deus**</i> ; <i>O Mundo de Ponta-Cabeça**</i> ; <i>Uma Revolução Burguesa?</i> (1984)
	2°	História Moderna II	Célia Maria Marinho	<i>Reformation to Indistrial Revolution</i> (1980)

1995	1º	História Política, Econômica e Social Geral: história da Europa ocidental nos séculos XVII e XVIII	Sidney Chalhoub e Adriana Romeiro	<i>A Revolução Inglesa de 1640</i> (1981); <i>Uma Revolução Burguesa?</i> (1984)
	2º	História Moderna II	Leila Mezan Algranti	<i>Uma Revolução Burguesa?</i> (1984)
1996	1º	História Política, Econômica e Social Geral	Marco Aurélio Garcia	<i>A Revolução Inglesa de 1640</i> (1981); <i>Uma Revolução Burguesa?</i> (1984); <i>O Mundo de Ponta Cabeça</i> (1987); <i>O Eleito de Deus</i> (1988); <i>As Origens Intelectuais da Revolução Inglesa**</i> ; <i>The Experience of Deefeat**</i>
	2º	História Moderna II	Eliane Moura Silva	<i>Uma Revolução Burguesa?</i> (1984)
1997	1º	História Política, Econômica e Social Geral	Paulo Miceli e Edgar de Decca	<i>A Revolução Inglesa de 1640</i> (1981); <i>Uma Revolução Burguesa?</i> (1984)
		Teoria da História	Sidney Chalhoub	<i>A Revolução Inglesa de 1640</i> (1981); <i>Uma Revolução Burguesa?</i> (1984); <i>O Mundo de Ponta Cabeça</i> (1987)
	2º	História Moderna II	Michael Hall	<i>A Revolução Inglesa de 1640**</i> ; <i>Uma Revolução Burguesa?</i> (1984)
1998	2º	História Moderna II	Célia Maria Marinho de Azevedo	<i>A Revolução Inglesa de 1640**</i> ; <i>O Mundo de Ponta Cabeça</i> (1987)

(*) As datas da edição da obra correspondem àquelas indicadas no plano de curso da disciplina.

(**) Obras que não aparecem no plano de curso da disciplina com a referência bibliográfica completa.

Fonte: Ementas das Disciplinas (Arquivo da Secretaria de Graduação do IFCH/Unicamp).

QUADRO 7 – Referências às obras de Marx e/ou Engels nas disciplinas do curso de graduação em História da Unicamp (1980-1998).

Ano	Semestre	Nome da Disciplina	Professor (a)	Obras de Marx e/ou Engels/ Edição*
1980	1º	Introdução ao Estudo da História	Maria Clementina Pereira Cunha	<i>A Ideologia Alemã</i> (1978)
		História Contemporânea I	Déa Ribeiro Fenelon	<i>O Capital</i> **
		História Econômica Política e Social Geral	Ademir Gebara	<i>O Capital</i> **
1981	1º	História Moderna I	Edgar Salvadori de Decca	<i>O Capital</i> **
		História Econômica Política e Social Geral	Ítalo A. Tronca	<i>O Capital</i> **
	2º	Metodologia da História	Maria Clementina Pereira Cunha	<i>A Ideologia Alemã</i> (1978); <i>Formações Econômicas Pré-capitalistas</i> **; <i>Introdução à Crítica da Economia Política</i> **
		História Moderna II	Lourdes Sola	<i>O 18 Brumário de Luis Bonaparte</i> **; <i>Obras escolhidas</i> **
1982	2º	Metodologia da História	Maria Clementina Pereira Cunha	<i>A Ideologia Alemã</i> (1978); <i>Introdução à Crítica da Economia Política</i> **
1983	2º	Metodologia da História	Maria José Trevisan	<i>O Capital</i> ; <i>A Ideologia Alemã</i> (1980); <i>Os pensadores</i> (1978); <i>Obras escolhidas</i> **; <i>A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra</i> (1975); <i>Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico</i> (1981); <i>Manifesto do Partido Comunista</i> (1975)
		Historiografia Brasileira	Maria Stella Bresciani	<i>O Capital</i> **; <i>Formações Econômicas Pré-capitalistas</i> **
		História Moderna II	Izabel Andrade Marson	<i>O 18 Brumário de Luis Bonaparte</i> (1968)
1984	1º	História Econômica Política e Social Geral	Maria José Trevisan	<i>O Capital</i> **; <i>A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra</i> (1975)
	2º	Metodologia da História	Maria José Trevisan	<i>O Capital</i> **; <i>Introdução à Crítica da Economia Política</i> **; <i>A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra</i> (1975); <i>Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico</i> (1981); <i>Obras escolhidas</i> **; <i>Manifesto do Partido Comunista</i> **; <i>A Ideologia Alemã</i> (1980)

1985	1º	História Moderna I	Sidney Chalhoub	<i>O Capital</i> (1985)
		História Política, Econômica e Social Geral	Marco Aurélio Garcia	<i>O Capital**</i> ; <i>Manifesto do Partido Comunista**</i> ; <i>As Lutas de Classe na França**</i> ; <i>O 18 Brumário**</i> ; <i>A Guerra Civil na França**</i> ; <i>A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra**</i> ; <i>Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**</i>
		História Contemporânea I	Luzia Margareth Rago	<i>O Capital**</i> ; <i>A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra</i> (1975)
	2º	Metodologia da História	Sidney Chalhoub	<i>A Ideologia Alemã</i> (1978); <i>Teses contra Feuerbach</i> (1978)
1986	1º	História Moderna I	Sidney Chalhoub	<i>O Capital**</i>
	2º	História Moderna II	Célia Maria Marinho de Azevedo	<i>El Capital</i> (1975); <i>A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra</i> (1975)
1987	1º	Introdução ao Estudo da História	Maria José Trevisan	<i>Os pensadores**</i> ; <i>A Ideologia Alemã</i> (1978)
		Tópicos especiais em História Econômica	Silvia Lara	<i>Obras escolhidas**</i> ;
		Tópicos Especiais em História: O tema das revoluções nas três internacionais	Célia Maria Marinho de Azevedo	<i>Crítica ao Programa de Gotha</i> (1975); <i>Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a Guerra Civil na França</i> (1975)
		Tópicos Especiais em História: História e Cotidiano	Sidney Chalhoub	<i>Manifesto do Partido Comunista**</i>
	2º	História Moderna I	Paulo Celso Miceli	<i>El Capital</i> (1978); <i>Formações Econômicas Pré-capitalistas</i> (1981)
1988	1º	Introdução ao Estudo da História	Sidney Chalhoub	<i>Manifesto do Partido Comunista**</i> ; <i>A Ideologia Alemã**</i> ; <i>Teses contra Feuerbach</i> (1978); <i>Para a Crítica da Economia Política</i> (1978)
	2º	História Moderna II	Claudio Batalha	<i>O Capital</i> (1980); <i>A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra</i> (1986)
		História Contemporânea II	Marco Aurélio Garcia	<i>O Capital**</i>
1989	1º	História Contemporânea I: Trabalhadores, a política e o sistema fabril no séc. XIX (França e Inglaterra)	Adalberto Marson	<i>O Capital**</i> ; <i>A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra</i> (1986)

1990	1º	Introdução ao Estudo da História	Sidney Chalhoub	<i>A Ideologia Alemã**</i> ; <i>Teses contra Feuerbach</i> (1978); <i>Para a Crítica da Economia Política</i> (1978); <i>Manuscritos Econômicos-Filosóficos**</i> ; <i>O 18 Brumário de Luís Bonaparte**</i>
	2º	História Moderna II	Maria Stella Bresciani	<i>O Capital**</i>
		Tópicos Especiais em História: Pensamento pré-março de 1810-1848 como paradigma de uma mudança política social e cultural	Ellen Druenert	<i>A Ideologia Alemã**</i> ; <i>A Santa Família**</i> ; <i>Manuscritos Econômicos e Filosóficos**</i>
1991	2º	Teoria da História	Izabel Andrade Marson	<i>O 18 Brumário</i> (1978)
1992	1º	Tópicos em História econômica: O Capital	Silvia Lara	<i>O Capital**</i>
	2º	História Moderna I	Paulo Celso Miceli	<i>El Capital</i> (1978)
1993	1º	História Contemporânea I	Adalberto Marson	<i>O 18 Brumário**</i> ; <i>As Lutas de Classe na França**</i> ; <i>Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**</i>
1994	2º	História Contemporânea I	Adalberto Marson	<i>O 18 Brumário**</i>
1996	1º	História Política, Econômica e Social Geral	Marco Aurélio Garcia	<i>O 18 Brumário**</i> ; <i>As Lutas de Classe na França**</i> ; <i>O Capital**</i> ; <i>A Guerra Civil na França**</i> ; <i>A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**</i> ; <i>Revolução e contra-revolução na Alemanha**</i>
		História Contemporânea I	Maria Stella Bresciani	<i>O 18 Brumário**</i> ; <i>A Guerra Civil na França**</i>
	2º	História Moderna I	Paulo Miceli	<i>El Capital</i> (1978)
1997	1º	História Política, Econômica e Social Geral	Paulo Miceli e Edgar de Decca	<i>El Capital</i> (1978)
		História Contemporânea I	Cláudio Batalha	<i>A Guerra Civil na França</i> (1977)
1998	2º	História Moderna I	Paulo Miceli	<i>El Capital</i> (1978)
		Tópicos Especiais em História: A história das cidades: o urbano e as “urbanidades”	Maria Stella Bresciani	<i>A Situação da Classe Trabalhadora</i> (1975)

(*) As datas da edição da obra correspondem àquelas indicadas no plano de curso da disciplina.

(**) Obras que não aparecem no plano de curso da disciplina com a referência bibliográfica completa.

Fonte: Ementas das Disciplinas (Arquivo da Secretaria de Graduação do IFCH/Unicamp).

ANEXOS

Anexo 1- Certidão de Autorização de Pesquisa junto ao Comitê de ética da UFPB



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY - HULW
**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES
HUMANOS - CEP**

CERTIDÃO

Com base na Resolução nº 196/96 do CNS/MS que regulamenta a ética da pesquisa em seres humanos, o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Lauro Wanderley - CEP/HULW, da Universidade Federal da Paraíba, em sua sessão realizada no dia 13/04/2010, após análise do parecer do relator, resolveu considerar APROVADO o projeto de pesquisa intitulado A REPERCUSSÃO DO CONCEITO DE EXPERIÊNCIA DE E. THOMPSON NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA. Protocolo CEP/HULW nº. 082/10, do pesquisador EMANUEL CANDEIA CAVALCANTE.

Solicitamos enviar ao CEP/HULW um resumo sucinto dos resultados, em CD, no final da pesquisa.

João Pessoa, 14 de Abril de 2010.

Iaponira Cortez Costa de Oliveira
Coordenadora do Comitê de Ética
em Pesquisa - CEP/HULW

Profª Drª Iaponira Cortez Costa de Oliveira
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa-HULW

Endereço: Hospital Universitário Lauro Wanderley-HULW - 4º andar. Campus I - Cidade Universitária.
Bairro: Castelo Branco - João Pessoa - PB. CEP: 58051-900 CNPJ: 24098477/007-05
Fone: (83) 32167302 — Fone/fax: (083)32167522 E-mail - cephulw@hotmail.com

Anexo 2- Autorização para utilização da entrevista por Sidney Chalhoub

Hotmail - emanuelcand@hotmail.com - Windows Live Page 1 of 1

Windows Live™ Hotmail (370) Messenger Office Fotos | MSN emanuel ca

Hotmail

Novo | Responder Responder a todos Encaminhar | Excluir Lixo Eletrônico Lim

Caixa de Entra...

Pastas

Lixo (2)

Rascunhos (2)

Enviados

Excluídos (4)

Nova pasta

Visualizações rápid...

Sinalizadas

Fotos (40)

Documentos do Office...

Messenger

Pesquise contatos

Seus amigos estão offline agora.

Início

Contatos

Calendário

Recebeu uma música? Ouça no Hotmail.



entrevista corrigida Voltar para mensagens |

Sidney Chalhoub 2/5/2010
Para emanuel candeia cavalcante Ações ▾

De: **Sidney Chalhoub** (chalhoub@unicamp.br)
Enviada: domingo, 2 de maio de 2010 3:17:08
Para: emanuel candeia cavalcante (emanuelcand@hotmail.com)

☐ 1 anexo Exibição Ativa do Hotmail

Caro Emanuel,
Segue a entrevista, corrigida. Cortei alguns parágrafos no final, porque achei que não tinham nada a ver.
Agora, por favor, chega de entrevista. Já falei demais de mim mesmo e decretei moratória por tempo indeterminado. Não respondo nada, a ninguém, até segunda ordem.
Saudações rubro-negras,
S.

Novo | Responder Responder a todos Encaminhar | Excluir

Lixo Eletrônico Limpar ▾ Marcar como ▾ Mover para ▾ |

© 2010 Microsoft | Termos | Privacidade | Anunciar Central de Ajuda | Comentário

<http://co103w.col103.mail.live.com/default.aspx?wa=wsignin1.0> 9/8/2010